



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Comunicação Social

Mestrado em Jornalismo

A saúde noticiada pela agência Lusa

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Jornalismo

Rita Penela Sequeira

Orientadora: Professora Doutora Fátima Lopes Cardoso
Coorientadora: Professora Doutora Maria José Pereira da Mata

outubro 2018

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria, sendo uma das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo. É um trabalho original, que nunca foi submetido a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação.

Certifico ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Tenho também consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Outubro 2018

A candidata,

Resumo

A presente investigação pretende apresentar as atividades desenvolvidas durante um estágio realizado na agência Lusa, A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A, e uma análise às peças publicadas nas editorias Sociedade e Política entre 20 de abril e 31 de maio de 2018, no âmbito do debate que antecedeu a votação na Assembleia da República, a 29 de maio, da despenalização da eutanásia. Além desta análise às peças publicadas pela agência Lusa são apresentadas também as conclusões de uma análise realizada às peças publicadas em três meios (*Observador, Público e Jornal i*), no mesmo período e sob a mesma temática da despenalização da eutanásia.

Procuramos apresentar também uma contextualização teórica em torno das conceitualizações de jornalismo especializado, jornalismo especializado em saúde e especialização.

O relatório de estágio não pretende ser apenas mera descrição das atividades realizadas durante o estágio, mas também uma reflexão crítica sobre as peças publicadas pela agência Lusa e a respetiva utilização nos meios. Esta reflexão é acompanhada de um exercício investigativo que procura apresentar a realidade das agências de notícias e a atualidade da agência Lusa.

PALAVRAS-CHAVE: Especialização, Eutanásia, Jornalismo Especializado, Jornalismo Especializado em Saúde

Abstract

The following research depicts the activities performed during an internship at Lusa The Portuguese News Agency, as well as an analysis of the news articles published by Society and Politics sections between April 20th and May 31st during the debate for the legalization of euthanasia which was voted at the Portuguese Parliament in May 29th.

Besides the analysis to Lusa's news articles, the following research also contains conclusions of one analysis to news articles in three different media (*Observador, Público e Jornal i*), during the same period and under the same theme.

We aim to present a theoretical context about the concepts of specialized journalism, health journalism and specialization.

This internship report doesn't intend to be a mere description of the activities performed during the internship but also a critical analysis on the news articles published by Lusa and its use in Portuguese media. This reflection is supported by an exploratory exercise to present the news agencies reality and Lusa's nowadays.

KEYWORDS: Specialization, Euthanasia, Specialized Journalism, Health Journalism

À minha família

Índice

| | |
|--|-----|
| Introdução | 1 |
| As agências de notícias | 4 |
| O nascimento das agências de notícias no mundo | 5 |
| E em Portugal? | 7 |
| 1 de janeiro de 1987 | 13 |
| A nova administração da agência Lusa e a expectativa de mudança | 16 |
| A saúde no jornalismo especializado | 20 |
| O papel do jornalista especializado | 27 |
| O estágio na agência Lusa | 30 |
| A semana de formação e os primeiros dias na editoria País | 30 |
| O dia a dia de País | 31 |
| O dia a dia de Sociedade | 34 |
| Reflexão pessoal | 37 |
| Análise da produção noticiosa | 39 |
| Discussão dos resultados | 45 |
| Resultados do universo de peças analisadas | 45 |
| Resultados da análise às peças de Sociedade | 52 |
| A agência Lusa e os meios – análise da utilização das peças | 56 |
| Conclusões | 67 |
| Bibliografia | 72 |
| Anexos | 78 |
| Anexo 1 | 79 |
| Entrevista Rute Peixinho – Jornalista agência Lusa | 79 |
| Anexo 2 | 85 |
| Entrevista Helena Neves – Jornalista agência Lusa | 85 |
| Anexo 3 | 90 |
| Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia entre 20/04/2018 e 31/05/2018 pela Editoria Sociedade, num total de 27 peças | 90 |
| Anexo 4 | 110 |



| | |
|--|-----|
| Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia entre 20/04/2018 e 31/05/2018 pela Editoria Política, num total de 71 peças..... | 110 |
| Anexo 5 | 171 |
| Recolha de peças publicadas em Observador, Público e Jornal i sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação, ou não, da agência Lusa..... | 171 |
| Anexo 6 | 195 |
| Análise comparativa de peças publicadas na agência Lusa e nos meios, por editoria (sociedade e política)..... | 195 |
| Anexo 7 | 207 |
| Levantamento das peças da agência Lusa publicadas pelos três meios analisados (Observador, Público e jornal i) | 207 |
| Anexo 8 | 209 |
| Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Sociedade | 209 |
| Anexo 9 | 211 |
| Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Política..... | 211 |
| Anexo 10 | 215 |
| Levantamento de exemplos de notícias redigidas durante o estágio editoria País.... | 215 |
| Anexo 11 | 287 |
| Levantamento de exemplos de notícias redigidas durante o estágio editoria Sociedade | 287 |

| | |
|---|----|
| Figura 1: Distribuição em números absolutos das peças por “Género da Peça”..... | 46 |
| Figura 2: Distribuição em percentagem das peças por “Tema da Peça”..... | 46 |
| Figura 3: Distribuição em percentagem das peças por “Tipo de Título” | 47 |
| Figura 4: Distribuição em percentagem das peças por “Agente”..... | 47 |
| Figura 5: Distribuição em percentagem das peças consoante a presença ou não de background..... | 48 |
| Figura 6: Distribuição em percentagem das peças consoante a presença ou não de terminologia específica | 49 |
| Figura 7: Terminologia específica utilizada no universo analisado e indicação do número de vezes em que foram utilizadas, em números absolutos..... | 50 |
| Figura 8: Distribuição em percentagem do número de vezes em que os termos utilizados foram explicados | 50 |
| Figura 9: Distribuição em números absolutos do número de peças de Sociedade por “Género” | 52 |
| Figura 10: Distribuição em percentagem do número de peças de Sociedade por “Tema” | 52 |
| Figura 11: Distribuição em números absolutos do número de peças de Sociedade por “Tipo de Título” | 53 |
| Figura 12: Distribuição em números absolutos do número de peças de Sociedade por “Agente da Peça” | 53 |
| Figura 13: Distribuição em percentagem do número de peças de Sociedade com background..... | 54 |
| Figura 14: Distribuição em percentagem do número de peças de Sociedade com terminologia específica | 55 |
| Figura 15: Distribuição em números absolutos da terminologia específica utilizada nas peças de Sociedade..... | 55 |
| Figura 16: Distribuição em percentagem da explicação ou não da terminologia específica utilizada nas peças de Sociedade..... | 55 |
| Figura 17: Distribuição em números absolutos das peças publicadas nos meios por género | 57 |
| Figura 18: Distribuição em percentagem das peças publicadas nos meios pela categoria ‘Cita a agência Lusa’ | 57 |



| | |
|---|----|
| Figura 19: Distribuição em percentagem das peças publicadas nos meios confrontando notícias e conteúdos de autor | 58 |
| Figura 20: Distribuição em percentagem das peças publicadas pela categoria ‘cita a Lusa’, no jornal <i>Observador</i> | 58 |
| Figura 21: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria ‘Género da Peça’ no jornal <i>Observador</i> | 59 |
| Figura 22: Distribuição em percentagem das peças publicadas pela categoria ‘Cita a Lusa’, no jornal <i>Público</i> | 59 |
| Figura 23: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria ‘Género da Peça’ no jornal <i>Público</i> | 60 |
| Figura 24: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria ‘Género da Peça’ no <i>jornal i</i> | 61 |
| Figura 25: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria ‘Cita a Lusa’ no <i>jornal i</i> | 61 |
| Figura 26: Distribuição em números absolutos da utilização de terminologia específica no jornal <i>Público</i> | 63 |
| Figura 27: Distribuição em números absolutos da utilização de terminologia específica no <i>jornal i</i> | 63 |
| Figura 28: Distribuição em números absolutos da utilização de terminologia específica no jornal <i>Observador</i> | 64 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Saídas da redação em País..... | 33 |
| Tabela 2: Saídas da redação em Sociedade | 36 |
| Tabela 3: Categorização/Identificação das variáveis para análise de conteúdo das peças | 42 |
| Tabela 4: Categorização/Identificação das variáveis para análise de conteúdo das peças nos meios..... | 45 |
| Tabela 5: Grelha de análise dos conteúdos publicados nos meios subordinados ao tema eutanásia | 56 |
| Tabela 6: Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia pela Editoria Sociedade | 109 |
| Tabela 7: Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia pela Editoria Política | 170 |
| Tabela 8: Recolha de peças publicadas no Observador sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação | 179 |
| Tabela 9: Recolha de peças publicadas no <i>Público</i> sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação | 190 |
| Tabela 10: Recolha de peças publicadas no <i>jornal i</i> sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação | 194 |
| Tabela 11: Análise comparativa de peças publicadas em Sociedade, na agência Lusa, e nos meios..... | 199 |
| Tabela 12: Análise comparativa de peças publicadas em Política, na agência Lusa, e nos meios | 206 |
| Tabela 13: Peças da agência Lusa publicadas pelo <i>Observador</i> | 207 |
| Tabela 14: Peças da agência Lusa publicadas pelo <i>Público</i> | 208 |
| Tabela 15: Peças da agência Lusa publicadas pelo <i>jornal i</i> | 208 |
| Tabela 16: Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Sociedade | 210 |
| Tabela 17: Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Política..... | 214 |

Introdução

O relatório de estágio que se apresenta pretende ser uma descrição e reflexão sobre o tempo em que decorreu o estágio na redação da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., acompanhado de um estudo empírico na área da especialização jornalística e, concretamente, no jornalismo especializado em saúde.

A Lusa surgiu como opção nos meses imediatamente anteriores ao início do estágio, a 5 de fevereiro de 2018, por se tratar da única agência de notícias em Portugal que faz a distribuição por diversos meios de comunicação nacionais e internacionais, recaindo sobre esta a especial “obrigação” de difundir notícias credíveis, inteligíveis e factuais. Versando a investigação sobre a especialização jornalística, nomeadamente no campo da saúde, fazia todo o sentido integrar a redação que, em Portugal, é fonte para a generalidade dos meios de comunicação nacionais para poder perceber exatamente qual a dinâmica da especialização dos jornalistas e dos conteúdos difundidos.

O estágio teve início a 5 de fevereiro, com uma semana inicial de formação, e final a 30 de maio. Depois da primeira semana de formação geral a todos os estagiários, integrámos, durante três meses, até 27 de abril, a editoria de País, sob a coordenação dos editores Rosa Carreiro, Marta Clemente e Marco Lopes da Silva.

Na sequência do acompanhamento noticioso que foi realizado e foco empírico deste relatório, na da especialização do jornalismo na área da saúde, impunha-se uma mudança de editoria para ‘Sociedade’, na qual se insere a Saúde.

O surto de sarampo que teve início do mês de março foi a primeira escolha para análise e aprofundamento do tema do presente relatório de estágio, mas, terminado o levantamento noticioso e selecionado o *corpus* noticioso para análise, concluiu-se que este se esgotava no final do segundo mês de análise. Sensivelmente ao mesmo tempo, a 20 de abril, o último de quatro projetos de lei sobre a despenalização da eutanásia deu entrada na Assembleia da República.

Sendo o debate da despenalização da eutanásia um tema fraturante na sociedade e com implicações em diferentes áreas que lhe estão ligadas, da bioética à ciência, da religião à política, vários são os agentes que se manifestaram ao longo dos meses que antecederam a votação plenária na Assembleia da República. Considerando a amplitude de fontes envolvida no debate público e os meios jornalísticos empenhados da parte da agência Lusa para fazer a cobertura deste tema, tornou-se um objeto de análise mais interessante do ponto de vista da análise qualitativa e quantitativa das peças publicadas pela agência Lusa e replicadas ou aprofundadas nos meios de comunicação.



A mudança de editoria de País para Sociedade, na primeira semana do mês de maio, coincidiu com o agendamento do Parlamento, no dia 2 de maio, da votação dos projetos para despenalização da eutanásia, no dia 29 do mesmo mês, o que veio confirmar o *corpus* de análise noticioso que iríamos realizar ao longo do período em que estivéssemos inseridos na editoria ‘Sociedade’.

O tempo de estágio em Sociedade foi realizado sob a coordenação das jornalistas Rute Peixinho e Helena Neves, ambas de Saúde, e pelos editores de Sociedade, Henrique Botequilha, Patrícia Cunha e João Roque.

Através da questão de partida “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p.44). De acordo com os autores, para orientar a investigação é essencial “enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida” (*Idem*, p. 45) e, para conduzir o exercício investigativo do presente relatório, foi formulada a seguinte questão de partida: Até que ponto há especialização nos temas de saúde?

O campo de observação centrou-se nas peças publicadas nas editorias Sociedade e Política, entre 20 de abril e 31 de maio. A editoria Política surge na análise, uma vez que, dado o carácter fraturante do debate da despenalização da eutanásia na sociedade, as duas editorias ficaram responsáveis por fazer a cobertura da discussão e da votação. No total, foram analisadas 97 peças da agência Lusa e 239 peças de três meios de comunicação (*Observador, Público e Jornal i*). Com o objetivo de desenvolver uma correta análise e resposta à questão inicial, recorreremos à revisão de literatura sobre as questões do jornalismo especializado (Fernández del Moral, J. e Esteve, F., 1993 e 1999; Rafael Llano, 2008; Marinescu, V. e Mitu B., 2016, Pérez Curiel, 2005; Chimeno Rabanillo, 1997; Vicent Salvador, 2002; Tuñón, 1993; Montserrat Quesada, 1998) e do jornalismo de saúde (Araújo, 2012, 2016; D. Armstrong, 1995; R. Crawford, 2006; Dias, 2005; Fontcuberta, 1993; Marinho *et al.*, 2012; Radley *et al.*, 2006; Schiavo, 2014; Borjas, 2004). A pesquisa empírica e o estudo concetual de vários autores ambicionam atingir uma correta definição de jornalismo especializado e jornalismo especializado em saúde.

A estratégia metodológica assentou, essencialmente, em técnicas de investigação não-declarativas de natureza documental e observação direta:

a) Pesquisa de documentação sobre a agência Lusa; recolha de todas as peças sobre eutanásia durante o período de análise;



- b) Pesquisa bibliográfica de literatura sobre jornalismo especializado e jornalismo de saúde, acrescida de uma reflexão sobre as referências consideradas mais pertinentes;
- c) Análise de conteúdo quantitativo e qualitativo das peças publicadas entre 20 de abril e 29 de maio.

Findas todas as etapas da investigação, apresentamos o resultado do trabalho no presente relatório de estágio que se organiza em quatro partes/capítulos. A primeira parte procura contextualizar e apresentar a agência Lusa, contextualizando a agência no panorama internacional de criação e desenvolvimento das agências noticiosas no mundo. A segunda parte tem por base os estudos das áreas da especialização jornalística e especialização em jornalismo de saúde, sobre os quais centrámos a recolha de informação para uma melhor compreensão, contextualização e definição do conceito de jornalismo especializado em saúde. Na terceira parte, é realizada uma descrição do estágio, através do relato de experiências e crescimento vivenciado.

A reflexão e a análise das peças publicadas subordinadas à discussão e votação dos projetos de lei para despenalização da eutanásia apresentar-se-á na parte final desta parte do trabalho, na quarta parte, que antecede a apresentação das conclusões.

As agências de notícias

Não seria possível descrever a Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A sem antes desenvolver uma breve resenha história pelo percurso das agências de notícias no mundo e, especificamente, em Portugal.

Em 1953, um estudo da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, do mesmo ano, classificava as agências de notícias como uma empresa e avançava uma definição de agências de notícias, embora destacando a dificuldade de encontrar uma definição única para as agências de notícias, tendo cada país o seu enquadramento legal à luz da Constituição.

“Uma agência de notícias é uma empresa cujo objetivo principal, seja qual for sua forma jurídica, é recolher notícias e material de noticioso, cujo único objetivo é expressar ou apresentar factos, e distribuí-lo a um grupo de empresas jornalísticas, em circunstâncias excecionais a indivíduos privados, com o objetivo de lhes fornecer um serviço de notícias tão completo e imparcial quanto possível recebendo o pagamento do serviço de acordo com as condições compatíveis com as leis e usos comerciais.”¹

De acordo com Jorge Pedro Sousa (1997), o campo de atividade das agências é a recolha e venda de informações, regra geral, sob a forma de texto e/ou imagem. Segundo o autor, é necessário distinguir “agências mundiais” de “agências internacionais” e “agências nacionais”. As primeiras são de “cobertura permanente de todo o planeta” e as segundas “especializadas na cobertura ocasional ou permanente de um determinado espaço geográfico” e, por último, as agências nacionais têm como “principal função a cobertura de um determinado país” (Sousa, 1997).

As agências nacionais, além da cobertura do país, fazem também a “seleção e difusão de notícias das agências mundiais e internacionais para os subscritores dos seus serviços no espaço nacionais” (*Ibidem*), onde inserimos a agência Lusa, que faz a

¹ Tradução livre de «*a news agency is an undertaking of which the principal objective, whatever its legal form, is to gather news and news material, of which the sole purpose is to express or present facts, and to distribute it to a group of news enterprises, and in exception circumstances to private individuals, with a view to providing them with as complete and impartial a news service as possible against payment and under conditions compatible with business laws and usage*», in Unesco (1953). *News Agencies, Their Structure and Operation*. Paris: George Lang.



cobertura noticiosa de todo o país e espaço geográfico onde tem instaladas as suas delegações e correspondentes. Apesar de estar presente em vários países foca a sua principal função em Portugal continental e ilhas e também na difusão de notícias de agências mundiais e internacionais.

O nascimento das agências de notícias no mundo

A primeira agência noticiosa do mundo começou a funcionar em Paris, pelas mãos de Charles-Louis Havas, em agosto de 1832 (Lusa, 2007, p.18), sob o nome *Bureau de traduction des journaux étrangers* e tinha a função de traduzir notícias de vários jornais europeus que, posteriormente, eram vendidas aos periódicos da cidade.

Com a expansão dos serviços de tradução e resumo à imprensa inglesa, alemã, espanhola e italiana e aumento do número de correspondentes que integravam a rede, a Havas agregou várias sociedades de Paris que exerciam atividade no mesmo ramo.

É em 1835 que o *Bureau* alarga os seus serviços ao exterior através da tradução e correspondência oficial de França para “variadas línguas, traduções essas que eram posteriormente publicadas nos jornais de outros países” (*Idem*, p.19).

No final de 1835, surge pela primeira vez o termo ‘agência’ com a alteração do nome de *Bureau de Traduction des Journaux Étrangers* para *Agence des Feuilles Politiques – Correspondance Générale*, a qual adotava mais vulgarmente o nome do seu fundador: *Agence Havas*.

A natural evolução da tecnologia e o desenvolvimento das infraestruturas necessárias para a troca de informação, por exemplo, o desenvolvimento dos cabos submarinos e das linhas de caminho-de-ferro promoveu o aparecimento de novas agências de comunicação nos Estados Unidos e na Europa, no final do século XIX. Jean-Noel Jeanneney destaca também, na sua obra, o advento da liberdade de imprensa que se afirma “segundo ritmos variáveis, nos diferentes países ocidentais, com um duplo motor” para o autor, “por um lado, o progresso da democracia e a instauração por etapas do sufrágio universal (masculino...), implicando a necessária informação de todos os eleitores pelos jornais; e, por outro lado, os progressos técnicos, no seguimento das notícias, na impressão e na difusão dos jornais: progressos muito mais espetaculares no século XIX do que no século XVIII” (1996, p. 65). Para Jeanneney, não importa apenas os progressos técnicos, mas também o aumento da curiosidade de um público alargado,



que permitiram às agências noticiosas nascidas em meados do século XIX tomar um lugar central, logo a partir do século XX.

“(...) o mercado da informação torna-se mundial, a maioria dos órgãos de imprensa são incapazes de manter correspondentes à distância, dados os custos nas despesas de instalação, de manutenção, de transmissão das notícias. Consequentemente, as agências noticiosas que nasceram em meados do século XIX ocupam um lugar central” (Idem, p. 85).

As agências *Reuters* (Reino Unido), *Havas* (França), *Wolffs* (Alemanha) eram as três principais agências de comunicação mundiais e viviam, por volta dos anos 1960, uma época de forte expansão através da instalação de correspondentes “nas mais importantes capitais e cidades do globo” (Lusa, 2007, p. 36). Depois de um encontro em Paris, a 15 de julho de 1859, os responsáveis das três agências estabeleceram “princípios de intercâmbio recíproco de informação e não-concorrência, determinando a concertação de preços e uniformização de lucros entre si” (*Ibidem*).

Jeanneney (1996, p. 85) constata ainda o facto de as duas grandes agências alemã e inglesa terem sido ambas fundadas por antigos empregados de Charles Havas.

A I Guerra Mundial ditou o enfraquecimento das agências de notícias europeias e o fortalecimento das agências norte-americanas, alterando o paradigma a que se tinha assistido até então da hegemonia europeia das agências de comunicação. Jeanneney aponta o “pesado orçamento” das agências como um dos motivos que originou a sua cisão, com acordos entre si. “Partilha-se o mercado trocando as notícias internacionais nos mercados nacionais” (1996, p. 86).

Com o final da I Guerra Mundial, as agências ganharam dimensões “políticas e ideológicas” (Lusa, 2007, p. 44) ao serem encaradas pelos estados como o melhor meio para a garantia da independência, afirmação da identidade e defesa dos ideais.

A confirmação deste papel de publicidade ao Estado e aos regimes deu-se, anos mais tarde, com o início da II Guerra Mundial e a nacionalização das agências noticiosas. Apenas a agência *Reuters* resistiu à II Guerra Mundial, tendo a *Havas* e a *Wolffs* sido arrastadas com a queda do regime Nazi.

Segundo Jeanneney, os governos rapidamente percebem a importância dos canais de informação que difundem centenas de milhares de publicações, que deviam ser uma aposta importante de todos os executivos, mas sem que as agências dependam totalmente do seu poder “um pouco para poder fazer valer o ponto de vista do poder executivo no interior e servir a democracia no exterior; mas não demasiado, pois o descrédito afetaria



rapidamente estas empresas que imediatamente perderiam a sua influência: o equilíbrio é sempre precário” (1996, p. 86).

A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reconhece a importância das agências de notícias no mundo, enquanto meios de cobertura de importantes factos e acontecimentos. De acordo com Shrivastava, na obra *News Agencies from Pigeon to Internet*, no primeiro encontro da *World Association of News Agencies*², que decorreu em Moscovo, a 24 de setembro de 2004, o na altura diretor geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, afirmava que o “acesso sem restrições a informações e rigorosos padrões profissionais são especialmente importantes para as agências de notícias, já que fornecem materiais e filmagens para vários meios de comunicação, particularmente aqueles que não têm recursos para estar presentes onde a ação acontece, para realizar reportagens de investigação ou para cobrir problemas que exigem grandes equipas e conhecimento especializado. Se as agências de notícias não existissem teríamos de as inventar” (2007, p. 1).

E em Portugal?

O quadro do jornalismo português, na primeira metade do século XIX, era pobre, fruto da herança deixada por anos de Invasões Francesas, vintismo³ e miguelismo⁴ (Lusa, 2007, p. 47), tendo sido apenas a partir de 1851 que se viveu em Portugal uma época de alguma industrialização e, conseqüente, “salto qualitativo e quantitativo” no jornalismo.

Com os avanços permitidos, surgiram no país alguns jornais que publicavam, inclusivamente, conteúdos produzidos pela agência *Havas*, mas este advento foi interrompido com o fim da Primeira República e instalação da ditadura e, com esta, a censura.

Os jornais portugueses viram a sua função limitada à de publicar apenas os despachos das agências estrangeiras, não lhes sendo permitida qualquer interpretação dos

² O encontro decorreu nos dias 24 e 25 de setembro de 2004, tendo como anfitriã a agência de notícias Russa ITAR-TASS, no ano em que completava cem anos da sua fundação.

³ Predominavam em Portugal as Cortes Constituintes, influenciadas pela Constituição Espanhola de Cádiz, entre agosto de 1820 e abril de 1823.

⁴ D. Miguel (absolutista) opunha-se a D. Pedro (liberal), na disputa do trono português, tendo a oposição derivado na Guerra Civil Portuguesa, entre 1828 e 1834.



mesmos, cingindo a construção da imagem do mundo aos portugueses à visão do Estado e das agências internacionais (*Idem*, p. 49).

Até 1944, apenas o Luxemburgo fazia companhia a Portugal na lista dos países sem agência de notícias. Foram necessários quase 110 anos desde a criação da primeira agência de notícias para que surgisse em Portugal a Lusitânia.

Luís Caldeira Lupi era correspondente da *Reuters* e da *Associated Press (AP)*, em Portugal, e pretendia criar uma agência de notícias nacional, com especial ligação às províncias ultramarinas.

No conturbado período de ditadura e II Guerra Mundial que Portugal e a Europa atravessavam, Lupi encontrou em Marcello Caetano um “aliado” para a criação da Lusitânia, um feito que apenas conseguiu depois de Caetano ter sido nomeado ministro das Colónias.

A 7 de dezembro de 1944, Marcello Caetano assinava o despacho que autorizava a criação da agência. A 30 de dezembro de 1944, a Lusitânia foi oficialmente inaugurada e viveu num “contraditório equilíbrio entre a informação e a propaganda” (*Idem*, p. 64). A agência funcionava “como uma secção da Sociedade de Propaganda de Portugal”, um organismo que dependia do Touring Club de Portugal, cuja finalidade era promover e divulgar Portugal como destino de turismo e “tinha por missão exclusiva a troca de notícias com as colónias portuguesas, promovendo a união nacional” (*Ibidem*).

Apesar dos 109 anos de distância entre a primeira agência de notícias no mundo e a primeira agência de notícias portuguesa, foram necessários apenas três anos, depois da criação da Lusitânia, para que surgisse a Agência de Notícias e Informação (ANI), a segunda agência portuguesa.

Os jornalistas Dutra Faria, Barradas de Oliveira e Marques Gastão iniciaram, no final de 1947, aquilo que viria a transformar-se na ANI e que contava, também, com o apoio do ministro das Colónias, Marcello Caetano. A 27 de janeiro de 1948, foi constituída oficialmente a ANI, que tinha como objeto:

«... O fornecimento de artigos, notícias, informações ou tópicos às empresas jornalísticas ou a quaisquer outras entidades, podendo também explorar qualquer ramo de comércio ou indústria em que os sócios concordarem à exceção do bancário» (*Ibidem*, p. 74).

Até à eclosão da Guerra Colonial, no início de 1961, a Agência de Notícias e Informação conheceu um desenvolvimento suficiente para se colocar a par da Lusitânia. Com o início dos confrontos em Angola, o aumento de notícias provenientes das províncias ultramarinas valorizou o trabalho das agências de notícias, sendo que “a ANI



apostou fundamentalmente no noticiário internacional e, tal como a Lusitânia, no das colónias, lançando-se numa clara disputa comercial pelo controlo da informação do Ultramar” (*Ibidem*).

A ANI conseguiu, a partir de então, distanciar-se da Lusitânia numa posição de supremacia, relativamente à difusão de notícias, aos acordos celebrados com outras agências estrangeiras e à contratação de correspondentes nos principais países, apostando, *a posteriori*, também na modernização da redação, com a instalação do telex (*Idem*, p. 80).

A década de 70 do século XX ficou marcada por várias mudanças sociais. Desde logo, em Portugal, o 25 de Abril de 1974, também a eclosão do escândalo *Watergate*⁵ e consequente demissão de Richard Nixon, nos Estados Unidos, a emergência de questões ambientais, o desenvolvimento da economia japonesa, a grave crise petrolífera e os avanços na área da informática, entre outras, são algumas das mudanças mais visíveis e que produziram efeitos mais marcantes na dinâmica social até então vivida, acontecimentos que deram um novo fôlego ao tratamento noticioso nas agências.

Depois de vários meses em tentativas de negociação entre as agências e o governo, que tomou posse imediatamente após a Revolução dos Cravos, a 10 de outubro do mesmo ano, o executivo iniciou o processo de nacionalização da ANI e da Lusitânia.

Se inicialmente a nacionalização da ANI parecer ter decorrido de forma célere e com respeito aos direitos dos trabalhadores, ambas as agências conheceram o seu fim ainda durante o ano de 1974 (*Idem*, p. 126).

A extinção da Lusitânia ocorreu em novembro de 1974 e a cessação formal da ANI foi ordenada a 19 de novembro do mesmo ano, embora o processo de dissolução da agência tenha demorado cerca de um ano, até 24 de setembro de 1975.

A dissolução da ANI foi justificada com o Decreto-Lei nº523/75, I Série⁶, com a data da dissolução de facto da agência, por ser “uma empresa ainda presa a recordações de um passado antidemocrático e antipopular, para deixar a nova empresa pública ANOP cumprir os seus democráticos objetivos estatutários”.

⁵ O “caso Watergate” deu origem à primeira demissão da história de um Presidente dos Estados Unidos da América, com Richard Nixon a demitir-se depois da denúncia do seu envolvimento num processo de espionagem política através de escutas telefónicas.

⁶ *Diário da República* disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/312176>, consultado a última vez a 15 de junho de 2018.



De facto, a 1 de julho de 1975, em *Diário da República*, haviam sido publicados os estatutos da Agência Noticiosa Portuguesa, Empresa Pública (ANOP), que foram posteriormente alterados e publicados na sua redação final a 11 de abril de 1978⁷. De acordo com o Decreto-Lei nº330/75⁸:

“...a consolidação de um processo revolucionário não será nunca conseguida se não houver o cuidado na criação oportuna de instrumentos adequados que lhe assegurem a sua permanente dinâmica e a sua crescente radicação nos diferentes sectores das populações, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Daqueles instrumentos sobressaem os meios de informação, por detrás dos quais se encontram as agências noticiosas como os grandes centros difusores que são, das ideias e das notícias de acontecimentos em que se radica o essencial da formação das opiniões públicas.”

Era assim objeto da ANOP “a prestação do serviço de informação noticiosa, através da recolha e difusão de notícias, comentários e imagens para publicação na imprensa periódica e outros meios de comunicação social, além da edição de publicações periódicas e de publicações unitárias” (Decreto-Lei nº330/75 de 1 de julho do Ministério da Comunicação Social, 1975).

A década de 1980, marcada pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e advenços da tecnologia que permitiam a modernização das redações e agências noticiosas espalhadas pelo mundo, é também sinónimo de expansão da ANOP e da implementação em praticamente todas as capitais de distrito de Portugal Continental, delegações nas ilhas dos Açores e da Madeira, abertura de escritórios na Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde, em Bruxelas e em Madrid e do natural aumento do número de funcionários ao serviço da agência.

Também a rede de correspondentes permanentes nos continentes europeu, americano, africano e asiático foi alargada. Tendo em mente a projeção internacional da agência, foram estabelecidos novos contratos de cooperação com agências estrangeiras, o que permitiu à ANOP construir uma forte posição no mercado português de informação “constituindo-se rapidamente como a principal fonte de notícias dos *media* nacionais, em particular da imprensa, e criando junto desta uma espécie de monopólio informativo” (Lusa, 2007, p. 143).

⁷ *Diário da República* disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/425330>, consultado a última vez a 15 de junho de 2018

⁸ *Diário da República* disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/337199>, consultado a última vez a 15 de junho de 2018

No entanto, o apogeu da ANOP cedo chegou ao fim, reflexo de uma crise financeira e das dificuldades na gestão de uma agência que detinha o monopólio da informação e da qual a maior parte dos órgãos de comunicação se limitavam a copiar e difundir.

Em julho de 1982, um total de 21 empresas entre nove públicas e 12 privadas criam a Porpress – Cooperativa de Responsabilidade Limitada, contando com o apoio do governo que, anteriormente, já se tinha demonstrado disponível para apoiar financeiramente a ANOP, reforçando os subsídios que lhe eram atribuídos. A nova agência assume claramente a intenção de “combater a situação de monopólio no sector em Portugal” (Da Silva, 2002). A Porpress – Cooperativa de Responsabilidade Limitada passa a denominar-se Notícias de Portugal – Cooperativa de Responsabilidade Limitada (NP) e iniciou as suas funções em novembro desse ano.

A partir de 1983, com a tomada de posse de um governo de coligação entre PS e PSD, passou a ser objetivo claro para o líder do governo, Mário Soares, terminar com o impasse que se vivia com a coexistência das duas agências de informação e o seu respetivo financiamento estatal. O seu processo de aglutinação não se desenrolou com a celeridade inicialmente ambicionada pelo governo, tendo sido assinado o acordo para a constituição de uma única agência noticiosa nacional entre o executivo e a ANOP e a NP apenas a 30 de julho de 1986 (Lusa, 2007, p. 180). O acordo previa a criação de uma nova agência, única, com “estrutura cooperativa de utilidade pública e responsabilidade limitada, agrupando o Estado e os utentes dos serviços informativos” (Da Silva, 2002).

A 28 de novembro de 1986, o governo aprovou, em Conselho de Ministros, publicado no *Diário da República*, I Série, nº275/86, a “autorização para a escritura de constituição de uma cooperativa de interesse público (Lusa)”⁹.

No documento, é expressa a incapacidade de satisfação dos interesses público e nacional, oriunda da coexistência das duas agências de notícias cujo orçamento dependia em 65% de um contrato celebrado anualmente com o Estado. De acordo com a resolução publicada, “a escassez dos recursos públicos disponíveis não é compatível com a duplicação de financiamentos à realização de tarefas em larga medida perfeitamente

⁹ *Diário da República* disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/275827>, consultado a última vez a 15 de junho de 2018.



sobrepostas”¹⁰. Como tal, informa o Conselho de Ministros, “a fórmula encontrada preconiza a constituição de uma cooperativa de interesse público onde se associarão o Estado e uma cooperativa aberta à generalidade dos órgãos de comunicação social portugueses (...) constituída por tempo indeterminado”.

O objeto desta nova cooperativa é a prestação de serviços de informação através da recolha de material noticioso e de interesse informativo, seu tratamento para difusão e divulgação” (Resolução do Conselho de Ministros nº84/86 de 28 de novembro da Presidência do Conselho de Ministros, 1986).

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros nº84/86, de 28 de novembro da Presidência do Conselho de Ministros, 1986.

*"Na sequência do processo de formação da Agência Lusa – Agência Lusa de Informação, CIPRL [Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada] – as agências ANOP e NP cessaram, a partir das 24 H de ontem, a difusão do seu serviço noticioso. A partir de hoje, cabe à Lusa a responsabilidade de elaborar e de distribuir um serviço noticioso nacional e internacional à rede geral de utentes da ANOP e da NP."*¹¹

1 de janeiro de 1987

Foi com a distribuição a todos os clientes do comunicado supracitado que a agência Lusa iniciou a distribuição do serviço noticioso que ainda hoje vigora. À semelhança das últimas décadas de mudanças centrais na sociedade e marcadas por um rápido desenvolvimento tecnológico, também os primeiros anos de existência da agência Lusa foram marcados por importantes alterações sociais.

A escalada de violência no Médio Oriente, com o início da “Intifada”¹², o começo de importantes obras de engenharia e o desenvolvimento de novos fármacos, a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética e da Jugoslávia, o final do Apartheid, na África do Sul, a Guerra do Golfo, os vários atentados terroristas em todo o mundo e as guerras do Afeganistão e do Iraque são alguns dos acontecimentos que maior impacto produziram naquela que é a sociedade da informação que hoje conhecemos e em que vivemos.

A agência Lusa iniciava assim funções no seio de uma sociedade “em ebulição” também no que às agências de notícias portuguesas dizia respeito, com a coexistência das três agências de notícias nos primeiros momentos. Além de ainda não terem cessado totalmente funções, a ANOP e a NP “cediam” os espaços próprios para que os jornalistas da agência Lusa pudessem trabalhar.

¹¹ Lusa - “A nossa história”, disponível em: <https://www.lusa.pt/about-lusa/A-Nossa-Hist%C3%B3ria>, consultado a última vez a 15 de junho de 2018.

¹² A “Primeira Intifada”, também chamada “Guerra das Pedras”, opôs a população da Palestina à de Israel, teve início em dezembro de 1987, no campo de refugiados de Jabalyah, no extremo norte da Faixa de Gaza.

Com um início conturbado e a difícil tarefa de gerir a fusão da ANOP e NP, depois de passar por uma quase falência técnica, ganhar um espaço físico próprio, instituir delegações em várias cidades de Portugal continental e insular, em Maputo, Luanda, Bissau e Cidade da Praia, Rabat, Macau, Pequim e Bruxelas, ser nomeada uma nova equipa para reestruturar a agência, assegurar a colaboração de correspondentes em Washington, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Joanesburgo, Sydney e Telavive, a agência passou a contar com mais de 150 jornalistas que asseguravam o serviço informativo 24 sobre 24 horas (Lusa, 2007, p.196).

Para complementar o serviço que prestava aos clientes, a agência Lusa criou um serviço fotográfico nacional e internacional através de parcerias com várias agências de notícias internacionais, com uma importância nunca antes conhecida no panorama português. “O Serviço de Fotonotícia da Agência Lusa foi criado em 1987, tendo, nesse mesmo ano, sido realizada a primeira reportagem internacional” (Sousa, 1997). De acordo com o mesmo autor, os primeiros dez anos do serviço não primaram pela estabilidade e não era dada muita importância ao fotojornalismo “quando comparado o reduzido número de fotojornalistas com o número de redatores”.

Em 1992, a agência Lusa apresenta o seu *Livro de Estilo*¹³, que sofreu uma atualização em 2012, com o objetivo de “manter o Livro de Estilo como um elemento de referência, estável nos princípios fundamentais, mas também como um trabalho em progresso, adaptável a circunstâncias sempre mutáveis”, tendo sido adotado pela agência a partir do dia um de outubro de 2012.

Parte integrante das citadas “circunstâncias sempre mutáveis” é a internet e toda a evolução que esta proporcionou, colocando os jornalistas e as agências de informação em confronto com a imediatividade em que o indivíduo foi habituado a viver. A partir de 1993, toda a redação da agência passou a ser completamente informatizada. O ano de 1995 ficou marcado pela abertura, durante um mês, de todas as notícias produzidas pela redação para o ciberespaço (*Idem*, p. 203), uma experiência que antecedeu a criação do primeiro *site* da agência Lusa, lançado em 1996.

Um ano após a sua implementação no meio *online*, a agência Lusa registava prejuízos na ordem dos milhões de euros e a solução encontrada pelo governo foi a de

¹³ Livro de Estilo da agência Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. disponível em <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf>, consultado a última vez a 15 de junho de 2018.



aumentar o capital e elevar o perfil estatutário, deixando de ser uma cooperativa de interesse público para dar lugar a uma sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos. Passou a adotar a atual denominação: Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. A única alteração que os estatutos da agência de notícias portuguesa sofreram ocorreu em 2006, com a redução do capital social, deliberada em assembleia geral (*Idem*, p. 206).

O *site* da agência Lusa foi-se adaptando às necessidades com o decorrer dos tempos, respondendo às exigências, passando a distribuir mais serviços, onde se incluiu o de fotografia. A versão do *site*, criada em 2002, foi desenvolvida pela *Microsoft* e “assumiu-se como o rosto de todo o trabalho feito na e pela agência” (*Idem*, p. 208), tendo sofrido posteriormente alterações em 2003 e em 2007.

Para além da necessária adaptação ao meio *online*, a agência Lusa criou os serviços de LusaTV e Lusa Rádio que assumem, atualmente, especial importância no fornecimento de conteúdos para as televisões e rádios nacionais. Hoje, é a maior agência de língua portuguesa que garante a circulação de informação sobre e para os países lusófonos e as comunidades portuguesas no estrangeiro.

“O contrato de prestação de serviço público¹⁴, ao consagrar a parceria entre o Estado e a agência, garante os custos decorrentes da prestação dos serviços pela Lusa e responsabiliza a agência que se obriga a assegurar uma efetiva cobertura informativa nacional, regional e local da realidade nacional, bem como dos acontecimentos relacionados com a União Europeia, com os Países de Língua Oficial Portuguesa e com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, mantendo, para tal, nesses locais, delegações, representações ou correspondentes”.

Atualmente, a Lusa é uma sociedade anónima com oito acionistas: o Estado português detém 50,14% das ações, o Global Media Group 23,36%, a Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A. 22,35%, a NP 2,72%, o Público – Comunicação Social S.A. 1,38%, a RTP S.A. 0,03%, O Primeiro de Janeiro S.A. 0,01% e a Empresa do Diário do Minho, Lda. também 0,01%, representando um total de capital social que ascende aos 5 milhões e 325 mil euros.

¹⁴ Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público disponível em https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CPSNIIP_2017-2019.pdf, consultado a última vez a 15 de junho de 2018.

A rede de colaboradores em Portugal continental e ilhas possibilita à agência garantir uma completa cobertura dos acontecimentos, bem como a existência de delegações na Europa, África, Ásia e América do Sul e correspondentes em cada um dos cinco continentes.

Os pacotes de serviços que a agência disponibiliza foram idealizados para satisfazer as necessidades do mercado, indo ao encontro das áreas de interesse, dos meios de difusão ou da personalização para clientes em nome individual, sendo possível fazer a subscrição dos serviços de texto (nacional, internacional, economia, lusofonia e desporto), de fotografia (pacotes fotográficos ou fotogalerias), vídeo (Lusa Vídeo e Lusa TV), áudio (Lusa Áudio), arquivo (fotografias ou textos de arquivo), agenda (agenda, agenda online ou agendas temáticas), Info 3E (“serviço aglomerador de relatórios, estatísticas e comunicados, com informação macroeconómica sobre Portugal, os seus parceiros económicos, a União Europeia e os países do G7”¹⁵) e agenda financeira (“serviço aglomerador de relatórios, estatísticas e comunicados, com informação macroeconómica sobre Portugal, os seus parceiros económicos, a União Europeia e os países do G7”¹⁶)

A nova administração da agência Lusa e a expectativa de mudança

A 28 de dezembro de 2017, a agência Lusa noticiou a nomeação de Nicolau Santos para presidente do Conselho de Administração. A nomeação do Ministério da Cultura devia ter produzido efeitos em fevereiro de 2018, mas a nova administração da agência Lusa só foi aprovada pela assembleia-geral um mês mais tarde, a 21 de março de 2018¹⁷.

Logo no início do estágio, foi possível constatar a expectativa que existia em torno desta nova nomeação e das mudanças aguardadas. Na redação, comentava-se que poderiam surgir melhorias nas condições de trabalho e nos vínculos contratuais, alguns deles precários há vários anos.

¹⁵ Informação disponível em: https://www.lusa.pt/products/product_info3e, consultado a última vez a 18 de outubro de 2018

¹⁶ Informação disponível em: https://www.lusa.pt/products/product_agenda_financeira, consultado a última vez a 18 de outubro de 2018

¹⁷ Notícia da agência Lusa disponível em: <https://observador.pt/2018/03/21/administracao-da-lusa-presidida-por-nicolau-santos-aprovada-por-unanimidade/>, consultado a última vez a 14 de junho de 2018

O facto de atualmente existir um défice de jornalistas na agência Lusa, devido aos constrangimentos orçamentais a que a agência está sujeita por estar sob a alçada do Ministério da Cultura e a incapacidade que tem de ser autónoma na gestão dos recursos humanos para poder contratar mais jornalistas ou substituir aqueles que optaram por deixar a agência, era um dos principais pontos que reunia maior expectativa junto dos jornalistas na sede.

Rute Peixinho, jornalista da agência Lusa, afirmou que “é preciso mais meios humanos, nomeadamente jornalistas”¹⁸ para que a agência possa funcionar “ainda melhor”. Também Helena Neves¹⁹, jornalista da agência, considera que “a existência de mais jornalistas a tempo inteiro na redação, dos quadros da empresa, iria dar uma maior liberdade também aos jornalistas para realizarem os seus próprios trabalhos, o que não acontece por causa das limitações nos recursos. Se calhar, se as pessoas estiverem mesmo a fazer aquilo que gostam, nas áreas certas e, se fosse possível também, mudar de área. É um desafio para a própria pessoa poder desenvolver um trabalho”. E sublinhou: “Às vezes, estamos muito tempo na mesma área, a trabalhar os mesmos temas, já não conseguimos ver o que é novo, mas acho que o principal problema é a falta de recursos humanos”.

No último mês, tivemos o privilégio de assistir ao primeiro plenário de trabalhadores com o novo presidente do Conselho de Administração, a 17 de maio, e a um posterior a 23 de maio, onde foi clara a reivindicação por mais contratações e aumento do número de jornalistas na agência, através da intervenção de vários jornalistas nesse sentido, durante o plenário. A informação de que iriam ser contratados pelo menos dez trabalhadores para a redação recebeu alguns aplausos dos jornalistas que participavam no plenário, embora tenham mantido firme que será insuficiente face às necessidades atuais.

Helena Neves considerou ainda que o reforço de jornalistas na agência seria uma mais-valia não só para o trabalho desenvolvido como também para aquilo que a agência representa: “Acho que era importante. Se existisse uma pessoa mais solta para ir aos serviços e ter uma pessoa mais dedicada para realizar outros trabalhos. Por exemplo, no nosso caso (na saúde, dentro da editoria de Sociedade), somos duas pessoas e é muito pouco com a agenda que há, que é imensa. Mesmo que queiramos fazer um trabalho mais profundo, não é possível. Ter uma pessoa que tivesse tempo para se dedicar e para estudar

¹⁸ Ver Anexo 1, entrevista a Rute Peixinho, realizada em setembro de 2018.

¹⁹ Ver Anexo 2, entrevista a Helena Neves, realizada em setembro de 2018.



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

aprofundar os temas era excelente. Uma mais-valia para o trabalho da agência Lusa e para o nome da agência também.”



A Organização Mundial de Saúde define, nos princípios da sua constituição, a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doença”²⁰, prosseguindo com o ponto em que responsabiliza o governo dos países pela saúde das suas populações através da adoção de medidas sanitárias e sociais adequadas. No ponto das medidas sociais, inclui-se, naturalmente, o papel dos meios de comunicação social para a divulgação de medidas a tomar, quer em casos epidémicos, quer no seu quotidiano, contribuindo para a manutenção da sua saúde.

Hoje, a noção comum é a de que a saúde não é algo que se possui, mas um aspeto da vida que deve ser trabalhado no quotidiano, algo para o qual cada indivíduo se deve esforçar, um projeto que vale por si mesmo, e não apenas - ou só - para afastar a hipótese de ficar doente (Crawford, 2006).

Radley et al. afirmam “a saúde tornou-se um objetivo por si mesma, para além da cura de doenças, deu-se uma diferenciação resultante do enfraquecimento da autoridade médica e do maior consumismo na sociedade” (Radley et al., 2006, p. 390). Enquanto David Armstrong, professor em *Guy's and St. Thomas's Medical and Dental School*, na Universidade de Londres, ressalva, na sua publicação *The Rise of Surveillance Medicine*, a responsabilidade social que existe na vigilância da saúde: “A intervenção na saúde não pode continuar a focar-se quase exclusivamente no corpo do paciente numa cama de hospital. A vigilância médica terá de deixar o hospital e penetrar na população em geral” (1995, p. 398).

Aparentemente, sempre existiu nos *media* esta consciência de que a saúde individual passaria também pela promoção do bem-estar social. “Desde o surgimento da imprensa, saúde e doença ocupam espaço nas páginas dos mais importantes periódicos mundiais” (Azevedo, 2009, p. 3), sendo claro também, que o apogeu de criação de conteúdos noticiosos na área da saúde ocorreu durante os anos 80 e 90 do século XX, com o rápido aumento de casos de HIV, a nível mundial. Em Portugal, esta evidência prova-se, também, a nível académico com o número de investigações/trabalhos

²⁰ *Constitution of WHO: principles*, disponível em <http://www.who.int/about/mission/en/>, consultado pela última vez em 19 novembro 2017.

publicados sobre VIH/Sida²¹. Numa área ainda pouco explorada como é a comunicação e, particularmente, o jornalismo mais vocacionado para a saúde, há mais de uma dezena que versam diretamente a temática do VIH, quer seja do ponto de vista da análise discursiva ou da uma análise às relações entre jornalistas e fontes (Marinho et al., 2012). Importa então procurar uma aproximação ao conceito de jornalismo especializado e, em seguida, ao jornalismo especializado em saúde.

Fernández del Moral e Esteve, partindo de vários contributos, definem a imprensa especializada como:

«uma estrutura de informação que penetra e analisa a realidade de uma determinada área do tempo corrente através de diferentes especialidades do conhecimento, aprofundando as suas motivações e colocando-as num contexto global, oferecendo uma visão global ao destinatário e produzindo uma mensagem jornalística que vá ao encontro do código próprio da audiência, atendendo aos seus interesses e necessidades» (1993, p.101).

Já na sua obra editada em 1974, *La Especialización en el Periodismo*, Pedro Orive e Concha Fagoaga definem a especialização jornalística como “a estrutura que analisa a realidade, oferecendo aos leitores uma interpretação tão completa quanto possível”.

No mesmo ano em que Fernández del Moral e Esteve compilavam os contributos de vários autores para encontrar a mais completa definição de jornalismo especializado, Amparo Tuñón apresentava um trabalho na Universidade Autónoma de Barcelona, que integrava a publicação eletrónica da Universidade “Anàlisi”, cujo tema era “*A especialização em jornalismo, uma mudança de paradigma*”²².

Na obra, a autora analisa as causas endógenas e exógenas para a mudança ocorrida nos meios de comunicação, a criação de uma “cultura de informação comum mínima”, as transformações que tiveram lugar na sociedade da informação e no sistema dos media,

²¹ São disso exemplo os seguintes trabalhos: Pinto-Coelho, Z. (2009) ‘Figuras da heterossexualidade na cobertura jornalística do HIV/SIDA’, Actas do Congresso Sopcom/Ibérico, Universidade Lusófona, 14-18 Abril, Lisboa; Ponte, C. (2005), ‘A cobertura de epidemias na imprensa portuguesa. O caso da SIDA’, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ponte-cristina-cobertura-epidemias-imprensa-portuguesa.pdf> (consultado a última vez a 19/10/2018); Traquina, N. (2000) ‘O jornalismo português e a problemática do HIV/Sida: um estudo exploratório’, Comunicação e Linguagens, 24; Traquina, N. (2004). ‘A Sida em notícia: estudo de caso da cobertura mediática no *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*’, *Media & Jornalismo*, 5.

²² Tradução livre do catalão “L’especializació en periodisme, un canvi de paradigma”.



a interatividade entre meios e audiências, o aparecimento e desenvolvimento do cabo, a hipótese de personalização de conteúdos através dos meios de comunicação eletrónicos e a aposta pelo conhecimento da imprensa de qualidade para chegar à definição de jornalismo especializado: “Uma disciplina científica aplicada ao estudo do processo de seleção, avaliação e produção de informações atuais, a fim de efetuar uma comunicação jornalística, sobre as diferentes áreas do conhecimento que ocorrem na realidade mutável e complexa da sociedade de informação” (Tuñón, 1993, p. 96).

Montserrat Quesada considera que o jornalismo especializado é “o que resulta da aplicação minuciosa da metodologia jornalística às várias áreas temáticas que compõem a realidade social, sempre condicionada pelo meio de comunicação utilizado como canal, para dar resposta aos interesses e necessidades das novas audiências segmentadas” (1998, p. 23).

A autora afirma que “o jornalismo especializado deve ser entendido como a estrutura de informação que permite dar resposta à tripla especialização que caracteriza o jornalismo moderno: a especialização pelos conteúdos – a partir da qual surgem todas as áreas de especialização já consolidadas e as que começaram o processo de consolidação, nos meios de comunicação -, a especialização por setores da audiência – em função do complexo mercado editorial de publicações-, e a especialização por meios de comunicação. Esta tripla especialização partilha a base comum da especialização metodológica, que deriva da metodologia do jornalismo de investigação” (*Idem*, p. 18).

Amparo Tuñón associa a mudança ocorrida no jornalismo às alterações experienciadas na sociedade. “O jornalismo sofreu uma transformação radical nos últimos tempos. Isto pode explicar-se, num dos seus aspetos, pela passagem de informações gerais para informações jornalísticas especializadas. A mudança produziu-se paralelamente à profunda mutação experimentada pelas sociedades avançadas” (1993, p.85).

“A informação sobre temas relacionados com a saúde incluiu-se, normalmente, dentro da área correspondente ao jornalismo científico e técnico” (Esteve e del Moral, 1999, p. 261), sendo que há registos desde o século XVII na Europa, de publicações que abrangem conteúdos na área da saúde. “Dentro do jornalismo científico, a divulgação médica é uma das áreas mais antigas. Assim, a informação de saúde surge nos primeiros



diários tais como *Le Journal des Sçavans*, publicado em 1665 por Denis de Sallo e que inclui a medicina como uma das diferentes secções nas quais se divide o conteúdo da publicação” (*Ibidem*, p. 262), tendo ocorrido a sua independência, face ao jornalismo científico: “(...) dado o seu relevo, o jornalismo na área da medicina autonomizou-se em relação ao jornalismo científico, do qual seria parte integrante” (*Idem*, p. 148).

Maria do Rosário Dias aponta a subida do nível educacional como um dos fatores para que a especialização da informação sobre medicina e saúde nos *media* tenha tido início nos anos 1970 e 1980, induzindo uma maior procura dessa informação por parte do público (2005, p. 30). No que diz respeito à produção noticiosa, João Carlos Correia indica que, décadas mais tarde, são os avanços tecnológicos, o aumento do nível de vida e os receios relativamente a situações de risco que fazem mover o jornalismo na área da saúde:

“As possibilidades tecnológicas de alteração das regularidades biológicas associadas ao envelhecimento dos órgãos e das células, o debate sobre os limites éticos da intervenção médica, aliados à situação verificada pelas vagas de epidemias que marcaram o final do século passado e o princípio do novo, a inflação de esperança desencadeada em torno do imaginário coletivo pelas descobertas científicas, acompanhadas pela fobia e pelo pavor suscitadas por novas situações de risco desencadearam um aumento de interesse por parte do jornalismo em relação às questões da saúde e da doença” (2006, p.1).

Para Manuel Calvo Hernando, é ainda necessário tratar a informação médica com “delicadeza extrema”. “(...) O jornalista que informa os seus leitores tem que encontrar um ponto equidistante entre a esperança vã e a amargura gratuita e procurar que as informações que transmite conduzam, no espírito do profano, a um otimismo prudente ou a um pessimismo esperançoso” (1971, p. 80).

Esteve e del Moral completam a preocupação de Hernando quando afirmam que “o jornalista especializado em saúde tem que desenvolver, à parte do seu dever de informar, uma tarefa pedagógica e didática proporcionando a formação necessária no que concerne à prevenção e tratamento de doenças, assim como à manutenção da saúde” (1999, p. 267). Friedman aponta ainda a plasticidade dos meios de comunicação, no que diz respeito à índole das informações sobre saúde que são publicadas, quer se tratem de conselhos num registo *lifestyle*, quer se reportem a descobertas e avanços científicos. “Os mundos dos *media* e da medicina existem numa simbiose única. Ao mesmo tempo há jornais e revistas que noticiam avanços científicos, mas também avançam com dicas sobre saúde” (2004, p. 1).



Também Rafael Llano (2008) alerta para a necessidade de evitar que o jornalista especializado em saúde inflame temas através de “exageros, falsidades, superstições ou informações não suficientemente aprofundadas”, dada a repercussão que podem ter para os cidadãos e para os órgãos de saúde pública e, ainda, para a hipótese de se fazer “publicidade encoberta” às empresas farmacêuticas.

A opção por analisar a produção de notícias na agência Lusa vai ao encontro da ideia defendida por Esteve Ramírez e del Moral (1999), que apontam para o facto de não haver necessidade de adequar discurso, linguagem e contextualizar públicos que já são especialistas no tema, - quando se olha para leitores de imprensa especializada -, daí que para o público em geral seja necessário realizar esse trabalho, jornalístico, de descodificar a mensagem e torná-la inteligível para todos os leitores. Mar de Fontcuberta destaca a diferença entre a especialização dos meios e a especialização do conteúdo por estes publicado, fazendo uma clara distinção: “Não são os meios que se especializam, mas os conteúdos” (1993, p. 53).

Para Rafael Llano, o jornalista tem de ser capaz de informar e tornar compreensíveis os fenómenos, de cuja produção não é responsável ou protagonista, mas cuja divulgação escrita, radiodifundida ou transmitida deriva da sua função (2008, p. 45).

Atendendo ao facto de que nem todos consultam o médico com alguma regularidade, os meios de comunicação passam a ser a fonte mais significativa de informação médica a que a população tem acesso (Schwitzer et al., 2005, p. 577), pelo que é importante que toda a informação seja clara e não geradora de alarme social. Nesta transmissão de informação especializada, é importante também que o jornalista não perca de vista o seu papel de descodificador “ceder a autoria [dos artigos] às fontes especialistas supõe interromper a tarefa de mediação que define a profissão jornalística” (Enguix Oliver, 2015, p.108). No entanto, Jesus Arroyave alerta para as conclusões de alguns estudos que indiciam que os conteúdos publicados não são precisos: “Nas últimas três décadas, as pesquisas nas áreas relacionadas com a saúde nos *media* mostram que a informação é enganosa, imprecisa, contraditória, alarmista, incompleta e desatualizada. Dadas estas limitações, a cobertura noticiosa da saúde pode criar falsas percepções e enganar o público em várias matérias de saúde” (2012, p. 194).

A solução para esta imprecisão poderá ser ultrapassada, segundo Esteve Ramírez e del Moral, com a formação de jornalistas especialistas nas diferentes áreas. “É necessário que o jornalismo penetre no mundo da especialização, não como parte



integrante, (...) transformando os jornalistas em pessoas formadas nessas áreas, não para obrigar o jornalismo a parcelar-se e dividir-se, mas precisamente o contrário, para que cada especialidade seja comunicável, objeto de informação jornalística, suscetível de ser codificada para mensagens universais” (1993, p. 11).

Rafael Llano defende que o jornalismo especializado se apresenta como um “veículo de comunicação e universalização de saberes”, que opera num contexto de cultura técnica, cultural e moral individualizada e hiperespecializada. Consciente do papel de responsabilidade social que o jornalismo adquire, nomeadamente na sua vertente de educador e informador na área da ciência e, em concreto, da saúde, o mesmo autor aponta o relatório desenvolvido em 1948 pela *Freedom Commission of the Press* [comumente conhecida como “*Comissão de Hutchins*”] como um “marco fundamental no desenvolvimento da ‘Teoria da Responsabilidade Social’ do jornalismo”.

De acordo com Rafael Llano, da Comissão de Hutchins, saíram recomendações e conclusões bastante claras, em três linhas de atuação, que tiveram importantes consequências na especialização jornalística: a primeira dependia dos parlamentos e das leis que regulavam os vários aspetos da atividade jornalística; a segunda correspondia à capacidade de autorregulação do jornalismo e a terceira tinha que ver com o público ou a sociedade e a sua contribuição para a maior consciência social do jornalismo (2008, p.60).

Entre as recomendações e conclusões da comissão, para os jornalistas e meios de comunicação, é possível encontrar-se:

- 1) *O compromisso de todos os meios com a veracidade, a compreensão e o valor ou significado dos factos relevantes para a sociedade;*
- 2) *Na sua qualidade de fórum de discussão, o compromisso de favorecer o intercâmbio de ideias, críticas e comentários, dando uma imagem adequada dos diferentes grupos da sociedade;*
- 3) *Os meios de comunicação devem agir como catalisadores dos objetivos sociais e os homens de talento capazes de lutar por estes, que são mais convenientes à sociedade;*
- 4) *Devem contribuir para uma translação sublime dos conflitos sociais desde o plano da violência física ao da discussão argumentativa.*



Fruto da evolução da sociedade e dos meios à disposição nas diferentes áreas profissionais, a natural tendência para a especialização estendeu-se também à área da comunicação, que conheceu ao longo do tempo a sua, necessária, segmentação.

“Perante este fenómeno universal da profissionalização das atividades de trabalho, o jornalista especializado surge como alguém capaz de criar os contextos comunicacionais ideais, graças aos quais os produtos profissionais especializados podem ser compreendidos pelo público em geral” (*Idem*, p.231).

Mais recentemente, Mário Mesquita na sua obra “O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea”, efetuou uma reflexão sobre a responsabilidade social do jornalista onde afirma que esta é uma noção “preferível ao conceito ambicioso de compromisso social” (2003, p. 270).

Segundo o autor, “a ideia de missão é excessivamente forte para articular à sua volta plataformas de entendimento associativas e públicas, relativas à presença dos media e dos jornalistas no espaço público” (*Ibidem*), tendo a noção de responsabilidade social, acima enunciada no seguimento das conclusões da Comissão de Hutchins, sido pensada num período de pós-guerra, envolvendo uma nova definição para o trabalho jornalista, ainda mais ambiciosa do que a existente até então. “Reivindicava a necessidade de um jornalismo explicativo de forma a contextualizar os factos, bem como a transformação dos jornais em espaços de debate e crítica, abertos ao pluralismo de opiniões” (*Idem*, p.271).

Mário Mesquita realça como principais funções atribuídas aos *media* noticiosos, segundo a doutrina da responsabilidade social, o fornecimento da informação necessária ao debate político, a tentativa de esclarecer o povo acerca das suas opções políticas, a defesa dos direitos individuais e que os jornalistas tenham capacidade de assegurar a sua própria autonomia, de forma a resistirem a pressões externas (*Ibidem*).



O papel do jornalista especializado

De acordo com Rafael Llano, o jornalista especializado precisa de explicar o contexto onde se produzem as notícias, descodificar a linguagem, simplificar as argumentações e demonstrações (quando o assunto esteja relacionado com estatísticas, resultados de estudos, etc.), ser preciso no tema e na história e ter uma noção exata do tempo que tem disponível para dedicar a cada peça, de modo a conseguir também o *lead* mais correto para a sua notícia (2008, p. 232-242). Para o autor, “jornalismo especializado é a ferramenta criada pela profissão para que o discurso dos *media* se adapte melhor a essa nova lógica de vários sentidos e anti classista" (*Idem*, p. 618).

Serafin Chimeno Rabanillo destaca a qualificação do jornalista como importante fator de estratificação de públicos. “(...) a categoria de jornalista especializado permitirá diferenciar simultânea e suficientemente as audiências na sua diversidade e pluralidade, estruturar por parcelas do saber as suas múltiplas e variadas fontes próprias ou relacionadas e configurar a rede de canais viáveis e verdadeiramente efetivos que fazem a conexão entre cada audiência e a respetiva fonte dentro da área que se faz objeto de especialização” (1997, p. 44). Rafael Llano completa: “Somente a especialização jornalística pode fazer justiça informativa e crítica a essa nova lógica de várias referências, transversal, refratária à classificação. O comportamento do jornalismo especializado é semelhante ao da interconetividade reticular [de diálogo e comunicação]" (2008, p.619).

Como conclui Mar de Fontcuberta (1992), o profissional do mundo da informação deve ter uma formação cada vez maior, no seu campo e na aplicação dessa formação a uma área de conhecimento. Em função dessa premissa, deve possuir conhecimentos técnicos que o capacitem como especialista em comunicação dentro de uma área concreta da informação jornalística.

Pérez Curiel exalta a temática e a atuação do jornalista, a partir do momento em que os conteúdos lhe são transmitidos pelas fontes para explicar a função do jornalista especializado. “(...) facilitar a compreensão informativa do público, ou seja, estabelecer canais de comunicação que permitam interpretar, a partir de uma localização no tempo e espaço, da relação com outros eventos passados e da tradução de códigos científicos que podem impedir a compreensão dos leitores e da avaliação crítica dos assuntos atuais, com



o objetivo de obter um jornalismo de qualidade, rigor e especificidade temática (2005, p.79).”

Para o autor, é possível encontrar, através de todas as conceitualizações de jornalismo especializado definidas, como denominador comum o “estudo da informação de acordo com as diferentes áreas temáticas, através do uso de técnicas e recursos específicos”. No entanto, entre as diferentes especializações existentes no jornalismo, “é possível determinar características diferenciais no processo de tratamento textual, realizado nas diferentes especializações em jornalismo (pesquisa, científico, etc.), embora o denominar comum a todos eles seja o conteúdo” (*Idem*, p. 80).

Vincent Salvador (2002) considera que a mediação do jornalismo com as áreas científicas é “de primeira ordem” e não seria possível sem as necessárias reformulações discursivas que modificam substancialmente as leis constitutivas do discurso científico, sem renunciar a todas as indicações de expressão científica que beneficiam do prestígio do conhecimento. “Noutras palavras, a disseminação jornalística do conhecimento científico responde a uma curiosidade geral da nossa sociedade perante as derivações tecnológicas, económicas, éticas ou ecológicas da ciência e, ao mesmo tempo, constitui o grande espelho onde a investigação científica e os interesses que a fomentam constroem a sua imagem social” (2002, p.114).

Na sua obra *Manual de Periodismo Científico*, editada em 1997, Manuel Calvo Hernando destacava as diferentes funções da informação sobre medicina e saúde. Segundo o autor, cabia aos jornalistas informar com rigor, clareza e exatidão sobre os avanços científicos no diagnóstico e terapia das diferentes doenças; difundir as características das diferentes patologias, sintomas iniciais e o que o público deve saber para as detetar e, se possível, evitá-las mediante um diagnóstico precoce; conhecer o direito dos pacientes a serem devidamente informados sobre os medicamentos que usam, numa linguagem clara e acessível; informar sobre as consequências para a saúde de determinados excessos (álcool, tabaco, má alimentação, etc.); chegar ao grande público com temas de medicina preventiva relativos a reprodução, nutrição, mobilidade, etc.; expor de forma acessível e gráfica as principais medidas de higiene e informar sobre os riscos específicos do estilo de vida modernizado.

Antonia González Borjas situa a figura do jornalista entre a sociedade e aquilo que é a realidade da saúde. “Os jornalistas e os profissionais de saúde encontram-se



progressivamente. O setor médico está a ganhar consciência da importância dos *media*, como agentes de primeira ordem na transmissão de conhecimento a uma sociedade cada vez mais interessada em preservar a sua qualidade de vida e, além disso, trazem relevância social ao trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde” (2004, p. 307).

O estágio na agência Lusa

Neste capítulo, pretende-se realizar a descrição da rotina de estágio na agência Lusa ao longo dos quatro meses que estivemos inseridos na redação. Esta experiência de estágio permitiu-nos também recolher importantes dados e percepções para a análise de conteúdo que realizamos no capítulo “discussão dos resultados”. Só conhecendo a dinâmica da agência Lusa, as suas características e necessidades é possível apresentar uma análise mais completa e com uma visão o mais próxima possível da realidade vivenciada pelos jornalistas diariamente.

A semana de formação e os primeiros dias na editoria País

Todos os estágios que têm início na agência Lusa são precedidos de uns dias de formação, ministrada pelos vários jornalistas que trabalham em editorias diferentes. O objetivo é, além do óbvio enquadramento dos estagiários naquilo que é uma agência de notícias, passar-lhes também algumas indicações sobre a forma como as peças devem ser regidas, trabalhando questões relacionadas com a forma da escrita, o livro de estilo da agência e as especificidades de cada editoria.

Esta experiência incluiu a realização de alguns exercícios de escrita relacionados com os temas “precisão de vocabulário”, “escrita jornalística” e “escrever curto”, essenciais à redação das peças e tivemos o primeiro contacto com o *software* LUNA que a agência utiliza para produzir, distribuir e arquivar os conteúdos e onde todos os jornalistas têm acesso à agenda e aos serviços que lhe estão agendados. As credenciais de identificação e registo no LUNA são atribuídas consoante as iniciais do nome de jornalista escolhido e a letra “Z” colocada entre a inicial do nome e do apelido, que identifica todos os estagiários.

Depois de os primeiros conteúdos se relacionarem mais com a capacidade dos estagiários para escreverem as notícias, são-lhes apresentadas a estrutura orgânica da agência Lusa, alguns dos chefes de redação e ainda todas as editorias pela voz dos seus editores-chefes. Surgiu também a oportunidade de contactar com alguns ex-jornalistas da agência Lusa, já reformados, que tinham trabalhado nas antecessoras NP e ANI e acompanharam o surgimento da agência, bem como conhecer os órgãos representativos



dos trabalhadores, através de uma exposição de alguns elementos da Comissão de Trabalhadores da agência Lusa.

Este primeiro contacto com a realidade de produção noticiosa de uma agência e as especificidades da escrita é essencial num primeiro momento de contacto com um meio desta natureza e, caso se aplique aos estagiários que integram a redação, para o primeiro contacto com o mercado de trabalho e o dia-a-dia de um jornalista.

No final da semana, fomos convidados a escolher qual ou quais as editorias onde gostávamos de realizar o estágio. A primeira opção foi “Sociedade”, que idealmente permitiria integrar “saúde”, o ponto central de análise do relatório, mas dado o número de estagiários que demonstraram interesse nessa editoria, não foi possível ficar imediatamente colocado nessa secção.

A opção recaiu na editoria “País”, que também iria permitir trabalhar conteúdos relacionados com a saúde, quando se tratassem de acontecimentos locais ou relacionados com alguma especificidade que os encaminhasse da editoria “Sociedade” para “País”.

Ao longo do estágio e analisando o trabalho que estava a ser produzido já na editoria de “País”, surgiu a possibilidade de prolongar o estágio por mais um mês, sendo possível passar para a editoria “Sociedade”, durante maio, ao mesmo tempo que, no final de abril, entrava o quarto e último projeto de lei sobre a despenalização da eutanásia, na Assembleia da República.

O dia a dia de País

A editoria de País é aquela que tem mais jornalistas em toda a agência, se forem contabilizados os jornalistas correspondentes que trabalham em regime de prestação de serviços. Na redação, a tempo inteiro, estão três editores (uma editora chefe e dois adjuntos) e cerca de meia dezena de jornalistas redatores, um número difícil de contabilizar dado o carácter de mobilidade que lhes é associado, pendente da agenda do dia ou da semana.

O estágio nesta editoria começou a 12 de fevereiro e terminou a 30 de abril. Durante este período, foram produzidas um total de 2591 peças. Fomos autores, coautores ou mencionados em 156 dessas peças, tendo a oportunidade de realizar reportagens mais alargadas com a LusaTV, uma das quais sobre a erosão das praias na Costa de Caparica, que foi divulgada no Primeiro Jornal da SIC a 8 de abril de 2018.

O horário de estágio decorreu diariamente entre as 10h e as 17h, embora fosse ajustável consoante as necessidades da editoria, sempre de acordo com a nossa disponibilidade.

Com um tempo inicial na manhã dedicado à leitura das publicações e da linha da agência, para estar ao corrente dos principais temas, durante a jornada, havia rotinas a respeitar, nomeadamente no contacto com as autoridades de segurança e socorro. A “ronda”, como era apelidada, consistia em estabelecer contactos telefónicos com o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, com a Polícia de Segurança Pública e, caso se justificasse depois da análise das páginas da internet da Proteção Civil, também o contacto direto com a Proteção Civil distrital ou nacional.

No primeiro mês, a assinatura das peças está vedada aos estagiários, pelo que nesse período inicial dedicámo-nos, em grande parte, à redação de blocos de notícias “breves”, publicados várias vezes ao dia, e a acompanhar jornalistas em saídas da redação para nos ambientarmos às rotinas e ao tipo de trabalho e abordagem que deve ser efetuada em saídas para reportagem.

Das 156 peças assinadas por nós, mais de um terço (58 no total) foi fruto de saídas da redação em trabalho, acompanhados ou não, sempre com o apoio necessário por parte quer dos editores, quer de outros jornalistas da editoria.

A tabela abaixo apresentada permite uma leitura mais clara das saídas de redação que tivemos oportunidade de realizar. Embora não se enumerem as 58 peças produzidas, uma vez que o mesmo serviço poderá dar origem a várias peças, assim os assuntos discutidos o justifiquem.

| Data | Tema/serviço ²³ | Local |
|------------|---|------------------------------|
| 20/02/2018 | Acidente com autocarro de turismo | Avenida da Liberdade, Lisboa |
| 21/02/2018 | Sete Maravilhas – Portugal à Mesa | Lisboa |
| 27/02/2018 | Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas | Lisboa |

²³ Ver anexo 10: Levantamento de exemplos de notícias redigidas durante o estágio editoria País, onde fica claro que os serviços fora da sede da agência dão azo, por vezes, a que se publiquem várias notícias.

| | | |
|------------|---|-------------------------|
| 01/03/2018 | Feira de Turismo – Turismo do Centro | Lisboa |
| 07/03/2018 | Comissão Parlamentar de Saúde | Assembleia da República |
| 08/03/2018 | Plataformas Eletrónicas de Transporte | Assembleia da República |
| 09/03/2018 | Prejuízos causados pelo mau tempo | Lisboa |
| 14/03/2018 | Peixe em Lisboa | Lisboa |
| 14/03/2018 | Plataformas Eletrónicas de Transporte | Assembleia da República |
| 08/04/2018 | Reportagem sobre Erosão na Costa de Caparica | Almada |
| 10/04/2018 | Assembleia Municipal de Lisboa | Lisboa |
| 18/04/2018 | Comissão de Agricultura e Mar | Assembleia da República |
| 19/04/2018 | Acidente embarcação turística | Cascais |
| 24/04/2018 | Comissão de Saúde | Assembleia da República |
| 28/04/2018 | Casas ilegais em zona de servidão militar | Fernão Ferro |

Tabela 1: Saídas da redação em País

Além da hipótese de acompanhar jornalistas no período inicial do estágio, foi-nos também concedida a oportunidade de propor temas e realizar reportagens. O caso da reportagem editada e publicada²⁴ nos últimos dias de estágio, na editoria País, sobre as construções ilegais na zona de servidão militar, em Fernão Ferro, é um exemplo das oportunidades que nos foram proporcionadas ao longo do estágio para evoluir e concretizar os temas que propusemos. O tema foi “descoberto” num outro serviço e deu azo a que se pudesse realizar posteriormente uma reportagem mais abrangente.

No caso de trabalhos onde a imediatez de produção da peça se impusesse, tínhamos a hipótese de levar um computador portátil, como no caso de trabalhos

²⁴ Ver anexo 10, notícia 78: “REPORTAGEM: Famílias de Fernão Ferro correm “risco elevado” em casas ilegais (C/VÍDEO, ÁUDIO E FOTO)”

realizados na Assembleia da República (por exemplo na comissão parlamentar de saúde, nas comissões para a regulamentação das plataformas eletrónicas de transporte, na Assembleia Municipal de Lisboa, na Comissão de Agricultura e Mar e na Comissão de Saúde), ou, no caso de cobertura jornalística a acidentes (acidente com um autocarro de passageiros na avenida da liberdade²⁵, o acidente com uma embarcação turística²⁶) ou aos prejuízos causados pelo mau tempo na cidade de Lisboa²⁷, exigiam que se ligasse para a redação e pedisse a algum colega que redigisse aquilo que ditávamos.

Além da redação das peças e tendo em conta a aposta cada vez maior da agência nos serviços de vídeo, som e também na aposta contínua na fotografia, sempre que possível, as peças deviam ser acompanhadas, no mínimo, pelo serviço áudio que os clientes podem usar na distribuição. A preferência por jornalistas que, de alguma forma, se consigam adaptar à denominada produção “multimeios” faz-se notar bastante no dia-a-dia da redação.

Durante o estágio, foi-nos possível acompanhar vários períodos de mau tempo e consequentes prejuízos causados em diferentes pontos do país, numa dinâmica de produção que exigente quer no contacto com várias fontes, quer pela acrescida pressão de produzir conteúdos com a necessária rapidez.

A nível parlamentar, acompanhámos questões relacionadas com as resoluções tomadas na Assembleia da República, respetivas comissões e audições, na sequência dos incêndios que assolaram o país em 2017, na Comissão de Agricultura e Mar²⁸ e nas Comissões Parlamentares de Saúde²⁹

O dia a dia de Sociedade

A oportunidade de alargar o período de estágio durante mais um mês surgiu depois de, a 20 de abril, ter entrado no Parlamento o quarto e último projeto de lei para a despenalização da eutanásia. Conforme já mencionado, o surto de sarampo que teve início do mês de março foi o primeiro tema selecionado para a análise e aprofundamento no

²⁵ Anexo 10, notícia 25;

²⁶ Anexo 10, notícia 70;

²⁷ Anexo 10, notícia 31;

²⁸ Ver anexo 10, notícias 64, 65, 66, 67 e 68;

²⁹ Ver anexo 10, notícia 24.

presente relatório, mas depois de proceder ao levantamento noticioso e de seleccionar o *corpus* para analisar, concluímos que este se esgotava no final do segundo mês de análise, resultando num pequeno número de peças para analisar e a grande maioria delas resultava de boletins emitidos semanalmente pelo Serviço Nacional de Saúde, o que nos limitava bastante a análise desejada.

Com a entrada no Parlamento de mais um projeto de lei para a despenalização da eutanásia e a pertinência do debate para a opinião pública, este veio a tornar-se o foco da nossa atenção. O facto de ser uma questão transversal à sociedade, envolvendo atores dos mais diversos quadrantes, deu origem a que propuséssemos a extensão do período de estágio durante mais um mês, uma vez que logo no início de maio, a dia 2, ficou agendado o debate da despenalização da eutanásia, na Assembleia da República, para 29 de maio.

Tendo em vista esse objetivo, efetivou-se a mudança de editoria de País para Sociedade, onde fomos integrados na secção Saúde, junto das jornalistas Rute Peixinho e Helena Neves. Durante o mês de maio, a editoria produziu um total de 962 peças, das quais 76 tiveram a nossa participação, quer seja totalmente ou em coautoria.

À semelhança do que se verificou em País, das 76 peças assinadas por nós, mais de um terço (27 no total) resultaram de saídas de redação em trabalho, acompanhados ou não, sempre com o apoio necessário por parte quer dos editores, quer de outros jornalistas da editoria.

A tabela que abaixo apresentamos permite ver com clareza as saídas de redação que tivemos oportunidade de realizar, sendo que em algumas datas os serviços fora da redação aconteciam no mesmo dia, em locais diferentes da cidade.

| <i>Data</i> | <i>Tema/serviço</i> | <i>Local</i> |
|-------------|---|--------------|
| 04/05/2018 | Conferência de imprensa Fenprof | Lisboa |
| 08/05/2018 | Greve e manifestação dos médicos | Lisboa |
| 09/05/2018 | Manifestação de trabalhadores do grupo Lusíadas Saúde | Lisboa |
| 09/05/2018 | Greve dos médicos | Lisboa |
| 10/05/2010 | Conferência de imprensa greve dos médicos | Lisboa |
| 15/05/2018 | Apresentação do plano de contingência para o verão da DGS | Lisboa |
| 21/05/2018 | Reportagem transporte inter-hospitalar pediátrico | Lisboa |
| 24/05/2018 | Manifestação de técnicos de diagnóstico e terapêutica | Lisboa |

| | | |
|------------|--|--------|
| 30/05/2018 | Questões ministro da Saúde no lançamento de um livro | Lisboa |
|------------|--|--------|

Tabela 2: Saídas da redação em Sociedade

O mês de maio foi especialmente crítico na área da saúde com uma sucessão de greves e manifestações de profissionais desta área (não incluindo médicos e enfermeiros), greves e manifestações de médicos e enfermeiros e uma manifestação e greve de técnicos de diagnóstico e terapêutica, estando o na altura ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, sob grande contestação das classes. Além de greves e manifestações, maio ficou incontornavelmente marcado por ser o mês em que faleceu, no dia 21, António Arnaut, antigo ministro dos Assuntos Sociais, cofundador do Partido Socialista e fundador do Serviço Nacional de Saúde.

A primeira greve e manifestação na área da saúde que pudemos acompanhar foi a dos trabalhadores do setor público da saúde, nos dias 2 e 3 de maio, com impacto nos hospitais de norte a sul do país, incluindo os hospitais das regiões autónomas, com uma forte adesão dos funcionários, seguida de uma greve de três dias de médicos entre 8 e 10 de maio, que registou números históricos de adesão por parte dos profissionais e ficou marcada também por uma manifestação à porta do Ministério da Saúde, em Lisboa, a 8 de maio.

A 19 de maio, foi a vez de os enfermeiros se concentrarem frente ao Palácio de Belém, em Lisboa, para alertar o Presidente da República para a fragilidade do Serviço Nacional de Saúde e para a necessidade de investimento no setor.

Os técnicos de diagnóstico e terapêutica iniciaram a 24 de maio dois dias de greve nacional, evidenciando o seu descontentamento através de uma marcha e manifestação em Lisboa, entre o Marquês de Pombal e a Assembleia da República, reivindicando alterações nas tabelas salariais, na carreira e sistema de avaliação.

Além de greves e manifestações, maio ficou também marcado por demissões em bloco de responsáveis hospitalares e muita contestação de enfermeiros de vários hospitais, entre os quais, o Hospital Santa Maria – Centro Hospitalar Lisboa-Norte, um dos estabelecimentos de saúde mais relevantes dos país.

O dia 29 de maio, data em que a despenalização da eutanásia foi votada em plenário na Assembleia da República, foi de especial acompanhamento, quer à votação quer, posteriormente, aos vários agentes que foram ouvidos durante os meses que antecederam a votação, no sentido de procurar reações ao resultado do chumbo da despenalização da eutanásia no Parlamento.

O acompanhamento das questões relacionadas com a eutanásia, nomeadamente ao longo do mês de maio, que tivemos oportunidade de acompanhar foi realizado pelas editorias de Sociedade e Política, com um maior enfoque para a de Política, por se tratar de uma questão que ia ser debatida na Assembleia da República, portanto, da agenda de política.

Além de acompanharmos as greves e manifestações acima enumeradas, foi-nos possível realizar também uma reportagem, por autoiniciativa, sobre a ambulância de transporte inter-hospitalar pediátrico, do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), bem como explorar a questão dos bancos de leite maternos em Portugal, por exemplo.

A atenção aos boletins da Organização Mundial de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, assim como aos do Instituto Ricardo Jorge era constante e, muitas vezes, resultava na redação de peças ou no fornecimento de pistas que, posteriormente, foram utilizadas para explorar outros temas.

Reflexão pessoal

Creemos que será difícil encontrar uma avaliação melhor para a experiência que pudemos viver e o quanto crescemos durante o período de estágio, se não a de constatar que, à data de apresentação deste relatório, depois de terminado o período de estágio, nos foi proposto integrar a rede de colaboradores da agência Lusa. Firmámos o contrato de trabalho um mês após o final do período de estágio na editoria Sociedade.

Trabalhamos atualmente na editoria País, responsáveis por alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, numa base diária e estamos responsáveis também por alguns temas que dizem respeito à legislação e discussões parlamentares, alguns deles por termos iniciado a cobertura dos temas durante o estágio realizado.

A entrada para a agência Lusa no papel de estagiário permitiu-nos crescer e aprender de perto com o trabalho de jornalistas que já exercem funções há décadas na agência e outros que, sendo mais recentes, também nos indicaram o caminho da necessidade multimédia associada aos jornalistas e ao trabalho diário que desenvolvem.

A passagem pelas duas editorias permitiu trabalhar com chefias diferentes e modelos de trabalho também eles distintos, contribuindo para a nossa formação mais completa e fazendo uso da nossa necessária plasticidade de agenda, horários e ideias.



Da nossa experiência profissional anterior, tínhamos já contactado com as notícias da agência Lusa na perspectiva do recetor, nunca na ótica do emissor, o que, sem dúvida, alterou a consciência da importância da produção noticiosa da agência Lusa.

Uma vez que as notícias de agência têm por base o facto e a escrita curta e clara, inicialmente o desafio foi maior, uma vez que os vícios de escrita são difíceis de ultrapassar, mas rapidamente, a escrita mais “telegráfica” e rápida ocupou o lugar de adjetivações ou enumerações.

A organização da agência Lusa é clara e em muito contribui para o bom trabalho que é desenvolvido pelos jornalistas. Partindo dos jornalistas-redatores até aos chefes de redação, todos, sem exceção, sempre se mostraram disponíveis para ajudar e esclarecer alguma dúvida que existisse contribuindo para o desenvolvimento das nossas competências para o exercício do jornalismo.

Não podemos, no entanto, ultrapassar as questões da falta de pessoal que se sentem no dia a dia da agência. Pudemos constatar que, por várias vezes, foi necessário deixar cair alguns serviços anteriormente agendados por não existirem jornalistas em número suficiente para que a totalidade das solicitações fossem respondidas.

Tivemos a oportunidade também de assistir à mudança na administração da agência, com a tomada de posse do novo presidente do Conselho de Administração e, conforme anteriormente exposto, toda a expectativa gerada na redação.

Era frequente ouvir entre os jornalistas temas como os da contratação de mais jornalistas, dos aumentos de ordenados e da melhoria das condições de redação, que foram alvo da atenção de Nicolau Santos, novo presidente do Conselho de Administração, embora tenha explicado, em plenário de trabalhadores – a que assistimos -, que as contingências do Governo relativamente ao financiamento da agência Lusa não lhe permitiam resolver os problemas identificados com a celeridade necessária, tendo aproveitado a oportunidade para apelar também à compreensão dos jornalistas.

No que diz respeito aos colaboradores (jornalistas que trabalham para a agência Lusa em regime de prestação de serviços), foi possível assistir à expectativa em relação ao PREVPAP, o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, que vai abranger os jornalistas da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e da agência Lusa e que está a decorrer desde 2017. Apesar de ainda estar aberta a regularização do vínculo dos jornalistas à agência Lusa, enquanto entidade empregadora, a expectativa de passar de um regime de prestação de serviços a um contrato de trabalho por conta de outrem era grande e o tema foi várias vezes conversado na redação.

A investigação realizada para a conclusão deste Relatório de Estágio emprega metodologias qualitativa e quantitativa. O processo de apreensão e compreensão da realidade inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidas pelo investigador para alcançar respostas ao objeto de estudo proposto. É a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela (Minayo, 1994, p. 22).

Espírito Santo (2010, p. 25) refere que os métodos qualitativos na área das ciências sociais são direcionados para procedimentos centrados na investigação em profundidade, conduzida de acordo com procedimentos regulares, repetidos e levados a cabo, sobretudo, em períodos mais centrados no médio e longo prazo, sendo possível encontrar posteriormente dois tipos de técnicas: técnicas declarativas e técnicas não declarativas. Nas primeiras, insere-se a aplicação de questionários e, nas segundas, encontra-se a análise documental e a observação participante, que foram as técnicas utilizadas no período antes de integrarmos a redação e, posteriormente, no período de estágio, já na redação da agência Lusa.

Cook e Reichardt (1997) defendem que não há motivo para optar entre métodos qualitativos ou quantitativos. O conjunto dos dois representa, de acordo com os autores, vantagens para a investigação, nomeadamente a triangulação de metodologias e o alcance de perceções a que de outro modo não seria possível chegar.

A revisão da bibliografia existente para a operacionalização teórica traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes, a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo investigador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. É, portanto, um estudo aprofundado sobre a produção do conhecimento que envolve concretamente o objeto e uma análise revolucionária porque a interpretação crítica do objeto adere a ele destrutivamente (Ianni, 1988).

De acordo com Umberto Eco, “a pesquisa deve fornecer os elementos para a confirmação e para a rejeição das hipóteses que apresenta e, portanto, deve fornecer os



elementos para uma possível continuação pública” (Eco, 1977, p. 54), pesquisa essa que no presente trabalho foi efetuada também com recurso à análise de conteúdo.

A opção pela análise de conteúdo pretende ser um meio para uma melhor e mais clara leitura daquilo que é a realidade noticiosa da agência Lusa sobre saúde, focando-se mais concretamente no acompanhamento das peças sobre eutanásia. De acordo com Barata, 1994, na sua obra “Resumo das Lições de Introdução às Ciências Sociais”, a análise de conteúdo foi introduzida na década de 1930 por Lasswell, tendo já, à data, o objetivo de estudar o noticiário da imprensa e da rádio.

Na perspetiva de Bardin (2009), a análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, tendo por exemplo a análise temática, e também uma análise dos significantes, através da análise lexical e dos procedimentos. É no conjunto destes dois tipos de análise de conteúdo que elaboraremos a nossa tabela de análise de conteúdo das peças publicadas.

Ainda segundo o mesmo autor, para aplicar o método de análise de conteúdo, deve partir-se de uma organização prévia. As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pontos: 1. Pré-análise; 2- Exploração do material; 3- O tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

A pré-análise, primeira fase desta organização de análise de conteúdo, objetiva a sistematização para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise. Assim, num plano inicial, a missão desta primeira fase é, além da escolha dos documentos a serem submetidos à análise, também a formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final.

A análise temática pretende ser categorial, consistindo “em calcular e comparar frequências de certas características (socorrendo-nos da tabela para análise de conteúdo) previamente agrupadas em categorias significativas. Baseia-se na hipótese segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é para o locutor” (Quivy, 2005, p. 114). Este procedimento é, como destaca o autor, essencialmente quantitativo.

Segundo Santos Silva e Pinto (1986, p. 103), enquanto técnica de pesquisa, “a análise de conteúdo exige a maior explicitação de todos os procedimentos utilizados” pelo que optámos por apresentar, também, nos anexos do presente trabalho as tabelas da análise de conteúdo efetuada.

De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo possui ainda uma função heurística, que consiste no enriquecimento da tentativa exploratória e aumento da propensão para a descoberta, aliada a uma função de administração da prova onde as hipóteses sob a forma de questões ou afirmações provisórias vão apelar ao método de análise sistemática para serem verificadas e confirmarem ou infirmarem as hipóteses.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas, que foram dirigidas aos jornalistas, a pertinência das mesmas justifica-se com a quantidade de informação que era expectável recolher e que poderiam complementar o estudo exploratório desenvolvido e as informações recolhidas através da análise participante, durante o período de estágio. “Em investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo. Durante as entrevistas, trata-se, de facto, de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos” (Quivy, 2005, p. 98).

Segundo Bardin, as entrevistas “devem ser registadas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador)” (2009, p.89).

Também a observação participante foi um dos métodos utilizados na realização deste trabalho, como forma de enquadramento e compreensão do processo de produção das notícias na agência Lusa e para recolher dados que eventualmente poderiam justificar ou levantar questões relativas à produção noticiosa.

De acordo com Lapassade (2001), a observação participante tende a designar o trabalho de campo no seu conjunto. Spradley (1980) completa esta ideia, ao referir que os objetivos da observação participante ultrapassam a descrição dos elementos das situações, sendo possível identificar o sentido, a orientação e a dinâmica em todos os momentos da análise.

Para Bogdan e Taylor (1975), durante a observação participante, o investigador recolhe os dados “de forma sistematizada”, sendo parte ativa nas relações sociais que se estabelecem no meio em análise.

De acordo com o intuito desta investigação, perceber até que ponto há especialização quando se noticiam temas explorados num período alargado, tendo selecionado para isso a análise das peças relacionadas com o debate da despenalização da eutanásia em Portugal, definimos como variáveis aquelas que abaixo apresentamos:

| Género | Tema | Tipo de título | Agente da peça | Background | Terminologia específica | Linguagem descodificada/ explicada pelo agente |
|------------|----------------------|----------------|------------------------|------------|-------------------------|--|
| Notícia | Votação da lei | Citação direta | Política | Sim | Sim | |
| Reportagem | Discussão ideológica | Paráfrase | Religião | Não | Não | N/A Não Aplicável |
| Entrevista | Discussão política | Sem citação | Profissionais de Saúde | | | |
| | | | Sociedade Civil | | | |

Tabela 3: Categorização/Identificação das variáveis para análise de conteúdo das peças

Para cada notícia analisada, foi atribuído um género, um tema, um tipo de título, a identificação do agente da notícia, da existência ou não de ‘background’³⁰ e terminologia específica sobre o tema e, quando se verifique a existência de terminologia específica, a análise da respetiva descodificação/explicação.

No que concerne aos temas categorizados ‘votação da lei’, ‘discussão ideológica’ e ‘discussão política’, estes foram classificados das seguintes formas: votação da lei³¹, quando as peças reportam ao dia da votação; discussão ideológica³², sempre que os agentes da peça eram atores da sociedade civil, especialistas em bioética ou da área da religião; discussão política³³, sempre que os atores da peça eram figuras relacionadas com a vida política.

O universo estudado foi a totalidade das peças publicadas entre 20 de abril, dia em que o Partido Ecologista Os Verdes (PEV) apresentou, na Assembleia da República, um projeto de lei sobre a morte medicamente assistida, e 31 de maio, após a votação na Assembleia da República, a 29 de maio, da despenalização da eutanásia. No total, foram analisadas 97 peças publicadas nesse período (27 peças de Sociedade e 70 de Política).

A opção pela análise das peças das duas editorias prende-se com o facto de ambas terem feito a cobertura do tema. Embora não tenha acompanhado de perto a produção noticiosa da editoria de Política, não seria possível desenvolver uma análise à cobertura

³⁰ *Background*: Um ou mais parágrafos escritos na primeira peça elaborada sobre determinado tema que devem ser utilizados em todas as subsequentes. Servem para ajudar a contextualizar e a ajudar o leitor a perceber do que se trata do tema, permitindo uma leitura mais alargada da temática e não apenas de um acontecimento único e pontual

³¹ Ver anexo 4, notícia 1: “Eutanásia: PEV apresenta projeto de lei mas não tem pressa para agendamento na AR”

³² Ver anexo 3, notícia 2: “Igreja católica portuguesa lançou 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia em defesa da vida”

³³ Ver anexo 4, notícia 15: “Eutanásia: PCP vota contra projetos de lei sobre morte assistida”



noticiosa da agência Lusa sobre a votação dos projetos de lei para a despenalização da eutanásia ocultando do universo as peças da editoria de Política.

O período de análise situa-se entre a data de entrada no Parlamento do último dos quatro projetos de lei, a 27 de abril, e a votação na Assembleia da República, a 29 de maio, da despenalização da eutanásia, coincidindo todo o mês de maio com o tempo de estágio realizado na editoria de Sociedade.

O exercício investigativo visa responder às questões de orientação: Quem são os agentes da notícia? Quais são os géneros de peça mais utilizados na cobertura deste tipo de tema? A linguagem utilizada é muito específica? Caso se verifique a utilização de linguagem específica, esta é descodificada ao longo da peça?

Para a análise do universo recolhido recorreremos à tabela 3, para uma melhor aglutinação dos dados.

A grelha de análise mencionada foi preenchida com as respetivas características verificadas³⁴ em cada uma das peças que compõem o universo de análise. A cada notícia foi atribuído um número para facilitar a leitura global das características das peças publicadas durante o período de análise.

O género de peça ‘notícia’, ‘reportagem’ ou ‘entrevista’ foi classificado de acordo com o Livro de Estilo da agência Lusa. Segundo este documento, uma ‘reportagem’:

“reserva-se ao relato de factos e acontecimentos a que o jornalista assistiu e em que o autor se apresenta como fonte primeira da informação. Apesar de conservar o rigor de objetividade da informação de agência, a reportagem deve incluir o maior número possível de episódios observados pelo autor, de pormenores curiosos, de casos de interesse humano, de cor local e de ambiente específico. A qualidade do estilo desempenha papel primordial neste género de trabalho, o qual não permite, mesmo assim, a utilização da primeira pessoa. A reportagem pode - e muitas vezes deve - dividir-se em mais do que um texto, não devendo o seu texto principal ir além dos 3.000 caracteres”.

Uma ‘entrevista’ é redigida de acordo com as afirmações mais expressivas, construindo-se a peça com “acutilância e o necessário enquadramento e, em alguns casos (um artista famoso, por exemplo), com elementos de reportagem”.

O género ‘notícia’ identifica a grande generalidade do fio noticioso da agência Lusa. São peças que começam com “o nome da localidade onde decorrem ou decorreram factos reportados, seguidos da data”, “não devem exceder os 3.000 caracteres” e, caso se tratem de vários textos sobre o mesmo tema, devem incluir “o indispensável *background*, sendo esta, segundo o Livro de Estilo, “uma regra básica que é preciso respeitar”.

³⁴ Ver anexos 8 e 9

Mar de Fontcuberta (1993) identifica vários tipos de notícia. A autora cita Paul V. Sheehan que, já em 1972, dividiu as notícias em resumidas, notícias cronológicas, notícias de situação, notícias complementares, notícias coloridas e notícias de interesse humano. Da análise que foi possível realizar, consideramos que a maior parte das peças vinculadas sobre o tema da despenalização da eutanásia se trata de notícias adicionais e de situação. No caso das notícias de situação, a autora define que “combinam a informação básica e suplementar com uma grande quantidade de informação contextualizada (*background*)” (1993, p.82). No que diz respeito às notícias adicionais, estas devem complementar uma notícia principal, no caso a votação da despenalização da eutanásia na Assembleia da República. Segundo a autora, as notícias adicionais são usadas “tanto para melhorar diferentes aspetos das principais informações quanto para facilitar a sua leitura” (*Ibidem*).

Complementarmente à análise das peças difundidas, pareceu-nos importante também perceber qual a utilização que os meios de comunicação conferem às peças da agência Lusa pelo que procedemos também à análise de três meios, através das páginas online respetivas, o *Observador*, o *Público* e o *Jornal i*, no mesmo período de análise - entre 20 de abril e 31 de maio - para permitir avaliar a existência de algum trabalho de especialização adicional dos meios com base das peças da agência Lusa.

Assim, pretendemos perceber se as peças publicadas nos três meios resultam diretamente das peças publicadas pela agência Lusa, se esta é citada ou não e quais os tipos de peças que os jornais publicaram durante o período em análise.

Nesta análise, recolheram-se 239 peças, tendo sido publicadas 93 pelo *Observador*, 92 pelo *Público* e 54 pelo *Jornal i*.

Na construção da tabela de análise, optámos por numerar cada uma das peças, indicar o título, a data de publicação, o tipo de peça e a indicação de citação, ou não, da agência Lusa. Além das categorias já enunciadas no género das peças publicadas, na análise aos meios de comunicação, surgiu a necessidade de acrescentar o género ‘opinião’, por se tratarem de meios que contemplam esse espaço nas suas páginas online. As peças de opinião foram utilizadas apenas quantitativamente para que seja possível perceber o espaço que foi reservado em cada meio a peças de índole jornalística e a peças de autor, ou seja, de opinião, crónicas ou editoriais sobre o tema que serve de objeto de estudo.

| <i>Número</i> | <i>Título</i> | <i>Data</i> | <i>Género da peça</i> | <i>Cita Lusa</i> |
|---------------|---------------|-------------|-----------------------|------------------|
| 1 | | | Notícia | Sim |
| 2 | | | Reportagem | Não |

| | | | | |
|-------|--|--|------------|--|
| (...) | | | Entrevista | |
| N | | | Opinião | |

Tabela 4: Categorização/Identificação das variáveis para análise de conteúdo das peças nos meios

Discussão dos resultados

Importa, em primeiro lugar, clarificar os números totais de peças distribuídas pelas duas editorias e o total de peças analisadas durante este estudo. Do total de 97 peças publicadas entre 20 de abril e 31 de maio, 27 foram publicadas pela editoria Sociedade e 70 pela editoria política. As peças foram selecionadas consoante a indicação distintiva “Eutanásia” e pelos temas “saúde” e “parlamento”.

Para facilitar a leitura dos dados obtidos, foram elaborados gráficos, tendo por base os dados recolhidos através do preenchimento da tabela de análise. Os resultados serão apresentados no conjunto das duas editorias num primeiro momento para, posteriormente, se proceder à apresentação de resultados da editoria de Sociedade, aquela em que nos inserimos durante o tempo de estágio.

A comparação efetuada com os três meios *Observador*, *Público* e *Jornal i* será também esta apresentada por meio de gráficos para que a leitura seja facilitada e as conclusões retiradas de forma mais clara.

Resultados do universo de peças analisadas

Quando analisamos as peças, por género, é possível constatar que a quase totalidade dos trabalhos difundidos segue o género de notícia, enquanto apenas foram lançadas para a linha da agência, no período analisado, duas entrevistas, uma reportagem e duas peças de conteúdo ‘perguntas e respostas’ e ‘pontos essenciais’, que foram divulgadas em duas datas diferentes, a 27 de maio, e depois, no dia do debate, na Assembleia da República, a 29 de maio. De destacar que as exceções para o género notícia na editoria Sociedade são as duas entrevistas e a reportagem difundidas e, na editoria Política, são os especiais ‘perguntas e respostas’ e ‘pontos essenciais’.

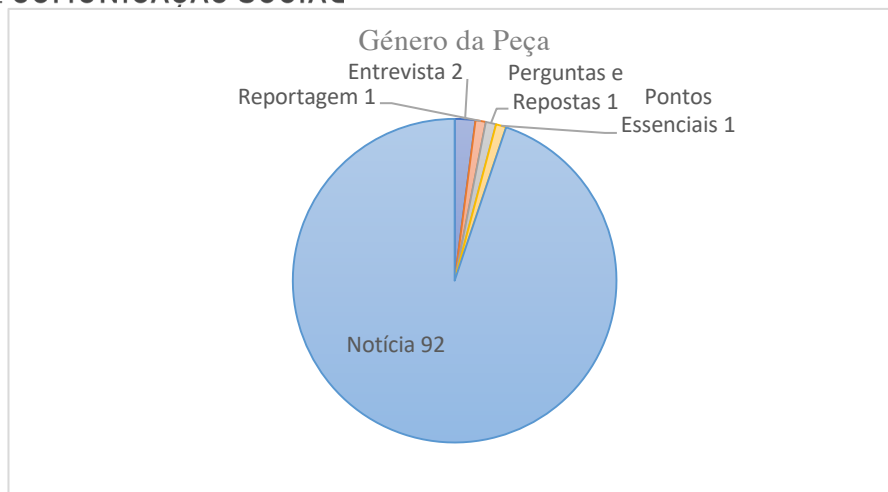


Figura 1: Distribuição em números absolutos das peças por “Gênero da Peça”

Analisando agora o tema de cada peça, fica claro que o maior enfoque dos agentes foi dado à votação da lei (59%), seguindo-se a discussão política (25%) e a discussão ideológica (14%).

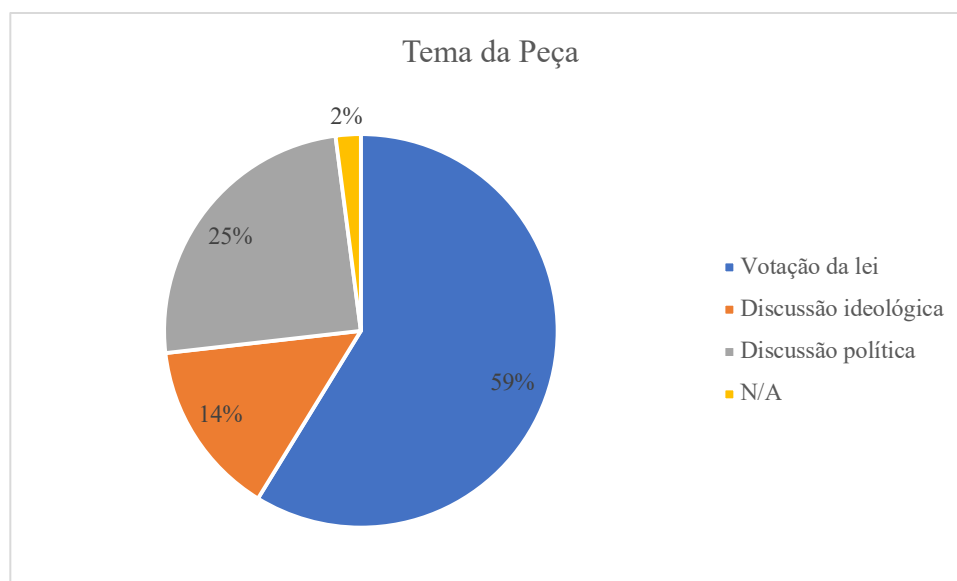


Figura 2: Distribuição em percentagem das peças por “Tema da Peça”

No que diz respeito ao tipo de título utilizado nas peças difundidas pela agência, em 97, há 33 (34%) que não têm citação direta ou indireta (através de paráfrase), sendo que, no conjunto, 66% das peças têm um título composto através de citações diretas e

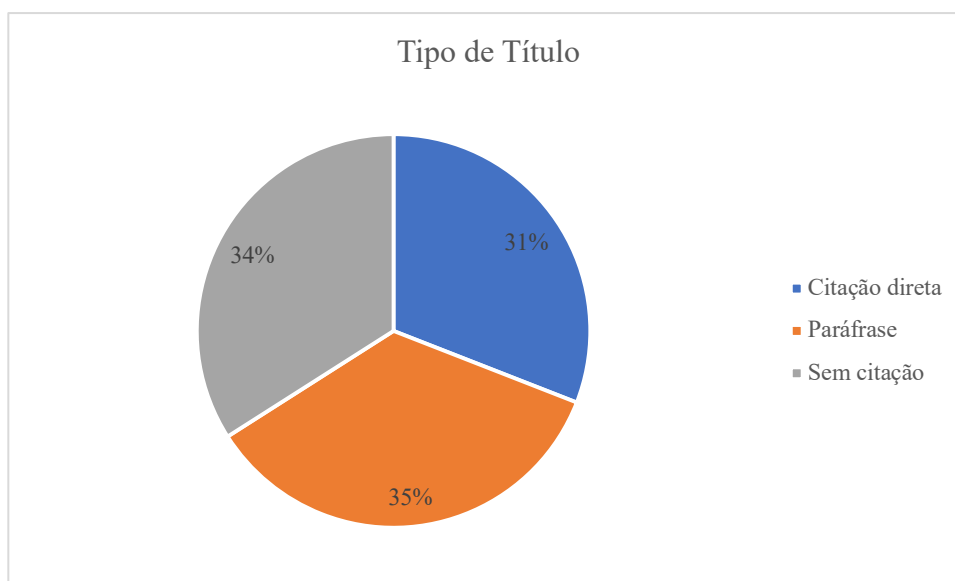


Figura 3: Distribuição em porcentagem das peças por "Tipo de Título"

Quanto ao agente da peça, ou seja, a pessoa ou entidade que estão na origem da peça redigida, através de ações que levaram a cabo ou citações que proferiram, do universo analisado, 69% corresponde a atores políticos, estando em segundo lugar a sociedade civil, com 11%, que corresponde a dez peças, seguidos de atores da área da religião e, por último, os profissionais de saúde que são agentes em oito (8%) das 97 peças analisadas.

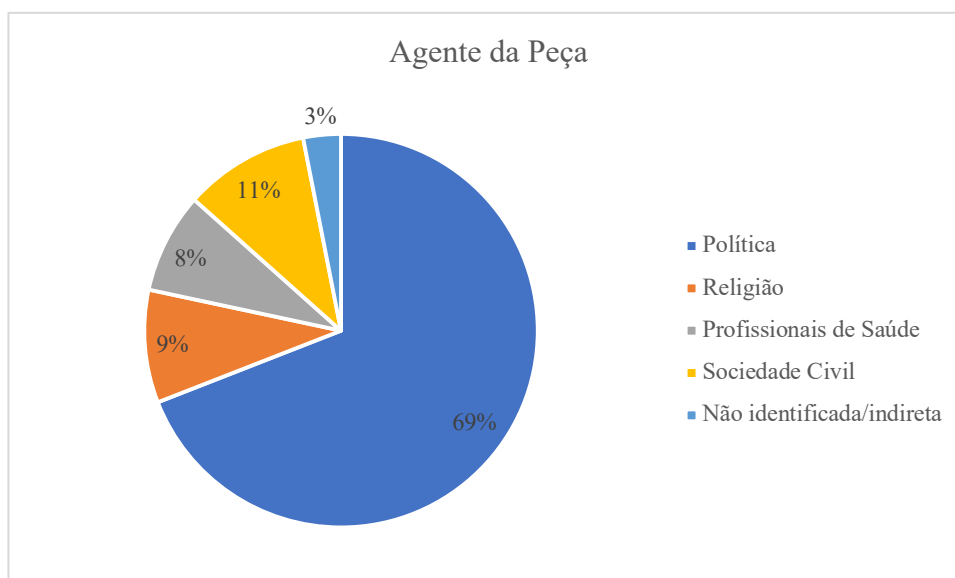


Figura 4: Distribuição em porcentagem das peças por "Agente"

Se focarmos a nossa análise apenas nas 27 peças publicadas na editoria Sociedade, os principais agentes são profissionais de saúde e atores da área religiosa (com oito peças

cada), seguidos da sociedade civil (com seis peças) e de atores políticos (com quatro peças).

A explicação para a disparidade constatada quando comparada a editoria Sociedade, em separado ou em conjunto com a editoria política, prende-se, naturalmente, com a divisão editorial existente na agência Lusa, que atribui a cada editoria os respetivos temas e atores a tratar. Assim, a editoria Política noticiará, naturalmente, mais peças com atores políticos e a editoria Sociedade noticiará mais tendo por base fontes da sociedade civil ou das áreas que acompanha: saúde, tecnologia, ambiente, entre outras.

Porque a discussão gerada em torno do debate sobre a despenalização da eutanásia foi complexa e incluía a utilização de terminologia específica, passemos em diante a analisar o tipo de texto e informação contida nas peças divulgadas pela agência Lusa.

O *background*, tido por “indispensável” no Livro de Estilo da Lusa quando se tratam de vários textos sobre o mesmo tema, foi utilizado 63% das vezes pelos jornalistas, na sua maioria através da contextualização ao leitor da entrada no Parlamento dos vários projetos de lei dos partidos e da data da discussão em plenário.

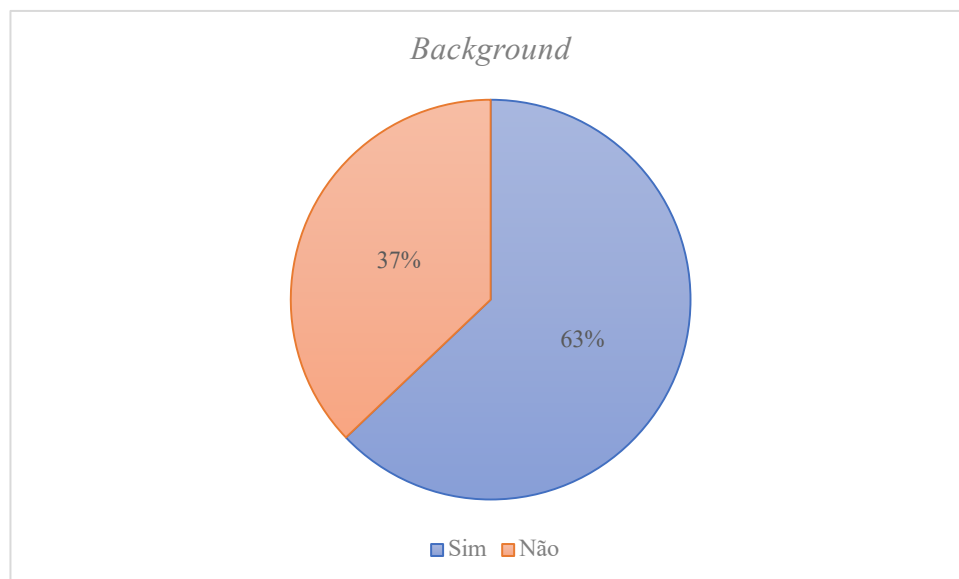


Figura 5: Distribuição em percentagem das peças consoante a presença ou não de background

São exemplos de *background*, o parágrafo: “O parlamento vai discutir a 29 de maio os quatro projetos, do PAN, BE, PS e PEV, sobre a morte medicamente assistida”, aquele que mais vezes se verificou na análise efetuada e também o conjunto de parágrafos: “Quatros projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo Bloco de Esquerda (BE), pelo PS e pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV).

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.”

O *background*, se inscrito em todas as peças difundidas, permitiria ao leitor perceber mais adequadamente o contexto que a notícia em particular trata, numa discussão/tema mais alargado, como é o caso do mês em análise que antecedeu a votação da despenalização da eutanásia.

No que concerne à utilização de terminologia específica da área da saúde, da eutanásia e de doenças, é possível constatar que quase um terço (29%) das peças analisadas continha termos específicos. Do universo analisado, 28 peças continham pelo menos um termo específico, sendo que o que mais ocorreu foi ‘paliativos/cuidados paliativos’ (18 vezes), seguido de ‘distanásia’ (seis vezes), ‘suicídio assistido’ (quatro vezes), ‘objeção de consciência’ (duas vezes) e ‘testamento vital’, ‘cuidador informal’ e ‘obstinação terapêutica’ - cada uma utilizada uma vez.

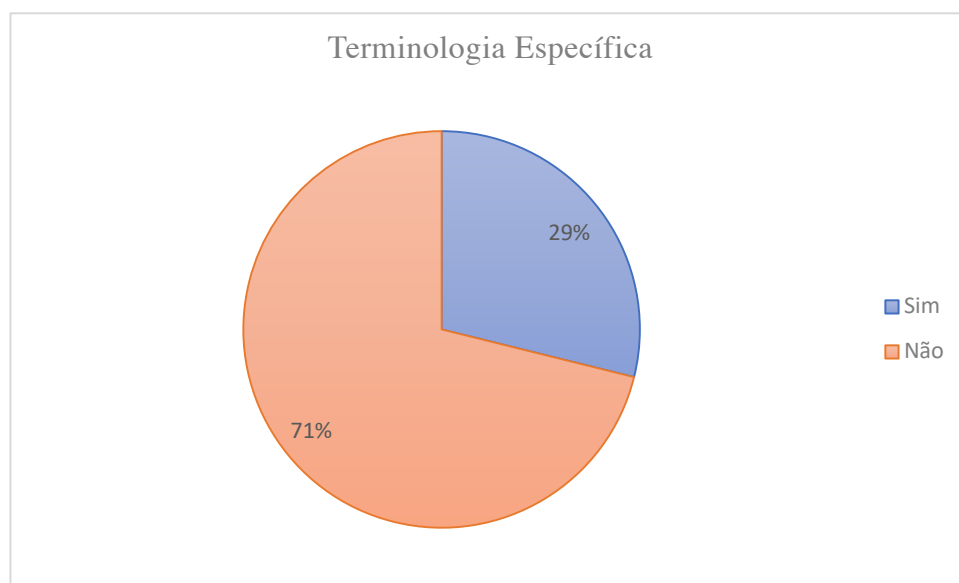


Figura 6: Distribuição em percentagem das peças consoante a presença ou não de terminologia específica

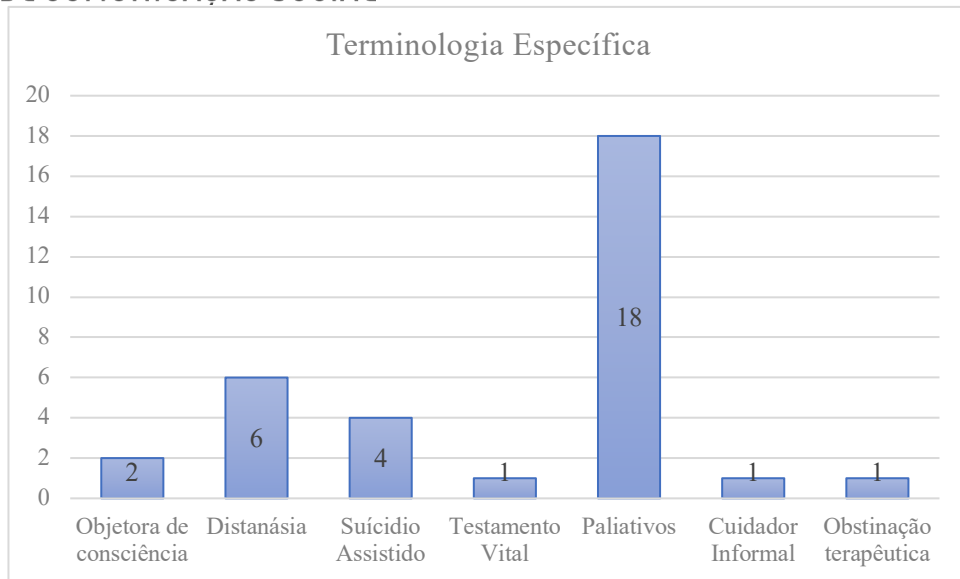


Figura 7: Terminologia específica utilizada no universo analisado e indicação do número de vezes em que foram utilizadas, em números absolutos

Dos 33 termos específicos utilizados em 28 peças (29% do total de peças difundidas), apenas por cinco vezes foi incluída a explicação dos mesmos na peça. Em 85% das peças difundidas com termos específicos os mesmos não foram explicados.

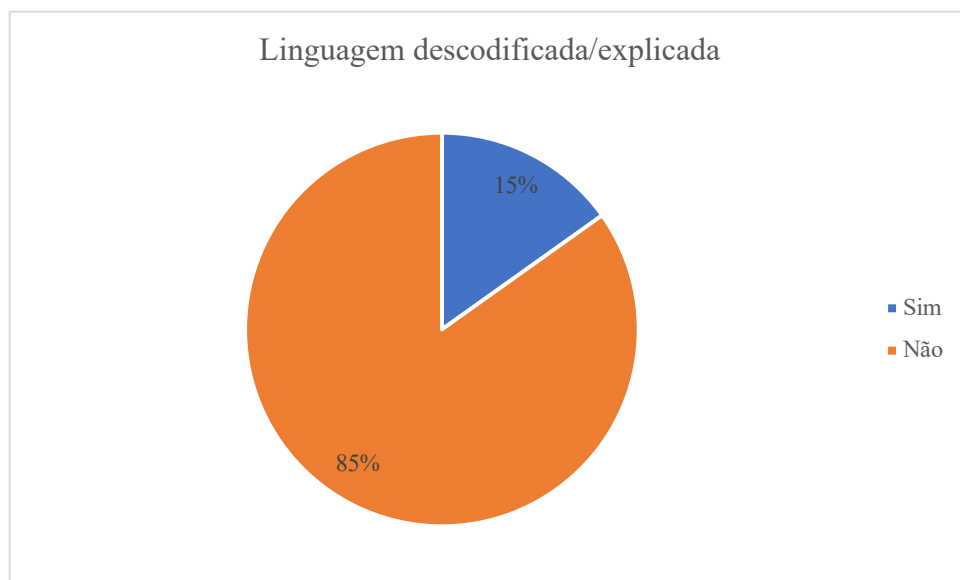


Figura 8: Distribuição em percentagem do número de vezes em que os termos utilizados foram explicados

O conceito 'distanásia' foi explicado em três das seis vezes que foi utilizado e os conceitos 'paliativo' e 'obstinação terapêutica' foram elucidados cada um deles por uma vez. Por esclarecer ou descodificar, ficaram os conceitos de 'suicídio assistido',



‘testamento vital’ e ‘cuidador informal’, não se tendo registado a explicação de qualquer um deles em alguma das peças analisadas durante o período.



Conforme referido, na análise apresentada anteriormente ao universo de peças, na editoria Sociedade foram publicadas duas entrevistas e uma reportagem, em exceção à totalidade de peças de género ‘notícia’.

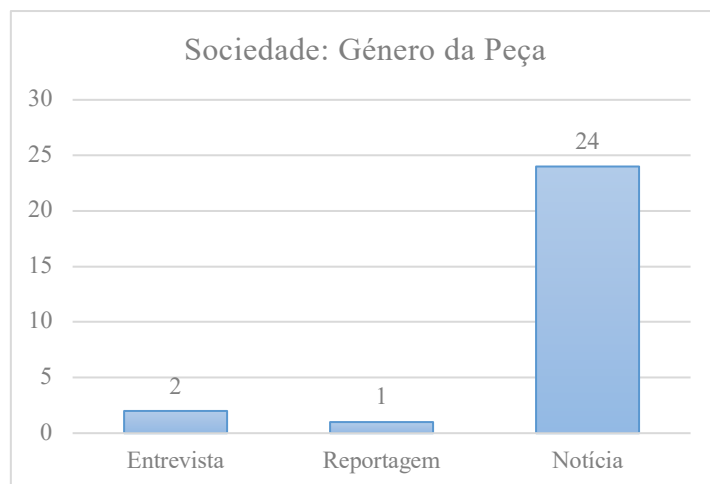


Figura 9: Distribuição em números absolutos do número de peças de Sociedade por “Género”

Na editoria Sociedade, a maioria das peças também diz respeito à votação da lei (63%), seguindo-se a discussão ideológica (oito das 27 peças, 30%) e, por duas vezes (7%), a discussão política foi tema.

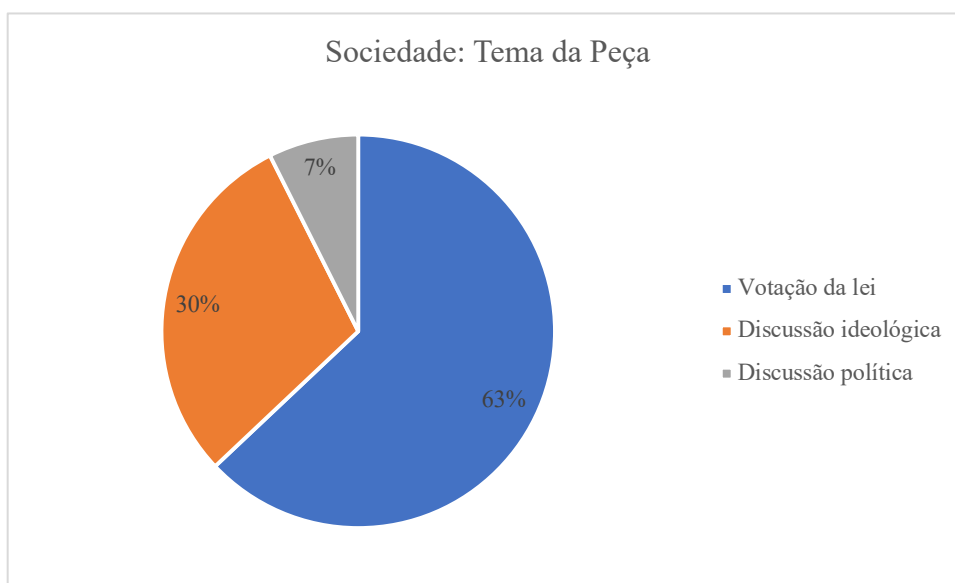


Figura 10: Distribuição em percentagem do número de peças de Sociedade por “Tema”

Relativamente aos títulos dados às peças, em 44% dos textos (12) não houve lugar a nenhuma citação (direta ou indireta), enquanto por quatro vezes os agentes foram citados diretamente e onze vezes foram parafraseados para dar título à peça.

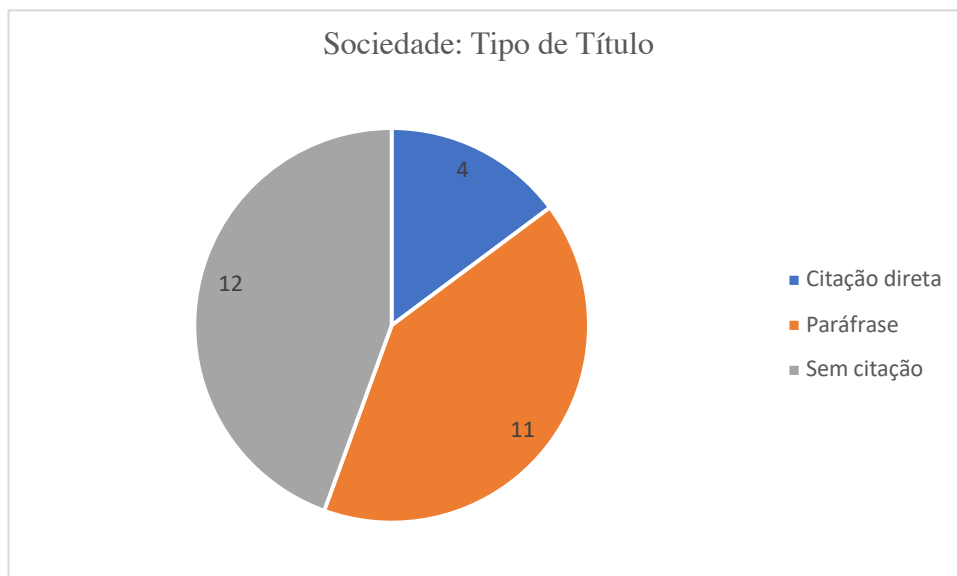


Figura 11: Distribuição em números absolutos do número de peças de Sociedade por “Tipo de Título”

Na editoria Sociedade, os profissionais de saúde e os atores relacionados com a religião foram agentes da peça por oito vezes cada um, seguidos de sociedade civil por seis vezes, políticos por quatro vezes e, apenas por uma vez, não foi possível identificar o agente.

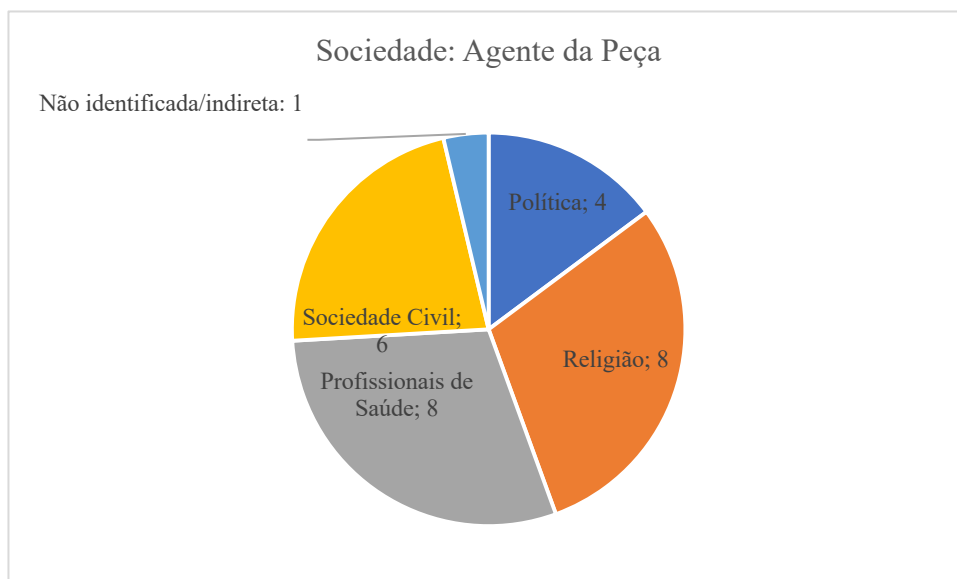


Figura 12: Distribuição em números absolutos do número de peças de Sociedade por “Agente da Peça”

No que diz respeito ao texto das peças, em 18 (67%) das 27 analisadas foi possível identificar a existência de *background*, sendo que em nove (33%) não havia qualquer contextualização da peça.

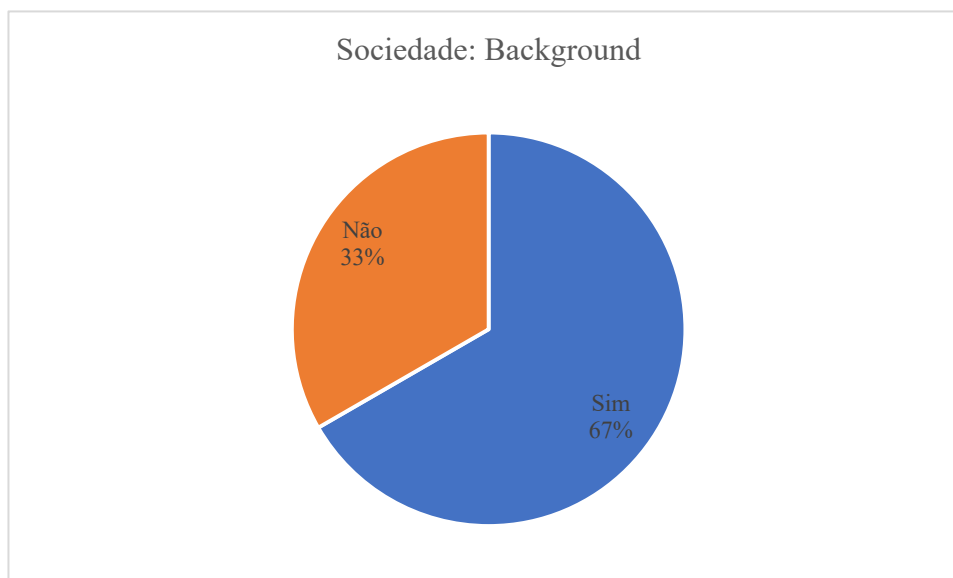


Figura 13: Distribuição em percentagem do número de peças de Sociedade com background

Como exemplo de *background* é possível encontrar um parágrafo simples, com o agendamento da votação e menção aos projetos de lei dos partidos: “O parlamento vai discutir a 29 de maio quatro projetos de lei sobre a morte medicamente assistida ou a despenalização da eutanásia, projetos do PAN, Bloco de Esquerda, PS e Partido Ecologista Os Verdes.” Ou um *background* com mais detalhe sobre o tema tratado, com mais do que um parágrafo: “O PAN foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes"”.

Todos os diplomas preveem que “só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade”.

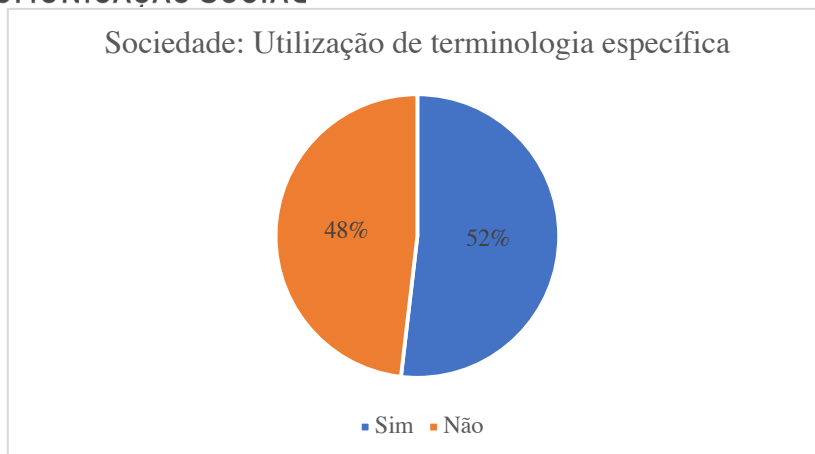


Figura 14: Distribuição em percentagem do número de peças de Sociedade com terminologia específica

Ainda no que se refere à análise do texto das peças, em mais de metade (52%) das peças publicadas existia terminologia específica, de acordo com o tema da eutanásia. A palavra mais utilizada foi ‘paliativos’ (nove vezes), seguida de ‘distanásia’ (quatro vezes), ‘suicídio assistido’ (três vezes) e ‘objeção de consciência’, ‘testamento vital’ e ‘cuidador informal’ surgem por uma vez. No que respeita à descodificação destes termos específicos, apenas por duas vezes foram explicados, das 17 vezes que surgiram. Os conceitos ‘paliativos’ e ‘distanásia’ foram explicitados por uma vez cada um deles.

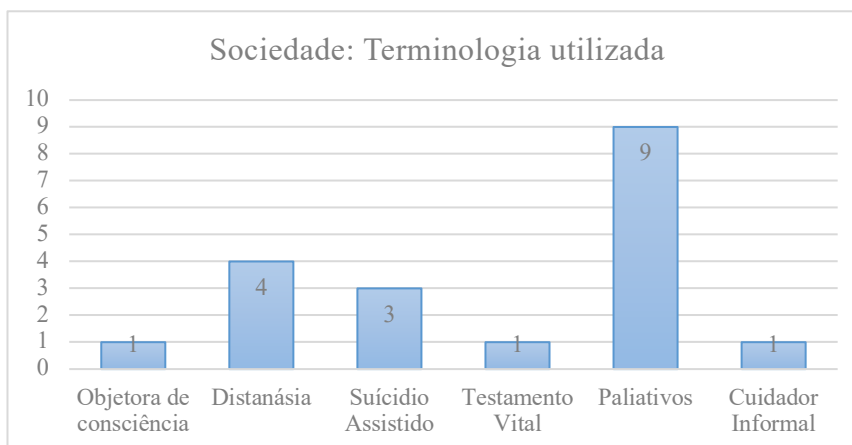


Figura 15: Distribuição em números absolutos da terminologia específica utilizada nas peças de Sociedade

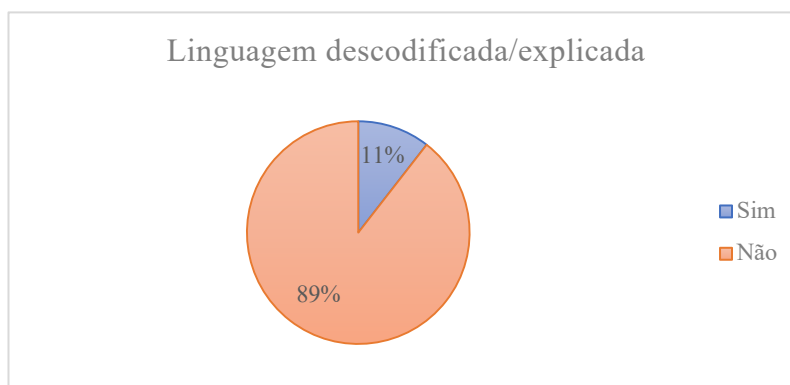


Figura 16: Distribuição em percentagem da explicação ou não da terminologia específica utilizada nas peças de Sociedade

A agência Lusa e os meios – análise da utilização das peças

Para melhor compreender a utilização que os meios concedem às peças difundidas pela agência Lusa, procurámos analisar, entre 20 de abril e 31 de maio, as páginas na internet do *Observador*, *Público* e *Jornal i*, quanto à publicação de conteúdos relacionados com a eutanásia. Recolhemos e analisámos um total de 239 peças (93 *Observador*, 92 *Público*, 54 *Jornal i*), nos três meios.

Com o propósito de facilitar a compilação dos dados recolhidos, elaborámos a tabela abaixo apresentada e categorizámos os géneros de peça de acordo com as secções dos jornais *online*. Assim, para género, criámos as categorias ‘crónica’, ‘editorial’, ‘ensaio’, ‘entrevista’, ‘especial’, ‘glossário de termos’, ‘multimédia’, ‘notícia’, ‘opinião’ e ‘reportagem’. Para aferir se as peças publicadas nos meios tinham alguma ligação aos conteúdos difundidos pela agência, criámos a coluna ‘cita a lusa’ de resposta ‘sim’ ou ‘não’ e a coluna ‘peça da autoria da Lusa’, na tentativa de aferir se os conteúdos apresentados pelos meios são publicações diretas das peças da agência Lusa ou se utilizam, na criação de peças próprias, citações e referências da agência. Estas categorias (‘sim’ ou ‘não’) podem verificar-se ao longo do texto ou, apenas, através da assinatura das peças.

| <i>Número</i> | <i>Título</i> | <i>Data</i> | <i>Género da peça</i> | <i>Cita Lusa</i> | <i>Peça da autoria da Lusa</i> |
|---------------|---------------|-------------|-----------------------|------------------|--------------------------------|
| 1 | | | Crónica | Sim | |
| 2 | | | Editorial | Não | |
| 3 | | | Ensaio | | |
| 4 | | | Entrevista | | |
| 5 | | | Especial | | |
| 6 | | | Glossário de termos | | |
| 7 | | | Multimédia | | |
| 8 | | | Notícia | | |
| 9 | | | Opinião | | |
| (...) | | | Reportagem | | |

Tabela 5: Grelha de análise dos conteúdos publicados nos meios subordinados ao tema eutanásia

Realizemos, num primeiro momento, uma análise relativa ao conjunto dos três meios. Das 239 peças publicadas, 137 são notícias e, destas, 47 (34%) citam a agência Lusa, ou seja, 20% dos conteúdos publicados pelos três meios, durante o período analisado, têm por base as peças da agência Lusa ou citam-na.

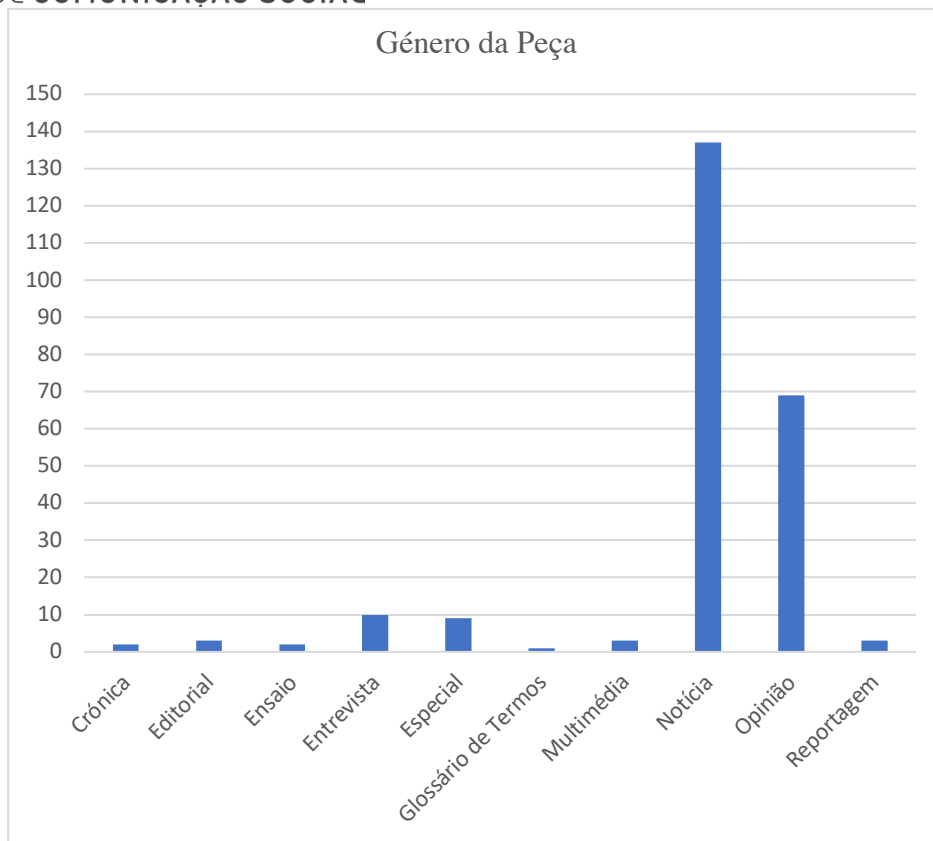


Figura 17: Distribuição em números absolutos das peças publicadas nos meios por género



Figura 18: Distribuição em percentagem das peças publicadas nos meios pela categoria 'Cita a agência Lusa'

É possível constatar também que, apesar de a agência ter difundido duas entrevistas, estas não tiveram aproveitamento nos meios. No conjunto, os três órgãos de comunicação divulgaram dez entrevistas, mas em nenhuma citaram a agência Lusa ou utilizaram conteúdos difundidos por esta.

As peças do género 'crónica', 'editorial' e 'opinião', que não têm lugar no jornalismo de agência, representam para os meios mais de um terço do total de peças



publicadas no período em análise, o que corresponde a 74 (35%) peças das 239 publicadas.

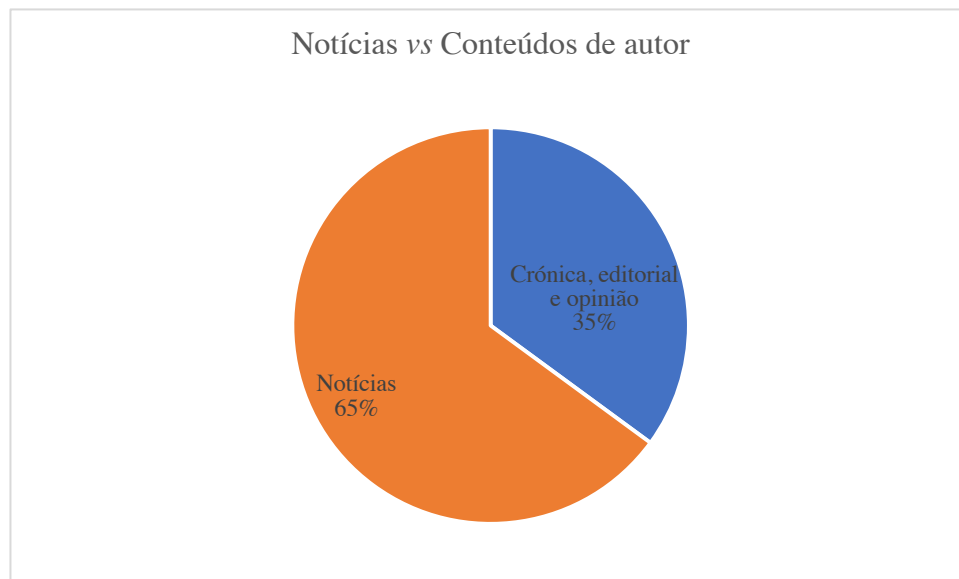


Figura 19: Distribuição em percentagem das peças publicadas nos meios confrontando notícias e conteúdos de autor

Analisamos agora cada um dos meios para tentar aferir a utilização das peças difundidas pela agência Lusa. O jornal *online Observador* publicou, no período analisado, um total de 93 peças, das quais 25 citavam ou eram da autoria da agência Lusa.

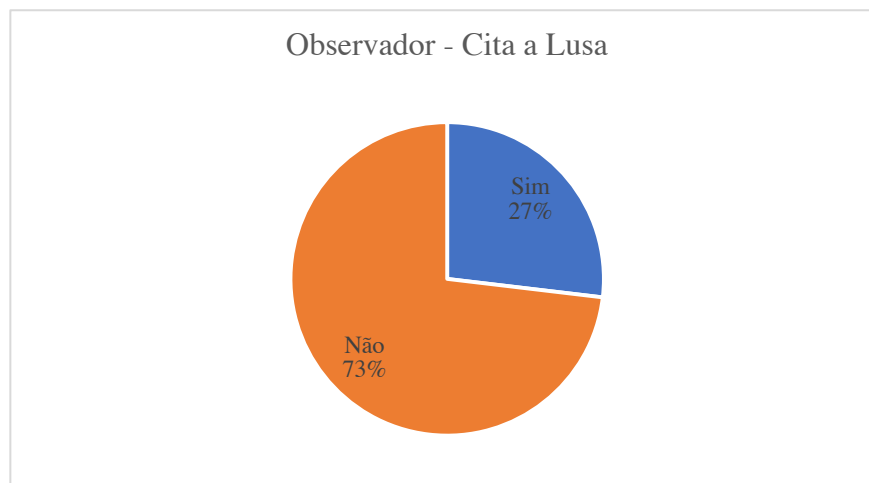


Figura 20: Distribuição em percentagem das peças publicadas pela categoria 'cita a Lusa', no jornal *Observador*

No que diz respeito ao género de peças publicadas no *Observador*, é possível verificar que os conteúdos de opinião foram publicados em número muito próximo às

notícias. Dos três meios analisados, é aquele em que a publicação de conteúdos de opinião é maior. No caso do *Público*, foram publicadas 24 peças de opinião, de um total de 91 peças, e no *Jornal i* apenas sete peças foram de opinião, do total de 54.

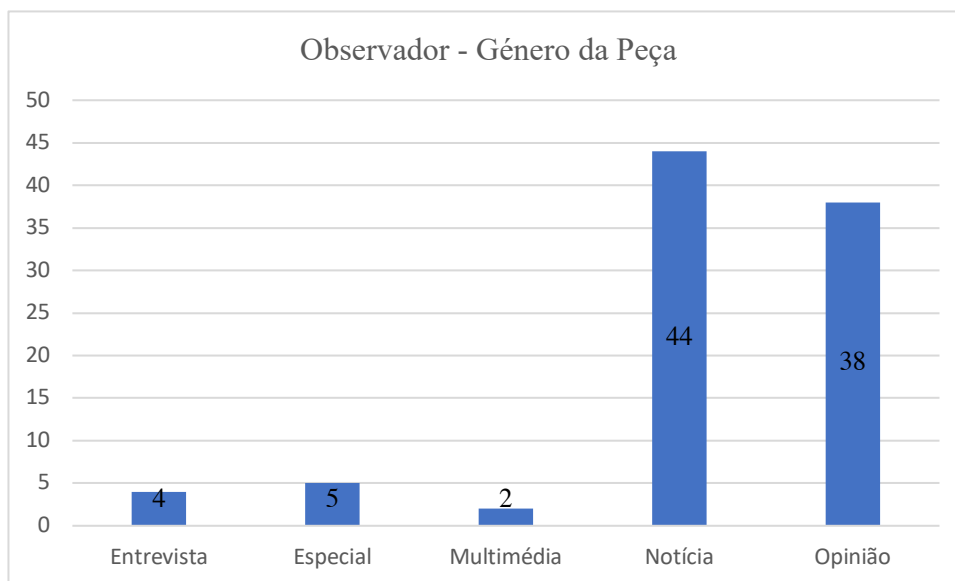


Figura 21: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria 'Género da Peça' no jornal Observador

Relativamente ao jornal *Público*, das 91 peças publicadas, a agência Lusa foi citada em apenas vinte, tendo ocorrido estas citações no total de notícias publicadas. Isto é, em 51 notícias publicadas, por vinte vezes (39%) os conteúdos eram provenientes da agência ou citavam-na.

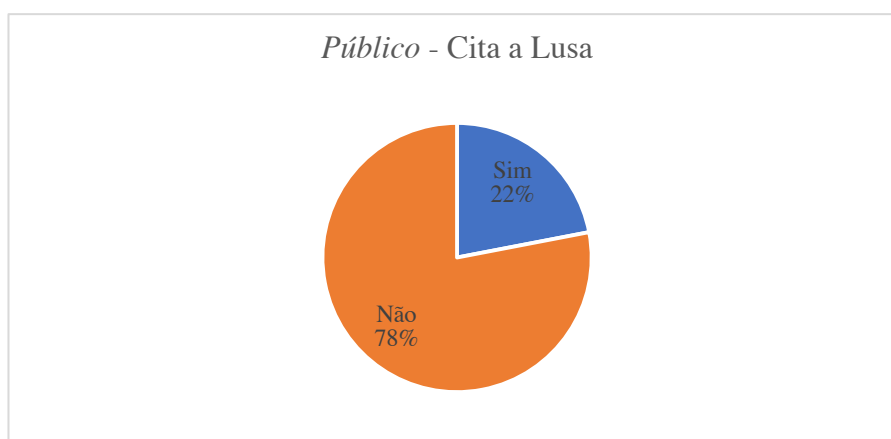


Figura 22: Distribuição em percentagem das peças publicadas pela categoria 'Cita a Lusa', no jornal Público

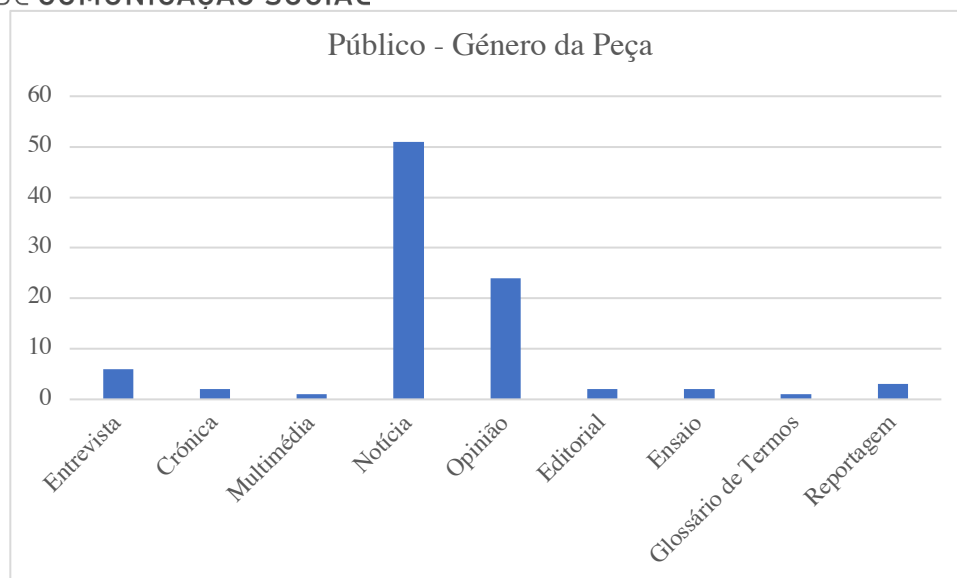


Figura 23: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria 'Género da Peça' no jornal Público

Ao contrário dos jornais *Observador* e *Público*, que citaram ou utilizaram conteúdos da agência Lusa em, pelo menos, um quarto do total de notícias publicadas nos seus meios, o *Jornal i* citou a agência Lusa apenas em duas das 42 notícias publicadas.

Para melhor se conseguir perceber a utilização das peças difundidas pela agência Lusa e a publicação direta dos conteúdos ou o aproveitamento para peças criadas pelos meios através da categoria 'Peça da autoria da Lusa', é possível constatar que quer no jornal *Público*, como no jornal *Observador*, apenas uma das vezes, em cada um deles, a peça publicada não é da autoria da agência Lusa e é um conteúdo original do meio, que cita a agência. Já no caso do *jornal i*, nenhuma das duas vezes em que a agência Lusa é citada se tratam de peças fornecidas pelo serviço da agência. Foi também possível verificar na análise efetuada, que o *jornal i* é, dos três meios, aquele que mais cita outros meios de comunicação (*Diário de Notícias*, *jornal Sol*, *Expresso*, *Renascença*), apesar de ser o que menos utiliza conteúdos da agência Lusa.

Do total de 54 peças analisadas, 77% são do género 'notícia', sendo dos três meios aquele em que a quantidade de peças noticiosas publicadas é maior. No *Observador*, as notícias representam 47% do total de peças publicadas no período analisado e, no *Público*, 56%.

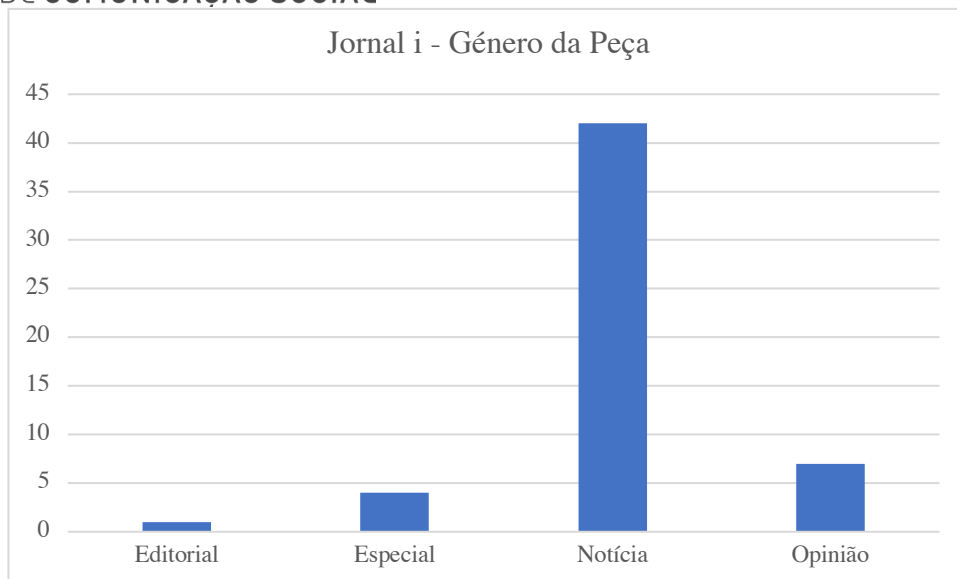


Figura 24: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria 'Género da Peça' no jornal i

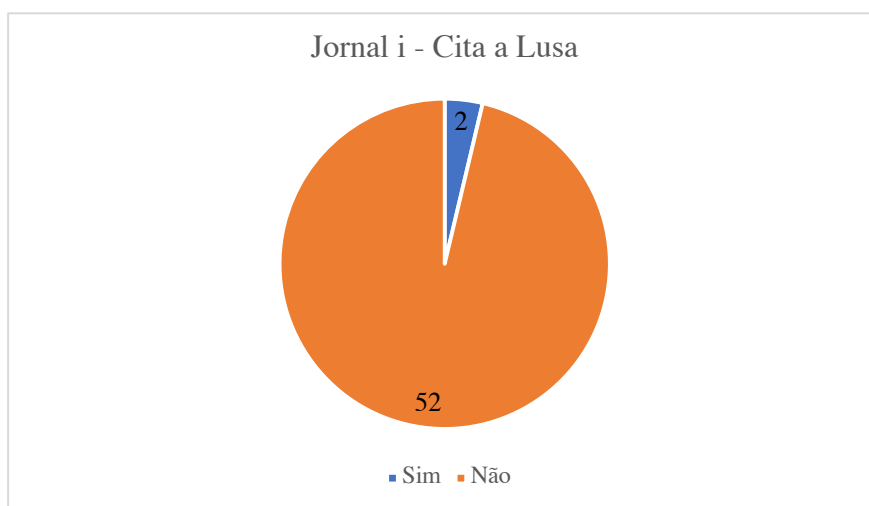


Figura 25: Distribuição em números absolutos das peças publicadas pela categoria 'Cita a Lusa' no jornal i

Olhando agora para as peças publicadas pela agência Lusa nas editorias Sociedade e Política, fazemos uma análise³⁵ daquelas que foram publicadas pelos meios. Da editoria Sociedade, 13 peças foram publicadas em um dos três meios, sem que tenha havido aproveitamento em qualquer um dos meios de 14 peças, de um total de 27 peças analisadas. Não se registando nenhuma peça que tenha sido usada em dois dos três meios ou nos três meios.

Relativamente ao aproveitamento das notícias da editoria de Política, é possível verificar que das 70 peças, 21 foram utilizadas em pelo menos um jornal, tendo-se

³⁵ Ver anexo 6: Tabela de análise comparativa de peças publicadas na agência Lusa e nos meios

verificado que dois dos textos divulgados foram publicados nos três meios. Foram estes a notícia que dava conta da data do agendamento do debate na Assembleia da República, com o título “Eutanásia: BE, PS e PAN propõem debate para 30 de maio” e uma declaração da líder do partido CDS-PP, Assunção Cristas, intitulada “Eutanásia: Cristas considera inaceitável que SNS possa servir para ‘executar a morte’”.

As quatro peças que foram publicadas em dois dos três meios dizem respeito a uma declaração do Partido Comunista Português (“Eutanásia: Legalização seria “retrocesso civilizacional” e não é prioridade – PCP”), uma declaração do Partido Ecologista Os Verdes (“Eutanásia: PEV diz que despenalização não retira um cêntimo ao investimento em paliativos”), a notícia sobre a data do agendamento do debate (“Eutanásia: Parlamento debate projetos de lei em 29 de maio”) e uma notícia a informar sobre a votação nominal no Plenário (“Eutanásia: Votação dos vários projetos vai ser nominal a pedido do CDS-PP”).

As peças “pontos essenciais” e “perguntas e respostas” parecem encontrar eco em notícias publicadas pelos meios nos mesmos dias da divulgação ou nos dias seguintes, embora, dada a natureza e estilo de escrita e apresentação das peças, não possamos prová-lo diretamente, deixando apenas uma indução fruto da leitura e análise do universo de notícias publicadas pelos meios relativas ao tema da despenalização da eutanásia.

Relativamente à especialização da linguagem nos meios, nas peças que são da autoria dos mesmos, é possível constatar que o *Público* é, dos três meios, o que apresenta uma maior percentagem de peças publicadas com terminologia específica, 44% das peças têm, pelo menos, um dos nove termos utilizados pelo meio (cuidados paliativos, eutanásia ativa voluntária, suicídio assistido, testamento vital, abstinência médica, distanásia, obstinação terapêutica, ortotanásia e agónicos). Das 23 vezes em que foi utilizado um dos termos específicos, apenas num terço (sete vezes) surge acompanhada de explicação destes conceitos. O termo ‘cuidados paliativos’ foi usado por onze vezes e apenas encontrou explicação na peça ‘glossário de termos’. O glossário de termos com a explicação de alguma da terminologia utilizada ao longo do mês de análise foi publicado apenas no dia 29 de maio, data em que seria votada na Assembleia da República a despenalização da eutanásia, não tendo sido anteriormente realizada a explicação de todos os termos que estavam a ser usados numa base quase diária, em torno do debate gerado na sociedade.

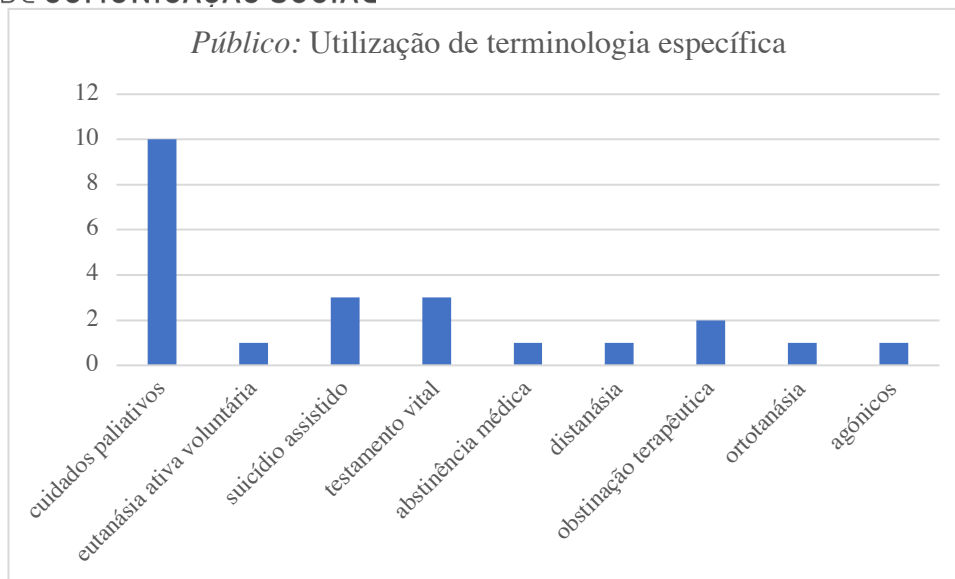


Figura 26: Distribuição em números absolutos da utilização de terminologia específica no jornal Público

O jornal *i* utilizou terminologia específica em nove das 45 peças publicadas de carácter noticioso, o que representa cerca de 20% do total de conteúdos publicados. Nas nove peças publicadas, foram usados por dez vezes um dos cinco termos (paliativos, testamento vital, suicídio assistido, obstinação terapêutica, distanásia), sendo que foram explicados apenas dois deles, o de obstinação terapêutica, numa citação de Assunção Cristas, e o de distanásia, numa entrevista do bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães. Já o conceito de ‘cuidados paliativos’, aquele que mais vezes foi utilizado, não mereceu qualquer explicação ou descodificação em nenhum dos textos publicados.

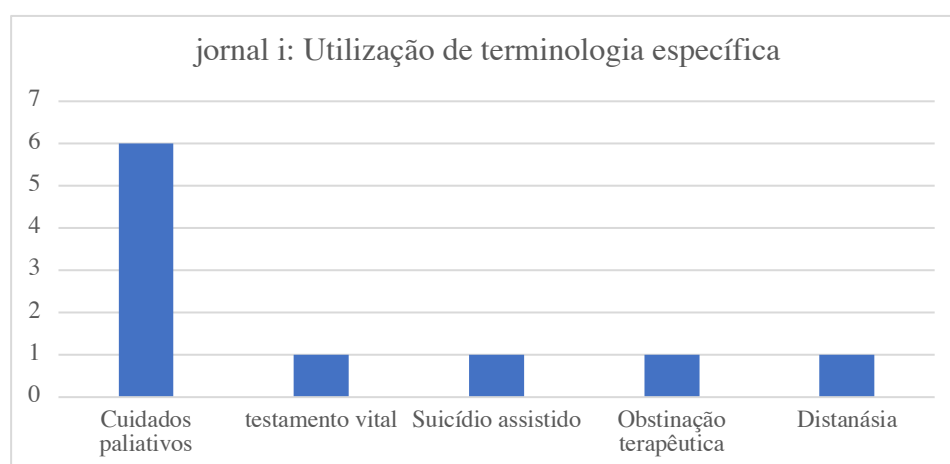


Figura 27: Distribuição em números absolutos da utilização de terminologia específica no jornal *i*

Por sua vez, o *Observador* publicou cinco peças (19%) de um total de 26 que usaram terminologia específica, sendo esta: obstinação terapêutica, suicídio assistido,

morte assistida, paliativos, agônico, testamento vital. Dos três meios analisados, o título online é aquele que tem uma maior percentagem de terminologia explicada, embora não ultrapasse os 31%. É também o que usou menos terminologia específica nas peças publicadas sobre eutanásia, sem que citem a agência Lusa ou sejam da produção exclusiva da agência, mas é o que conseguiu explicar por mais vezes os conceitos utilizados.

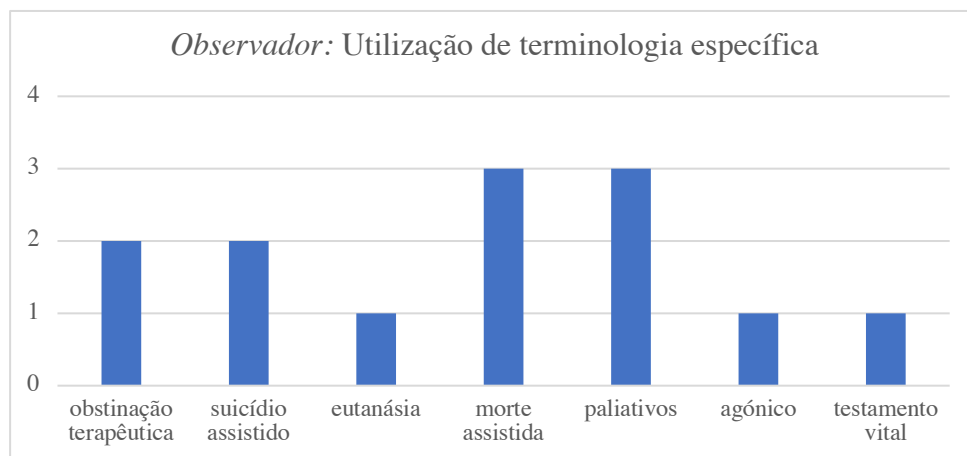


Figura 28: Distribuição em números absolutos da utilização de terminologia específica no jornal Observador

Ao contrário do que se verificou com o conceito de ‘suicídio assistido’, que ficou por explicar nas peças da agência Lusa, os três meios analisados fizeram a explicação do conceito, pelo menos uma vez, tendo o *Público* incluído a sua descodificação por três ocasiões diferentes.

Também o conceito de ‘testamento vital’ ficou sem explicação nas peças da Lusa e foi explicado pelo *Público* e *jornal i*, embora o *Observador* também tenha usado nas peças que produziu a terminologia sem ter inserido a respetiva explicação.

No conjunto de toda a terminologia identificada e utilizada quer pela agência Lusa, quer pelos três meios analisados, apenas o conceito de ‘cuidador informal’ não mereceu explicação, talvez por se tratar de um termo já debatido em sociedade e do conhecimento geral da população.

No que respeita à análise das peças publicadas na agência Lusa e nos três meios analisados, é possível verificar que, ao longo do tempo, o discurso relativo à despenalização da eutanásia se manteve. Para conseguir uma leitura mais ampla e correta de toda a informação que foi divulgada sobre a temática, à semelhança do alerta deixado



por Rute Peixinho³⁶ quando afirmou “é preciso dizer que o tema da eutanásia foi trabalhado ao longo de um ano e tal, ou seja, se se fizer a análise da linha da Lusa do mês anterior ao debate parlamentar, ou dos dois meses anteriores, pode-se ficar com uma ideia errada da perspetiva que a Lusa deu ao longo do tempo” (2018), sugerimos que o estudo possa ser alargado até ao momento em que se falou pela primeira vez em Portugal da hipótese de despenalizar a eutanásia. Porém, na análise realizada, foi possível verificar que o discurso se manteve ao longo do tempo. Acompanhámos, isso sim, a alteração no número de conteúdos que as fontes divulgavam, a qual foi sendo cada vez mais evidente à medida que o dia da votação se aproximava, trazendo à agenda este tema.

Os agentes que desde o início da análise se mostravam a favor da despenalização mantiveram a sua posição e aqueles que se posicionavam contra a despenalização também a mantiveram. Não foi possível verificar nenhum caso ou peça em que tivesse sido descrito algum episódio de alguém que tenha mudado de opinião em relação ao tema, nem antes, nem depois da votação.

No que concerne à utilização de terminologia específica, da qual esperávamos uma maior explicação nos primeiros dias da análise e uma utilização mais frequente nos últimos dias, tendo em consideração a eventual formação do público na área à medida que tinha oportunidade de ler e refletir sobre o tema, mas tal não se verificou. Os glossários de termos publicados quer pela agência Lusa, quer pelos meios tiveram lugar apenas nos dias imediatamente anteriores à votação, ou mesmo no dia da votação, indiciando que, tratando-se este um tema caro à sociedade, nem todos dispunham das ferramentas necessárias para entender em concreto o que estava a ser debatido e em causa durante o mês em análise.

Relativamente às fontes utilizadas durante o período em análise, é interessante constatar que foram as mesmas ao longo do tempo. Os atores que inicialmente surgiram a fazer apologia do ‘sim’ ou ‘não’ à despenalização da eutanásia, sendo estes dos setores da política, da saúde, da religião, da sociedade civil, da bioética, das mais variadas instituições ou cidadãos com doenças degenerativas que reivindicavam o direito a escolher quando morrer foram os mesmos durante o tempo de debate e, inclusivamente, nas reações ao chumbo da despenalização da eutanásia, foram mantidos.

A vantagem do trabalho próximo com fontes permite ao jornalista construir uma estória, dentro de outra e assim consecutivamente. Basta recordar, por exemplo, o médico

³⁶ Entrevista completa no anexo 1



e ex-coordenador do Bloco de Esquerda, João Semedo, uma das vozes mais ativas a favor da despenalização da eutanásia durante o debate e um dos atores que foram ouvidos aquando do chumbo³⁷ para se ficar familiarizado também com a história pessoal de João Semedo, que viria a falecer meses mais tarde a 17 de julho.

É também importante que o jornalista, neste trabalho com fontes, não descure as hipóteses que tem de trazer para a discussão de novos argumentos e vozes ativas e a necessidade constante de procurar fontes diversificadas. Para Helena Neves³⁸, o facto de terem sido publicadas posições a favor e contra deriva do objetivo de conseguir debater a temática: “Por trás está sempre o nosso desejo de o conseguir. O conflito gera o debate e o objetivo era esse, não é?”.

³⁷ Ver anexo 3, notícia 21

³⁸ Entrevista completa no anexo 2

Conclusões

O relatório de estágio apresentado tinha por objetivo perceber até que ponto a produção noticiosa da agência Lusa era fruto da especialização dos seus jornalistas, se a linguagem das peças era inteligível à população através da descodificação de terminologia específica, eventualmente utilizada, e qual a utilização que os meios de comunicação fazem daquilo que diariamente os jornalistas da única agência de notícias em Portugal se esforçam por produzir.

Optámos por apresentar as conclusões separando a experiência vivida ao longo dos quatro meses na redação e aquilo que são os resultados obtidos através de uma análise de conteúdo que se pretendeu ser o mais extensa e pormenorizada possível.

A experiência na redação

Conforme mencionado no corpo deste relatório de estágio, por estarmos atualmente a colaborar com a agência Lusa, é um desafio conseguir isolar no tempo o momento em que entrámos enquanto estagiários e permanecemos durante quatro meses, até à data de final do estágio, e o dia em que regressámos para integrar novamente todas as dinâmicas de produção, enquanto colaboradores da agência Lusa.

Os quatro meses foram, sem dúvida, de crescimento contínuo através de toda a aprendizagem que nos foi possível absorver. A curiosidade e o desejo de fazer sempre mais que nos acompanharam todos os dias levaram-nos a propor temas e a lançar sugestões que, tendo sido sempre bem acolhidas, ainda nos impulsionaram a fazer mais e a dar mais.

No que diz respeito às aquisições pessoais conseguidas, há a destacar, claramente, o crescimento na produção e edição de peças para televisão, a que fomos desafiados a dar voz e a editar na totalidade, inclusivamente o “editado”, a versão final que é distribuída aos canais de televisão que subscrevem o serviço da Lusa e que acompanha as imagens em bruto e o texto ou textos publicados.

A necessidade de editar ficheiros áudio por nós gravados, com velocidade suficiente para que acompanhassem os textos difundidos, veio adensar o desafio de sermos, cada vez mais, parte dos jornalistas “multimeios”.

Conforme elencado (tabelas 1 e 2), as várias saídas da redação foram encaradas como desafios. O nervoso sentido nos primeiros momentos dava lugar a uma escuta e



olhar atentos, no sentido de procurar colocar as questões o mais completas e corretas possíveis.

O facto de nos termos inserido em editoriais que tratam assuntos mais gerais e transversais obrigou-nos a estar, todos os dias, despertos e atentos ao que se passava não só em Portugal, mas também no contexto internacional, passando várias horas a ler o “fio noticioso” da agência e a procurar informações complementares para a generalidade dos temas.

Uma vez que abordámos o assunto ao longo deste relatório e foi também alvo da atenção dos jornalistas entrevistados, não podemos deixar de mencionar, nesta fase conclusiva do relatório, os constrangimentos que se sentem na redação resultantes da falta de jornalistas.

As questões relacionadas com a agenda da agência sobrepõem-se com facilidade aos temas que individualmente cada jornalista se propõe a aprofundar. Cabe aos editores fazer a gestão da agenda e dos recursos humanos que tem disponíveis, mas pudemos perceber, *in loco*, que essa gestão nem sempre é fácil e que, muitas vezes, o jornalista, além de todas as horas que se predispõe a trabalhar extra o seu horário de trabalho, ainda se vê obrigado a deixar para segundo ou terceiro plano investigações ou trabalhos que tinha proposto realizar.

O jornalismo especializado em saúde na agência Lusa

Não podendo dissociar o número de jornalistas da quantidade de peças produzidas e do tempo que têm disponível para dedicar a cada tema, há a destacar desde logo que a editoria Política dispõe de um número superior de jornalistas, o que pode ser, também, justificação para a diferença entre o número de peças publicadas por Sociedade e Política. A editoria de Política publicou quase três vezes mais peças do que Sociedade, no mesmo período de análise, agudizando naturalmente o facto de a grande maioria das peças ter como agentes atores políticos.

Para Michel Foucault, o universo da política é um dos campos onde o discurso deixa de ser transparente e dotado de neutralidade para se tornar um campo onde a palavra é sinónimo de poder e privilégio, onde os atores “revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e ao poder” (Foucault, 1997, p.2), facto com o qual somos obrigados a concordar, tendo em consideração a análise que realizámos às notícias que foram vinculadas e que ajudam a formar opinião junto dos leitores impactados pelas peças produzidas, fruto das afirmações de atores da esfera política.

Do mesmo modo, se analisarmos o recurso à classe médica e aos atores de várias religiões que foram ouvidos, parecem-nos classes que recolhem, junto da população em geral, o respeito e legitimidade suficiente para ajudar a formar opiniões vincadas e consonantes com aquelas que os atores emitem. Segundo Foucault, “(...) os discursos religiosos, jurídicos, terapêuticos e, em parte, também os políticos, não são dissociáveis desse exercício de um ritual que determina para os sujeitos falantes, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis convenientes” (1997, p.10), são estes papéis convenientes que os atores usam para poder “moldar o discurso”. “É claro que, colocando-nos, no interior de um discurso, ao nível de uma proposição, a partilha entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta” (*Idem*, p. 3), adequando, estes atores, o seu discurso tendo em consideração os objetivos que perseguem.

Das entrevistas que pudemos realizar aos jornalistas que redigem as peças e responsáveis por ouvir estes atores, é possível destacar que todos afirmam ter empreendido um “esforço para ouvir todas as partes”, confrontando as posições a favor e contra, não estando, contudo, nas suas mãos a gestão da utilização das peças no eco gerado nos meios de comunicação.

É neste eco que procurámos estudar, que nos confrontámos com algumas surpresas durante a análise de peças recolhidas. Relativamente às peças de autor (opinião, editorial e crónicas) que foram publicadas, num dos meios de comunicação (*Observador*), este tipo de textos representa quase metade da totalidade de peças seleccionadas para a análise.

O pouco aproveitamento das peças lançadas pela agência Lusa também nos surpreendeu e merece a atenção, dado que apenas um terço das peças lançadas pela agência Lusa foi publicado, integralmente, nos três meios analisados. Da análise que efetuámos, podemos aferir que os meios optaram por realizar uma cobertura própria, completa com peças da agência (no caso do *Observador* e do *Público*), embora não façam depender a publicação de textos sobre a temática dos conteúdos difundidos pela agência. De notar que os conteúdos especiais difundidos pela agência ‘pontos essenciais’ e ‘perguntas de resposta’ estão plasmados, embora indiretamente, em algumas das peças publicadas pelos meios, notando um aproveitamento deste tipo de conteúdos não noticiosos. Sugerimos que possa ser realizada uma análise num período mais alargado do tempo numa investigação futura, quer no que respeita a temas que são alvo de cobertura durante um período alargado de tempo, quer ao fio noticioso diário e o seu respetivo aproveitamento.

Entre os meios analisados, aquele que tem uma maior percentagem de peças publicadas (*Jornal i*) do género ‘notícia’ é, simultaneamente, aquele que menos recorreu a peças da agência Lusa, tendo utilizado apenas duas, enquanto outro dos meios (*Público*) em 51 notícias publicadas, 20 eram da autoria da agência Lusa.

Quanto ao conteúdo das peças da Lusa, não podemos deixar de constatar que a “regra” da utilização de *background* em todas as peças ficou longe de ser cumprida (apenas foi utilizado em 63%), bem como a descodificação da terminologia específica quando foi utilizada. Apesar de se ter constatado a utilização de terminologia específica em menos de um terço das peças difundidas pelas duas editorias, facto é que quando utilizada, apenas 15% das vezes foi explicada, conferindo a necessária descodificação, ou explicação, aos leitores das peças.

Num tema que mobilizou a atenção de todo o país, ficaram por explicar, nas peças da agência Lusa, os conceitos de ‘suicídio assistido’, ‘testamento vital’ e ‘cuidador informal’. Assumimos que os conceitos não foram descodificados por serem mais acessíveis e de fácil compreensão do que outros usados na temática, como por exemplo ‘distanásia’ e ‘obstinação terapêutica’. Devemos alertar, no entanto, para o facto de os conceitos não terem sido descodificados sempre que surgiram, tendo apenas o conceito ‘distanásia’ merecido duas explicações, das quatro vezes em que se verificou.

É possível constatar, na análise efetuada, que foram ouvidos os pontos a favor e contra, embora em número não igual, envolvidos na discussão da despenalização da eutanásia que, sendo um assunto apenas discutido pelos deputados na Assembleia da República e, portanto, maioritariamente da esfera política, após o chumbo a 29 de maio, a expectativa é a de que o tema volte à esfera da sociedade civil, nas próximas eleições legislativas, trazido pelos partidos durante a campanha eleitoral.

Com as conclusões e pontos apontados neste relatório, procuramos também que este possa, de alguma forma, servir para despertar os jornalistas para o cuidado acrescido em cada peça redigida. Não podemos esquecer que, apesar de fazerem parte de um grande “dossier” sobre determinado tema, o leitor tem a liberdade de ler apenas uma das peças e pode dar-se o caso de não conseguir ficar com um conhecimento transversal sobre o tema ou com a devida explicação do que este trata.

A investigação sobre o jornalismo especializado em saúde revelou-se um desafio, dada a escassez de trabalhos publicados em Portugal sobre a temática. Recorremos maioritariamente a autores espanhóis, por terem uma vasta biblioteca de trabalhos publicados na área do jornalismo especializado e, em específico, em jornalismo especializado em saúde. Podemos afirmar que o investimento na formação de jornalistas



nesta área seria uma necessidade a considerar para que sejam capazes de “descodificar a mensagem e torná-la inteligível para todos os leitores (Esteve Ramírez e del Moral, 1999). Seria uma forma de também transformar a sociedade civil numa força motriz de transmissão de informações, opiniões e cuidados devidamente fundamentados e esclarecidos na área da saúde.

Bibliografia

Araújo, R. (2012). *As Relações Negociais Entre Jornalistas e Fontes: o Caso da Saúde*. Braga: Universidade do Minho.

Araújo, R. (2016). *Dinâmicas de Construção do Noticiário de Saúde: Uma Análise da Imprensa Generalista Portuguesa*. Braga: Universidade do Minho.

Armstrong, D. (1995) *The Rise of Surveillance Medicine*, *Sociology of Health and Illness*, 17 (3): 393-404.

Arroyave, J. (2012). *Health, News, and Media Information*. In R. Obregon & S. Waisbord (Eds.), *The Handbook of Global Health Communication West Sussex*, UK: Wiley-Blackwell.

Azevedo, Mário (2001) Teses, relatórios e trabalhos escolares. Universidade Católica Editora. Lisboa

Barata, Óscar Soares (1994) Resumo das lições de introdução às ciências sociais. Lisboa. ISCSP

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.

Bogdan, R e Taylor, S (1975). *Introduction to qualitative research methods: a phenomenological approach to the social sciences*. New York. J. Wiley

Borjas, Antonia González (2004). *Salud, información periodística especializada en alza*, em *ÁMBITOS*. No 11-12 - 1er y 2o Semestres de 2004 (pp. 301-310), disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16801216>, consultado a última vez a 22 de junho de 2018

Chimeno Rabanillo, SERAFÍN (1997) “Las fuentes en el proceso de la información periodística especializada”, em Esteve Ramírez, Francisco (coordenador): *Estudios sobre*



Correia, J., (2006). “A representação jornalística da doença: mecanismo de controlo social e espaço de mediação entre a ciência e a vida quotidiana”. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação – BOCC*. Internet. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-representacao-jornalistica-da-doenca.pdf> consultado a última vez a 08 de dezembro de 2017.

Cook, T. D., & Reichardt, C. S. (1997). *Métodos Cualitativos y Cuantitativos en Investigación Evaluativa* (3ª Ed.). Madrid: Morata.

Crawford. R. (2006) “Health as a meaningful social practice”, *Health*, 10 (4): 401-420

Da Silva, Sónia Marisa Pereira. Contributo Para Uma História das agências Noticiosas Portuguesas, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html#SECTION00003000000000000000>, consultado a última vez a 15 de junho de 2018.

Dias, Maria do Rosário (2005): *Serão os mass media estratégias de saúde?* Lisboa: Climepsi Editores.

Decreto-Lei nº 330/75 de 1 de julho. Diário do Governo n.º 149/1975, Série I. Ministério da Comunicação Social. Lisboa

Decreto-Lei nº 523/75 de 24 de setembro. Diário do Governo n.º 221/1975, Série I. Ministério da Comunicação Social. Lisboa

Enguix Oliver, Salvador (2015): «Periodismo especializado y especialización política», *Mediaciones Sociales*, nº 14, pp. 103-128. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/MESO/article/view/51561/47820>, consultado a última vez a 12 de dezembro 2017.

Espírito Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Gênese, Fundamentos e Problemas*. Sílabo. Lisboa.

Esteve, F. e del Moral, Fernández, (1999). *Áreas de especialización periodística*. Madrid, Fragua.

Fernández del Moral, J. e Esteve, F. (1993) *Fundamentos de la información periodística especializada*. Madrid, Síntesis.

Fernández del Moral, Javier (2003) *El periodismo de fuente un marco de la especialización periodística*, em A. Losada e F. Esteve (eds), *Periodismo de fuente*. Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca. pp-25-48

Fontcuberta, Mar de (1992) *Especialización y nuevos soportes electrónicos*. Apresentação inédita no seminário “Periodismo especializado y Comunicación interactiva” da Universidade Internacional Menéndez y Pelayo. Cuenca

Fontcuberta, Mar de (1993): *La noticia*. Barcelona: Paidós

Foucault, Michel (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.

Friedman, Lester (org.) (2004): *Cultural Sutures: Medicine and Media*. Durham and London: Duke University Press.

Hernando, Manuel Calvo (1971) *Periodismo Científico*. Ediciones del Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas

Hernando, Manuel Calvo (1997) *Manual de periodismo científico*, Bosh, Barcelona.

Herrero Aguado, Carmen (2004) “Información local y ciudadanía: la construcción de la identidad” em Sanz Establés, C., Sotelo González, J. y Rubio Moraga, Á.L. (coord): *Prensa y Periodismo Especializado II*, Departamento de Historia de la Comunicación Social de la UCM y Asociación de la Prensa de Guadalajara, 2004.

Hutchins, Robert M. (1947) *Commission on Freedom of the Press. A Free and Responsible Press: A General Report on Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books*. University of Chicago. Disponível em:



Ianni, O. (1988) *Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes.

Jeanneney, Jean-Noel (1996) *Uma história da comunicação social*. Terramar: Lisboa

Lapassade, G. (2001). L'Observation participante. *Revista Europeia de Etnografia de Educação*, 1, 9-26.

Llano, Rafael (2008) *La Especialización Periodística*, Madrid: Editorial Tecnos.

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., 2007. *Agências de Notícias de Portugal - Portuguese News Agencies*. Lisboa: s.n.

Marinescu, V. e Mitu B. (2016) *The Power of the Media in Health Communication*. London and New York: Routledge.

Marinho, S., Lopes, F., Ruão, T. & Araújo, R. (2012) 'Formação e produção científica em Jornalismo de Saúde – Portugal no contexto europeu', *Comunicação e sociedade*, (Número Especial): *Mediatização Jornalística do Campo da Saúde*: 199-212.

Mesquita, Mário (2003), *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra: Minerva

Mory, R e A. V. H. (1923) *The Romance of Research*. The Encyclopaedia of Social Sciences, Vol. IX, MacMillan, 1930.

Muñoz-Torres, J.R. e Esteve, F. R. (coord.) (1997) *Aproximación al concepto de información periodística especializada* Estudios sobre información periodística especializada. Valencia: Fundacion Universitaria San Pablo CEU, p. 25-41.

Orive, Pedro e Fagoaga, Concha (1974) *La especialización en el periodismo*, Editorial Dossat. Madrid.

Pérez Curiel, C. (2005). *Estudio de las Fuentes de Información en el marco del Periodismo Especializado : Estrategias de selección y tratamiento de las fuentes en las secciones periodísticas de El Mundo y El País*. (Tesis Doctoral Inédita). Universidad de Sevilla, Sevilla.

Quesada, Montserrat (1998). *Periodismo Especializado*, Ediciones Internacionales Universitarias. Madrid.

Quesada, Montserrat (2012): *Curso de Periodismo Especializado*. Madrid: Síntesis

Quivy, R., Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa.

Radley, A.; Cheek, J.; Ritter, C. (2006) “The making of health: a reflection on the first 10 years in the life of a journal”, *Health*, vol. 10 (4): 389-400.

Salvador, Vicent (2002) “*Discurso periodístico y gestión social de los conocimientos: algunas observaciones sobre la didacticidad*”, em *Análisi, Quaderns de comunicació i cultura* número 28, Departament de Periodisme i de Ciències de la Comunicació, Faculta de Ciències de la Comunicació, Universidade Autònoma de Barcelona.

Santos Silva, A. e J. Madureira Pinto (coord.) (1986) *Metodologia das ciências sociais*. Afrontamento. Porto

Schiavo, R. (2014). *Health Communication. From theory to practice* (2nd ed.). San Francisco: Jossey-Bass.

Shrivastava, K. M. (2007) *News Agencies from Pigeon to Internet*. India. New Dawn Press Goup

Sousa, J.P. (1997). *Fotoperjornalismo performativo – O serviço de fotonotícia da Agência Lusa de Informação*, disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotoperjornalismo-tese.html>, consultado a última vez a 28 agosto 2018.



Spradley, James P. (1980). *Participant Observation*. Orlando- Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers

Tabakman, Roxana (2011) *La salud en los Medios. Medicina para periodistas– Periodismo para médicos*, Ed. CreateSpace

Tuñón, Amparo (1993) “L’ especializació en periodisme, un canvi de paradigma” em *Anàlisi Quaderms de comunicació i cultura*, número 15. Universidat Autònoma de Barcelona.

Unesco (1953). *News Agencies, Their Structure and Operation*. Paris: George Lang. disponible em <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000734/073446eo.pdf>, consultado a última vez a 28 agosto 2018.

Anexos

Anexo 1

Entrevista Rute Peixinho – Jornalista agência Lusa

Pergunta (P): Consideras que no caso de temas como a despenalização da eutanásia as notícias com posição a favor e contra foram difundidas aqui pela Lusa em número igual e com a necessária isenção e objetividade?

Resposta (R): Sim, considero que terão sido em número semelhante e que se há órgão de comunicação social que tentou ser isento e imparcial nesse tema foi a Lusa. Independente das posições contra e a favor.

P: Enquanto jornalista de agência achas que ele faz o seu trabalho sem que transpareçam as suas convicções pessoais? Como é que isto foi gerido?

R: Acho que toda a gente tem convicções pessoais sobre este tema em concreto, aliás quase todos os temas sobre os quais escrevemos devemos ter as nossas convicções. Eu acho que há um grande esforço na Lusa por parte dos jornalistas para não demonstrarem a sua convicção, sim.

P: Portanto, há um cuidado em manter a imparcialidade na produção noticiosa ou a agenda ou outros fatores limitam e interferem?

R: Não, a agenda sem dúvida que interfere, porque a agenda na produção da Lusa é uma coisa que tem muito peso, portanto quando a agenda se sobrepõe acaba por interferir noutros critérios que tenhamos tido previamente, mas acho que aquela questão da convicção pessoal se interfere acho que não e que no tema da eutanásia até foi gerido com algum cuidado.

P: Portanto, a convicção não passa, mas a agenda condiciona...

R: Condiciona sim. Em relação à eutanásia qualquer manifestação, por exemplo, dos movimentos contra a despenalização da morte assistida, ou da eutanásia, nós cobríamos todas as manifestações que eles fizessem, portanto isso é um assunto de agenda e isso sobrepõe-se.

P: Enquanto jornalista de saúde qual é que foi a maior preocupação profissional sempre que abordavas este tema da eutanásia?

R: Além do rigor e da explicação dos conceitos, diferença de conceitos entre eutanásia, distanásia, morte assistida... Além do rigor e da procura de explicar esses conceitos foi tentar ouvir as posições pró e contra.

P: De uma perspetiva geral qual é que é a perceção que tens do uso das notícias sobre a eutanásia nos clientes? Isto é, mantiveram a mesma distância, havia um tom implícito e tendiam a defender só um dos lados, mais a favor ou mais contra...

R: Acho que usaram mais as posições de pessoas que a Lusa difundia e que eram contra a despenalização.

P: Mais as que eram contra?

R: É a perceção que eu tenho, mas eu não fiz nenhum estudo quantitativo nem exaustivo, mas recordo-me de entrevistas a pessoas que eu fiz e que eram a favor e que tinham argumentos a favor da despenalização terem sido muito menos usadas do que as pessoas que eram contra.

P: Há um trabalho de seleção constante de fontes, consoante da área específica de cada notícia, tendo em conta que se tratava de um debate fraturante da sociedade quem é que no teu entender foi mais ouvido pelos jornalistas que trabalharam o tema? Políticos, médicos, enfermeiros, psiquiatras ou outros profissionais de saúde, sociólogos, filósofos?

R: Acho que ouvimos muito, essencialmente, políticos e médicos.

P: Porquê?

R: Bem, políticos, como isto acabou por ser um debate muito político, porque era um debate na Assembleia da República, portanto obviamente ouviram-se muito os partidos e havia vários diplomas de vários partidos, portanto naturalmente eles tiveram muita voz. Os médicos porque os próprios médicos chamam muito a eles o tema da despenalização medicamente assistidas e são eles os primeiros. Pelo menos há a perceção na sociedade que apesar de a Ordem dos Médicos não ter assumido uma posição pública da própria Ordem, todos os bastonários, por exemplo, os ex-bastonários, os últimos e o atual, se



manifestaram contra a despenalização e, portanto, tinham uma posição muito forte e sempre foram tendo.

P: De uma primeira análise feita a maior parte das notícias sobre a eutanásia na linha da lusa apresentam uma perspetiva politizada sobre o tema, com destaque para o conflito de posições em função da força partidária ou até entidades organizacionais como a ordem dos médicos ou dos enfermeiros. Há uma tendência para procurar o conflito sobre o tema?

R: Não. Acho que não há uma tendência para procurar o conflito, há tendência para tentar ouvir todas as partes. Se as várias partes são conflituantes é natural que depois surjam os conflitos na linha da Lusa. O que eu acho é que de facto foi um tema muito chamado à editoria da política, mas lá está, como já disse foi um tema discutido no parlamento, havia várias propostas, de vários partidos, é um bocadinho natural também que isso tenha acontecido.

P: A parte da bioética, por exemplo, porque é que ficou um bocadinho à parte do debate?

R: Ficou um bocadinho à parte, mas é preciso dizer que o tema da eutanásia foi um tema que foi trabalhado ao longo de um ano e tal, ou seja, se se fizer a análise da linha da Lusa do mês anterior ao debate parlamentar, ou dos dois meses anteriores pode-se ficar com uma ideia errada da perspetiva que a Lusa deu ao longo do tempo. Nós, por exemplo, ouvimos a associação de bioética mais do que uma vez sobre o tema. Participamos no ciclo de debates promovido pela comissão das ciências da vida. Participamos em variadíssimos desses debates em que estavam e eram convidadas pessoas relacionadas com a bioética. Reconheço que houve muito peso da política neste debate, da visão dos partidos.

P: Quais é que consideras terem sido os valores-notícia ou convenções profissionais que mais pesaram na seleção das notícias que saíram para a linha da lusa no debate da despenalização da eutanásia?

R: Só posso falar pela minha editoria, não posso falar sobre a editoria da política. Eu acho que na minha editoria um dos fatores que mais pesou foi a questão de ter as várias



posições sobre o assunto. Ouvir todos os lados, os dois lados, as pessoas que defendiam a despenalização e as que não defendiam.

P: A mesma análise às notícias da lusa sobre a eutanásia permite constatar que por serem uma agência não existe lugar para uma abordagem mais aprofundada sobre os temas ou seja, para responder ao como e porquê que trariam uma abordagem mais especializada às notícias.

R: É um bocadinho o trabalho de agência. Nós tentamos aprofundar alguns temas. Em cada notícia pode não haver um tratamento completamente aprofundado que se formos ver uma peça de um jornal que tenha 2 ou 3 páginas. O que eu acho que na Lusa interessa é o trabalho de conjunto que se vai fazendo ao longo do tempo e eu aí acho que tentámos aprofundar. Nomeadamente fizemos entrevistas a várias pessoas e as entrevistas já tentam dar uma perspetiva mais aprofundada da coisa.

P: Quais é que achas que são as necessidades de uma agência de notícias?

R: Bons jornalistas, orçamento, ter pessoal, meios técnicos e humanos, é fundamental. Ter jornalistas bem formados e com fontes, essencialmente.

P: E em particular para a agência Lusa?

R: O mesmo que já disse.

P: No teu entender o que distingue o jornalista de agência de um jornalista de outro meio?

R: Neste momento isso já é mais difícil de responder. Há uns anos atrás quando eu comecei uma das coisas que distinguia muito os jornalistas de agência era a rapidez. Hoje em dia com todos os meios, que têm sites e noticiário ao minuto e online, até os semanários. Acho que isso já está um bocadinho diluído. Ainda assim continuo a achar que a rapidez é uma coisa fundamental em agência.

P: O que é que era preciso para que a Lusa funcionasse ainda melhor?

R: Era preciso mais recursos humanos, nomeadamente mais jornalistas.

P: Uma das queixas que se tem ouvido dos jornalistas da Lusa é que os colegas nos meios usam os textos sem alterações significativas e depois assinam com o nome deles. Sentes que esta situação se verificou com as notícias da eutanásia? Como é que o trabalho dos jornalistas da Lusa podia ser respeitado pelos colegas dos outros órgãos?

R: Isso infelizmente é já tão vulgar isso acontecer que eu acabo por não conseguir responder se isso aconteceu com a eutanásia. Eu ainda assim devo dizer que sinto que os meus colegas dos outros meios da área da saúde, da área da saúde em concreto, respeitam bastante até o trabalho da Lusa e nos citam bastante, mas sei que de um ponto de vista genérico as notícias da Lusa são muitas vezes aproveitadas quase sem alterações e de facto assinadas por outros colegas e bom... Isso é... Isso não tem outra qualificação que não seja uma coisa que é ser-se, estar-se a aproveitar do trabalho dos outros sem os identificar. Eu não vou citar uma fonte de outro jornal qualquer sem dizer o que é que citei, muito menos o texto.

P: Quais é que são os assuntos que gostas mais de trabalhar e porquê?

R: Saúde pública. Doenças, epidemias, saúde pública, porque gosto muito. Gosto de doenças, salvo seja, gosto dentro da área da saúde, que é o que se faz pouco, nós fazemos mais política de saúde até do que outra coisa qualquer e talvez por isso é que eu gosto mais, porque sinto falta. Acho que a saúde pública é uma coisa que afeta toda a gente, que é onde podemos fazer mais a diferença sendo serviço *Público* e porque também do ponto de vista mesmo preventivo, nós comunicação social pode ter um trabalho importante ao escrever sobre doenças, mas não é sobre o dia mundial do cacaracá, é escrever sobre o ponto de vista sério. Dificuldades de acesso a terapêutica, a diagnóstico, barreiras de acesso, mas sempre ligadas a patologias. A parte da saúde pública alicia-me porque é muito impactante, normalmente tem muito impacto que podem causar, de facto alarme e nós temos de fazer aquele jogo entre saber que é importante noticiar um caso de saúde pública, mas não criando alarmismo e isso acaba por ser quase um desafio e eu gosto muito.

P: É preciso contornar a agenda para entrar nos temas de saúde pública?

R: É preciso, não nestes casos quando há por exemplo uma *legionella* ou um sarampo sobrepõe-se a qualquer agenda que haja e acaba por ser isso a mobilizar os nossos dias.



Agora se quisermos tratar dos temas de saúde pública e dos temas mais direccionados às patologias sem haver causas, perigos, doenças, surtos ou episódios alarmantes da saúde pública aí é preciso contornar um bocadinho a agenda. A agenda nem sempre é fácil. Nós vivemos muito reféns da política de saúde, sim.

P: Última pergunta: Achas que há espaço para um jornalismo mais especializado na agência Lusa? No sentido de dar um tratamento mais aprofundado às notícias de saúde, por exemplo?

R: Neste momento não há condições para isso.

P: Porquê?

R: Porque não há gente, não há meios. Já fomos três jornalistas a fazer saúde, neste momento somos só duas. São cada vez mais coisas, neste momento a secção de saúde da Lusa até trata os temas internacionais, portanto tudo o que seja relatórios internacionais da OMS, do ECDC não é o internacional que os faz é a secção de saúde. Somos só duas e é muita coisa, neste momento, com este caminho e a falta de meios humanos que há não há margem para fazer isso infelizmente.

Fim

Anexo 2

Entrevista Helena Neves – Jornalista agência Lusa

Pergunta (P): Consideras que no caso de temas como a despenalização da eutanásia as notícias com posição a favor e contra foram difundidas aqui pela Lusa em número igual e com a necessária isenção e objetividade?

Resposta (R): Eu vou-te confessar que não assisti, não vi o serviço todo que foi feito, mas acho que deve ter havido esse cuidado de ser o mais objetivo possível, ouvir ambas as partes. Eu acho que isso teria sido feito só que eu não sei dizer porque não vi o serviço todo, mas as pessoas que estiveram responsáveis por fazer tenho a certeza que garantiram essa idoneidade.

P: Tens a perceção que um jornalista de agência faz o seu trabalho sem que sejam percebidas as suas convicções pessoais sobre a temática? Achas que há um cuidado de manter a imparcialidade na produção noticiosa ou a agenda ou outros fatores que limitem e interfiram nesta equidistância?

R: Eu acho que sim, mais na lusa que nos outros órgãos de comunicação social. Acho que tentamos nos limitar muito às afirmações que são ditas pelos intervenientes na notícia e acho que tentamos sempre ter esse cuidado e rigor quando transferimos a informação, de ser sempre, não tentar – pelo menos no caso da eutanásia – uma pessoa ser a favor ou contra nunca manifestar a posição. Pelo menos eu da minha parte tento ser o mais isenta possível.

P: Enquanto jornalista de saúde qual é que foi a tua maior preocupação profissional sempre que abordavas este tema da eutanásia?

R: Eu cheguei já depois da eutanásia. Ou mesmo na altura do debate. Não escrevi nada novo sobre a eutanásia, Rita.

P: De uma perspetiva geral qual é que é a perceção que tens do uso das notícias sobre a eutanásia nos clientes? Isto é, mantiveram a mesma distância, havia um tom implícito e tendiam a defender só um dos lados, mais a favor ou mais contra...

R: Acho que nos jornais eram mais tendenciosos do que aqui na agência. Depende dos jornais optar mais por um lado ou por outro. Acho que essa isenção não é tão grande nos jornais como nas notícias que fazemos aqui na agência.

P: Há um trabalho de seleção constante de fontes, consoante da área específica de cada notícia, tendo em conta que se tratava de um debate fraturante da sociedade quem é que no teu entender foi mais ouvido pelos jornalistas que trabalharam o tema? Políticos, médicos, enfermeiros, psiquiatras ou outros profissionais de saúde, sociólogos, filósofos?

R: Eu acho que do que eu vi, sei que foram ouvidos muitos políticos porque o trabalho teve a colaboração do nosso colega da política, sei que deu-se muito relevo aos médicos, aos profissionais de saúde e acho que também se ouviram sociólogos e isso. Não sei se com o mesmo peso do que os profissionais de saúde. Acho também que se ouviram associações de saúde e associações.

P: De uma primeira análise feita a maior parte das notícias sobre a eutanásia na linha da lusa apresentam uma perspetiva politizada sobre o tema, com destaque para o conflito de posições em função da força partidária ou até entidades organizacionais como a ordem dos médicos ou dos enfermeiros. Há uma tendência para procurar o conflito sobre o tema?

R: Se calhar há, sim. Por trás está sempre o nosso desejo de o conseguir. O conflito gera o debate e o objetivo era esse, não é?

P: Quais é que consideras terem sido os valores-notícia ou convenções profissionais que mais pesaram na seleção das notícias que saíram para a linha da lusa no debate da despenalização da eutanásia?

R: Acho que no fundo os valores que regem o jornalismo. Objetividade, imparcialidade, tentar passar a mensagem de uma forma objetiva e clara e ouvindo todas as partes envolvidas. Os prós e os contras. Acho que o objetivo que está por trás é sempre esse.

P: A mesma análise às notícias da lusa sobre a eutanásia permite constatar que por serem uma agência não existe lugar para uma abordagem mais aprofundada sobre

os temas ou seja, para responder ao como e porquê que trariam uma abordagem mais especializada às notícias.

R: Sim. Às vezes falta-nos o espaço para fazer um trabalho mais desenvolvido, para tentar explicar melhor as coisas, mas acho que neste caso até foi um trabalho muito desenvolvido, acho que se deu um enfoque grande ao tema, mas fica um pouco enviesado porque eu não vi bem o trabalho.

P: Quais é que achas que são as necessidades de uma agência de notícias?

R: Olha, neste momento, é a falta de jornalistas que é gritante neste momento na agência para podermos ter tempo para se calhar fazer outros trabalhos que tu não tens. O teu dia a dia é dominado pela agenda e não tens mais tempo de te dedicar, focar para fazer um trabalho prolongado mais a fundo, com tempo para explicar melhor o teu trabalho, teres tempo para pesquisar os assuntos e falar com as fontes. Isso limita-nos muito o nosso trabalho porque somos engolidos mesmo pela agenda diária. Hoje tenho duas coisas para fazer e fui para um serviço quatro horas de manhã. É quase impossível.

P: No teu entender o que distingue o jornalista de agência de um jornalista de outro meio?

R: O jornalista de agência tem que se cingir àquilo que falávamos e que no fundo é aquilo que acho que devem ser todos os jornalistas: a imparcialidade, o objetivo, o rigor. Aqui neste caso a rapidez de sermos a Lusa, acho que às vezes o jornalista fora da Lusa, os outros meios de comunicação social é mais opinativo muitas vezes, a informação passa e é ali posta de propósito para qualquer organização que seja. São um bocadinho mais permeáveis que nós aqui.

P: O que é que achas que é preciso para que a Lusa funcionasse ainda melhor?

R: Neste caso mais jornalistas, às vezes dar uma maior liberdade também aos jornalistas para fazerem os seus próprios trabalhos o que não acontece por causa das limitações nos recursos e se calhar se as pessoas estiverem mesmo a fazer aquilo que gostam, nas áreas certas e talvez uma coisa boa também poderem mudar de área. É um desafio para a própria pessoa poder desenvolver um trabalho. Às vezes estamos muito tempo já não conseguimos ver o que é novo e várias coisas, mas acho que o principal problema é a falta de recursos humanos.

P: Uma das queixas que se ouve muitas vezes dos jornalistas da Lusa é que os colegas nos meios usam os textos sem alterações significativas e depois assinam com o nome deles. Sentes que esta situação se verificou com as notícias da eutanásia? Como é que o trabalho dos jornalistas da Lusa podia ser respeitado pelos colegas dos outros órgãos?

R: No caso da eutanásia não sei o que se passou, mas se calhar o que se passa na maior parte das notícias da Lusa que muitas vezes são trabalhos de pesquisa, que envolvem várias fontes e depois os jornais ou assinam ou, como não assinam não põem a fonte o que eu acho que é um desrespeito pelo trabalho dos colegas. Há jornais que respeitam mais que outros. Há jornais que assinam Lusa, metem sempre. Depois há outros que a maior parte das vezes omitem que a informação vem da Lusa.

P: Quais é que são os assuntos que gostas mais de trabalhar?

R: Gosto muito de trabalhar a área da droga e da toxicod dependência, gosto muito. Gosto de tratar a saúde ligada à área social, gosto de reportagens em hospitais que envolvam os doentes e os profissionais de saúde, gosto de transmitir histórias positivas e não só negativas e não gosto nada da política de saúde. É a área que menos gosto.

P: Uma última pergunta: Achas que há lugar para um jornalismo mais especializado na agência Lusa? No sentido de dar um tratamento mais aprofundado às notícias de saúde, por exemplo?

R: Acho que sim, que era importante. E acho que era importante, imagina se tivesses uma pessoa mais solta para ir aos serviços e teres uma pessoa mais dedicada para fazer, por exemplo no nosso caso somos duas pessoas e é muito pouco com a agenda que há, que é imensa. Mesmo que queiras fazer um trabalho mais profundo isso não existe e se calhar ter uma pessoa que se dedicasse a isso mais profundamente, que tivesse tempo para se dedicar, para estudar aprofundar os temas era excelente. Uma mais-valia para o trabalho da agência Lusa e para o nome da agência também.

P: A existência deste jornalismo mais especializado está sempre dependente da existência de mais pessoas?



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

R: Para mim sim, com o que há neste momento não é exequível. Com a agenda que temos neste momento não é exequível.

Fim

Anexo 3

Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia entre 20/04/2018 e 31/05/2018 pela Editoria Sociedade, num total de 27 peças.

1

ENTREVISTA: Bastonária dos Enfermeiros favorável a eutanásia "com regras"

Lisboa, 26 abr (Lusa) – A bastonária dos Enfermeiros assume que é favorável à eutanásia “com regras”, mas a título pessoal e não refletindo a posição da Ordem.

“Eu tenho a minha posição pessoal. Eu sou favorável, mas com regras. Mas essa não reflete a posição da Ordem dos Enfermeiros. A posição da Ordem, e que é a que sempre defenderei, é a de, no caso de haver legislação e vir a ser implementada, todos terem o direito a estar protegidos, sejam a favor ou contra”, afirmou Ana Rita Cavaco em entrevista à agência Lusa.

A bastonária assume que a sua preocupação é a de proteger e de defender os direitos dos profissionais “que eventualmente pratiquem [eutanásia] ou daqueles que sejam objetores de consciência”.

Apesar de a nível pessoal ser favorável a uma eutanásia regulamentada e com regras, a representante dos enfermeiros lembra que fez “um juramento de proteção à vida” e considera que há no país “correntes muito liberais relativamente a essa questão”.

“Por outro lado, sou objetora de consciência na questão da interrupção voluntária da gravidez. Porque nós somos as nossas experiências”, argumenta.

Ana Rita Cavaco considera que, antes da questão da eutanásia, há que dar condições às pessoas para morrer com dignidade. Lamenta que em Portugal se morra “muito mal e sem dignidade”, avisando que isso não é motivo nem razão para haver ou legalizar eutanásia.

“Temos de dar condições de fim de vida dignos”, afirmou, anunciando que a Ordem criou uma especialidade em cuidados paliativos, que aguarda a homologação por parte do Ministério da Saúde.

Esta é uma das quatro novas especialidades criadas pela Ordem, que se junta às seis que já existiam e que não se modificaram em cerca de 20 anos.

ARP // HB

Lusa/fim

2

Igreja católica portuguesa lançou 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia em defesa da vida

Fátima, Santarém, 08 mai (Lusa) - A igreja católica lançou 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia e em defesa da vida, destinados a promover uma discussão "serena" e não uma luta ou campanha, disse hoje o porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP).

Sobre o desdobrável preparado por médicos e juristas católicos, de acordo com orientações da CEP, o padre Manuel Barbosa sublinhou a sua divulgação "em grande escala" em dioceses e paróquias nacionais, acrescentando que o folheto foi elaborado "no sentido de um esclarecimento sereno, não no sentido de luta, de campanha confessional".

"Porque esta questão não é confessional nem religiosa, é uma questão de humanidade, de defesa da vida", frisou Manuel Barbosa, em conferência de imprensa realizada em Fátima, no final da reunião do conselho permanente da Conferência Episcopal Portuguesa.

O desdobrável, que começou a ser distribuído há cerca de uma semana, resume "em quatro ou cinco questões mais incisivas" selecionadas para nele constarem, um outro documento com perguntas e respostas sobre a eutanásia, anteriormente preparado pela CEP.



De acordo com Manuel Barbosa está a ser distribuído em dioceses paróquias e instituições diversas "não só da Igreja", para que "chegue o mais possível" às pessoas e estas "tenham mais um elemento de esclarecimento" das convicções da igreja católica "que é a de defesa da vida", reafirmou.

O porta-voz da CEP lembrou ainda que a Semana da Vida, que começa domingo e decorre até dia 20, promovida pela Comissão Episcopal Laicado e Família da Conferência Episcopal Portuguesa, é subordinada ao tema da eutanásia, uma "temática de sempre" para a igreja católica.

"São tudo elementos para que celebremos a vida e a defendamos por todos os meios, não numa luta confessional, mas afirmando aquilo que é da nossa convicção, como homens e mulheres, na defesa da vida no seu todo. A eutanásia é um dos elementos que devemos combater para que a vida seja defendida, a Constituição da República diz que a vida humana é inviolável, é muito clarinha nesse sentido", argumentou Manuel Barbosa.

JLS // JMR

Lusa/Fim

3

Várias religiões vão tomar posição conjunta sobre a Eutanásia

Lisboa, 10 mai (Lusa) – O Grupo Inter-Religioso de Trabalho para as questões da Saúde (GTIR/Saúde), que reúne representantes de mais de uma dezena de comunidades religiosas, anunciou hoje a tomada de posição conjunta na próxima semana.

Em comunicado o grupo adianta que a posição conjunta será tornada pública no final de uma conferência que decorre, na quarta-feira, na Academia das Ciências de Lisboa.

“Na Fragilidade e no Terminar da Vida Humana - Cuidar e Acompanhar até ao fim, com Compaixão” é o lema da conferência inter-religiosa que segundo os organizadores pretende contribuir para a reflexão que decorre na sociedade portuguesa sobre uma matéria que envolve áreas tão diferentes como a Antropologia, a Ética, o Direito, a Medicina e a Religião, entre outras. No final da conferência, está prevista a leitura e assinatura de uma declaração conjunta sobre a morte assistida, que o GTIR/Saúde afirma ter a intenção de fazer chegar ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia da República.

O Grupo de Trabalho Inter-religioso para as questões da Saúde surge na sequência da aprovação pelo Estado Português do Decreto-Lei 253/2009 de 23 de setembro, que reconhece o direito dos doentes internados em estabelecimentos de saúde do Sistema Nacional de Saúde a serem assistidos espiritual e religiosamente por membros das suas comunidades religiosas de pertença. Este grupo, que engloba as comunidades Islâmica, Israelita, Budista, Hindu e Bahá'í, as Igrejas Adventista, Ortodoxa e Católica, a Aliança Evangélica e o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), tem como objetivo acompanhar o processo de aplicação da nova regulamentação. O parlamento vai discutir a 29 de maio os quatro projetos, do PAN, BE, PS e PEV, sobre a morte medicamente assistida.

Na terça-feira, a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) anunciou que a igreja católica lançou 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia e em defesa da vida, destinados a promover uma discussão "serena" e não uma luta ou campanha.

O desdobrável, que começou a ser distribuído há cerca de uma semana, resume "em quatro ou cinco questões mais incisivas" selecionadas para nele constarem, um outro documento com perguntas e respostas sobre a eutanásia, anteriormente preparado pela CEP.

De acordo com o porta-voz da CEP o desdobrável está a ser distribuído em dioceses paróquias e instituições diversas "não só da Igreja", para que "chegue o mais possível" às pessoas e estas "tenham mais um elemento de esclarecimento" das convicções da igreja católica "que é a de defesa da vida", reafirmou.

GC/(JLS) // JMR

Lusa/Fim

4

Eutanásia: Igreja Católica pede debate “sereno, sério, esclarecido e humanizador”



Fátima, Santarém, 12 mai (Lusa) – O vice-presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) pediu hoje um debate “sereno, sério, esclarecido e esclarecedor, aprofundado e humanizador” sobre a eutanásia, garantindo que a Igreja Católica não faz guerras sobre esta matéria, mas não podia ficar silenciada.

“Eu faço um apelo a toda a sociedade e às instituições responsáveis para um debate sereno, sério esclarecido e esclarecedor, aprofundado e humanizador”, afirmou António Marto, na conferência de imprensa que antecede o início da peregrinação de 12 e 13 de maio ao Santuário de Fátima. O também bispo de Leiria-Fátima referiu que “não se elimina o sofrimento eliminando a pessoa”, mas antes “é preciso cuidar da pessoa para lhe aliviar o sofrimento, com todos os meios possíveis e a qualidade de vida das pessoas e das famílias”.

António Marto referiu que todos sabem qual é a posição da Igreja Católica sobre esta temática, explicando que está a promover “um dinamismo de esclarecimento”, numa alusão à distribuição de 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia e em defesa da vida.

“Há, a meu ver, muita falta de esclarecimento e há muita ambiguidade no uso da terminologia e, por isso, a Conferência Episcopal tomou esta iniciativa de mandar imprimir um folheto em género de pergunta resposta para tornar mais fácil e acessível ao nosso povo compreender o que está em questão e as questões que se põem”, declarou.

António Marto considerou que o esclarecimento não tem sido feito “a nível da sociedade” e que este é um assunto que não deve ser tratado “muito ao de leve ou superficialmente”.

“A Igreja não podia deixar de se aliar a esta questão, porque a promoção, a valorização da vida humana e a defesa da vida humana em todas as suas fases, em grande parte, é fruto do Cristianismo”, salientou, para frisar: “Não fazemos guerras, mas também não podemos ficar silenciados sobre esta questão”.

Por outro lado, o bispo de Leiria-Fátima observou que “há questões urgentes a ter em conta”, como “oferecer a quem sofre e a quem sofre de uma maneira muito difícil” cuidados paliativos “acerca dos quais pouquíssimo se tem feito”.

“Depois, há questões primárias ainda que a sociedade deveria tratar, por exemplo, em contraste, tanta pressa em pôr a questão da eutanásia em cima da mesa”, declarou, apontando o problema urgente da natalidade, para perguntar: “O que é que a sociedade e os governos têm feito para promover a renovação das gerações através dos apoios à natalidade?”.

António Marto referiu, ainda, o risco de pobreza no país, que atinge 2,4 milhões de portugueses, e o “fosso que tem aumentado entre ricos e pobres”, para sublinhar que estas “são questões de ordem social que exigem um empenhamento” e uma “resposta mais rápida”.

A peregrinação internacional aniversária de maio ao Santuário de Fátima, no distrito de Santarém, é presidida pelo cardeal John Tong, bispo emérito de Hong Kong, e tem como tema “Tempo de graça e misericórdia: dar graças pelo dom de Fátima”.

As cerimónias começam às 18:30, na Capelinha, e três horas mais tarde é recitado o terço, seguido da procissão das velas e missa.

A peregrinação, um ano após a visita do papa Francisco e a canonização de Francisco e Jacinta Marto, termina no domingo, com missa, bênção dos doentes e a "procissão do adeus", a partir das 10:00.

SR // MP
Lusa/Fim

5

Eutanásia: “Vamos esperar serenamente” – Marcelo Rebelo de Sousa

→Notícia que foi atualizada

Fátima, Santarém, 13 mai (Lusa) – O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, reiterou hoje, em Fátima, que só se pronunciará sobre a eutanásia no fim dos trabalhos parlamentares, dizendo para se esperar “serenamente”.

Ao ser confrontado com as declarações de sábado do vice-presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), bispo António Marto, que pediu um “debate “sereno, sério, esclarecido e



esclarecedor, aprofundado e humanizador” sobre a eutanásia, Marcelo Rebelo de Sousa adiantou que promoveu “uma série de iniciativas do Conselho Nacional de Ética que levaram a debates por todo o país”.

“Agora, neste momento, é o tempo de o parlamento se pronunciar, o parlamento irá pronunciar-se no dia 29 na generalidade e, depois, haverá, naturalmente, o processo próprio e eu esperarei.

Quando me chegar às mãos qualquer diploma para eventual promulgação – veremos se chega ou não - eu aí pronunciar-me-ei”, declarou o chefe de Estado, após ter participado, no sábado, na procissão das velas e missa da peregrinação internacional de maio ao Santuário de Fátima.

A pergunta se considera que a sociedade portuguesa já fez o debate pedido pela Igreja Católica, Marcelo Rebelo de Sousa respondeu: “Porque estamos ainda num momento em que ocorre a discussão parlamentar – e vai ocorrer - como sabem no parlamento é uma discussão que envolve primeiro a generalidade, depois a especialidade e, se for caso disso, uma votação final global, vamos esperar serenamente”.

No sábado, na conferência de imprensa que antecedeu o início da peregrinação de 12 e 13 de maio ao Santuário de Fátima, António Marto, também bispo de Leiria-Fátima, considerou existir “muita falta de esclarecimento” e “muita ambiguidade no uso da terminologia” relativa à eutanásia.

António Marto disse ainda que o esclarecimento não tem sido feito “a nível da sociedade” e que este é um assunto que não deve ser tratado “muito ao de leve ou superficialmente”.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O PAN foi o primeiro partido a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes".

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular. O PCP ainda não tomou posição sobre esta matéria.

SR (NS) // VAM

Lusa/Fim

6

Eutanásia: Médicos católicos alertam para pressão sobre doentes pobres e frágeis

Lisboa, 15 mai (Lusa) – A Associação dos Médicos Católicos Portugueses (AMCP) reiterou hoje a oposição à legalização da eutanásia, considerando que “criaria uma enorme pressão sobre os doentes mais frágeis”.

Em comunicado divulgado após uma reunião com o bastonário da Ordem dos Médicos (OM), a AMCP diz ter transmitido a Miguel Guimarães “preocupação” por esta lei colocar “doentes com doenças graves e incuráveis numa situação de enorme coação para pedirem a eutanásia”.

“Seguramente, muitos doentes, de modo particular os mais pobres e frágeis, sentir-se-iam socialmente pressionados a requerer a eutanásia, porque se sentem a mais ou um fardo para a família e para a sociedade. Há um enorme risco de se criar um efeito de desmoralização nestes doentes, levando-os a desistir de viver”, lê-se no comunicado.

A associação afirma recluir também que, com a legalização da eutanásia, se “desincentive o investimento nos serviços de saúde para a assistência aos doentes graves e terminais” e se “assista ao fenómeno de rampa deslizante”.

“A experiência dos Estados que legalizaram a eutanásia revela que não é possível restringir essa legalização a situações raras e excecionais; o seu campo de aplicação passa gradualmente da



doença terminal à doença crónica e à deficiência, da doença física incurável à doença psíquica dificilmente curável, da eutanásia consentida pela própria vítima à eutanásia consentida por familiares de recém-nascidos, crianças e adultos com deficiência ou com alterações profundas do estado de consciência”, referiu o presidente da associação e médico psiquiatra, Pedro Afonso. A AMCP reiterou que a “prática médica é inconciliável com a prática da eutanásia” e, no comunicado, afirma ainda esperar que “a legalização da eutanásia seja rejeitada no próximo dia 29 de maio na Assembleia da República”.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

7

Várias comunidades religiosas em Portugal unidas contra a Eutanásia

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 16 mai (Lusa) – Várias comunidades religiosas presentes em Portugal manifestaram hoje, numa declaração conjunta, a sua oposição à legalização da morte assistida em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido seja a eutanásia.

O texto do Grupo Inter-Religioso de Trabalho para as questões da Saúde (GTIR/Saúde), que reúne representantes de mais de uma dezena de comunidades religiosas, foi hoje apresentado e assinado, no final de uma conferência sobre a temática na Academia das Ciências, em Lisboa, pelos representantes das diversas religiões.

“Nós, comunidades religiosas presentes em Portugal, acreditamos que a vida humana é inviolável até à morte natural e perfilhamos um modelo compassivo de sociedade e, por estas razões, em nome da humanidade e do futuro da comunidade humana, causa da religião, nos sentimos chamados a intervir no presente debate sobre a morte assistida, manifestando a nossa oposição à sua legalização em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido, seja a eutanásia”, refere o grupo, no texto conjunto.

O documento foi assinado pelo cardeal patriarca de Lisboa (Igreja Católica), pelo representante da Comunidade Islâmica de Lisboa, pelo patriarcado Ecuménico de Constantinopla, pela União Budista Portuguesa, pela União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia, pela Aliança Evangélica Portuguesa, pela Comunidade Hindu de Portugal e pela Comunidade Israelita de Lisboa.

“Nós, comunidades religiosas presentes em Portugal, acreditamos que a vida humana é inviolável até à morte natural e perfilhamos um modelo compassivo de sociedade e, por estas razões, em nome da humanidade e do futuro da comunidade humana, causa da religião, nos sentimos chamados a intervir no presente debate sobre a morte assistida, manifestando a nossa oposição à sua legalização em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido, seja a eutanásia”, refere o grupo no texto conjunto.

Com o título “Cuidar até ao fim com compaixão”, o documento das confissões religiosas signatárias será entregue à Assembleia da República e ao Presidente da República.

Consideram os signatários que "o debate em curso na sociedade portuguesa sobre a realidade a que se tem chamado morte assistida convoca todos a realizarem uma reflexão e a oferecerem o seu contributo para enriquecer um processo de diálogo que necessita da intervenção da pluralidade dos atores sociais".

No documento defendem que a vida não só não perde dignidade quando se aproxima do seu termo, como "a particular vulnerabilidade de que se reveste nesta etapa é, antes, um título de especial dignidade proque pede proximidade e cuidado".

Para os signatários, a experiência diz que quem se sente acompanhado não desespera perante a morte e não pede para morrer, pelo que se comprometem com os que vivem esta etapa a oferecer a possibilidade de uma morte humanamente acompanhada.

Nesse sentido apontam a necessidade de maior reforço dos cuidados paliativos, considerando-os “uma exigência inadiável”.



“A verdadeira compaixão não é insistir em tratamentos fúteis, na tentativa de prolongar a vida, mas ajudar a pessoa a viver o mais humanamente possível a própria morte, respeitando a naturalidade desta. Os cuidados paliativos fazem-no, valorizando a pessoa até ao seu fim natural, aliviando o seu sofrimento e combatendo a solidão pela presença da família e de outros que lhe sejam significativos”, escrevem.

“Interpelamos a sociedade portuguesa para corresponder à exigência não mais adiável de estender a todos o acesso aos cuidados paliativos e assumimos a disponibilidade e a vontade de fazermos tudo o que esteja ao nosso alcance para participar neste verdadeiro desígnio nacional. E não podemos deixar de interrogar se a presente discussão, antes de realizado este investimento, não enfermará de falta de propósito”, adiantam.

O Grupo de Trabalho Inter-religioso para as questões da Saúde surge na sequência da aprovação pelo Estado Português do Decreto-Lei 253/2009 de 23 de setembro, que reconhece o direito dos doentes internados em estabelecimentos de saúde do Sistema Nacional de Saúde a serem assistidos espiritualmente e religiosamente por membros das suas comunidades religiosas de pertença. Este grupo, que engloba as comunidades Islâmica, Israelita, Budista, Hindu e Bahá'í, as Igrejas Adventista, Ortodoxa e Católica, a Aliança Evangélica e o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), tem como objetivo acompanhar o processo de aplicação da nova regulamentação. O parlamento vai discutir a 29 de maio os quatro projetos, do PAN, BE, PS e PEV, sobre a morte medicamente assistida.

GC // ARA

Lusa/Fim

8

União de várias religiões contra Eutanásia deve dar que pensar aos legisladores - Cardeal Patriarca de Lisboa

Lisboa, 16 mai (Lusa) – O cardeal patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, felicitou a união de várias religiões contra a Eutanásia considerando que este é um sinal que deve dar que pensar aos legisladores.

Manuel Clemente falava à agência Lusa na cerimónia de assinatura de uma posição conjunta de um documento desfavorável à Eutanásia, elaborado pelo Grupo Inter-Religioso de Trabalho para as questões da Saúde (GTIR/Saúde), que reúne representantes de mais de uma dezena de comunidades religiosas.

“Felicitoo muito a iniciativa que este grupo inter-religioso teve e aderi porque também acho importante que neste debate da sociedade portuguesa sobre a temática da vida, que as religiões se pronunciem”, disse adiantando que esta união dá que pensar aos legisladores.

Segundo Manuel Clemente, dá que pensar porque é que as religiões judaico-cristãs e outras que transportam sabedorias milenares e convergem em relação a este ponto.

“Quando pensamos à cerca da verdade sobre a humanidade e sobre a sociedade esta persistência de pensamento e esta coincidência temática é muito reveladora”, frisou.

No documento, hoje assinado em Lisboa, os signatários manifestaram a sua oposição à legalização da morte assistida em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido seja a eutanásia.

“Nós, comunidades religiosas presentes em Portugal, acreditamos que a vida humana é inviolável até à morte natural e perfilhamos um modelo compassivo de sociedade e, por estas razões, em nome da humanidade e do futuro da comunidade humana, causa da religião, nos sentimos chamados a intervir no presente debate sobre a morte assistida, manifestando a nossa oposição à sua legalização em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido, seja a eutanásia”, refere o grupo no texto conjunto.

O Grupo de Trabalho Inter-religioso para as questões da Saúde surge na sequência da aprovação pelo Estado Português do Decreto-Lei 253/2009 de 23 de setembro, que reconhece o direito dos doentes internados em estabelecimentos de saúde do Sistema Nacional de Saúde a serem assistidos espiritualmente e religiosamente por membros das suas comunidades religiosas de pertença.



Este grupo, que engloba as comunidades Islâmica, Israelita, Budista, Hindu e Bahá'í, as Igrejas Adventista, Ortodoxa e Católica, a Aliança Evangélica e o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), tem como objetivo acompanhar o processo de aplicação da nova regulamentação. O parlamento vai discutir a 29 de maio os quatro projetos, do PAN, BE, PS e PEV, sobre a morte medicamente assistida.

GC // JPF
Lusa/Fim

9

Eutanásia: Bastonário rejeita referendo interno e mudanças no código dos médicos

Lisboa, 18 mai (Lusa) – O bastonário da Ordem dos Médicos afirma que a despenalização da eutanásia não obrigaria a mudar o código deontológico dos médicos, ficando os clínicos que a praticassem também despenalizados da parte disciplinar.

Em declarações à agência Lusa a menos de duas semanas da discussão parlamentar sobre a eutanásia, Miguel Guimarães diz que “o código deontológico dos médicos não é mudado porque muda a lei” e rejeita a ideia da necessidade de um referendo interno sobre este assunto.

A questão do referendo à classe médica tinha sido defendida nomeadamente pelo anterior bastonário, José Manuel Silva.

“Os princípios éticos e deontológicos que norteiam a atividade médica, que estão expressos em vários documentos internacionais e nacionais, não têm que mudar quando uma determinada situação, como a despenalização da eutanásia, é aprovada em lei”, argumenta o atual bastonário da Ordem.

Segundo Miguel Guimarães, a Ordem não fará qualquer referendo interno, sublinhando que no código deontológico ficam expressos os mesmos princípios éticos universais que não têm a ver apenas com a lei portuguesa.

“Se for despenalizada e porventura um médico praticar a eutanásia, o que há a fazer é despenalizá-lo da parte disciplinar. Passa a ser despenalizado disciplinarmente porque é despenalizado pela lei”, reiterou.

O bastonário considera que a despenalização da eutanásia “não é uma questão essencial no momento” e que há muitas outras matérias que deviam preocupar de forma prioritária a sociedade, como “as desigualdades sociais em saúde”, ou as “insuficiências no Serviço Nacional de Saúde”, bem como “a rede de cuidados paliativos medíocre, que apenas chega a um quinto das pessoas”.

Ainda assim, a Ordem dos Médicos vai na segunda-feira promover um debate relacionado com “Decisões sobre o fim de vida”, onde serão debatidos temas como a eutanásia, a distanásia (prolongamento da vida por meios artificiais e desproporcionais) ou o testamento vital.

Sobre a posição da Ordem relativamente à eutanásia, Miguel Guimarães frisa que como bastonário “tem de defender o código deontológico, que expressamente proíbe a eutanásia”.

Contudo, indica que ainda este mês o Conselho Nacional da Ordem vai analisar e debater um parecer do Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médica sobre o assunto.

O parlamento vai discutir a 29 de maio quatro projetos de lei sobre a morte medicamente assistida ou a despenalização da eutanásia, projetos do PAN, Bloco de Esquerda, PS e Partido Ecologista Os Verdes.

ARP // HB
Lusa/fim

10

Eutanásia: Bastonários dos médicos rejeitam despenalização em declaração ao PR

Lisboa, 22 mai (Lusa) – Seis bastonários da Ordem dos Médicos, incluindo o atual, entregam, na quarta-feira, ao Presidente da República uma declaração conjunta na qual se opõem à despenalização da eutanásia, disse hoje à agência Lusa Miguel Guimarães.



“Esta carta foi assinada pelos seis bastonários dos últimos anos da Ordem dos Médicos. Como bastonários temos obrigação de defender o código deontológico e, como tal, não somos a favor da despenalização da eutanásia”, afirmou o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães. Além de Miguel Guimarães, assinam a declaração José Manuel Silva, Pedro Nunes, Germano de Sousa, Carlos Ribeiro e Gentil Martins.

De acordo com Miguel Guimarães “esta é uma altura” em que importa ao Presidente da República “conhecer a posição das pessoas que lideraram a Ordem dos Médicos nos últimos anos”.

A discussão da despenalização da eutanásia está agendada para dia 29 de maio, na Assembleia da República, e o bastonário considera que o “debate é curto”, uma vez que “pouco se falou do assunto nos últimos anos”.

“Os portugueses têm de ter consciência daquilo que a Assembleia da República está na iminência de aprovar. Embora o parlamento tenha legitimidade para decidir, a verdade é que, à exceção do PAN, nenhum partido discutiu este tema na altura das eleições”, disse.

Segundo o bastonário, esta declaração espelha uma “reflexão” dos médicos que, “melhor do que qualquer cidadão, conhecem as práticas”.

“A maior parte das pessoas não estão informadas, ainda não se sabe distinguir eutanásia de distanásia. É necessária mais informação, mais debate, melhor esclarecimento, para que as pessoas formem uma opinião e a transmitam aos partidos políticos”, concluiu o bastonário.

O parlamento vai discutir quatro projetos de lei sobre a morte medicamente assistida ou a despenalização da eutanásia, projetos do PAN, Bloco de Esquerda, PS e Partido Ecologista Os Verdes.

RZP/PMC // PMC

Lusa/Fim

11

Eutanásia: Sociedade civil não está preparada para se pronunciar - bastonários dos médicos

Lisboa, 23 mai (Lusa) – O atual bastonário Ordem dos Médicos e cinco antigos detentores do cargo manifestaram hoje ao Presidente da República a sua reprovação à legalização da eutanásia, considerando que a sociedade civil não está preparada para se pronunciar sobre a matéria.

A posição foi transmitida aos jornalistas em Lisboa, após uma audiência com Marcelo Rebelo de Sousa, pelo bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, que falou em nome do grupo. Miguel Guimarães, José Manuel Silva, Pedro Nunes, Germano de Sousa, Carlos Ribeiro e Gentil Martins entregaram ao chefe de Estado "um documento assinado há muito tempo" a defender "em todas as circunstâncias" o Código Deontológico dos Médicos, que, vincou o atual bastonário, proíbe a eutanásia, a distanásia e o suicídio assistido.

O bastonário da Ordem dos Médicos disse que a sociedade civil "não sabe o que está em causa com esta matéria, não consegue distinguir conceitos, não está preparada se tiver que ser chamada a pronunciar-se".

Miguel Guimarães frisou que, caso a eutanásia seja legalizada em Portugal, "qualquer ação disciplinar" que seja aplicada a médicos pela Ordem, por prática da eutanásia, "vai ser anulada" porque "a lei sobrepõe-se ao Código Deontológico".

"Se a lei do país legalizar a eutanásia significa que as pessoas ficam despenalizadas por aquilo que fizeram", acentou o bastonário, reforçando que o Código Deontológico dos Médicos não vai ser alterado.

Quatros projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV).

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.



A posição hoje manifestada ao Presidente da República pelos antigos e atual bastonário da Ordem dos Médicos recupera a expressa numa declaração conjunta de setembro de 2016 e que foi assinada pelos mesmos médicos, com exceção de Miguel Guimarães, que só foi eleito para o cargo em 2017.

A declaração refere que, "em nenhuma circunstância e sob nenhum pretexto, é legítimo a sociedade procurar induzir os médicos a violarem o seu Código Deontológico e o seu compromisso com a vida e com os que sofrem", definindo a eutanásia como "morte intencionalmente provocada por um problema de saúde".

"Não é mais do que tirar a vida, seja qual for a razão e a idade", assinala o documento, condenando também o suicídio assistido, por "igualmente tirar a vida", e a distanásia, "em que se prolonga a vida, sem esperança de recuperação".

ER (NS) // JMR

Lusa/Fim

12

Eutanásia: Líderes de oito religiões manifestam-se contra em reunião com PR

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 24 mai (Lusa) - Representantes de oito comunidades religiosas, com "perspetivas distintas" sobre várias matérias, foram hoje recebidos pelo Presidente da República, a quem transmitiram estar "absolutamente convergentes" em relação à eutanásia que consideram ser "um retrocesso civilizacional".

Católicos, evangélicos, judeus, muçulmanos, hindus, ortodoxos, budistas e adventistas pediram para ser recebidos por Marcelo Rebelo de Sousa para manifestar a sua posição contra a eutanásia, no âmbito dos projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal, que serão debatidos e votados na próxima semana na Assembleia da República.

"As nossas perspetivas podem ser distintas, como de facto são, mas aqui neste ponto são absolutamente convergentes", afirmou o cardeal patriarca Manuel Clemente, à saída do encontro no Palácio de Belém, que durou mais de uma hora.

O cardeal patriarca defendeu que Portugal deve seguir o exemplo de "outras sociedades democráticas e evoluídas", que optaram por desenvolver os cuidados paliativos de forma a "chegar a todos para que possam ter uma base sólida para o futuro".

Já o pastor Jorge Humberto, da Aliança Evangélica Portuguesa, classificou a eutanásia de "retrocesso civilizacional", defendendo também que a solução deve passar por "cuidados paliativos ao alcance de todos os cidadãos em Portugal".

O pastor acrescentou que o tema "não pode ser um assunto de algumas pessoas apenas: As religiões têm um sério contributo a dar no sentido da dignificação e dignidade da vida".

Os 16 representantes das oito religiões mostraram-se hoje unidos: "Estamos juntos para ter a mesma voz", acrescentou o sheik David Munir, líder da Mesquita Islâmica Central de Lisboa.

"Espero que cuidemos mais das pessoas que precisam dos nossos cuidados do que os abandonemos", acrescentou o sheik Munir, sublinhando também a necessidade de "valorizar a vida e dar mais ênfase aos cuidados paliativos".

O rabino Natan Peres, da Comunidade Israelita de Lisboa, saudou o facto de a eutanásia ter conseguido juntar diferentes religiões e mostrar que "as religiões em Portugal podem unir-se" e trabalhar juntas.

Pela voz do pastor Jorge Humberto foi ainda transmitida a posição em relação à realização de um referendo: "Seria uma excelente opção", resumiu.

"Sempre que o povo se pronuncia, com certeza que é um ato de democracia e com certeza que é uma forma de perceber claramente, sem qualquer tipo de manipulação aquilo que vai no sentimento e no coração das pessoas. O referendo seria uma excelente opção", concluiu o pastor da Aliança Evangélica Portuguesa.



O Presidente da República recebeu esta manhã 16 representantes de oito religiões, estando agendado para o final da tarde um encontro com Júlio Meirinhos, grão-mestre da Grande Loja Regular de Portugal (GLRP) e Isabel Corker, grã-mestre da Grande Loja Feminina de Portugal.

SIM // PMC

Lusa/Fim

13

Eutanásia: Centenas manifestam-se contra despenalização junto ao parlamento

Lisboa, 24 mai (Lusa)- Algumas centenas de pessoas estão concentradas, desde as 12:30 de hoje, junto à Assembleia da República a lutar contra a despenalização da eutanásia.

A concentração foi promovida pelo movimento de cidadãos Stop Eutanásia, que tem promovido várias iniciativas contra a despenalização.

Em declarações à agência Lusa Sofia Guedes, representante deste movimento, disse estar fortemente convicta de que "a larga maioria dos portugueses é contra a eutanásia". Sofia Guedes lembra os deputados que a "sua consciência" representa "boa parte do povo português".

Hoje de manhã elementos do movimento estiveram reunidos com o grupo parlamentar do PSD.

Sofia Guedes recorda que este foi o partido mais votado nas últimas eleições legislativas e considera que, por isso, tem a responsabilidade de fazer respeitar o desejo dos portugueses.

“Vida sim, eutanásia não” e “exigimos cuidados paliativos para todos” são algumas das principais mensagens gritadas e escritas em cartazes pelos manifestantes, concentrados à porta do parlamento que, no dia 29, debaterá quatro projetos sobre a despenalização da morte medicamente assistida.

O PAN foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes".

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

ARP // PMC

Lusa/Fim

14

Eutanásia: Deputado do PSD convicto de que diplomas serão reprovados

Lisboa, 24 mai (Lusa) - O deputado social-democrata Ricardo Baptista Leite está convicto de que a maioria dos parlamentares do PSD votará contra os diplomas que defendem a despenalização da eutanásia.

Ricardo Baptista Leite, que participou hoje na concentração Movimento STOP Eutanásia junto ao parlamento, considera que “o sentimento do PSD é maioritariamente contra os diplomas que vão ser colocados à votação” na próxima semana.

Em declarações à agência Lusa, o deputado afirmou estar convicto de que a maioria dos deputados votará contra a despenalização da eutanásia.

Para Baptista Leite, que é também médico, o debate sobre a morte medicamente assistida não está terminado e por isso não compreende “a pressa” desta discussão.

“Temos eleições para o ano. Porque é que os partidos não incluem a questão no seu programa eleitoral?”, questionou.

Baptista Leite afirma ainda que muitos dos deputados “não estão devidamente esclarecidos” sobre a matéria.

O deputado diz que legalizar a eutanásia é fazer com que o Serviço Nacional de Saúde apenas “ofereça a morte” como alternativa a situações de grande sofrimento.

Por isso, defende uma verdadeira aposta nos cuidados paliativos e também no estatuto do cuidador informal.

O parlamento debate no dia 29 quatro projetos sobre a despenalização da morte medicamente assistida.



O PAN foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes".

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

AR // HB

Lusa/fim

15

Eutanásia: Algumas centenas de pessoas pedem a deputados que rejeitem despenalização

Lisboa, 24 mai (Lusa) - Algumas centenas de pessoas concentraram-se hoje junto à Assembleia da República para pedir aos deputados que rejeitem a despenalização da eutanásia em Portugal. A concentração foi promovida pelo movimento de cidadãos Stop Eutanásia, que tem promovido várias iniciativas contra a despenalização.

Em declarações à agência Lusa, Sofia Guedes, representante deste movimento, disse estar fortemente convicta de que "a larga maioria dos portugueses é contra a eutanásia". Sofia Guedes lembra os deputados que a "sua consciência" representa "boa parte do povo português".

Sofia Guedes referiu ainda que se baseia "numa sondagem a nível nacional que mostra que 93% dos portugueses não querem a eutanásia".

Hoje de manhã elementos do movimento STOP Eutanásia estiveram reunidos com o grupo parlamentar do PSD.

Sofia Guedes sublinha que este foi o partido mais votado nas últimas eleições legislativas e considera que, por isso, tem a responsabilidade de fazer respeitar o desejo dos portugueses.

"Vida sim, eutanásia não" e "exigimos cuidados paliativos para todos" são algumas das principais mensagens gritadas e escritas em cartazes pelos manifestantes, concentrados à porta do parlamento que, no dia 29, debaterá quatro projetos sobre a despenalização da morte medicamente assistida.

Além de cartazes e de mensagens que apelam à extensão dos cuidados paliativos, esporadicamente ouviram-se na manifestação pessoas a gritar "Assassinos".

Deputados do PSD e do CDS estiveram na concentração junto ao parlamento, como Ricardo Batista Leite ou Assunção Cristas, bem como antigos deputados centristas, como Manuel Monteiro e Ribeiro e Castro.

Em declarações à Lusa, Ribeiro e Castro manifestou a esperança que "os deputados sejam fiéis à Constituição, que diz que a vida humana é inviolável.

"Espero que no momento de votarem, mesmo os que tenham dúvidas, respeitem um princípio tão bonito e extraordinário da nossa Constituição".

O PAN foi o primeiro partido a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes".

ARP // JMR

Lusa/Fim

16

Eutanásia: Grão-mestre de loja maçónica defende debate aprofundado de "tema fraturante"

Lisboa, 24 mai (Lusa) - O grão-mestre da loja maçónica Grande Loja Legal/Regular de Portugal defendeu hoje que a despenalização da eutanásia é um "tema fraturante" que requer debate aprofundado, sublinhando que "nada deve ser precipitado, que crie desarmonia na sociedade portuguesa".

Júlio Meirinhos falava aos jornalistas, no Palácio de Belém, em Lisboa, depois de uma audiência com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a propósito da despenalização da eutanásia.

Sem clarificar se aprova ou não a legalização da eutanásia em Portugal, Júlio Meirinhos disse que se trata de um "tema fraturante" que deve ser "aprofundado, estudado mais".

"Nada deve ser precipitado e que crie desarmonia na sociedade portuguesa", sustentou.

À saída da audiência com o chefe de Estado, a grã-mestre da Grande Loja Feminina de Portugal, Isabel Maria Corker, optou por não expressar a sua opinião aos jornalistas.

Marcelo Rebelo de Sousa recebeu hoje à tarde representantes da maçonaria portuguesa, depois de durante a manhã ter ouvido líderes das confissões religiosas católica, muçulmana, evangélica, judaica, hindu, ortodoxa, budista e adventista, que se manifestaram contra a legalização da eutanásia.

Na quarta-feira, o Presidente da República recebeu o atual e cinco ex-bastonários da Ordem dos Médicos, que reprovam igualmente a prática da eutanásia.

As audiências presidenciais ocorrem a poucos dias do debate e votação, na generalidade, na terça-feira, no parlamento, de quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes".

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

O PCP revelou hoje que votará contra os diplomas.

O Presidente da República tem reiterado que só falará sobre o assunto no final do processo.

ER (NS/IEL) // JMR

Lusa/Fim

17

Eutanásia: Página do movimento 'Direito a morrer com dignidade' desativada no Facebook

Lisboa, 25 mai (Lusa) – O movimento cívico 'Direito a morrer com dignidade' denunciou hoje que a sua página na rede social Facebook foi desativada, não conseguindo resolver o problema ou obter qualquer justificação, a quatro dias da votação sobre eutanásia no parlamento.

"Foi mesmo apagado, sem qualquer tipo de notificação do Facebook. Já estamos há cerca de quatro horas a tentar e não se consegue resolver ou obter qualquer explicação", disse à Lusa Bruno Maia, é um dos coordenadores do movimento cívico.

O médico Bruno Maia explicou que o Facebook está a tratar o caso como uma página que foi apagada e não suspensa, frisando que a suspensão pode ocorrer em casos de denúncias em massa. "Existia um vídeo com meio milhão de visualizações e desapareceu de todos os links onde estava embebido, mesmo das nossas páginas pessoais", explicou, salientando que o movimento pugna pela despenalização da morte assistida e que se está a poucos dias de debater e votar no parlamento sobre a eutanásia.

Gilberto Couto, também do movimento cívico, explicou que o caso foi detetado quando os elementos tentaram hoje atualizar a informação na página na rede social.

"Percebeu-se que a página não existia e, apesar de várias tentativas, ainda não se conseguiu recuperar. Não fomos informados de nada pelo Facebook e não nos deram qualquer explicação", afirmou à Lusa.

A agência Lusa contactou o Facebook, mas até ao momento não foi possível obter qualquer esclarecimento.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista 'Os Verdes' (PEV).



Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade. PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular. O PCP ainda não tomou posição sobre esta matéria.

AJO/JF // ARA

Lusa/Fim

18

Eutanásia: "A cabeça sem corpo" de Ramón Sampedro levou o debate dos ecrãs para as ruas

Lisboa, 26 mai (Lusa) – O caso do tetraplégico espanhol Ramón Sampedro colocou o debate sobre a eutanásia nos ecrãs do mundo, através do filme “Mar Adentro”, e levou a discussão das televisões para as ruas.

A associação espanhola Direito a Morrer Dignamente considera que o caso de Ramón Sampedro foi “muito importante porque levou o debate sobre a eutanásia a toda a população”, segundo uma resposta da organização enviada à agência Lusa.

“Sou uma cabeça sem corpo”, afirmava Ramón Sampedro, que em 1968 ficou tetraplégico, na sequência de um mergulho na praia, ficando com uma imobilidade total do corpo, exceto da cabeça.

Ramón Sampedro tornou público o seu desejo de morrer no início de 1990, mas só oito anos depois conseguiu um suicídio assistido, através da ajuda de uma amiga, tendo gravado um vídeo da sua morte que foi divulgado nas televisões e voltou a despertar a sociedade para o debate sobre a despenalização da morte assistida.

A associação espanhola Direito a Morrer Dignamente lembra à Lusa que, graças à sua luta e às suas reivindicações, Ramón Sampedro contribuiu para que, em 1995, fosse aprovada uma reforma do Código Penal que reduziu as condenações em caso de eutanásia e de assistência ao suicídio.

Para a associação, é difícil dizer qual o impacto que o caso teve de facto na sociedade espanhola, mas não tem dúvidas de que qualquer lei que seja um dia aprovada em Espanha incluiria casos como o de Ramón Sampedro.

“Em Espanha não poderia fazer-se uma lei sobre a eutanásia que não incluísse casos como o dele, porque a maioria da população entende que uma pessoa como ele teria todo o direito a decidir quando e como morrer”, referiu.

Ramón Sampedro lutou durante cerca de três décadas pelo reconhecimento legal de ter ajuda a morrer com dignidade.

Antes de se suicidar, Ramón Sampedro publicou, em 1996, um livro que é uma espécie de mistura entre uma autobiografia e um livro de poemas intitulado “Cartas desde o Inferno”.

Quase seis anos após a sua morte, chegou o filme baseado na sua luta, pela mão do realizador Alejandro Amenabar e interpretado pelo ator Javier Bardem.

“Mar Adentro” ganhou diversas galardões, como 14 prémios Goya, os prémios mais importantes do cinema espanhol, e o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 2005.

No seu livro, que vendeu mais de 100 mil exemplares só em Espanha, Ramón Sampedro responde, em poesia, à pergunta “Porquê morrer?": “Morrer é jogar uma única carta durante toda a nossa vida / É apostar tudo no desejo de encontrar uma estrela que nos dê um novo caminho”.

ARP // HB

Lusa/fim



19

Eutanásia: CDS-PP defende que deputados não têm mandato para mudar lei

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A líder do CDS-PP, Assunção Cristas, reafirmou hoje a oposição do CDS-PP à despenalização da eutanásia por “razões políticas muito sérias”, defendendo que os deputados não têm mandato para votar esta alteração à lei.

“O que o parlamento hoje se prepara para fazer é porventura prescrever uma lei nas costas dos portugueses. Os deputados têm legitimidade sim, mas não têm mandato para tratar de uma matéria tão delicada, tão sensível, tão importante para a sociedade quanto esta. Não foi tratado, debatido, aprofundado antes das eleições”, disse Assunção Cristas.

A líder centrista falava à margem de uma manifestação contra a eutanásia, intitulada “Não mates, cuida”, convocada pelo movimento Toda a Vida tem Dignidade, que juntou centenas de pessoas em frente das escadarias da Assembleia da República, onde hoje à tarde os deputados discutem e votam quatro projetos de lei para a despenalização da eutanásia, apresentados pelo PS, Bloco de Esquerda, PEV e PAN.

“Legitimidade os deputados têm sempre, não têm mandato. Acresce que não há nenhuma urgência, nem nenhum clamor social maioritário para se legislar sobre esta matéria. Estamos a ir ao reboque da agenda de uma parte do parlamento, não estamos a ir ao encontro daquilo que é a urgência de todos os portugueses, que é terem uma saúde a funcionar bem, é terem acesso a cuidados paliativos”, defendeu Assunção Cristas.

Para a deputada e líder do CDS-PP, “os portugueses têm todo o direito de se indignarem contra algo que está a ser feito à revelia da sua opinião”, insistindo que “a vida humana é inviolável” e que o dever da sociedade é prestar cuidados de saúde e cuidados paliativos que aliviem a dor a quem está em fim de vida, e não “antecipar a morte dessas pessoas”.

“Tudo faremos até ao último minuto do lado do CDS para que estas leis não passem e para que a eutanásia não seja legalizada em Portugal. Não sabemos qual vai ser o resultado final, está tudo em aberto. O que sabemos é que há muitos argumentos do ponto de vista político, ético, social para rejeitar a eutanásia”, afirmou Cristas.

Para a centrista há razões políticas “muito sérias, muito válidas”, que justificariam que esta questão não fosse abordada agora, ou até que “fosse chumbada agora para depois na próxima legislatura, com uma clarificação das posições dos vários partidos – e quando não há uma posição do partido, uma posição de cada um dos candidatos a deputados” – ser discutida.

IMA // HB

Lusa/fim

20

Eutanásia: Centenas de pessoas juntaram-se hoje na AR contra a despenalização

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A manifestação, intitulada “Não mates, cuida”, convocada pelo movimento Toda a Vida tem Dignidade, juntou hoje centenas de pessoas junto às escadarias do parlamento, num derradeiro apelo aos deputados para chumbarem quatro projetos de despenalização da eutanásia.

Uma carrinha de caixa aberta serviu de palanque a um conjunto de intervenções de alguns convidados da organização para apelar aos deputados, horas antes da votação, que a lei não seja alterada.

As centenas de manifestantes coloriram o protesto com cartazes e as mesmas palavras de ordem entre cada intervenção: “Vida sim, morte não”.

Ao microfone, o juiz Pedro Vaz Pato defendeu que a despenalização da eutanásia viola o princípio fundamental de que a vida é inviolável e alertou para o “risco sério de que a eutanásia seja a opção mais fácil e mais barata”.

A ouvi-lo atentamente, os manifestantes aplaudiam e levantavam cartazes que revelavam receios semelhantes: “Por favor, não matem os velhinhos”, lia-se num; “Os doentes também são dignos”, “Matar não é solução” e “Em democracia não se mata”, em vários outros.



A Assembleia da República discute hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida, sendo que a votação será feita deputado a deputado e o resultado é imprevisível.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

.Entre as intervenções, a do deputado centrista Ribeiro e Castro foi a mais inflamada, tendo afirmado que nunca ter pensado “viver um dia assim, em que se quisesse acabar com um direito fundamental”, que o debate no parlamento está “carregado de ilegitimidade”.

A ideia do mandato dos deputados para discutir o tema preocupava também os manifestantes. José Manuel Gonçalves, professor de religião e moral disse que ensina cidadania aos seus alunos e que segundo a Carta dos Direitos Humanos e a Constituição portuguesa a vida é “um direito inviolável”.

“Para mim que sou católico, só Deus sabe quando é inevitável. Não temos esse poder nas nossas mãos. Não sou ninguém, enquanto ser humano, para dizer a outro que me mate”, disse, em declarações à Lusa.

Sofia Reimão, médica, disse que nos últimos anos tem “refletido muito sobre a questão” e não tem dúvidas de que a resposta perante os doentes “não é nunca matá-los”, a decisão contrária ao que estrutura a profissão, argumentando com o exemplo do suicídio.

“Quando vemos alguém que se tenta suicidar a nossa primeira tentativa é que essa pessoa redescubra o seu valor e nós ao dizermos aos doentes que aquilo que temos a propor-lhes é a morte estamos a dizer que estes por serem doentes por serem mais idosos por estarem próximos do fim da vida têm menos valor do que outra pessoa qualquer a que nós ajudaríamos a redescobrir o sentido da vida”, disse.

Entre muitos jovens presentes, Vicente, à Lusa, assumiu-se como representante de uma geração, “não só dos jovens que acreditam em alguma religião, mas dos que acreditam na vida como valor primordial”.

“Não estamos aqui como ativistas radicais, estamos aqui enquanto pessoas que têm noção que tudo o que acontece na sociedade advém antes de tudo da vida. O que se discute aqui hoje é a antecipação da morte de alguém e nós enquanto defensores da vida devemos opor-nos claramente à eutanásia”, afirmou.

Em declarações à Lusa, José Maria Seabra Duque, da Federação Portuguesa pela Vida, reforçou que “legalizar a eutanásia é admitir o fracasso da sociedade, é dizer que não somos capazes de dar resposta a quem sofre”, e que, mediante o sofrimento dos doentes, é “evidente que em Portugal não existe uma resposta adequada às pessoas em fim de vida”.

José Maria Seabra Duque salienta que a sociedade deveria empenhar-se em cuidar dos que mais sofrem, pois “não é só de cuidados paliativos que estamos a falar, trata-se também de criar condições que acompanhem os doentes”.

Presente na manifestação, Duarte Folque, estudante de 20 anos, diz-se igualmente contra a eutanásia, pois considera que “a vida humana é sempre inviolável”, e que “quem quiser optar pela morte, é porque a sua vida está num caos muito grande e precisa de bastante apoio.”

“O Estado tem que defender a vida em todos os seus momentos, quer na fase de concessão quer na fase final da vida. E não deixa de ser irónico que agora o Estado, e o partido socialista, sejam coniventes com a morte e queiram legalizá-la”, acrescentou.

O facto de ser um tema que não constava dos programas com que os partidos se propuseram aos eleitores nas eleições de 2015, mostra “claramente que os deputados não têm maturidade política e não têm honestidade intelectual”, acentuou ainda o estudante.

IMA/ISZM // HB
Lusa/fim

21

Eutanásia: Aprovação "é uma questão de tempo" - João Semedo



Lisboa, 29 mai (Lusa) - O médico e ex-coordenador do Bloco de Esquerda João Semedo afirmou hoje que a aprovação da eutanásia "é uma questão de tempo", sublinhando que nos últimos dois anos se "avançou imenso na compreensão das problemáticas do fim de vida".

“Foram poucos os votos que impediram a aprovação da despenalização [da eutanásia]. É uma questão de tempo, não foi agora será na próxima legislatura”, afirmou João Semedo numa declaração escrita para a agência Lusa a propósito do chumbo hoje no parlamento de projetos de lei do partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), Bloco de Esquerda, Partido Socialista e Partido Ecologista os Verdes (PEV) para a despenalização da eutanásia.

João Semedo sublinhou que nos últimos dois anos se avançou “imensamente na compreensão das problemáticas do fim de vida, designadamente, na legitimidade de permitir o recurso à morte assistida a todos que o pretendam, sem obrigar seja quem for, mas também sem impedir quem cumpra todos os requisitos exigidos pela lei e reitere inequivocamente ser essa a sua vontade”.

“Andou-se muito nestes dois últimos anos, estamos mais próximos de consagrar na sociedade e na lei um direito fundamental: garantir a todos o direito a morrer com dignidade”, salientou o médico.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos-lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 116 votos contra, 107 votos a favor e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 115 votos contra, 110 votos a favor e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV teve 117 votos contra, 104 votos favoráveis e oito abstenções.

HN (NS) // JMR
Lusa/fim

22

Eutanásia: “A decisão era apenas política, continua tudo na mesma” – bastonária dos enfermeiros

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, afirmou que os enfermeiros estavam “preparados para os dois cenários” sobre os projetos de despenalização da eutanásia, hoje chumbados no parlamento, o que deixa “tudo na mesma”.

“Era uma decisão política, sempre o dissemos. Tendo havido essa decisão política nós estaríamos sempre preparados para os dois cenários. Neste caso, do ponto de vista ético e deontológico, não é preciso acautelarmos nada. Continua tudo na mesma e, portanto, é a decisão da Assembleia a quem competia decidir sobre esta questão”, disse a bastonária à agência Lusa.

Segundo Ana Rita Cavaco o foco deverá ser aquilo que o país tem “para oferecer às pessoas” e que considera ser pouco.

“Para além deste debate e destas decisões, é preciso, também, não desfocarmos daquilo que temos de oferecer às pessoas, em termos de dignidade e conforto, no final da sua vida e que são os cuidados paliativos”, afirmou a bastonária, acrescentando que “infelizmente, ainda é muito pouco”.

Ana Rita Cavaco alertou, ainda, para a incapacidade de se encaminhar os doentes para os cuidados paliativos e para a atual falta de enfermeiros nas unidades que existem, que, referiu, “não dão dignidade a ninguém”.

“O que não pode acontecer é que neste momento 90% das pessoas não chegam aos cuidados paliativos. Da parte do regulador da Ordem fizemos o que nos competia que era, por exemplo, criar esta área de especialidade, que era uma área que não existia. Havendo muito poucas unidades, ainda, de cuidados paliativos aquelas que existem também não podem ter os enfermeiros que têm. Deparamo-nos com situações de um enfermeiro para 40 pessoas e isso também não dá dignidade a ninguém”, afirmou.



A Assembleia da República chumbou hoje os projetos-lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 116 votos contra, 107 votos a favor e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 115 votos contra, 110 votos a favor e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV teve 117 votos contra, 104 votos favoráveis e oito abstenções.

RZP (NS)/HB //HB

Lusa/Fim

23

Eutanásia: Movimento Stop Eutanásia saúda ponderação do parlamento

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O parlamento “ponderou, pensou, não se precipitou” e deu hoje um “grande sinal” de democracia na votação que chumbou a despenalização da eutanásia, “uma questão superior à consciência individual dos deputados, defendeu a fundadora do movimento Stop Eutanásia.

“Evidentemente que estou muito, muito contente, muito com a noção de missão cumprida. Muito contente também por ver também que este parlamento ponderou, pensou, não se precipitou e acho que foi logo um grande sinal da democracia”, disse Sofia Guedes à Lusa.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Sobre a vitória tangencial, Sofia Guedes disse que este resultado até poderia ser encarado como inesperado face à realidade parlamentar de uma maioria de esquerda de apoio ao Governo.

“Vencer o contra por alguns votos, o que interessa é que a maioria também teve uma atitude ponderada, sobretudo tendo em conta o contexto que é o nosso parlamento. O que seria previsível para fora é que se calhar o sim à eutanásia ganhasse, mas não foi esse o caso, porque há aqui uma questão que é superior à consciência individual dos deputados e superior à própria política. Era um grande risco e nesse aspeto estamos todos de parabéns”, disse a fundadora do movimento civil Stop Eutanásia.

Sofia Guedes deixou também uma saudação ao PCP pela “coerência enorme em relação àquilo em que acreditam” e ao parlamento, pela abertura para ouvir a sociedade civil, mas disse que o debate “está praticamente todo por fazer”.

“As pessoas ainda não estão de todo esclarecidas, temos ainda muito trabalho pela frente, mas é um trabalho que trará muito sentido à nossa vida. Penso que Portugal está de parabéns”, disse.

Questionada sobre a divisão no parlamento que a votação revelou, com o chumbo da despenalização a ganhar por poucos votos, a fundadora do Stop Eutanásia admitiu ter consciência que este não é um assunto encerrado politicamente.

“Sabemos perfeitamente que este assunto irá voltar, portanto sabemos também muito bem que não podemos parar”, disse, explicando que o movimento não vai deixar morrer o tema “de maneira nenhuma” e que quer esclarecer e ouvir as pessoas “para que saibam exatamente quais são as implicações de uma lei como a da eutanásia”.

IMA // JMR

Lusa/fim

24

Eutanásia: Médicos católicos saúdam chumbo

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A Associação dos Médicos Católicos Portugueses (AMCP) congratulou-se hoje com o chumbo pelo Parlamento dos projetos de lei para a despenalização da eutanásia, considerando-o uma “vitória da medicina e da vida”.



“Os médicos não têm outra vocação senão estar ao lado da vida, tratando e aliviando o sofrimento dos doentes, e garantindo os cuidados paliativos a todos aqueles que deles necessitam”, disse o presidente da associação, Pedro Afonso, citado num comunicado da AMCP. Exortando a um maior investimento nos cuidados paliativos, a associação nota que a medicina apoia a sua prática no diagnóstico e no tratamento das doenças, no alívio do sofrimento dos doentes, “e não em decisões que, com o subterfúgio de quererem eliminar o sofrimento, eliminam o doente”.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares – Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz – o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Entre os deputados do PS, somente os deputados Ascenso Simões e Miranda Calha votaram contra todos os projetos.

FP (NS) // JMR

Lusa/fim

25

Eutanásia: Associação de Bioética “satisfeita” com abertura para debate “profundo e esclarecedor”

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O presidente da Associação Portuguesa de Bioética, Rui Nunes, disse hoje estar “satisfeito” com o debate de ideias sobre a despenalização da eutanásia feito até aqui, mas encara-o como “parte da trajetória de uma discussão pública mais ampla”.

“Era extemporâneo legislar precipitadamente nesta matéria. A questão da despenalização da eutanásia, e de outras formas de morte medicamente assistida, é um tema muito profundo, muito complexo, e a população portuguesa tem o direito a estar devidamente informada sobre aquilo que possa vir a estar em jogo e a pronunciar-se de forma direta ou indireta sobre esta evolução, que é uma das maiores evoluções civilizacionais da sociedade portuguesa do século XXI”, afirmou o presidente da associação a propósito do chumbo hoje no parlamento de quatro projetos-lei sobre a despenalização da eutanásia.

Para Rui Nunes o debate que teve lugar nos últimos meses deverá ser o “início do caminho” que deve prosseguir com “frontalidade” nas próximas eleições legislativas.

“Esperava, e assim aconteceu, que isto fosse um momento de debate de ideias e que o caminho não terminasse agora, mas que prosseguisse nos próximos meses, um ano ou dois. Que fosse debatido nas próximas eleições legislativas com toda a frontalidade para que não haja nenhum défice democrático nesta matéria”, disse.

De acordo com o presidente da Associação Portuguesa de Bioética um maior debate sobre a matéria permitirá, a dois anos, “tomar uma decisão que seja mais em conformidade com os desejos do povo português”.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos-lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 116 votos contra, 107 votos a favor e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 115 votos contra, 110 votos a favor e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV teve 117 votos contra, 104 votos favoráveis e oito abstenções.

RZP(NS)/JMR // JMR

Lusa/Fim



26

Eutanásia: A saúde foi a "grande vencedora" da votação - Bastonário dos Médicos

Lisboa, 29 mai (Lusa) - O bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, considerou hoje que “a saúde” foi a “grande vencedora” da votação no parlamento que chumbou a eutanásia e que demonstrou a “grande divisão” que existe nesta matéria.

“O grande vencedor desta votação é a saúde, claramente”, disse à agência Lusa Miguel Guimarães, numa reação ao chumbo dos projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O bastonário sublinhou que “as pessoas votaram mais na saúde, perceberam que é mais importante neste momento apostar na saúde dos cidadãos, dar acesso a cuidados de saúde aos cidadãos, dar hipótese aos doentes que têm doenças oncológicas, e que tiverem acesso em tempo útil aos cuidados, poderem ficar curados, do que propriamente estar a discutir um tema desta natureza fraturante”.

Para Miguel Guimarães, o resultado da votação mostrou que existe “uma grande divisão” sobre esta matéria, que é um tema fraturante”. Fosse qual fosse o resultado, este mostraria a divisão grande que existe na Assembleia da República e que se pode traduzir numa “divisão grande na sociedade”.

“Quando uma matéria põe em causa o edifício jurídico da própria sociedade, o edifício ético e a sociedade está dividida desta forma mostra claramente que não é o momento adequado para se avançar com uma medida destas”, frisou Miguel Guimarães.

O bastonário realçou ainda que todas as pessoas que estiveram a discutir a questão da eutanásia, fossem a favor ou contra, “querem o bem das pessoas” e lamentou o facto de a sociedade civil ter sido a “grande ausente” do debate sobre a despenalização da eutanásia.

Apesar de a Assembleia da República ter feito um debate alargado sobre o tema, “a verdade é que houve pouco debate na sociedade civil” e que mais de metade dos portugueses ainda confunde conceitos como eutanásia ou distanásia.

Para o bastonário da Ordem dos Médicos, é importante que se continuem a esclarecer conceitos para as pessoas saberem do que se está a falar, reiterando que “nunca será sensato aprovar uma situação que muda de forma completa o edifício jurídico e ético da sociedade” quando existe uma divisão tão grande sobre o tema.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares – Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz – o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Entre os deputados do PS, somente os deputados Ascenso Simões e Miranda Calha votaram contra todos os projetos.

HN (NS) // HB

Lusa/fim

27

Eutanásia: Votação mostra que se deve avançar no "sentido da vida" - Cardeal patriarca

Lisboa, 29 mai (Lusa) - O cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, considerou hoje que a rejeição no parlamento da despenalização da eutanásia mostra que é necessário avançar “no sentido da vida”, para uma sociedade mais inclusiva e “realmente solidária”.

“Esse é que é o sentido do futuro, do progresso e da vida e é exatamente aí que nos devemos encontrar como sociedade portuguesa”, afirmou Manuel Clemente à agência Ecclesia.

Para o cardeal-patriarca, o resultado da votação no parlamento “é uma ocasião de congratulação” por um “momento forte, tão válido da democracia portuguesa”.

“A vida é um bem absoluto e por isso tem de ser absolutamente protegido e promovido”, defendeu Manuel Clemente.

Para o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, a aposta deverá ser no “alargamento dos cuidados paliativos”, construindo uma “sociedade paliativa, onde todos se sintam protegidos”.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares – Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz – o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Entre os deputados do PS, somente os deputados Ascenso Simões e Miranda Calha votaram contra todos os projetos.

HN/RZP (NS) // HB

Lusa/fim

Tabela 6: Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia pela Editoria Sociedade

Anexo 4

Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia entre 20/04/2018 e 31/05/2018 pela Editoria Política, num total de 71 peças.

1

Eutanásia: PEV apresenta projeto de lei mas não tem pressa para agendamento na AR

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 20 abr (Lusa) – O Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) entregou hoje o seu projeto de lei sobre morte medicamente assistida, mas não tem pressa no agendamento do diploma para se “intensificar o debate” do tema.

O projeto de lei, apresentado por Francisco Madeira Lopes, ex-parlamentar que coordenou o trabalho no PEV sobre esta proposta, e pela deputada Heloísa Apolónia, prevê que o pedido de eutanásia seja feito por quatro vezes pelo doente.

A deputada afirmou que, tendo em vista “intensificar do debate”, agora que estão quatro projetos entregues no parlamento, o PEV não planeia agendar o seu diploma até ao final da sessão legislativa, em julho.

O doente tem de fazer “um pedido voluntário e livre, sério, reiterado e expresso” e é garantida a objeção de consciência para os profissionais de saúde que optarem por não participar no procedimento médico, de acordo com Francisco Madeira Lopes.

O Bloco de Esquerda foi o primeiro partido a apresentar um projeto de lei, seguido pelo partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e pelo PS, que pretende a realização do primeiro debate até julho.

O projeto dos Verdes prevê quatro passos para um doente, maior, português ou a viver em Portugal, pedir a morte medicamente assistida, que deve ser feita em estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

Segundo Francisco Madeira Lopes, deve ser feito um “pedido sério, livre, pessoal, reiterado, instantâneo, expresso, consciente e informado da pessoa” desde que a pessoa esteja “em situação de profundo sofrimento decorrente de doença grave, incurável e sem expectável esperança de melhoria clínica”.

Ao contrário do que acontece com o diploma proposto pelo Bloco de Esquerda, os Verdes preveem que seja interrompido o processo de eutanásia se o doente ficar inconsciente no momento de executar o pedido de morte medicamente assistida.

O ex-deputado afirmou que, com todos estes passos, o objetivo é dar garantias à sociedade e aos cidadãos que nada é facilitado num processo novo.

“Estamos a abrir um campo novo e temos que nos rodear das maiores garantias. Não podemos facilitar e abrir atalhos”, afirmou Madeira Lopes.

O PEV propõe que sejam criadas comissões de verificação em cada Administração Regional de Saúde e também uma comissão, a nível nacional, para avaliar os processos.

NS // JPS

Lusa/fim

2



Eutanásia: "Os Verdes" vão juntar o seu projeto ao debate mas discordam da "pressa"

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 27 abr (Lusa) – O Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) anunciou hoje que vai juntar o seu projeto de lei ao debate que BE, PS e PAN querem agendar para 30 de maio sobre a eutanásia, mas ressaltaram que discordam da "pressa".

"Em muitas matérias, e designadamente nesta da morte medicamente assistida, a pressa não é boa conselheira. Aqui há uma necessidade de debate, de aprofundamento, de maturação", declarou a deputada do PEV Heloísa Apolónia aos jornalistas, na Assembleia da República.

Segundo a deputada, conhecidos todos os projetos de lei sobre esta matéria – apresentados por PAN, BE, PS e PEV – deveria seguir-se "um novo período de discussão, de maturação", dentro e fora do parlamento, e não se agendar já a sua discussão em plenário.

"O momento oportuno seria a próxima sessão legislativa", defendeu Heloísa Apolónia, acrescentando: "Acaba por ser apressado este agendamento, mas não deixaremos, evidentemente, de fora o nosso projeto".

Referindo-se ao projeto de lei apresentado na semana passada pelo PEV, a deputada disse que "traz soluções absolutamente distintas de todos os demais", como a proposta de "a morte medicamente assistida só se poder consumir no Serviço Nacional de Saúde (SNS)" para "estancar a possibilidade de negócio no setor privado".

"E isso precisa de ser discutido não apenas na Assembleia da República, mas também lá fora", considerou.

"Uma coisa é fazer o debate teórico no abstrato, sem soluções concretas, outra coisa também é fazer o debate com uma ou duas propostas em cima da mesa. Outra coisa é fazer o debate e a discussão com todas as propostas em cima da mesa e que têm soluções diversas relativamente a algumas matérias", argumentou.

Para o PEV, até ao final desta sessão legislativa deveria haver um período "de aprofundamento, de maturação" das diferentes soluções propostas, para depois se procurar a "construção de um projeto conjunto, o que se deveria fazer no decurso da próxima sessão legislativa".

Heloísa Apolónia frisou, no entanto, que para o seu partido este processo deve "findar, evidentemente, no decurso desta legislatura".

Hoje, antes desta declaração do PEV, deputados do PS, do BE e do PAN deram uma conferência de imprensa conjunta em que anunciaram a entrega de um requerimento para agendar os seus projetos de lei sobre a morte medicamente assistida para 30 de maio.

Pela importância do tema, os três partidos propõem que a ordem do dia seja totalmente dedicada à discussão dos quatro diplomas.

Na mesma conferência de imprensa, PS, BE e PAN defenderam que os diplomas sobre a morte medicamente assistida deveriam, idealmente, ser votados no parlamento em votação final global até julho, e mostraram-se convictos de que conseguirão acordar um texto comum entre todos, incluindo o PEV.

IEL (NS) // JPS

Lusa/Fim

3

Eutanásia: BE, PS e PAN propõem debate para 30 de maio

→ Notícia com três atualizações



Lisboa, 27 abr (Lusa) – BE, PS e partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) propuseram hoje o agendamento do debate, no parlamento, dos seus projetos de lei sobre a morte medicamente assistida para 30 de maio, foi hoje anunciado.

A posição conjunta, pouco comum, foi anunciada em conferência de imprensa, na Assembleia da República, em Lisboa, por representantes dos três partidos, Maria Antónia Almeida Santos (PS), José Manuel Pureza (BE) e André Silva (PAN).

Pela importância do tema, os três partidos propõem, no requerimento entregue, que a ordem do dia seja totalmente dedicada à discussão dos quatro diplomas, afirmou José Manuel Pureza, do BE.

É preciso "tempo para debater e explicar" o que está em causa, disse, por seu turno, Maria Antónia Almeida Santos, do PS.

Para André Silva, do PAN, o que está em causa nos projetos não é discutir a vida, mas sim a "última liberdade" da pessoa no momento de morrer.

Ao anunciar o seu projeto, o PS afirmou que pretende a votação, na generalidade, dos diplomas até julho.

O Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), que anunciou o seu projeto na semana passada, não pretendia agendar, para já, o seu projeto, mas admitiu acompanhar as restantes bancadas se alguém o fizer.

A próxima conferência de líderes, que trata do agendamento dos trabalhos, está prevista para quarta-feira, 02 de maio.

O Bloco de Esquerda foi o primeiro partido a apresentar um projeto de lei, seguido pelo partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV).

Se forem aprovados na generalidade, após o debate que os partidos propõem para 30 de maio, os projetos de lei baixam à comissão parlamentar, para debate na especialidade, antes de uma votação final global.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente dos sociais-democratas, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular.

O PCP ainda não tomou posição sobre esta matéria.

NS // JPS

Lusa/fim

4

Decisão do TC sobre lei de PMA tem de ser respeitada e cumprida - Marcelo

Beja, 27 abr (Lusa) - O Presidente da República disse hoje que a decisão do Tribunal Constitucional sobre normas da Lei de Procriação Medicamente Assistida tem de ser respeitada e cumprida e caberá ao parlamento decidir se quer voltar a legislar sobre a matéria.

"Tem de ser respeitada essa decisão e no futuro caberá ao parlamento, se quiser, voltar a legislar sobre a matéria e ponderar em que termos é que isso será feito", afirmou Marcelo Rebelo de Sousa aos jornalistas, em Beja, durante uma visita à feira agropecuária Ovibeja.

Sobre o caso da "chamada gestação de substituição", o Tribunal Constitucional (TC) "decidiu soberanamente e, portanto, nesse sentido, o que posso dizer é que tem de se cumprir aquilo que foi decidido", frisou.

"Recordarão que eu vetei a lei com várias observações, depois promulguei-a apesar de algumas observações, que foram depois retomadas pelo TC, mas o TC foi depois



sobretudo buscar matéria anterior, reviu na sua jurisprudência para apreciar matéria que vinha do começo do século", referiu.

Questionado se a decisão do TC lhe agradou, Marcelo Rebelo de Sousa disse que "o Presidente da República não pode ter estados de espírito em relação a decisões dos tribunais".

"As decisões dos tribunais são como são, faz parte da separação de poderes não estar a pronunciar-me sobre a decisão do TC", sublinhou.

Questionado sobre o que quis dizer com o TC ter ido buscar matéria que vinha do começo do século, o chefe de Estado esclareceu tratar-se de um poder que o Tribunal Constitucional tem.

"O tribunal pronunciou-se num caso sobre matéria que tinha sido revista recentemente e noutras normas foi apreciar matéria que vinha desde, salvo erro, 2006. É um poder que tem o TC a todo o momento apreciar se regras que vêm do passado devem ser consideradas inconstitucionais ou não", explicou.

Na terça-feira, o TC identificou normas inconstitucionais na lei da gestação de substituição e chumbou a regra do anonimato de dadores da Lei de Procriação Medicamente Assistida.

O TC justificou o chumbo a regra do anonimato de dadores por considerar que impõe "uma restrição desnecessária aos direitos à identidade pessoal e ao desenvolvimento da personalidade das pessoas nascidas" através de técnicas de procriação medicamente assistida.

Em relação à eutanásia, Marcelo Rebelo de Sousa disse que "a matéria está para ser apreciada no parlamento".

"Espero, naturalmente, pelos trabalhos do parlamento para, sendo caso disso, me pronunciar sobre o diploma que chegue às minhas mãos".

LL (SMM) // ZO

Lusa/Fim

5

Eutanásia: Marcelo Rebelo de Sousa não se pronuncia até final do processo

Porto, 02 mai (Lusa) – O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, não quis hoje pronunciar-se acerca das leis sobre a eutanásia, insistindo na necessidade de um debate alargado.

"Já sabem qual é a minha posição, é não me pronunciar até ver o resultado final num debate que tem existido na sociedade portuguesa, mas que terá de existir no parlamento", disse o chefe de Estado, durante uma visita ao Mercado Temporário do Bolhão, que abriu hoje, no Porto.

O parlamento vai discutir a 29 de maio os quatro projetos, do PAN, BE, PS e PEV, sobre a morte medicamente assistida, informou hoje o líder parlamentar do Bloco, Pedro Filipe Soares.

A decisão foi tomada hoje em conferência de líderes parlamentares, na Assembleia da República, em Lisboa.

As bancadas do PAN, BE e PS tinham proposto que o dia 30 de maio fosse totalmente dedicado a esse debate, mas, para essa data, já existia um pedido de agendamento da parte do CDS-PP, segundo fontes centristas.

SYF/ACG/ACYS (NS/SMA) // ZO

Lusa/Fim

6

Eutanásia: Parlamento debate projetos de lei em 29 de maio

→ Notícia atualizada



Lisboa, 02 mai (Lusa) – O parlamento vai discutir a 29 de maio os quatro projetos, do PAN, BE, PS e PEV, sobre a morte medicamente assistida, informou hoje o líder parlamentar do Bloco, Pedro Filipe Soares.

A decisão foi tomada hoje em conferência de líderes parlamentares, na Assembleia da República, em Lisboa.

As bancadas do PAN, BE e PS tinham proposto que o dia 30 de maio fosse totalmente dedicado a esse debate, mas, para essa data, já existia um pedido de agendamento da parte do CDS-PP, segundo fontes centristas.

De acordo com o porta-voz da conferência de líderes, o deputado social-democrata Duarte Pacheco, todos os projetos serão votados logo no dia 29, e o debate terá uma grelha máxima, de cerca de duas horas e meia.

Nessa semana, foi decidido antecipar o plenário de sexta para terça-feira, de forma a assegurar uma “presença máxima” de todos os deputados. PSD e PS já anunciaram que haverá liberdade de voto, o que tornará incerto o resultado da votação.

Assim, no dia 01 de junho – uma ‘ponte’ após o feriado do Corpo de Deus – apenas se realizarão comissões parlamentares.

O Partido Ecologista “Os Verdes” informou na conferência de líderes que preferiria realizar este debate apenas na próxima sessão legislativa, mas, uma vez que foi feito o agendamento, também ‘arrastou’ para essa data o seu diploma.

No final da reunião, o líder parlamentar do BE Pedro Filipe Soares relatou que foi “facilmente alcançável um consenso” sobre a data do agendamento e manifestou a vontade de que o debate possa decorrer “com toda a liberdade de participação das várias forças políticas”.

Já o vice-presidente da bancada do PS Pedro Delgado Alves considerou o dia 29 de maio como “um passo de arranque” do processo legislativo.

“Parece-nos que tendo decorrido um debate bastante extenso na opinião pública (...) se justifica plenamente que se dê início à discussão parlamentar das iniciativas em concreto”, afirmou.

Admitindo que se trata de um “tema bastante sensível”, com componentes filosóficas e éticas, além das jurídicas, o deputado socialista salientou que o PS pretende fazer “este debate com profundidade e tranquilidade”.

Questionado se até ao final da sessão legislativa – o último plenário decorre habitualmente em meados de julho – haverá tempo para concluir o processo caso os projetos sejam aprovados na generalidade, Delgado Alves respondeu: “Até ao final da sessão reconhecidamente é um tempo curto, não há uma pressão nem se pretende legislar à pressa, mas também não há razão para adiar esse debate em sede parlamentar”.

O Bloco de Esquerda foi o primeiro partido a apresentar um projeto de lei, seguido pelo partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), pelo PS e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV).

Se forem aprovados na generalidade, os projetos de lei baixam à comissão parlamentar, para debate na especialidade, antes de uma votação final global.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente dos sociais-democratas, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular.

O PCP ainda não tomou posição sobre esta matéria.

SMA/NS // JPS

Lusa/fim



7

Eutanásia: CDS defende que pressa prejudica prestígio do parlamento

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 03 mai (Lusa) - O líder parlamentar do CDS-PP defendeu hoje que os projetos de lei da eutanásia deveriam ter sido agendados para a próxima sessão legislativa, em prol do esclarecimento público e do "prestígio da Assembleia da República".

"Entendemos que seria benéfico para os trabalhos, para o esclarecimento público, seria benéfico para a Assembleia da República, se esse agendamento ainda que feito, como foi ontem [quarta-feira], pudesse ser na próxima sessão legislativa", defendeu Nuno Magalhães, considerando que há "pressa excessiva de procurar tratar uma questão que é séria, uma matéria que é densa, difícil, complexa".

Em conferência de imprensa, no parlamento, sobre o texto final da comissão de Saúde a partir do projeto do CDS-PP para os "direitos das pessoas doentes em fim de vida", o líder da bancada centrista disse que, formalmente, não havia motivos para se opor ao agendamento para dia 29 de maio, mas sublinhou que se tal acontecesse mais tarde "permitiria uma maior segurança, maior discussão e debate".

"Seria melhor para o prestígio da Assembleia da República", venceu, sublinhando que a "posição de fundo" do CDS-PP é de que os partidos, com exceção do PAN, carecem de mandato popular para esta matéria, porque não a incluíram nos programas eleitorais em 2015.

Para a deputada Isabel Galriça Neto, trata-se de uma precipitação do parlamento, agravada por acontecer ao arrepio de um parecer do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

"O Conselho Nacional para as Ciências da Vida em 20 elementos 19 votaram contra. Esta câmara está a fazer leis ao arrepio de entidades da sociedade civil que têm credibilidade e especialização", argumentou.

Isabel Galriça Neto reiterou que o CDS-PP opõe-se ao prolongamento do sofrimento, dando resposta a essas preocupações com a iniciativa legislativa que será votada na sexta-feira, enquanto texto final da comissão de Saúde depois de um trabalho na especialidade a partir de um projeto dos centristas.

"Temos bem claro que um processo legislativo que viabilizasse a eutanásia não altera o processo de sofrimento das pessoas", declarou.

O texto final sujeito a votação na sexta-feira prevê "direitos em matéria de informação e de tratamento", o direito a não ser sujeito a "obstinação terapêutica e diagnóstica, designadamente, pela aplicação de medidas que prolonguem ou agravem de modo desproporcionado o seu sofrimento".

O consentimento dos doentes "contemporâneo ou antecipado, para as intervenções clínicas de que sejam alvo" é outro dos direitos estipulados no texto, que reúne normas já aplicadas a partir de códigos de éticas de boas práticas, mas que o CDS defende que passam a ter "força de lei" e a sistematização necessária.

"É um passo em frente para as pessoas que estão em fim de vida, que é uma sociedade que ajuda os mais vulneráveis", declarou Isabel Galriça Neto, sublinhando a necessidade de divulgação destes direitos e de afetação de meios para a sua disponibilização a todos os portugueses.

Os quatro projetos de lei que para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro partido a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o partido ecologista Os Verdes.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças



mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular. O PCP ainda não tomou posição sobre esta matéria.

ACL (NS) // VAM

Lusa/Fim

8

Eutanásia: Movimento pela despenalização lança vídeo com depoimentos no Facebook

Lisboa, 12 mai (Lusa) – O Movimento Cívico para a Despenalização da Morte Assistida lançou hoje um vídeo no Facebook com depoimentos de 65 personalidades a favor da lei que regula a eutanásia, que será debatida no parlamento em 29 de maio. Ao longo de pouco mais de três minutos, o vídeo vai mostrando os convidados a dirigirem-se aos “senhoras e senhores deputados”, pedindo que “quando chegar o final” da sua vida tenham “poder de decidir não sofrer mais”, por exemplo.

Pelas imagens, aparecem, entre outros, Rita Blanco, José Luís Peixoto, Sérgio Godinho, Teresa Pizarro Beleza, Eurico Reis, António Pedro Vasconcelos, Júlio Machado Vaz, Fausto Bordalo Dias, Eurico Reis, Ana Drago e João Semedo, um dos impulsionadores do projeto de lei do Bloco de Esquerda.

Pilar del Rio, mulher de José Saramago, afirma, no vídeo, que “despenalizar a eutanásia é um sinal de respeito social e democrático”.

Outro dos argumentos usados é que regular a eutanásia “não é liberalizar a morte assistida”, mas sim “aceitar a decisão do doente e permitir assistir a morte desta pessoa para evitar uma prolongada agonia!”.

Quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo Bloco de Esquerda (BE), pelo PS e pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV).

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta.

O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular. O PCP ainda não tomou posição sobre esta matéria.

NS // MP

Lusa/fim

9

Eutanásia: Votação dos vários projetos vai ser nominal a pedido do CDS-PP

Lisboa, 16 mai (Lusa) – O CDS-PP pediu hoje a votação nominal, deputado a deputado, dos projetos de lei sobre a despenalização da eutanásia, o que foi aceite por todos os partidos na conferência de líderes.



“É uma matéria que, pela sua natureza, é eminentemente de consciência”, justificou o líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, em declarações aos jornalistas no final da reunião.

Para o deputado democrata-cristão, o tema da eutanásia “poderia e deveria ter tido uma maior amplitude de tempo” no seu agendamento, que já estava marcado para o próximo dia 29.

“O mínimo é que haja uma votação nominal para que cada um dos senhores e senhoras deputados possam assumir a sua posição e conferir uma maior transparência e clareza”, defendeu.

Segundo Nuno Magalhães, este requerimento do CDS-PP foi aceite por todos os partidos e, assim, haverá uma votação deputado a deputado em cada um dos quatro projetos de lei agendados.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV).

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular. O PCP ainda não tomou posição sobre esta matéria.

SMA (NS) // ZO

Lusa/fim

10

Eutanásia: Cristas considera inaceitável que SNS possa servir para “executar a morte”

Viana do Castelo, 22 mai (Lusa) – A líder do CDS-PP considerou hoje inaceitável que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) possa passar a ter “uma nova prestação” de serviço, a de “executar a morte”, numa referência à possibilidade de aprovação da legalização da eutanásia.

“Uma lei que trata simplesmente de criar no SNS - aquele Serviço Nacional de Saúde que queremos desenvolver e acarinhar para tratar as pessoas e dar qualidade de vida até ao fim dos seus dias – se prepara para passar a ter uma nova prestação, que já não é tratar, já não é tirar a dor, é antecipar a morte, é executar morte. Isso nós não aceitamos, nem achamos admissível”, criticou.

Na intervenção de encerramento das jornadas parlamentares do CDS-PP, em Viana do Castelo, Assunção Cristas classificou a área da saúde “como uma das mais críticas” da governação, apontando uma “degradação generalizado dos serviços públicos”.

“Olhando para trás, comparando momentos, hoje sem ‘troika’, sem crise, estamos bem pior nesse domínio do que estávamos há cinco anos atrás e isso não é aceitável”, afirmou.

Lamentando a falta de uma rede de cuidados paliativos de qualidade no sistema público, Cristas criticou que sejam os partidos que apoiem um Governo, “que



não é capaz de dar um impulso significativo aos cuidados paliativos”, que se preparem para votar a legalização da eutanásia.

Quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal – de PAN, BE, PS e PEV - vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

“Numa sociedade que tem tanto para trabalhar, tanto para acolher, acarinhar, uma população que precisa de um SNS com condições, com cuidados paliativos, não aceitamos que o foco de repente se vire para outro lado”, afirmou Cristas.

A presidente do CDS-PP disse que a eutanásia apenas é legal em dois países europeus e tem sido rejeitada por países como Finlândia ou Inglaterra e recordou avisos de um cidadão holandês – um dos países onde é legal a morte assistida – numa iniciativa dos centristas.

“Na eutanásia sabe-se como começa, não se sabe como acaba”, afirmou.

Numa intervenção de menos de vinte minutos, Cristas passou em revista os principais temas das jornadas, que tiveram por tema “Portugal: a Europa e o Mar”, e duas áreas onde considera que o partido tem liderado a agenda, a justiça e o interior.

Sobre justiça, a líder do CDS-PP lembrou que o partido tem propostas apresentadas no parlamento há três meses e que aguardam por iniciativas de outros partidos para começar o debate.

“Na altura todos vieram dizer que havia muito para fazer, mas continuamos à espera que os outros partidos venham a jogo”, alertou, salientando que, entretanto, o partido já anunciou a criação de um fórum para a reforma da justiça, liderado pelo professor universitário Rui Medeiros.

Sobre o interior, Assunção Cristas reiterou a intenção do CDS-PP pegar nas propostas apresentadas pelo Movimento para o Interior e transformá-las em iniciativas legislativas.

“Continuaremos a liderar também na denúncia de um Governo que faz uma austeridade completamente escondida, encapotada, que não diz a verdade a todos”, criticou, voltando a repetir que o executivo está “refém do ministro das Finanças Mário Centeno”.

Para Cristas, a ambição do CDS-PP de “liderar em várias matérias” tem como objetivo que “um dia todos os portugueses” possam confiar no partido em termos eleitorais.

“Não temos medo e temos coragem, não temos medo de ser politicamente incorretos”, afirmou.

SMA // VAM

Lusa/fim

11

Eutanásia: Germano de Sousa espera que PR tenha em conta "o problema" de constitucionalidade

Lisboa, 23 mai (Lusa) – O ex-bastonário da Ordem dos Médicos Germano de Sousa espera que o Presidente da República tenha em conta "o problema" de constitucionalidade dos projetos de despenalização da morte medicamente assistida, em debate no parlamento.

Germano de Sousa é um dos ex-bastonários que é recebido hoje, no Palácio de Belém, em Lisboa, por Marcelo Rebelo de Sousa para lhe transmitir que são “contra a eutanásia e contra a despenalização”, juntamente com o atual titular do cargo, Miguel Guimarães.

Os restantes ex-bastonários que vão a Belém são José Manuel Silva, Pedro Nunes, Carlos Ribeiro e Gentil Martins.



Em declarações à agência Lusa, Germano de Sousa afirmou que tem “uma consideração muito grande pela sua capacidade intelectual e ética” e espera que o Presidente tenha em consideração o “problema de ordem constitucional” dos projetos do PAN, BE, PS e PEV.

É preciso ter em conta, afirmou, “se esta lei é ou não constitucional, dado que a Constituição é clara quanto à inviolabilidade da vida humana”.

Questionado sobre se espera um veto presidencial, caso a lei passe no parlamento, o médico apenas afirmou: “Espero que o sr. Presidente da República julgue em consciência”.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

NS // JPS

Lusa/fim

12

Eutanásia: Cristas desafia primeiro-ministro a dizer o que pensa, Costa não diz

→ Notícia atualizada duas vezes

Lisboa, 23 mai (Lusa) – A presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, insistiu hoje, por três vezes, que o primeiro-ministro dissesse se é a favor ou contra a eutanásia, mas apenas lhe ouviu responder que nada dirá sobre um processo legislativo em curso. “É a favor ou não da institucionalização da eutanásia?”, perguntou Assunção Cristas na abertura da sua intervenção no debate quinzenal com o primeiro-ministro, no parlamento, a menos de uma semana da discussão dos quatro projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre o tema.

António Costa respondeu, uma e outra vez, que não cabe ao primeiro-ministro pronunciar-se: “Ficar-me-ia muito mal que me intrometesse num debate que está em curso.”

“Ficaria muito mal intrometer-me num debate que está a decorrer” na Assembleia da República, insistiu, dizendo ainda que não é seu hábito comentar a atuação do Presidente ou dos tribunais.

A líder do CDS-PP alertou que o debate de terça-feira, sobre os projetos da morte medicamente assistida, é um tema “absolutamente incontornável” e um “debate importante para a sociedade portuguesa”.

“Já nos vamos habituando a essa sua forma de fugir a questões difíceis”, afirmou Cristas, para quem não se pode “deixar as pessoas na ignorância” sobre o que pensa António Costa, “líder do PS, primeiro-ministro e político”.

Depois da réplica e da insistência da líder e deputada centrista, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS não foi além daquela resposta, com variantes de linguagem. E Assunção Cristas usou um tom irónico ao dizer que, comparando com o investimento nos cuidados paliativos, “certamente que instituir a eutanásia fica mais barato”.

Da bancada do PS e do BE ouviram-se protestos, como de Mariana Mortágua e José Manuel Pureza, que gritou “vergonha”.

António Costa ainda rematou esta parte do debate dizendo que o “Governo cumprirá todas as leis que forem aprovadas pela Assembleia da República, sejam elas quais forem”.

Como já fizera nas jornadas parlamentares do partido, na segunda e na terça-feira, em Viana do Castelo, a líder do CDS-PP voltou a criticar que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) possa vir a ser utilizado para praticar a eutanásia se os projetos de lei forem aprovados.

A líder do CDS-PP foi a única deputada a levantar a questão da eutanásia, que irá ser debatida no parlamento, em 29 de maio, no dia em que foi noticiado, pelo DN, citando fonte partidária, que o PCP vai votar contra os projetos.

De resto, Cristas insistiu nas críticas na área da saúde, dizendo que há hoje 70 mil pessoas em listas de espera para consultas e acusando o executivo de pôr a “saúde doente”.

“Ficou pior do que nos tempos da ‘troika’”, acusou.

A resposta de Costa foi com números, afirmando que há hoje mais médicos, mais técnicos no SNS, e concluindo com uma tirada: “[O setor da saúde] está a ser curado da doença que vossas excelências lhe introduziram.”

NS // VAM

Lusa/fim

13

Eutanásia: Ex-ministra Ana Jorge defende que lei deve ser bem regulada e acompanhada

Lisboa, 23 mai (Lusa) – A ex-ministra da Saúde Ana Jorge defendeu hoje, como médica e no respeito pela “autonomia pessoal”, a morte medicamente assistida, para “quem não quer prolongar a vida” e alertou que deve ser bem regulada e acompanhada.

O alerta foi deixado pela antiga ministra do PS na apresentação do livro “Morrer com Dignidade – A decisão de cada um”, organizado pelo médico e ex-deputado bloquista João Semedo. A apresentação do livro decorreu no parlamento, em Lisboa, com a presença do presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, e de deputados dos partidos com projetos de lei sobre a matéria, PAN, BE, PS e PEV.

Ana Jorge recusou a ideia de os cuidados paliativos poderem ser uma alternativa à morte medicamente assistida, que a Assembleia discute na próxima terça-feira, por terem fins diferentes.

A despenalização da morte medicamente assistida trata-se, afinal, do direito de uma pessoa “com doença incurável e fatal, com sofrimento insuportável” pedir “ajuda a um profissional de saúde a antecipar a sua morte”, sem que, com isso, “este profissional esteja a infringir a lei e seja sujeito a pena de prisão”.

Como médica, e “respeitando a autonomia pessoal e o direito à autodeterminação de quem não quer prolongar a vida quando esta já perdeu a dignidade da pessoa humana”, Ana Jorge afirmou que a “morte assistida tem que ser bem regulada como bem acompanhada”.

Independentemente do que acontecer com a discussão e a votação dos projetos de lei, Ana Jorge afirmou que “a sociedade não vai ficar igual” depois de mais de dois anos de debates acerca deste tema e com o “exercício de cidadania” que o livro organizado por João Semedo representou.

Na sala da Biblioteca Passos Manuel, na Assembleia da República, não esteve hoje João Semedo, devido a problemas de saúde, mas na primeira fila marcaram presença o presidente da Assembleia, Ferro Rodrigues, deputados dos partidos que



apresentaram projetos de lei sobre a morte medicamente assistida, PAN, BE, PS e Partido Ecologista “Os Verdes”.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O PAN foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o PEV.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular.

O PCP ainda não tomou posição oficial sobre esta matéria, mas o DN noticiou hoje que vai votar contra.

NS // VAM

Lusa/fim

14

Eutanásia: Eduardo Martins defende despenalização pelo “valor mais precioso, a liberdade”

Lisboa, 23 mai (Lusa) – O ex-deputado do PSD e advogado José Eduardo Martins fez hoje a defesa da despenalização da eutanásia pela importância que dá ao “valor mais precioso, a liberdade”.

José Eduardo Martins foi apresentar o livro “Morrer com Dignidade – A decisão de cada um”, organizado pelo médico e ex-deputado bloquista João Semedo, no parlamento, em Lisboa, ao lado de Ana Jorge, médica e antiga ministra da Saúde do PS.

Sem entrar em grandes argumentos jurídicos e constitucionais, embora lhes faça referência no texto que assina no livro, José Eduardo Martins valorizou, antes, o valor da liberdade de poder optar por um fim da vida com dignidade, alertando que a aprovação da lei é mais um direito que o cidadão adquire no fim da vida, se estiver em sofrimento extremo.

O advogado contou que, no escritório em que trabalha, há um pequeno livro com que se explica a Justiça às crianças e por que motivo “não se pode ficar com o gelado do vizinho”, se ele não o quiser dar.

Mas também se explica as crianças que não se pode tirar o gelado do vizinho, mas “não se é obrigado a gostar do gelado do vizinho”.

Porque, justificou, há que proteger “o mais importante dos valores que é a liberdade “É isso que nos move a todos”, afirmou.

José Eduardo Martins agradeceu o empenho de todos os que vão empenhar-se na aprovação da lei, para que “quando chegar a altura de aliviar o sofrimento” a alguém, tenha sido “possível dar o passo em frente”

“É ter a lei do nosso lado”, disse o ex-deputado, depois de citar o texto assinado pela socióloga Maria Filomena Mónica que, apesar “não encarar a morte com placidez”, queria ter a lei do seu lado se optasse por uma forma de morte medicamente assistida.



Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, em 29 de maio na Assembleia da República.

O PAN foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o PEV.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.

O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular.

O PCP ainda não tomou posição oficial sobre esta matéria, mas o DN noticiou hoje que vai votar contra.

NS // ARA

Lusa/Fim

15

Eutanásia: PCP vota contra projetos de lei sobre morte assistida

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 24 mai (Lusa) – O PCP vai votar contra os projetos de lei para a despenalização da eutanásia, anunciou hoje o líder parlamentar dos comunistas, João Oliveira.

"A ideia de que a dignidade da vida se assegura com a consagração legal do direito à morte antecipada merece rejeição da parte do PCP", disse.

O anúncio foi feito em conferência de imprensa, na Assembleia da República, em Lisboa, a cinco dias do debate parlamentar para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal.

Numa declaração escrita, em seis pontos e cinco páginas, os comunistas referem também que são contra um eventual referendo, como já admitiram, no passado, dirigentes do PSD e do CDS-PP.

"O PCP afirma a sua oposição a legislação que institucionalize a provocação da morte assistida seja qual for a forma que assuma - a pedido sob a forma de suicídio assistido ou de eutanásia -, bem como a eventuais propostas de referendo sobre a matéria", acrescentou João Oliveira, ladeado pelos deputados António Filipe e Paula Santos.

Para os comunistas, "a legalização da eutanásia não pode ser apresentada como matéria de opção ou reserva individual" e introduzir na lei "o direito a matar ou a matar-se não é um sinal de progresso, mas um passo no sentido do retrocesso individual, com profundas implicações sociais, comportamentais e éticas".

O voto do PCP será também contra o projeto apresentado pelo seu parceiro na CDU, o Partido Ecologista "Os Verdes".

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira na Assembleia da República.

O PAN foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes".

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.



Com esta posição da bancada do PCP, o resultado da votação, na próxima terça-feira, dos quatro projetos do PAN, BE, PS e PEV, fica mais imprevisível. Aritmeticamente, o destino das leis ficará dependente dos votos a favor dentro da bancada do PSD e dos votos desalinhados dos 'sim' na bancada do PS. Outro fator a ter em conta no resultado será, igualmente, o número de deputados que faltem à reunião de terça-feira.

NS // VAM

Lusa/fim

16

Eutanásia: Legalização seria “retrocesso civilizacional” e não é prioridade – PCP

→ Notícia atualizada duas vezes

Lisboa, 24 mai (Lusa) – O PCP vai votar contra os projetos de lei para a despenalização da eutanásia por ser um “passo no sentido do retrocesso civilizacional” e não ser “uma questão prioritária” para o país, anunciou hoje o partido.

Portugal não tem “uma situação social que coloque esta questão como uma questão prioritária”, afirmou, no parlamento, em Lisboa, João Oliveira, líder da bancada do PCP, numa conferência de imprensa, em que anunciou o voto contra os projetos de lei sobre o tema, do PAN, BE, PS e PEV, que vão a debate e votação no parlamento na terça-feira.

Mais do que questões de calendário ou tempo para fazer uma discussão, o PCP recusa “a ideia de que a dignidade da vida se assegura com a consagração legal do direito à morte antecipada”.

Os “avanços técnicos e científicos”, defendeu João Oliveira, devem ser usados para garantir “o aumento da esperança de vida e não para a encurtar, na dignificação da vida em vida”.

“Há uma diferença substancial entre manter artificialmente a vida ou antecipar deliberadamente a morte, entre diminuir ou eliminar o sofrimento na doença ou precipitar o fim da vida”, argumentou.

Os comunistas criticaram ainda implicitamente quem apresentou projetos quanto à eutanásia, apesar de não identificarem a quem se referiam.

Avançar agora com a mudança da lei, justificando-a com “casos extremos”, “não é a forma adequada para a reflexão” e pode ser expressão de casos motivados por “vivência própria”.

“Mas, é também, para uma parte dos seus promotores, uma inscrição do tema em busca de protagonismos e de agendas políticas promocionais”, disse.

João Oliveira defendeu que se deve lutar, “no plano político e legislativo”, pelo reforço dos cuidados paliativos, incluindo domiciliários, garantindo o direito a recusar-se determinados tratamentos e práticas médicas de “não prolongar artificialmente a vida”.

Para João Oliveira, num tempo em que “o valor da vida humana surge relativizado com frequência em função de critérios de utilidade social, de interesses económicos, de responsabilidades e encargos familiares e de gastos públicos”, a legalização da eutanásia traria novos problemas.

Entre eles, consolidar “opções políticas e sociais” que desvalorizam a vida humana e dificultaria os esforços do Estado nas políticas de combate ao suicídio.

“A preservação da vida humana, e não a desistência da vida, é património que integra o humanismo real – e não proclamatório – que o PCP assume nos princípios e na luta”, concluiu.



O líder parlamentar comunista avisou também que poderá haver questões de constitucionalidade nos diplomas, caso venham a ser aprovados pelo parlamento, entre elas o previsto no princípio da inviolabilidade da vida humana.

"Toda a discussão convoca princípios constitucionais evidentes", admitiu.

Com esta posição da bancada do PCP, o resultado da votação, na próxima terça-feira, dos quatro projetos do PAN, BE, PS e PEV, fica mais imprevisível, dado que as bancadas socialista e social-democrata têm liberdade de voto e a votação é nominal. Os projetos têm garantidos os votos do PAN, BE e PEV (22), a que se somará grande parte da bancada do PS, que tem 86 deputados.

Nas contas feitas à Lusa por deputados de vários partidos, haverá vários votos desalinhados na bancada 'rosa', entre ele o de Ascenso Simões.

No PSD, com 89 deputados, determinante nesta votação, há vários parlamentares que já disseram ser a favor da morte medicamente assistida – Paula Teixeira da Cruz, Teresa Leal Coelho e Margarida Balseiro Lopes.

Dado que o PS tem liberdade de voto e o PSD também, as contas tornam-se muito difíceis de fazer.

Vários deputados favoráveis à lei ouvidos pela Lusa admitem ser difícil antever o resultado e têm estado atentos às declarações públicas, ou até nas redes sociais Facebook e Twitter, de deputados do PSD desalinhados.

O presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização, mas há deputados do PSD contra a lei e a favor de um referendo, como o líder parlamentar, Fernando Negrão.

NS // VAM

Lusa/Fim

17

Eutanásia: Negrão descreve reunião “viva” e maioria de deputados do PSD contra

→ Notícia atualizada

Lisboa, 24 mai (Lusa) - O líder parlamentar do PSD descreveu hoje uma reunião "muito viva" da sua bancada, dedicada ao tema da despenalização da eutanásia, e antecipou uma maioria dos deputados sociais-democratas contra as iniciativas legislativas do PS, BE, PEV e PAN.

"Tivemos uma discussão muito viva sobre a questão da eutanásia. Direi mesmo que foi o único tema e foi suficiente porque houve inúmeras intervenções, todas ou a maioria no sentido de votar contra os diplomas da eutanásia", afirmou Fernando Negrão, no parlamento.

O deputado social-democrata vinhou tratar-se de "uma questão de consciência", havendo por isso liberdade de voto, e encarou com normalidade o facto de o próprio ser contra os diplomas em causa e o presidente do partido, Rui Rio, ser favorável aos mesmos.

"Falámos também da questão política em si porque tudo o que diz respeito a diplomas de natureza legal tem uma natureza política. Terça-feira teremos o debate, as votações. O PSD dá liberdade de voto aos deputados por considerar esta uma matéria de consciência e cada um terá oportunidade de afirmar a sua posição individual", continuou.

Segundo Negrão, os diversos parlamentares do PSD falaram sobre "pontos de vista muito diversificados - médico, ético, jurídico e até do ponto de vista de algumas confissões religiosas".



"Naturalmente, em questões de consciência, não podemos andar atrás dos deputados a perguntar se votam a favor ou contra. Em termos de votação, num número expressivo, votarão contra as iniciativas da eutanásia", estimou.

Sobre um eventual adiamento da votação dos diplomas, para discussão na especialidade, o líder parlamentar social-democrata manifestou "algumas dúvidas", mas reconheceu que "essa possibilidade existe sempre" e, "no parlamento, essas coisas, por norma, decidem-se quase em cima da hora da votação".

"O presidente do partido, convictamente, tem a sua posição. Eu, presidente do grupo parlamentar, tenho a minha posição, contrária ao presidente do partido. É uma questão de consciência, há liberdade de voto e foi dada, em primeiro lugar, pelo presidente do partido", assumiu.

Os projetos de lei sobre a eutanásia, de PAN, BE, PS e PEV, vão a debate e votação nominal na sessão plenária de terça-feira, registando-se também liberdade de voto na bancada socialista

As iniciativas legislativas têm garantidos os votos do PAN, BE e PEV (22), a que se somará grande parte da bancada do PS, que tem 86 deputados.

Nas contas feitas à Lusa por deputados de vários partidos, haverá vários votos desalinhados na bancada 'rosa', entre eles o de Ascenso Simões.

No PSD, com 89 deputados, determinante nesta votação, há vários parlamentares que já disseram ser a favor da morte medicamente assistida - Paula Teixeira da Cruz, Teresa Leal Coelho e Margarida Balseiro Lopes.

HPG (NS) // JPS
Lusa/Fim

18

Eutanásia: PS recusa-se a antecipar chumbo dos diplomas em discussão

Lisboa, 24 mai (Lusa) - O vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista Pedro Delgado Alves considerou hoje "premature" antecipar o chumbo na votação nominal de terça-feira dos diplomas do PS, PEV, PAN e BE sobre morte medicamente assistida.

Pedro Delgado Alves falava aos jornalistas no final da reunião semanal da bancada socialista, na Assembleia da República, depois de confrontado com o facto de o CDS-PP, PCP e a maioria dos deputados do PSD se prepararem para votar contra os projetos sobre eutanásia.

"É prematuro antecipar qualquer resultado em relação à votação de terça-feira", sustentou o "vice" do Grupo Parlamentar do PS, antes de começar por se referir aos casos específicos de unanimidade de posições nas bancadas do Bloco de Esquerda, PCP e CDS-PP.

"Daquilo que sabemos sobre os grupos parlamentares que tomarão coletivamente uma decisão, há já dados mais claros, na sequência, até, da posição [de voto contra] transmitida pelo PCP", disse.

No entanto, Pedro Delgado Alves sugeriu que o resultado dependa, sobretudo, da forma como cada deputado do PS e do PSD votar o tema.

"Em particular no PSD, existe uma tomada de posição de muitos deputados e deputadas a favor do tema. Como é sabido, o presidente do PSD [Rui Rio] é a favor e, portanto, se fosse deputado, acompanharia algumas das iniciativas", alegou.

Ou seja, de acordo com Pedro Delgado Alves, o resultado "depende da forma como cada deputado interpretar o mandato que tem em relação aos projetos apresentados".

Perante os jornalistas, o vice-presidente da bancada socialista também considerou "premature" saber desde já se o PS, em caso de chumbo dos diplomas, insistirá com o tema da eutanásia ainda na presente legislatura.

"Da votação e do debate que tiver lugar retiraremos as ilações", argumentou.



Interrogado sobre quantos deputados do PS vão votar contra os projetos relativos à morte medicamente assistida, Pedro Delgado Alves apontou que na sua bancada há liberdade de voto, mas frisou, por outro lado, que existe, igualmente, "um consenso muito alargado" a favor dos diplomas.

"Da reunião de hoje, verificou-se um consenso muito alargado, quase uniforme. Obviamente, sabemos que há posições que podem ser em sentido divergente. Mas não estivemos a fazer contas", acrescentou.

PMF // JPS

Lusa/fim

19

Eutanásia: Cristas diz que Parlamento não tem mandato para decidir despenalização

Lisboa, 24 mai (Lusa) – A líder do CDS considera que o atual Parlamento não tem mandato para decidir sobre a despenalização da eutanásia, lembrando que a esmagadora maioria dos partidos não colocou o assunto nos seus programas antes das eleições.

Assunção Cristas entende ainda que "há uma sensação de que o Parlamento legisla nas costas dos portugueses", sem um debate sereno e aprofundado em todo o país. "O parlamento, se tem legitimidade, e tem, não tem mandato. Os 230 deputados não têm mandato do povo para poderem decidir sobre uma tão sensível e delicada quanto a eutanásia", afirmou a líder do CDS aos jornalistas, durante uma concentração que hoje decorreu junto à Assembleia da República promovida pelo movimento STOP Eutanásia.

A deputada recordou que o único partido que inscreveu a despenalização da eutanásia no seu programa eleitoral foi o PAN e considera que os eleitores desconheciam as posições de outros partidos, nomeadamente do PS e do PSD.

"Transformações tão profundas não se podem fazer sem um debate tão alargado na sociedade portuguesa e sem os partidos clarificarem antecipadamente qual a sua posição, mesmo que seja dar liberdade de voto aos deputados", afirmou.

Já pelo CDS, Assunção Cristas diz que "a posição sempre foi clara", tendo o partido "feito tudo" para que no dia 29 de maio "seja rejeitada a introdução da eutanásia em Portugal".

"Não é o caminho de uma sociedade que é humana e acolhe a todos", disse.

Na terça-feira, o Parlamento debate projetos de lei do PAN, Bloco de Esquerda, PEV e PS sobre a despenalização da morte medicamente assistida.

ARP // JPS

Lusa/fim

20

Eutanásia: Marcelo afirma que vai "ouvindo, ouvindo" e só falará no fim do processo

Lisboa, 24 mai (Lusa) – O Presidente da República afirmou hoje que tem recebido desde o início quem quer falar consigo sobre eutanásia e vai "ouvindo, ouvindo", mas sem expressar a sua opinião, reiterando que só falará no fim do processo.

Marcelo Rebelo de Sousa respondeu assim aos jornalistas que o questionaram sobre as audiências de hoje a representantes de comunidades religiosas contra a eutanásia e aos grão-mestres da Grande Loja Regular de Portugal e da Grande Loja Feminina de Portugal.

"Vou continuando a receber quem me pediu para ser recebido", declarou, à saída de uma iniciativa na Fundação Champalimaud, em Lisboa. "Para já, não tenho que ter opinião. Eu vou ouvindo, ouvindo, ouvindo", acrescentou.



Interrogado se as entidades que tem recebido podem influenciar uma decisão sua de promulgação ou veto, caso o parlamento aprove um diploma sobre esta matéria, o chefe de Estado repetiu: "Vou ouvindo. Tenho vindo a ouvir, desde os autores da primeira iniciativa, ao longo de meses, tenho ouvido quem quer falar comigo". "Só terei opinião se, porventura, um decreto chegar às minhas mãos. Aí, eu pronuncio-me. Eu não vou mudar a minha posição, que é de não me pronunciar até ao termo do processo", reiterou.

O Presidente da República foi também questionado sobre as declarações de Ana Gomes hoje à TSF sobre a transferência para a justiça angolana do processo que envolve o ex-vice-presidente de Angola Manuel Vicente, que a eurodeputada do PS alegou ser uma "decisão fabricada à medida", com "pressão do poder político". Marcelo Rebelo de Sousa não quis fazer qualquer comentário sobre esta alegação, nem sobre a afirmação de Ana Gomes de que "Portugal continua a ser uma lavandaria de Angola, num esquema de branqueamento de capitais". "Eu nunca comento opiniões de líderes políticos, de deputados, de atores políticos ou protagonistas políticos, nunca comento", justificou.

Antes, na Fundação Champalimaud, o Presidente da República assistiu a uma cerimónia de entrega de prémios da edição de 2018 do concurso "Nós Reciclamos", uma iniciativa da Polícia de Segurança Pública (PSP), em parceria com a Fundação Joana de Vasconcelos e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com o seu alto patrocínio.

Nesta quarta edição, escolas do primeiro e do segundo ciclos, associações e lares de idosos e instituições de ensino especial de Lisboa foram desafiadas a construir um "boné de polícia" inspirando-se nos diversos modelos criados ao longo de 150 anos de existência da PSP ou projetando um modelo futuro com material reciclável. Durante cerca de duas horas, os prémios foram entregues, numa cerimónia que contou com atuações musicais do grupo de percussão "Latomania", constituído por jovens do Centro Social e Comunitário do Bairro da Flamenga, ao qual Marcelo Rebelo de Sousa se juntou por momentos, de um grupo coral de cante alentejano e da banda da Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA) de Lisboa.

Marcelo Rebelo de Sousa elogiou esta iniciativa e, no final, disse aos jornalistas que "também se recicla no Palácio de Belém, tem de ser", para "contribuir para o futuro".

IEL // VAM

Lusa/Fim

21

Eutanásia: Pelo menos sete deputados do PSD votam a favor, incluindo um 'vice' da bancada

Lisboa, 24 mai (Lusa) – Dos sete 'vice' presidentes da bancada do PSD, apenas Adão Silva disse à Lusa que votará a favor da legalização da morte assistida, mas há pelo menos mais seis votos favoráveis e uma abstenção entre os sociais-democratas. Adão Silva disse à Lusa que votará a favor pelo menos do projeto do PS, estando ainda indeciso em relação aos restantes.

A indecisão, a poucos dias da votação de terça-feira, é, aliás, uma posição comum a alguns deputados do PSD contactados pela Lusa. Nos corredores sociais-democratas, admite-se que os votos favoráveis possam chegar aos dez (alguns falam em 15 como máximo), o que poderá ser suficiente para que os diplomas sejam aprovados, caso haja muito poucos votos contra no PS e se registre a presença de todos os 230 deputados.



Na bancada do PSD, confirmaram à Lusa que votarão a favor, além de Adão Silva, a líder da JSD Margarida Balseiro Lopes, a ex-ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz, os antigos vice-presidentes do PSD Teresa Leal Coelho e Pedro Pinto e os deputados Cristóvão Norte e Duarte Marques.

O líder parlamentar do PSD, Fernando Negrão, é contra a despenalização da eutanásia, tal como o secretário-geral José Silvano.

Já o presidente do partido, Rui Rio, é a favor mas, por não ser deputado, não votará na próxima terça-feira os projetos de PS, BE, PEV e PAN.

Entre os restantes vice-presidentes da bancada, apenas Emídio Guerreiro não quis revelar à Lusa como votará os vários diplomas – que serão sujeitos a votação nominal, por pedido do CDS-PP – com Carlos Peixoto, António Leitão Amaro, António Costa Silva, Margarida Mano e Rubina Berardo a optarem pelo voto contra. São também contra os secretários da direção da bancada Bruno Coimbra, Clara Marques Mendes e Manuela Tender.

O deputado Bruno Vitorino irá optar pela abstenção.

Contra a legalização da eutanásia estão antigos dirigentes da bancada e do partido como Maria Luís Albuquerque, Marques Guedes, Marco António Costa, Teresa Morais, Miguel Morgado, Hugo Soares, Sérgio Azevedo ou Carlos Abreu Amorim.

Hoje, na reunião da bancada do PSD a eutanásia foi o tema central, com a maioria das intervenções a defenderem o voto contra.

Mais do que isso, deputados como Marco António Costa e Luís Campos Ferreira colocaram a questão no plano político e defenderam o referendo.

O antigo vice-presidente do PSD Marco António Costa considerou que, mais do que uma questão de consciência, este é um assunto político e que a Assembleia da República não teria mandato para o aprovar, já que não consta da maioria dos programas eleitorais.

O PCP anunciou hoje que vai votar contra os projetos de lei para a despenalização da eutanásia, a cinco dias do debate parlamentar para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

Com esta posição da bancada do PCP, o resultado da votação, na próxima terça-feira, dos quatro projetos do PAN, BE, PS e PEV, fica mais imprevisível.

Aritmeticamente, o destino das leis ficará dependente dos votos a favor dentro da bancada do PSD e dos votos desalinhados dos ‘sim’ na bancada do PS, partidos que darão liberdade de voto.

Outro fator a ter em conta no resultado será, igualmente, o número de deputados que faltarem à reunião de terça-feira.

SMA (NS) // VAM

Lusa/fim

22

Eutanásia: Rio lamenta pressão dos que são contra e pede liberdade para os deputados

Lisboa, 25 mai (Lusa) – O líder do PSD, Rui Rio, lamentou hoje a pressão que tem notado daqueles que são contra a despenalização da eutanásia sobre os que são a favor, apelando a que se dê liberdade aos deputados para votar “em consciência”. No final de uma reunião com o Conselho Superior da Magistratura, em Lisboa - em declarações aos jornalistas recolhidas pelo PSD e às quais a agência Lusa teve acesso



– Rui Rio disse não ver “problema rigorosamente nenhum” em ter sobre esta matéria uma posição diferente do líder da bancada parlamentar, Fernando Negrão.

“E é justamente por não ver problema nenhum que eu, logo no início, dei uma completa liberdade de voto ao grupo parlamentar do PSD. Nem sequer é colocável em cima da mesa que não haja liberdade de voto”, acentuou.

Para isso, o presidente do PSD considerou que os deputados têm de “poder votar totalmente em consciência”, notando que “daqueles que estão do lado do não há uma excessiva pressão sobre outros que possam estar no sim ou que possam estar com dúvidas no sentido de tentar trazê-los para a sua posição”.

“E isso, sinceramente, choca com a minha maneira de ser. Lamento um pouco notar que, relativamente aos movimentos e às pessoas que defendem o não, há um excesso na pressão sobre os do sim”, criticou.

Rio não quis especificar de quem estaria a falar, mas garantiu que na sua cabeça “tem nomes” e conhecimento de algumas situações.

“Infelizmente, à medida que nos aproximamos do momento da votação, que é terça-feira, tenho notado essa pressão que me desgosta. Gostava de ver uma sociedade mais livre, em que todos nos respeitássemos mais uns aos outros”, lamentou.

De acordo com o líder social-democrata, têm-se “assistido a pressões de fora para dentro, a tentar condicionar a Assembleia da República”.

“O apelo que eu faço é que na sociedade portuguesa todos fizessem isso: dessem liberdade e não exercessem pressão nenhuma sobre os deputados, que são quem vai votar”, apelou.

Rui Rio admitiu que faz “um esforço enorme para dar essa liberdade de voto”.

“Porque o impulso para eu defender o sim de uma forma muito violenta é muito grande, mas depois tenho de respeitar os outros e tenho de me conter”, confidenciou.

No livro que foi lançado esta semana, intitulado “Morrer com Dignidade – A decisão de cada um”, organizado pelo médico e ex-deputado bloquista João Semedo, o presidente do PSD considerou ser “um imperativo do Estado, através dos seus instrumentos de intervenção política, assumir que a despenalização da eutanásia deve ser um direito consagrado no ordenamento jurídico português”.

Na opinião de Rui Rio, “a sociedade portuguesa sabe perfeitamente o que está em causa”, admitindo que possa “haver uma percentagem pequena que não saiba bem do que se está a falar”.

“Mas acho que isto não é muito difícil de entender: é dar a faculdade de uma pessoa que vai morrer, que não tem saída nenhuma, que está em grande sofrimento e que prefere antecipar um pouco a morte para fugir a esse sofrimento. Qualquer cidadão normal, na sua intuição normal, percebe isto”, defendeu.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira na Assembleia da República.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV). Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

JF (NS) // JPS

Lusa/fim

23



Eutanásia: Legalização é a decisão mais grave que o parlamento pode tomar – Cavaco

Lisboa, 25 mai (Lusa) – O antigo Presidente da República Cavaco Silva considerou a legalização da eutanásia “a decisão mais grave” para a sociedade portuguesa que o parlamento pode tomar, apelando a que nas próximas eleições não se vote nos partidos que forem favoráveis.

Em declarações à Rádio Renascença, Cavaco Silva explicou que, como na sua opinião, está “em causa a defesa e a dignidade da vida humana”, entendeu que “devia fazer uso das duas armas” que lhe restam como cidadão: a sua voz e o seu direito de voto nas próximas eleições legislativas.

“Considero a legalização da eutanásia a decisão mais grave para a sociedade portuguesa que a Assembleia da República pode tomar”, criticou.

“Como cidadão, sem responsabilidades políticas”, o antigo chefe de Estado considera que aquilo que pode fazer para manifestar a sua discordância com a despenalização da morte medicamente assistida é utilizar o “direito de voto contra aqueles que votarem a favor da eutanásia”.

“Nas eleições legislativas de 2019 não votar nos partidos que apoiarem a legalização da eutanásia e procurar explicar àqueles que me são próximos para fazerem a mesma coisa. Trata-se de uma votação com tais consequências para a sociedade portuguesa que, como eleitor, em 2019, eu não me posso esquecer daquilo que os deputados fizeram agora”, disse.

Cavaco Silva questiona como podem “os atuais deputados votar a favor da legalização da eutanásia quando nas eleições de 2015 os eleitores não lhe concederam um mandato para isso”.

O que está em causa, de acordo com o antigo Presidente da República, “é a vida humana”, questionando “como podem os deputados ignorar” o parecer dos profissionais de saúde, o parecer do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e a posição das várias religiões em que os portugueses se reveem.

“Cada português deve pensar o que é que significa uma pessoa, um médico, ser autorizado por lei da Assembleia da República a matar uma outra pessoa. Se tal acontecer a nossa sociedade está a quebrar uma barreira e a dar um salto no desconhecido muito, muito perigoso”, avisou.

Os quatros projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira na Assembleia da República.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

JF (NS) // JPF

Lusa/fim

24

Eutanásia: César (PS) desvaloriza posição de Cavaco Silva e salienta soberania do parlamento

Batalha, Leiria, 25 mai (Lusa) - O presidente do PS afirmou-se hoje "satisfeito" por saber que o ex-chefe de Estado Cavaco Silva não vota em alguns partidos só por



causa da questão da eutanásia, salientando, que na democracia representativa o parlamento é soberano.

Carlos César, também líder parlamentar da bancada socialista, falava aos jornalistas à entrada para o 22.º Congresso Nacional do PS, que hoje começa na Batalha, distrito de Leiria, depois de confrontado com declarações proferidas por Cavaco Silva sobre a questão da eutanásia.

Em declarações à Rádio Renascença, o ex-Presidente da República manifestou-se contra a legalização da eutanásia e apelou que, nas próximas legislativas, os portugueses votem contra os partidos que apresentaram projetos sobre este tema: PS, BE, PEV e PAN.

"Como cidadão, sem responsabilidades políticas, o que posso fazer para manifestar a minha discordância é fazer uso do meu direito ao voto contra aqueles que votarem a favor da eutanásia. Nas eleições legislativas de 2019 não votar nos partidos que apoiarem a legalização da eutanásia e procurar explicar àqueles que me são próximos para fazer a mesma coisa", disse o ex-chefe de Estado e antigo primeiro-ministro.

Na resposta, o presidente do PS manifestou-se "muito satisfeito que o professor Cavaco Silva não vote nos partidos só por essa razão" da morte medicamente assistida.

"Por isso mesmo, tal não me merece mais nenhum comentário. Agora, há outra coisa que existe no nosso país, graças a pessoas que se bateram ainda antes do 25 de Abril de 1974: A democracia representativa e o papel soberano do parlamento", reagiu ainda Carlos César.

O presidente do PS acrescentou, então, que aquilo que o parlamento decidir na próxima terça-feira, na votação dos diferentes projetos sobre morte medicamente assistida, "é aquilo que irá vigorar".

PMF // VAM

Lusa/fim

25

Marcelo recusa comentar eutanásia, PS e Justiça, mas elogia sistema partidário

Lisboa, 25 mai (Lusa) - O Presidente da República recusou hoje comentar os projetos de despenalização da eutanásia, o 22.º Congresso Nacional do PS ou questões judiciais, mas elogiou o sistema partidário contra os "vazios" e o populismo.

"Eu disse que não me pronunciaria sobre a matéria e não me vou pronunciar até ao termo do processo. Como Presidente da República não posso. Vou esperar o que a Assembleia [da República] votar e, se eventualmente, vier às minhas mãos um diploma, pronunciar-me-ei. Não me pronuncio porque era uma forma de me pronunciar", afirmou Marcelo Rebelo de Sousa.

O chefe de Estado falava aos jornalistas após a cerimónia de entrega de prémios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) de 2018, em Lisboa e que consagrou, entre outras entidades distinguidas, o Museu Metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramagal (Abrantes) como "melhor do ano".

Além de evitar a temática da morte assistida, cujas iniciativas legislativas de PAN, BE, PS e PEV vão a debate e votação nominal no parlamento terça-feira, o Presidente da República recorreu ao cargo para também declinar partilhar expectativas face à reunião magna socialista que começa hoje na Batalha, Leiria, e se estende até domingo, consagrando o atual primeiro-ministro, António Costa, mais uma vez, como secretário-geral do PS.

"Não formulo opiniões sobre congressos partidários. Naturalmente, o Presidente da República acompanha sempre tudo o que é a atividade política nacional, mas não tem opinião, não deve exprimir-se, sobre reuniões partidárias", disse.



Questionado sobre algumas polémicas recentes entre o universo da política e o da Justiça, com diversos casos de investigações judiciais, Marcelo Rebelo de Sousa reiterou que "não cabe ao Presidente da República estar a pronunciar-se sobre o funcionamento de outros órgãos de soberania", mas relevou a importância dos partidos políticos.

"Quanto mais forte for o sistema partidário e os partidos, menos vazios há e menos populismos, menos xenofobias, menos movimentos inorgânicos. Em geral, tudo o que seja vitalidade e dinamismo dos partidos e dos parceiros económico-sociais é bom para o país", considerou.

HPG // JPS

Lusa/Fim

26

PS/Congresso: Costa defende legalização da eutanásia como forma de “alargar a liberdade”

→ Notícia que foi atualizada

Batalha, Leiria, 25 mai (Lusa) – O secretário-geral do PS, António Costa, defendeu hoje que a aprovação da despenalização da eutanásia será mais uma forma de alargar a liberdade pela qual os socialistas lutaram desde a fundação do partido.

Na sua intervenção inicial perante o 22.º Congresso do partido, António Costa salientou que o PS se fundou na batalha pela liberdade e é esse valor que faz com que “nenhum português tenha dúvidas em saber o que é o PS e onde está o PS”.

“Podemos dizer que estamos onde sempre estivemos com a mesma convicção que podemos dizer que estaremos exatamente onde estamos”, assegurou.

O secretário-geral apontou como exemplos de alargamento da liberdade defendidos pelo PS a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, a legalização do casamento e adoção por pessoas do mesmo sexo e, agora, a despenalização da morte assistida.

“Há novas oportunidades de alargar esse espaço, respeitando a consciência de cada um, não impondo a ninguém qualquer comportamento, mas assegurando a todos que o queiram ter uma morte digna e poder recorrer à eutanásia, como na próxima semana defenderemos na Assembleia da República”. afirmou.

No último debate quinzenal no parlamento, e questionado pela líder do CDS-PP sobre a sua posição nesta matéria, António Costa respondeu, uma e outra vez, que não cabe ao primeiro-ministro pronunciar-se: “Ficar-me-ia muito mal que me intrometesse num debate que está em curso.”

Perante o 22.º Congresso do PS, António Costa discursou imediatamente a seguir a uma homenagem a Mário Soares, e começou precisamente com uma referência ao antigo primeiro-ministro e Presidente da República.

“Legou-nos um grande partido, de gente extraordinária, e que nos impõe uma grande responsabilidade”, afirmou.

António Costa salientou que, se os socialistas estão agora no Governo, não foi com esse objetivo que o partido foi fundado, mas em nome de uma “batalha pela liberdade, pela democracia, pelo progresso”, que continua a ser necessário travar.

“Aquilo que dá esta identidade única ao PS é um corpo de valores: são os valores da liberdade, da democracia, da igualdade e de integração na Europa sem sacrificar universalismos portugueses”, definiu.

Para o secretário-geral socialista, “o PS foi sempre um partido do seu tempo, porque soube sempre assegurar a vitalidade dos seus valores e atualizou-os”.

Depois do 25 de Abril, frisou, o PS continuou a luta pela “liberdade de expressão, de informação de informação”, combate que o partido “travou e venceu na rua, junto do povo português”.



Mais recentemente, apontou, também foi pela mão de um Governo socialista que foi aprovada a descriminalização do aborto e, mais recentemente, pelos direitos dos casais homossexuais.

“Foi nesse combate pela liberdade que demos direito a qualquer pessoa de poder constituir família livremente como quiser, que duas pessoas do mesmo sexo se possam amar, casar, adotar”, afirmou, apontando como o próximo combate precisamente a despenalização da eutanásia.

Quatros projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República, apresentados por PS, BE, PEV e PAN.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto.

SMA // JPS

Lusa/fim

27

PS/Congresso: “Foi bom” Costa colocar-se ao lado de propostas como a eutanásia – ministra da Presidência

Batalha, Leiria, 25 mai (Lusa) – A ministra da Presidência e da Modernização Administrativa afirmou hoje que “foi bom” o secretário-geral do PS e primeiro-ministro, António Costa, colocar-se ao lado de propostas “diruptivas” do partido como a eutanásia.

Questionada se ficou satisfeita com o apoio declarado de António Costa, na sua intervenção inicial no 22.º Congresso do PS, que hoje começou na Batalha, distrito de Leiria, Maria Manuel Leitão Marques começou por responder que “é uma proposta do PS, não é uma proposta do Governo”.

“Mas, creio que foi bom o secretário-geral colocar-se ao lado de algumas das propostas disruptivas, por assim dizer”, declarou Maria Manuel Leitão Marques.

Interrogada sobre as questões suscitadas com as declarações de rendimentos que os titulares de cargos públicos têm de entregar no Tribunal Constitucional, a ministra adiantou que teve de rever a sua “porque não tinha declarado quantos quartos, quantas casas de banho” tinha na sua residência.

“Foi o Tribunal que me pediu para retificar porque um campo da declaração não estava travado com aquele traço e porque na descrição da minha casa tinha dito a área, mas não quantos quartos e quantas casas de banho”, informou.

A governante precisou que esta situação tem três anos.

“Pensamos que todos terão feito bem as declarações, porque quando não fazemos o Tribunal devolve para retificações, como aconteceu no meu caso”, referiu, dizendo que não sabia ser necessário “descrever a casa com tanto detalhe”, mas numa próxima vez até vai dizer “se tem lareira, se não tem lareira”.

O secretário-geral do PS, António Costa, defendeu hoje que a aprovação da despenalização da eutanásia será mais uma forma de alargar a liberdade pela qual os socialistas lutaram desde a fundação do partido.

Na sua intervenção inicial perante o 22.º Congresso do partido, António Costa salientou que o PS se fundou na batalha pela liberdade e é esse valor que faz com que “nenhum português tenha dúvidas em saber o que é o PS e onde está o PS”.

“Podemos dizer que estamos onde sempre estivemos com a mesma convicção que podemos dizer que estaremos exatamente onde estamos”, assegurou.

SR (SMA) // VAM

Lusa/Fim



28

PS/Congresso: Secretário-geral fez bem em clarificar posição sobre eutanásia – Fernando Medina

Batalha, Leiria, 25 mai (Lusa) – O dirigente socialista Fernando Medina afirmou hoje que o secretário-geral do PS, António Costa, “fez bem em clarificar” a posição do partido sobre a eutanásia, reconhecendo que o tema é de “grande sensibilidade e importância”.

“Acho que como secretário-geral do PS expressou a posição que o PS vai assumir no parlamento. Trata-se de uma votação na generalidade relativamente ao conjunto de diplomas e depois ainda haverá um trabalho parlamentar até à apreciação final”, começou por dizer Fernando Medina, no final do primeiro dia do 22.º Congresso do PS, na Batalha, distrito de Leiria.

Fernando Medina adiantou que António Costa “fez bem em clarificar a posição do Partido Socialista”.

À pergunta se é um potencial candidato à sucessão de António Costa, o membro do Secretariado Nacional do PS deu uma gargalhada, para responder que “seguramente não é um tema deste congresso, nem do próximo, nem dos seguintes”.

“Gosto muito de ser presidente da Câmara Municipal de Lisboa”, acrescentou, para assinalar que “são funções de grande exigência, de grande complexidade” e “não dá para mais nenhuma extrapolação do que essa”.

O secretário-geral do PS, António Costa, defendeu hoje que a aprovação da despenalização da eutanásia será mais uma forma de alargar a liberdade pela qual os socialistas lutaram desde a fundação do partido.

Na sua intervenção inicial perante o 22.º Congresso do partido, António Costa salientou que o PS se fundou na batalha pela liberdade e é esse valor que faz com que “nenhum português tenha dúvidas em saber o que é o PS e onde está o PS”.

“Podemos dizer que estamos onde sempre estivemos com a mesma convicção que podemos dizer que estaremos exatamente onde estamos”, assegurou.

SR (SMA) // JPS

Lusa/Fim

29

Eutanásia: Presidente da República afirma que "não tem posição tomada" sobre diplomas

Lisboa, 26 mai (Lusa) – O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou hoje que "não tem posição tomada" quanto aos diplomas sobre a eutanásia, realçando que não existem sequer iniciativas legislativas apreciadas pelo parlamento sobre esta matéria.

O chefe de Estado deixou esta mensagem numa nota publicada no portal da Presidência da República na Internet, a propósito da eutanásia, na qual se lê: "O Presidente da República, como ainda hoje repetiu, não tem posição tomada sobre diplomas que não foram sequer apreciados pela Assembleia da República".

Hoje, à saída de uma cerimónia, no Museu dos Coches, em Lisboa, questionado sobre os projetos de lei sobre a morte medicamente assistida, Marcelo Rebelo de Sousa declarou uma vez mais que, "até ao termo do processo", não se pronunciará sobre esta matéria: "Vou esperar o que a Assembleia votar e, se eventualmente, vier às minhas mãos um diploma, pronunciar-me-ei".

Na quinta-feira, dia em que recebeu representantes de comunidades religiosas e os grão-mestres da Grande Loja Regular de Portugal e da Grande Loja Feminina de Portugal, o chefe de Estado disse aos jornalistas que vai "ouvindo, ouvindo" quem lhe pede audiências sobre a eutanásia, mas sem tomar posição.



"Só terei opinião se, porventura, um decreto chegar às minhas mãos. Aí, eu pronuncio-me. Eu não vou mudar a minha posição, que é de não me pronunciar até ao termo do processo", acrescentou, no final de uma iniciativa na Fundação Champalimaud, em Lisboa.

IEL // JPF

Lusa/Fim

30

Eutanásia: Posição de Cavaco “em linha” com o que país já conhece dele – Santos Silva

Batalha, Leiria, 26 mai (Lusa) – O dirigente socialista Augusto Santos Silva afirmou hoje que a declaração do ex-Presidente da República Cavaco Silva sobre a eutanásia “está em linha de conta com as posições” que lhe são conhecidas e que “o país já conhece bem”.

“É uma posição que está em linha com as posições conhecidas do professor Cavaco Silva, o país já as conhece bem”, afirmou Augusto Santos Silva, à margem do 22.º Congresso do PS, que hoje prossegue na Batalha, distrito de Leiria.

O antigo Presidente da República Cavaco Silva considerou na sexta-feira a legalização da eutanásia “a decisão mais grave” para a sociedade portuguesa que o parlamento pode tomar, apelando a que nas próximas eleições não se vote nos partidos que forem favoráveis.

Em declarações à Rádio Renascença, Cavaco Silva explicou que, como na sua opinião, está “em causa a defesa e a dignidade da vida humana”, entendeu que “devia fazer uso das duas armas” que lhe restam como cidadão: a sua voz e o seu direito de voto nas próximas eleições legislativas.

SR (JF) // JPS

Lusa/Fim

31

CDS-PP desafia PS a discutir eutanásia depois das eleições legislativas

→ Notícia que foi atualizada

Peniche, Leiria, 26 mai (Lusa)- A presidente do CDS-PP desafiou hoje o secretário-geral do PS a adiar e discutir a eutanásia depois das eleições legislativas, para o parlamento “não estar a discutir nas costas dos portugueses” o assunto.

“O nosso desafio é que [António Costa] faça votar no seu partido a decisão de, porventura, apoiar a eutanásia, mas fazê-lo depois do próximo ato eleitoral, na próxima legislatura. Aí sim, estarão a dar um sinal de coragem, de transparência e maturidade política”, afirmou Assunção Cristas, na abertura do Congresso da Juventude Popular, numa unidade hoteleira de Peniche, no distrito de Leiria.

Enquanto o debate não for mais alargado à sociedade, o CDS-PP “tem de estar contra, porque politicamente estamos a legislar nas costas dos portuguesas”, sublinhou, sugerindo a Costa que aproveite o congresso para discutir o tema para depois levarem a discussão à Assembleia da República.

“Os 230 deputados eleitos não disseram nunca aos seus eleitores ao que vinham nesta matéria”, justificou.

A líder do CDS-PP criticou Costa por, “a quatro dias da votação” da eutanásia na Assembleia da República, revelar a sua opinião, questionando se “com isso não entende que há falta de transparência, de honestidade política, de coragem para dizer com tempo ao que vem e o que quer fazer numa área tão profunda”.

Cristas quer interrogar o também primeiro-ministro se “acha que é uma prioridade para o SNS [Serviço Nacional de Saúde] criar as condições para haver a execução da

morte quando no SNS nós temos apenas uma cobertura de 20% de cuidados paliativos”.

A presidente dos centristas disse não perceber a pressa de discutir o tema no parlamento, quando “há mais de dois anos há projetos à espera que a maioria permita que sejam discutidos e votados”.

Cristas deu o exemplo de um apresentado pelo CDS-PP que, já tivesse sido aprovado permitia “saber, em relação a todos os membros do Governo, que reuniões tinham tido, quando, com quem, com que entidades nacionais e estrangeiras, sobre que matérias”.

“Não estávamos agora a interrogar-nos sobre incompatibilidades e impedimentos dos membros do Governo, que são casos e casos que todos os dias, todas as semanas se sucedem”, rematou, referindo-se ao do ministro Adjunto, Pedro Siza Vieira.

O Ministério Público anunciou na quarta-feira que requereu ao Tribunal Constitucional uma análise às declarações de incompatibilidades e de rendimentos do ministro Adjunto, após ter sido noticiado que o governante acumulou funções governamentais com a gestão de uma empresa imobiliária.

FYC (PD/ACYS) // JPS

Lusa/Fim

32

PS/Congresso: Secretária de Estado Alexandra Leitão defende legalização da eutanásia

Batalha, Leiria, 26 mai (Lusa) – Alexandra Leitão, secretária de Estado Adjunta e da Educação, defendeu hoje o investimento em serviços de qualidade, “na saúde e na educação” e o respeito pelas “escolhas pessoais”, através de legalização da eutanásia. Alexandra Leitão, militante há 20 anos e que vai entrar no Secretariado Nacional, afirmou aos delegados do 22.º congresso na Batalha (Leiria) que a educação não pode ser vista “como um bem transacionável numa lógica de mercado”.

Há que respeitar, afirmou ainda a secretária de Estado, a valorização das pessoas.

O Estado deve investir na valorização das pessoas, “através da igualdade de oportunidade na educação, no trabalho e na formação ao longo da vida”, disse.

“Valorizar as pessoas implica respeitar as suas escolhas pessoais, por exemplo, legalizando a eutanásia”, disse, a três dias da votação de quatro projetos de lei para a despenalização da eutanásia, do PAN, BE, PS e PEV.

NS // JPS

Lusa/fim

33

Eutanásia: Pedro Nuno Santos sugere a Cavaco que vote no PCP

Batalha, Leiria, 26 mai (Lusa) – O dirigente socialista Pedro Nuno Santos sugeriu hoje a Cavaco Silva que vote no PCP, depois de o antigo Presidente da República ter apelado a que nas eleições legislativas não se vote nos partidos que forem favoráveis à eutanásia.

“Se ele estiver na dúvida entre o CDS e o PCP, mais vale que vote no PCP”, afirmou aos jornalistas Pedro Nuno Santos, no 22.º Congresso do PS, na Batalha, distrito de Leiria.

PCP e CDS-PP foram os dois únicos partidos a anunciar o voto contra aos projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal, que vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República. Na sexta-feira, o antigo Presidente da República Cavaco Silva considerou a legalização da eutanásia “a decisão mais grave” para a sociedade portuguesa que o



parlamento pode tomar, apelando a que nas próximas eleições não se vote nos partidos que forem favoráveis.

Em declarações à Rádio Renascença, Cavaco Silva explicou que, na sua opinião, está “em causa a defesa e a dignidade da vida humana” e, por isso, entendeu que “devia fazer uso das duas armas” que lhe restam como cidadão: a sua voz e o seu direito de voto nas próximas eleições legislativas.

“Considero a legalização da eutanásia a decisão mais grave para a sociedade portuguesa que a Assembleia da República pode tomar”, criticou Cavaco Silva. Pedro Nuno Santos, que é também secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, afirmou que o antigo Presidente da República “tem direito à opinião pessoal e é isso apenas, a sua opinião pessoal, que deve ser obviamente respeitada e tida em consideração”.

“Ninguém tem que estar preso a uma vida que não quer, portanto é uma matéria muita delicada que exige de todos nós grande respeito e compreensão para quem passa e vive uma situação de grande dificuldade como essa”, considerou o dirigente socialista, acrescentando: “É matéria obviamente muito delicada, que exige muito debate, mas que a mim pelo menos não me passaria pela cabeça decidir pelos outros”. Pedro Nuno Santos frisou que “quem defende a eutanásia não está a impor nada a ninguém, está a dar o direito a que as pessoas livremente possam decidir”.

Questionado sobre o pedido da líder do CDS-PP, Assunção Cristas, para o adiamento da votação, o socialista afirmou que “há um agendamento feito” e que os deputados estão “na plenitude dos seus poderes”, notando que “há muita matéria que não é antecipável nos programas” eleitorais e que vai “surgindo ao longo do mandato”.

Destacando que esta é uma “matéria civilizacional” e que é normal haver um confronto de “mundividências diferentes”, Pedro Nuno Santos acrescentou que o país tem uma democracia “e numa democracia manda a maioria”.

SR (JF) // VAM

Lusa/Fim

34

Eutanásia: Francisco Assis a favor do projeto do PS

Batalha, Leiria, 26 mai (Lusa) – O eurodeputado do PS Francisco Assis pronunciou-se hoje a favor, “por razões filosóficas profundas”, do projeto de lei socialista sobre a eutanásia que será discutido e votado na terça-feira no parlamento.

“Por razões filosóficas profundas sou totalmente favorável à proposta do PS”, afirmou o ex-líder parlamentar socialista, ao discursar no 22.º Congresso Nacional do partido na Batalha, distrito de Leiria.

Independentemente de vir a explicar mais tarde as “razões filosóficas profundas” num artigo de jornal, Francisco Assis lembrou que o partido foi fundado em dois princípios, o da liberdade e o da igualdade, que ajudam a explicar a sua posição quanto à morte medicamente assistida.

Além do projeto do PS, vão terça-feira a debate e votação, na generalidade, na Assembleia da República, os diplomas do partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV).

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

NS // JPS

lusa/Fim



35

Eutanásia: PCP com "visão profundamente humanista" em matéria "complexa - Jerónimo"

Montemor-o-Novo, Évora, 26 mai (Lusa) – O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, disse hoje que o partido tem uma “visão profundamente humanista” sobre uma “matéria muito sensível e complexa” como a eutanásia, que pensa que corresponde “ao sentimento maioritário na sociedade portuguesa”.

“As sociedades evoluíram em relação a esta matéria” e “no sentido de prolongar a vida, nunca para aproximar mais a morte”, disse o líder do PCP, que discursava em Montemor-o-Novo, no distrito de Évora.

E “é por isso que nós consideramos esta visão profundamente humanista que acompanha essa evolução das sociedades ao longo da história, de procurar que a vida seja prolongada em condições de dignidade e não decidirmos nós da morte”, acrescentou.

Segundo Jerónimo de Sousa, “numa matéria tão complexa” como a eutanásia, “onde não deve haver dramatização”, o PCP pensa que a sua posição corresponde “ao sentimento maioritário na sociedade portuguesa”.

PCP e CDS-PP foram os dois únicos partidos a anunciar o voto contra aos projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal, que vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República. Na sua intervenção no encerramento da Direção Regional do Alentejo do PCP, o secretário-geral do partido disse que “há quem não desperdice a oportunidade, seja a que pretexto for, para tentar isolar” os comunistas, mesmo em relação a “problemas de maior complexidade”.

“Mas quem nos conhece sabe que nunca deixámos de manifestar a nossa opinião, guiados por critérios próprios de avaliação sobre seja que problema for e o que quer que seja que diga respeito à nossa vida coletiva, como é o caso da eutanásia”, frisou. Este tema, que é “matéria muito sensível e complexa”, insistiu, “não corresponde à discussão sobre hipotéticas opções ou considerações individuais de cada um que, em si, merecem respeito perante as circunstâncias da sua própria morte”.

“É, sim, uma discussão de opções políticas com profundas implicações sociais, comportamentais e éticas”.

“A oposição do PCP à eutanásia tem o seu alicerce na preservação da vida, na convocação de avanços científicos, designadamente da medicina, para assegurar o aumento da esperança de vida e não para a encurtar”, sublinhou.

Segundo os comunistas, trata-se de “não encarar a vida humana em função da sua utilidade, de interesses económicos ou de discutíveis padrões de dignidade social”. O PCP, realçou Jerónimo de Sousa, vai “continuar a lutar” em prol de medidas que “respondam às necessidades plenas dos utentes do Serviço Nacional de Saúde e das suas famílias”, nomeadamente o “reforço do investimento sério nos cuidados paliativos, incluindo domiciliários”.

O partido, continuou, vai ainda bater-se pelo “direito a cada um à recusa de se submeter a determinados tratamentos, pela “garantia de a prática médica não prolongar artificialmente a vida” e pelo “direito de acesso a todos à utilização dos recursos que a ciência pode disponibilizar, de forma a garantir em vida a dignidade a cada ser humano”.

“É esta a conceção de vida profundamente humanista que o PCP defende e o seu projeto político de progresso social corporiza”, frisou.

RRL // JPS

Lusa/Fim

36



Eutanásia: Pedro Passos Coelho contra legalização e referendo

Lisboa, 26 mai (Lusa) – O ex-líder do PSD Pedro Passos Coelho é contra a despenalização da morte medicamente assistida e contra o referendo sobre a matéria, de acordo com um artigo publicado no jornal “online” *Observador*.

O antigo primeiro-ministro admite “não poder associar” o seu “consentimento à alteração pretendida” nos projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV que vão a debate e votação no parlamento, na terça-feira.

“Pode parecer inicialmente coisa pouca, mas a alteração legislativa pretendida mudaria radicalmente a nossa visão de sociedade”, sustentou.

Para Passos Coelho, “parece evidente que não se perde a dignidade, que é intrínseca à pessoa, por não se poder morrer a pedido, nem a sociedade passa a ser menos compassiva por não se dar à permissão de matar a pedido”.

Depois, alerta que a eutanásia “pode representar uma demissão e uma desresponsabilização da sociedade na forma de ajudar os que sofrem”, fazendo com que as pessoas “em condição particularmente vulnerável” sejam empurradas para a “decisão extrema de pedirem para pôr termo à sua vida como a melhor forma de evitarem a angústia do sofrimento que é evitável”.

Pedro Passos Coelho admitiu também que não é “particular defensor da realização de referendos sobre este tipo de assuntos”, que “apelam à maior ponderação e reflexão críticas, normalmente pouco consentâneas com os mecanismos do tipo de democracia direta como os referendos”.

Quatros projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República, apresentados por PS, BE, PEV e PAN.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto.

NS // JPS

Lusa/Fim

37

Eutanásia: Partido dos Reformados e Pensionistas defende referendo

Lisboa, 26 mai (Lusa) - A comissão política nacional do Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP) defendeu hoje que se realize um amplo debate sobre a eutanásia, seguida de uma consulta à sociedade através de um referendo.

Num comunicado, a comissão política nacional justifica que a questão da morte medicamente assistida tem uma "delicada natureza", e que o PURP defende a qualidade de vida da camada da população mais idosa.

"Propõe que seja feita uma ampla discussão/debate a nível nacional seguida, de consulta à sociedade através de um referendo", diz no comunicado.

Os quatros projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido pelo BE, pelo PS e o Partido Ecologista 'Os Verdes' (PEV).

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

PSD e CDS-PP já admitiram, no passado, a realização de um referendo sobre o tema da morte medicamente assistida, hipótese que o PS afasta claramente.



O novo presidente do PSD, Rui Rio, é, pessoalmente, favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, embora admita que o partido discuta a questão da consulta popular.

O PCP, por seu turno, manifestou a sua oposição à eutanásia.

AG (AJO/JF) // JNM

Lusa/Fim

38

PERGUNTAS E RESPOSTAS Eutanásia: Nove questões sobre a morte medicamente assistida

→ Notícia repetida dois dias depois a 29 de maio

Lisboa, 27 mai (Lusa) – A Assembleia da República debate e vota, na generalidade, na terça-feira, os quatros projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal.

O partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o primeiro partido a apresentar um projeto, ainda em 2017, seguido, já este ano, pelo BE, pelo PS e o partido ecologista "Os Verdes".

+++ O que é a eutanásia? +++

A morte assistida é o ato que leva à morte de um doente por sua vontade, através do ato de um profissional de saúde (eutanásia) ou através de suicídio assistido.

A palavra eutanásia tem origem no grego – “eu”, que significa boa, e “tanathos”, que quer dizer “morte”, ou seja, “boa morte”, remetendo para o ato de tirar a vida a alguém por solicitação, de modo a acabar com o seu sofrimento. O termo, criado pelos filósofos enciclopedistas, surgiu pela primeira vez no século XVIII.

Embora com soluções legais diferentes, em vários países onde é praticada a morte assistida, o sofrimento intolerável do doente e o grau de consciência para tomar essa decisão são condições essenciais para a prática.

+++ O que é a distanásia? +++

A distanásia define-se como o adiamento, de forma artificial, da morte de um doente que se encontra em fase terminal com o recurso a tratamentos médicos considerados desproporcionados. Também é utilizado o termo “obstinação terapêutica” como sinónimo de distanásia.

+++ Em que países pode ser praticada a eutanásia? +++

A eutanásia não é crime em quatro países europeus, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Suíça, mas há mais países do mundo onde é possível a morte assistida ou o suicídio assistido.

Nos Estados Unidos, há cinco Estados onde está regulamentada esta prática: Oregon, desde 1997, Vermont (2013), Califórnia (2015), Washington (2008) e Montana (2009). No Canadá, também é possível a eutanásia desde 2006.

Ainda no continente americano, há mais dois países onde é possível antecipar a morte: Uruguai e Colômbia.

+++ Em Portugal, a eutanásia é crime? +++

A sua prática pode ser punida por três artigos do Código Penal, homicídio privilegiado (artigo 133.º), homicídio a pedido da vítima (artigo 134.º) e crime de incitamento ou auxílio ao suicídio (artigo 135.º), embora não exista um crime com esse nome.



As penas variam entre um a cinco anos de prisão para o homicídio privilegiado, até três anos para homicídio a pedido da vítima e de dois a oito anos para o crime de incitamento ou auxílio ao suicídio.

+++ O que prevê o Código Deontológico dos Médicos? +++

A vida é vista, no juramento de Hipócrates feito pelos médicos, enquanto um dom sagrado: “Não darei a veneno a ninguém, mesmo que mo peça, nem lhe sugerirei essa possibilidade.”

O Código Deontológico também impede os médicos de darem uma “ajuda ao suicídio, à eutanásia e à distanásia”. E recomenda que, nos cuidados paliativos, o médico dirija “a sua ação para o bem-estar dos doentes, evitando utilizar meios fúteis de diagnóstico e terapêutica que podem, por si próprios, induzir mais sofrimento, sem que daí advenha qualquer benefício”.

+++ O que têm em comum os projetos de lei do PS, BE, PAN e PEV? +++

Traços em comum entre os quatro projetos são a despenalização de quem pratica a morte assistida e a garantia da objeção de consciência para os médicos e enfermeiros. Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

Os projetos de lei estipulam, embora com algumas diferenças, as condições para um doente pedir para morrer, confirmando, por várias vezes, essa vontade, e mediante pareceres positivos, vários, de médicos.

De acordo com os textos dos quatro projetos, o pedido de morte medicamente assistida só pode ser feito pelo próprio, através de um médico, com salvaguardas da avaliação por comissões técnicas, conforme as soluções propostas pelos partidos.

+++ Em que condições pode um doente pedir a eutanásia? +++

Há ‘nuances’ nos projetos dos vários partidos, mas vários são os pontos em comum: o doente tem que ser maior de idade, são necessários vários pareceres médicos, inclusivamente de especialistas da doença de que a pessoa sofre.

O PAN, único partido a por esta matéria no seu programa eleitoral, foi o primeiro a apresentar o seu projeto, ainda em 2017.

No projeto, estipula-se que “o pedido de morte medicamente assistida apenas é admissível nos casos de doença ou lesão incurável, causadora de sofrimento físico ou psicológico intenso, persistente e não debelado ou atenuado para níveis suportáveis e aceites pelo doente ou nos casos de situação clínica de incapacidade ou dependência absoluta ou definitiva”.

O BE refere que o pedido tem de “corresponder a uma vontade livre, séria e esclarecida da pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e em sofrimento duradouro e insuportável”.

Já no texto do PS, a condição para pedir a “antecipação da morte” é ser uma “decisão da própria pessoa, maior, em situação de sofrimento extremo, com lesão definitiva ou doença incurável e fatal”.

O projeto do PEV, último a ser entregue no parlamento, prevê o recurso à “morte medicamente assistida” em caso de “pedido sério, livre, pessoal, reiterado, instantâneo, expresso, consciente e informado da pessoa” se estiver “em situação de profundo sofrimento decorrente de doença grave, incurável e sem expectável esperança de melhoria clínica”, em “estado terminal ou com lesão amplamente incapacitante e definitiva”.



+++ Em que condições pode o doente revogar a decisão? +++

Pode fazê-lo a qualquer momento, de acordo com todos os projetos. E se o doente ficar inconsciente, o processo é parado de imediato.

O processo também não avança se um dos pareceres médicos for negativo, havendo, ainda, recurso da decisão para as comissões criadas para avaliar os processos.

Cada partido, porém, tem uma solução diferente.

O PAN propõe uma Comissão de Controlo e Avaliação da Aplicação da Lei, que também recebe e analisa os processos de morte medicamente assistida, composta por médicos, juristas e uma personalidade da área da ética ou bioética.

O diploma do BE sugere uma Comissão de Avaliação dos Processos de Antecipação da Morte, a funcionar no âmbito da Assembleia da República, que também decide sobre os processos e rege-se por um regulamento próprio.

O projeto do PS cria a Comissão de Verificação e Avaliação dos Procedimentos Clínicos de Antecipação da Morte, com juristas, médicos, enfermeiros e um especialista em bioética indicado pelo Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, que funciona junto do parlamento.

Já "Os Verdes" têm soluções distintas, propondo comissões por cada área de Administração Regional de Saúde, que faz a avaliação dos pedidos por região, compostas por médicos, enfermeiros, advogados e um magistrado. As decisões têm que ser tomadas por dois terços e não podem existir abstenções.

Todos os partidos sugerem que estas comissões façam relatórios regulares sobre a aplicação da lei.

+++ Vai realizar-se um referendo? +++

Não se sabe. O CDS-PP e vários dirigentes do PSD defenderam uma consulta aos portugueses, a exemplo do que aconteceu com outra matéria complexa e delicada – a despenalização do aborto, em 1998 e em 2007. Uma certeza existe: se os projetos de lei forem chumbados, também cai a ideia do referendo.

De acordo com a lei, os referendos podem ser pedidos por grupos parlamentares, pelo Governo ou por grupos de cidadãos. Depois, o Tribunal Constitucional aprecia o pedido e, por fim, a decisão cabe ao Presidente da República.

NS // VAM

Lusa/fim

39

PONTOS ESSENCIAIS Eutanásia: Países onde a morte assistida é possível

→ Notícia repetida dois dias depois a 29 de maio

Lisboa, 27 mai (Lusa) – A eutanásia foi descriminalizada em dois países europeus, Holanda e Bélgica, em 2002, mas há mais países do mundo onde é possível a morte assistida ou o suicídio assistido.

Em Portugal, onde o debate chega ao parlamento, a morte assistida não está tipificada como crime com esse nome, mas a sua prática pode ser punida por três artigos do Código Penal: homicídio privilegiado (artigo 133.º), homicídio a pedido da vítima (artigo 134.º) e crime de incitamento ou auxílio ao suicídio (artigo 135.º).

A palavra eutanásia tem origem no grego – “eu”, que significa boa, e “tanathos”, que quer dizer “morte”, ou seja, “boa morte”, remetendo para o ato de tirar a vida a alguém por solicitação, de modo a acabar com o seu sofrimento.

A morte assistida é o ato que leva à morte de um doente por sua vontade, através do suicídio assistido ou através do ato de um profissional de saúde (eutanásia).



Embora com soluções legais diferentes, em vários países onde é praticada a morte assistida, o sofrimento intolerável do doente e o seu grau de consciência para tomar essa decisão são condições essenciais para a prática.

Um levantamento dos países onde é possível praticar legalmente a morte assistida (eutanásia ou suicídio assistido), na Europa e noutros países do mundo, foi feito pela Divisão de Informação Legislativa Parlamentar da Assembleia da República, para o parecer sobre a petição a favor da eutanásia, debatida em fevereiro de 2017, no parlamento.

+++ Países e condições para a prática da morte assistida +++

+++ Na Europa +++

+++ Holanda +++

Foi o primeiro país europeu a permitir a eutanásia e o suicídio assistido, que é possível fazer desde 2002.

Legalmente, é necessário que a pessoa tenha doença incurável, esteja num sofrimento insuportável e não tenha qualquer perspectiva de melhorar.

É condição a pessoa que quer morrer estar na plenitude das suas capacidades mentais.

O recurso à eutanásia é permitido a partir dos 12 anos, com consentimento dos pais.

Na Holanda, existe uma Comissão de Controlo da Eutanásia.

+++ Bélgica +++

Desde 2002 que a lei descriminalizou a eutanásia em todas as suas modalidades, não se fazendo distinção entre abreviar a vida por uma terceira pessoa, suicídio assistido ou deixar morrer.

O médico tem um papel importante e tem de informar o doente do seu estado de saúde, discutir o pedido de eutanásia, bem como as possibilidades de cuidados paliativos.

O doente tem que ser maior ou pelo menos emancipado, estar consciente no momento do pedido, que tem que ser voluntário, sem qualquer pressão externa.

Uma das condições é o doente estar numa situação médica sem saída e em sofrimento físico e/ou psíquico constante e insuportável e sofrer de uma doença incurável.

Na Bélgica, existe uma Comissão Federal de Controlo e Avaliação.

+++ Luxemburgo +++

Foi o terceiro país europeu a despenalizar a eutanásia e tem uma lei muito parecida com a da Bélgica.

Prevê, no entanto, uma norma para que o doente manifeste, por escrito, em que condições e circunstâncias pode submeter-se à eutanásia se o médico concluir que tem uma doença grave e incurável e que a sua situação é “irreversível à luz do estado da ciência”.

+++ Suíça +++

Apesar de a eutanásia ser ilegal, as autoridades suíças admitem que poderá existir suicídio assistido se for praticado por um doente terminal em sofrimento intolerável e irreversível. Foi na Suíça que nasceram e existem organizações como a Exit e a Dignitas, que ajudam no suicídio assistido. Em 2016, segundo o Diário de Notícias, havia 20 portugueses inscritos na Dignitas.

+++ Na América +++

+++ Estados Unidos +++



Nos Estados Unidos, ao nível federal, o ato médico de abreviar a vida por terceiros é proibido e comparado ao crime de homicídio. O suicídio assistido, porém, está regulamentado em cinco estados: Oregon, desde 1997, Vermont (2013), Califórnia (2015), Washington (2008) e Montana (2009).

+++ Canadá +++

Em 2005, o Supremo Tribunal decidiu a descriminalização da eutanásia se praticada por um médico a pedido de alguém mentalmente competente em situação de doença terminal.

No ano seguinte, em 2006, é aprovada uma lei que se aplica a adultos mentalmente competentes com uma doença grave ou incurável em estado avançado de declínio irreversível. Dois médicos ou enfermeiros avaliam o pedido, que tem de ser corroborado por duas testemunhas.

+++ Uruguai e Colômbia +++

Estes dois países adotaram normas legais da possibilidade de despenalização judicial do “homicídio piedoso”. Na prática, aplica-se um “perdão judicial” a situações de “homicídio piedoso”, isentando-o de responsabilidade criminal se tiver sido praticado como resposta a um pedido reiterado da vítima em estado terminal e com intenção provada para por fim ao seu sofrimento intenso e irreversível.

NS // VAM

Lusa/fim

40

Eutanásia: Da memória do “Abafador” de Torga ao debate da despenalização

Lisboa, 27 mai (Lusa) – O atual debate em torno da eutanásia teve origem numa petição de 2016 a favor da despenalização, mas a discussão em Portugal arrasta-se há muitos anos e é algo retratado na história do “Abafador”, de Miguel Torga.

A lei portuguesa proíbe, desde sempre, a morte a pedido da vítima, por exemplo, mas, até na literatura, nos “Novos Contos da Montanha”, de Miguel Torga, se contava a história do “pai da Morte”, ou “Alma Grande”, que abreviava a morte de moribundos, nas aldeias perdidas nas serras, longe de Lisboa.

“Entrava, atravessava impávido e silencioso a multidão que há três dias, na sala, esperava impaciente o último alento do agonizante, metia-se pelo quarto dentro, fechava a porta, e depois saía com uma paz no rosto pelo menos igual à que tinha deixado ao morto”, escreveu Miguel Torga.

O tema tem despertado debates intensos e acalorados na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas.

Nos últimos 40 anos, o debate fez-se à boleia de posições, por exemplo, da Igreja Católica. Foi o que aconteceu em 1980, quando a Congregação para a Doutrina da Fé admitiu que os médicos tomem a decisão de “renunciar a tratamentos” que prolonguem a vida artificialmente.

Menos de dez anos depois, em 1989, foi uma entrevista à Lusa do médico legista Pinto da Costa, então presidente do Instituto de Medicina Legal do Porto, que afirmou existir, cada vez mais, tendência para aceitar a eutanásia voluntária.

“Há uma tendência para admitir que a morte de terceiros, em intenso e prolongado sofrimento, a pedido deste, por o considerar insuportável, não significa para o público o mesmo que homicídio”, disse Pinto da Costa, originando polémica.

O DN fez quatro páginas sobre o tema, com o título “A morte doce tem muitas faces”, em que abordou a questão do ponto de vista médico, ético e legal, ouvindo



algumas personalidades que viriam a ser conhecidas, como Souto Moura, futuro Procurador-Geral da República.

“Não vejo que haja inconveniente que se legisle sobre a eutanásia. Quanto às vantagens, tudo depende da lei que sair”, dizia então Souto Moura.

A “morte doce” remete para uma definição antiga de eutanásia, que só passados três séculos, assinalava o jornal, passou a ser associado à morte por vontade própria.

Outro artigo tinha o título “A face amarga da morte doce” e remetia para os dilemas éticos, em que gerontólogo Canova Xavier considerava errado serem terceiros a decidir a morte de alguém.

Carlos Amaral Dias, o psiquiatra, de bigode e 30 anos mais novo, afirmou: “Morrer em dignidade eu diria que é dar uma imagem que fique, que possa perdurar nos outros de uma forma consistente”.

Os meses passavam, mas a polémica não, com o então bastonário da Ordem dos Médicos, Machado Macedo, a condenar a prática – “eutanásia é matar” - mas a admitir que se discutisse o assunto.

Foi o que aconteceu em novembro, num colóquio sobre a morte, em que se confrontaram defensores do “sim” e do “não” e houve discussão sobre os cuidados paliativos.

Um padre, Gonçalves Moreira, por exemplo, falou da sua experiência com doentes terminais. Os hospitais não são bons locais para morrer, propondo a criação de instituições para os doentes esperarem a morte “com os cuidados necessários”.

Outro padre, Feytor Pinto, em 1995, então Alto Comissário para o Projeto Vida, sintetizou, num colóquio em Coimbra, aquela que é a posição da Igreja portuguesa sobre o problema, recusando a eutanásia como apelo à participação da morte: “A vida vale a pena até ao último momento.”

Ao longo deste tempo, o sentimento da opinião pública foi sendo medido.

Uma sondagem da Marktest para o DN e TSF, em 1999, apontava para uma divisão, de 46% a favor e 41 contra. Outra sondagem, de 2000, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, concluiu que cerca de 62% dos inquiridos tem posições favoráveis à morte assistida, enquanto mais de 50% admitia que a eutanásia “é um ato aceitável dentro de certos limites”.

NS // VAM

Lusa/fim

41

Eutanásia: Quando se vai morrer ao estrangeiro ou a morte chega pela Internet

Lisboa, 27 mai (Lusa) – O homicídio assistido é crime em Portugal, mas há portugueses a morrer por sua vontade na Suíça, e, para outros, a morte chega em comprimidos do estrangeiro, comprados pela Internet, sem controlo, nem investigações policiais.

Numa altura em que a morte medicamente assistida está em discussão no parlamento, com o debate de quatro leis para despenalizar esta prática na terça-feira, a Lusa tentou fazer um retrato do fenómeno em Portugal.

Para o fazer legalmente, há portugueses a recorrer à eutanásia, mas no estrangeiro, na Suíça, por exemplo.

A Dignitas, uma associação com sede na Suíça, defende uma “abordagem integrada” quanto ao problema do fim da vida, combinando “cuidados paliativos, prevenção do suicídio”, além de apoio psicológico, e que pode terminar na morte medicamente assistida.

Na prática, apesar de ser associada à morte medicamente assistida, a associação salientou, em vários momentos da sua resposta, por email, à Lusa, que tem um



trabalho “muito mais abrangente”, com base no aconselhamento e na procura de alternativas a uma vida digna e com conforto.

A Dignitas afirmou que tinha, em 2017, 25 associados portugueses, o que, sublinhou, não quer dizer que todos queiram recorrer à morte assistida, dado que alguns são considerados apoiantes da causa.

Desde 2009, a associação da Suíça, país onde a morte assistida está regulada, tem registadas cinco pessoas com nacionalidade portuguesa que tiveram a sua ajuda para morrer.

De resto, este país europeu, onde se admite que poderá existir suicídio assistido se for praticado por um doente terminal em sofrimento intolerável e irreversível, foi onde nasceu também a Exit International, movimento pró-eutanásia fundado pelo australiano Philip Nitschke, conhecido por “Dr. Morte”.

O movimento, criado em 2008, não respondeu às perguntas da Lusa, mas a revista Visão noticiou, em 2017, que a Exit International tinha pelo menos 30 registos em Portugal, admitindo Philip Nitschke que foram enviados produtos e que, “provavelmente sim”, alguns portugueses tenham morrido com os chamados “peacefull pill” (droga tranquila).

A venda deste tipo de medicamento é ilegal em Portugal, dado que foi proibida há já alguns anos. Mas, na Internet são muitos os ‘sites’ onde é possível encomendar, com cartão de crédito, a substância para morrer.

Contactada pela Lusa, a Polícia Judiciária (PJ) informou que não existe qualquer investigação em curso sobre compra ou venda ilegal desse tipo de medicamento que chega a atingir centenas de euros no mercado negro.

E se não há memória de julgamentos recentes de eutanásia nos tribunais portugueses, o mesmo não se pode dizer da investigação de processos.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) tem números: em 2015 e 2016, foram abertos 76 processos, mas a esmagadora maioria deles, mais de 90% (70 processos), foi arquivada.

Em 2015, foram registados dois inquéritos por homicídio privilegiado e um foi arquivado. O crime de incitamento ou ajuda ao suicídio esteve na base de 34 inquéritos registados nesse ano, tendo sido arquivados 31.

Em 2016, registou-se um inquérito por homicídio privilegiado e o crime de incitamento ou ajuda ao suicídio voltou a estar na base de 39 inquéritos, tendo sido arquivados 38.

A morte ou suicídio assistido é, em Portugal, uma realidade quase subterrânea, mas revelada, de forma muito parcial, pelas estatísticas das autópsias no Instituto de Medicina Legal.

Os números são reduzidos, segundo dados fornecidos à Lusa pelo Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses (IMLCF), através do Ministério da Justiça quanto ao pentobarbital, uma das substâncias associadas aos medicamentos usados no suicídio assistido e que, em Portugal, só é permitida em veterinária.

Desde 2009, quando foi introduzida uma plataforma LIMS que permite ter informação estatística atualizada sobre processos e exames realizados e pendentes, o IMLCF identificou “a presença de pentobarbital em dez casos”.

“Em cinco destes casos havia alguma informação sugestiva de se tratar de administrações voluntárias (suicídio)”, lê-se na informação do instituto.

E há médicos que já praticaram a morte medicamente assistida em Portugal? A consulta dos arquivos de jornais revela alguns casos.

Em abril de 2016, a revista Sábado publicou, com o título “Sim, matei quatro pessoas e defendo a eutanásia”, o depoimento de um médico, não identificado, em que descreve como ajudou a morrer uma amiga, em sua casa. Ela e mais três pessoas, incluindo “um dos [seus] melhores amigos”.



Laura Ferreira dos Santos, que dedicou parte da sua vida à reflexão, investigação e intervenção em torno das problemáticas do fim de vida, tendo publicado em 2009 o livro “Ajudas-me a morrer?”, foi uma das fundadoras do movimento Direito a Morrer com Dignidade, que deu origem à petição discutida no parlamento, no ano passado. Doente oncológica, num depoimento à Visão, há dois anos, equacionava usar o medicamento letal. Morreu em dezembro de 2016.

NS // VAM

Lusa/Fim

42

Eutanásia: Morais Sarmiento critica "anúncio histriónico" de Costa e alega que não há mandato

Batalha, Leiria, 27 mai (Lusa) – O vice-presidente do PSD Nuno Morais Sarmiento criticou hoje o que descreveu como "anúncio histriónico" do secretário-geral do PS sobre a eutanásia e alegou que os partidos não têm mandato para decidir sobre esta matéria.

No final do 22.º Congresso Nacional do PS, na Batalha, distrito de Leiria, em resposta aos jornalistas, Nuno Morais Sarmiento não quis partilhar a sua posição pessoal sobre a morte medicamente assistida, mas elogiou o PSD por entregar "à consciência de cada deputado o seu sentido de voto" em relação aos quatro projetos de lei sobre este tema, na sessão plenária de terça-feira.

Sobre o anúncio de António Costa de que é favorável à legalização da eutanásia, feito no sábado, perante o Congresso do PS, o social-democrata declarou: "Não é dizendo que se respeita a liberdade de consciência e fazendo anúncios histriónicos a quatro dias da votação sobre qual é a posição, neste caso, do secretário-geral do PS, que se dá liberdade de consciência e que se dá liberdade de voto aos deputados".

"O PSD afirmou, afirma – e, por isso, a minha opinião será seguramente a que menos interessará neste momento – que, pela seriedade da questão, pelo mandato que não nos foi conferido para decidirmos pelos portugueses essa questão, enquanto partido, entregamos à consciência de cada deputado o seu sentido de voto", contrapôs Morais Sarmiento.

Questionado sobre o artigo de opinião do anterior primeiro-ministro e presidente do PSD em que este se declarou contra a legalização da eutanásia, o dirigente social-democrata limitou-se a responder que "o doutor Pedro Passos Coelho deu a sua opinião".

Morais Sarmiento reiterou a mensagem de elogio ao seu partido por não assumir uma posição oficial sobre esta matéria, remetendo a decisão sobre o sentido de voto para cada deputado.

"O PSD, nessa matéria, faz o que sempre fez ao longo da sua história. O PSD é um partido humanista, personalista, é um partido que, na sua prática, o exemplifica, respeitando a liberdade de consciência", disse, acrescentado que o PSD "é o único partido que, em Portugal e nesta eleição, vai praticar aquilo que é o respeito pela liberdade de consciência de cada deputado".

Nuno Morais Sarmiento estava acompanhado pelo líder parlamentar do PSD, Fernando Negrão, e pela vice-presidente da bancada social-democrata Margarida Mano.

IEL // VAM

Lusa/Fim

43



Eutanásia: Despenalização é resposta a “novas realidades”

Lisboa, 28 mai (Lusa) – O Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), Bloco de Esquerda (BE), PS e PEV acreditam que os seus projetos sobre morte medicamente assistida vão passar no parlamento e são a resposta a "novas realidades" da sociedade portuguesa.

Ouvidos pela Lusa, deputados do PAN, BE, PS e Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) afirmaram acreditar na aprovação dos diplomas, na generalidade, na terça-feira, apesar de se prever uma votação disputada, dado que CDS, PCP e parte do PSD estarão contra.

“Esperemos que haja muitos deputados, especialmente do PSD, que votem ao lado destas iniciativas”, disse André Silva, do PAN, único partido que inscreveu este tema no seu programa eleitoral para as legislativas de 2015 em que elegeu um deputado. Para André Silva, “uma classe política evoluída tem de estar consciente das novas realidades sociais e aberta para novas respostas humanistas”.

No mesmo tom, Maria Antónia Almeida Santos, deputada do PS, autora de uma moção ao anterior congresso do partido em que defendia a eutanásia, disse ter ouvido, ao longo dos últimos meses, “muitas opiniões” favoráveis à lei.

“Se o parlamento reflete, de alguma forma, a vontade da sociedade, há uma grande adesão a este tema, que é difícil”, disse.

Heloísa Apolónia, do PEV, também acredita que os diplomas passem e que o parlamento tem toda a legitimidade para prosseguir este processo.

E José Manuel Pureza, deputado do Bloco de Esquerda, depois do tempo do debate, interno e com a sociedade, agora é tempo de votar.

“Portanto, vamos a votos”, disse.

O debate é na terça-feira e o resultado é tudo menos previsível, depois de o PCP ter anunciado, na quinta-feira, o seu voto contra, juntando-se ao CDS e, previsivelmente, a grande número de deputados do PSD.

Para os partidos defensores da despenalização, trata-se de uma questão de dignidade da pessoa, pela sua “autodeterminação e pela decisão relativamente à sua vida”, como disse Heloísa Apolónia, dos Verdes.

Com a “convicção de que as pessoas têm o direito de viver, mas não tem a obrigação de viver sofrendo atrozmente com base numa doença fatal e absolutamente incurável”, justificou.

Para a deputada, o projeto dos Verdes estipula de forma clara as condições em que a pessoa pode pedir a morte medicamente assistida, incluindo o número de vezes que tem de reiterar o pedido, e que a eutanásia só pode ser executada “exclusivamente realizada no Serviço Nacional de Saúde”.

“Para não dar margem para um negócio em torno da morte medicamente assistida”, justificou.

André Silva afirmou ainda que este é “um debate de direitos individuais”, no “momento mais difícil da vida”, o da morte.

É “o último direito que temos”, sintetiza.

Este é também um momento para debater o tipo de sociedade, se se aceita a liberdade de escolha ou que condicione “a todos a uma visão única”, na descrição de André Silva.

Já Maria Antónia Almeida Santos, do PS, destaca “as balizas” do projeto socialista, acreditando que tem garantias para as pessoas perceberem que “não há que temer” com a lei.

Para “recentrar o debate”, a deputada socialista resumiu que se trata de despenalizar, ou descriminalizar, um profissional de saúde que faça a eutanásia.

A morte medicamente assistida, descreveu, depende da vontade do doente, “só se aplica a pessoas que estão em fim de vida e com diagnóstico irreversível, em



sofrimento extremo, conscientes e que peçam para abreviar a sua morte, serem ajudadas a morrer”.

José Manuel Pureza inscreve estes projetos no capítulo dos direitos das pessoas, contrariando as teses, de CDS e do PCP, pelo menos, quanto às dúvidas constitucionais.

O deputado bloquista não tem dúvidas e, independentemente do artigo 24.º da Constituição Portuguesa, da inviolabilidade da vida humana, lembra a opinião de reputados constitucionalistas segundo os quais “ninguém pode ser privado da sua vida contra a sua vontade”.

“Não nada é disso que estamos a falar nesta situação. Estamos a falar de uma situação de antecipação da morte por exclusiva vontade do próprio”, disse.

Tal como André Silva, também o deputado do BE recusa os riscos de “rampa deslizante” na aplicação da lei, feitas pelos defensores do “não”, recusando ligar a eutanásia aos cuidados paliativos.

Na Holanda e na Bélgica, onde a morte assistida foi despenalizada, “a esmagadora maioria das pessoas que apresentaram pedidos formais de eutanásia eram pessoas que estava em tratamento por cuidados paliativos”, afirmou o deputado do BE e vice-presidente da Assembleia da República.

E, ao contrário do que argumentam CDS e os movimentos contra a despenalização, os defensores dos projetos consideram que o parlamento tem toda a legitimidade de legislar numa matéria – a eutanásia - que não estava nos programas eleitorais dos partidos

Heloísa Apolónia lembrou que a Assembleia decide muitas vezes sobre matérias que não estão nos programas, porque “não abrangem tudo e mais alguma coisa”.

“Mas a sociedade vai-nos colocando questões concretas e pedidos de resposta concretos e essas reflexões devem ser feitas”, disse.

NS // JPS

Lusa/Fim

44

Eutanásia: CDS-PP e PCP, lado a lado, no voto contra

Lisboa, 28 mai (Lusa) – O voto contra os projetos de lei para a despenalização da eutanásia unirá na terça-feira a direita e a esquerda, CDS e PCP, na Assembleia da República.

À direita e à esquerda, o voto é o mesmo, mas os argumentos são diferentes.

Em declarações à agência Lusa, Isabel Galriça Neto, deputada e médica, explicou a posição do CDS contra a eutanásia e contra “o direito a ser morto por outra pessoa”.

Em resposta à linha de argumentação dos defensores da lei – partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), Bloco de Esquerda, PS e PEV – Galriça Neto questiona esse direito.

“Mas que direito? O que estamos a falar é do direito a ser morto por outra pessoa.

Esse direito não existe e é perigosíssimo”, afirmou.

A deputada centrista alerta que a “eutanásia não é uma terapia, é a execução da morte de alguém”. E o que é necessário, afirmou, é garantir o direito às pessoas o acesso a cuidados paliativos.

A ser aprovada, a mudança da lei poderá causar, pelos cálculos de Galriça Neto, que não explicou, 4.000 mortes/ano por eutanásia, alertando ainda para o efeito “rampa deslizante”.

“É a realidade que alerta”, disse, tendo em conta o que afirma passar-se em países com leis semelhantes, que permitiria legalmente que “pessoas que não estão no fim da vida, não estão conscientes, que teriam muitos meses para viver, que têm doenças mentais, possam ser mortas”.



Galriça Neto admite que o número de casos de eutanásia em Portugal possa ascender a cerca de 4.000 pessoas por ano, tendo em conta o caso da Holanda, com 6.500 casos por ano”.

E também não entende “a voragem, a precipitação” em legislar nesta matéria, dado os partidos e os deputados não estão mandatados para decidir numa matéria como esta complexidade e delicadeza.

“O empenhamento e a urgência” colocada neste debate, aconselhou, deveriam ser colocados pelo parlamento no “cuidado das pessoas em fim de vida e não têm acesso a cuidados paliativos”.

Com a votação na eutanásia, os deputados “irão trair os seus eleitores”, concluiu.

O PCP optou por anunciar o seu sentido de voto contra numa conferência de imprensa, no parlamento, na quinta-feira, e foi a única bancada que optou por não falar à agência Lusa sobre a antecipação do debate.

Na conferência de imprensa, João Oliveira, líder parlamentar comunista, afirmou que a despenalização da eutanásia seria um “passo no sentido do retrocesso civilizacional” e não é “uma questão prioritária” para o país.

“O PCP afirma a sua oposição a legislação que institucionalize a provocação da morte assistida seja qual for a forma que assuma - a pedido sob a forma de suicídio assistido ou de eutanásia -, bem como a eventuais propostas de referendo sobre a matéria”, acrescentou.

Para os comunistas, “a legalização da eutanásia não pode ser apresentada como matéria de opção ou reserva individual” e introduzir na lei “o direito a matar ou a matar-se não é um sinal de progresso, mas um passo no sentido do retrocesso individual, com profundas implicações sociais, comportamentais e éticas”.

O PSD deu liberdade de voto aos seus 89 deputados e é da sua posição que dependerá, em muito, a votação, além dos votos desalinados do PS, contra os projetos.

“A questão é de consciência e cada deputado terá liberdade de voto para decidir consoante a sua consciência sobre esta matéria tão delicada”, afirmou à Lusa Rubina Berardo, vice-presidente da bancada do PSD

Sem posição formal, o PSD, acrescentou, promete “abordar o debate” em “várias perspetivas”, mas “sempre de maneira serena e tranquila”, preocupada com “o sinal” que o parlamento der “à sociedade portuguesa”.

Rubina Berardo vai votar contra os projetos de lei, e também promete tudo fazer, dentro do seu espaço de argumentação, para que “as leis não passei”.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira na Assembleia da República.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

NS // JPS

Lusa/Fim

45

Eutanásia: CDS não propõe referendo, PS, PCP, BE, PEV e PAN são contra

Lisboa, 28 mai (Lusa) – O CDS-PP remeteu para segundo plano e não vai propor a realização de um referendo sobre a eutanásia, uma hipótese que é afastada pelo PAN e pelos partidos de esquerda, PS, PCP, BE e PEV.



Questionada pela agência Lusa sobre se afastava a hipótese de um referendo, a deputada do CDS Isabel Galriça Neto respondeu: “Não vemos o referendo como uma primeira opção.”

Galriça Neto lembrou que o seu partido “não tem defendido o referendo” porque, para já, o que está “em cima da mesa” é o debate sobre a despenalização, agendado para terça-feira, no parlamento, sobre projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV.

“Não seremos nós a propor o referendo, cá estaremos para ver a evolução da situação”, disse.

O tom destas declarações é diferente do usado, há mais de um ano, pela presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, quando ainda estava apenas anunciado o anteprojeto do BE sobre o tema.

“Essa é uma matéria [o referendo] que também ela merece um debate na sociedade portuguesa, mas eu não excluiria à partida essa hipótese”, afirmou Assunção Cristas em 31 de janeiro de 2017.

PAN, BE, PS, PCP e PEV são todos contra a consulta popular.

“Matérias desta natureza de direitos humanos não são referendáveis. E a Assembleia da República não se pode desvincular da responsabilidade que tem de dar resposta a estas questões”, afirmou à Lusa Heloísa Apolónia, do PEV.

“Os direitos fundamentais não se referendam. Não podemos deixar na mão do preconceito, do populismo, das teorias do medo e da chantagem, como temos visto”, disse, por seu lado, André Silva, do PAN.

E Maria Antónia Almeida Santos, do PS, afirma o mesmo: “É um assunto que diz respeito a direitos, direitos fundamentais não se referendam.”

José Manuel Pureza, do Bloco de Esquerda, também é contra - “nunca, em nenhuma circunstância” – dado que não se referendam direitos.

“A hipótese de referendo foi usada por quem queria obstaculizar este processo legislativo”, disse.

O atual presidente do PSD, Rui Rio, é favorável à despenalização da eutanásia e contra o referendo, havendo vários dirigentes, entre eles o líder parlamentar, Fernando Negrão, a defender o contrário.

NS // JPS

Lusa/Fim

46

Eutanásia: Germano de Sousa pede aos deputados que “pensem bem” antes de votar

Lisboa, 28 mai (Lusa) – O ex-bastonário da Ordem dos Médicos Germano de Sousa é contra a despenalização da eutanásia e pede aos deputados que “pensem bem” antes de votar os projetos sobre o tema no parlamento, em 29 de maio.

“Os senhores deputados não têm que se preocupar com a eutanásia. Têm é que se preocupar é com os cuidados paliativos”, afirmou à agência Lusa o médico, que tem participado em várias ações do movimento Stop Eutanásia.

A pensar no debate parlamentar de 29 de maio, Germano de Sousa espera que os deputados, “primeiro, que sejam responsáveis perante os eleitores, que não foram avisados que este assunto viria à baila nesta legislatura”.

“Pensem bem”, pediu.

E para quem argumenta que o parlamento é livre de decidir sobre tudo, da segurança ou os impostos, por exemplo, o clínico adverte que “são valores completamente diferentes”.

Germano de Sousa considera que não se pode comparar segurança ou impostos “a uma lei que permite que outrem seja morto por um médico ou por um profissional de saúde”.



“Querer comparar e por em pé de igualdade [essas matérias] ou é demagogia ou falta de compreensão do que está em causa, acrescentou.

De resto, o médico reiterou o seu “não” à lei pelo que “enforma a profissão” que é “o respeito absoluto pela vida humana, e a eutanásia é tirar a vida a uma pessoa, mesmo invocando intuítos piedosos”.

O médico contesta os argumentos dos defensores dos projetos apresentados pelo PAN, BE, PS e PEV, baseando-se em questões éticas e médicas, não por motivos religiosos

“É eufemismo pretender que a eutanásia é uma morte digna. A morte a pedido, mesmo ministrada por um médico, nunca é uma morte digna. A morte digna é acompanhar um doente nos seus últimos momentos através de todos os meios que a ciência põe ao nosso dispor para que não tenha nem sofrimento físico nem sofrimento psíquicos”, disse.

Uma altura em que já existem cuidados paliativos de “alta qualidade”, o que seria aconselhável era “criar condições para que todo o país tivesse instituições hospitalares de cuidados paliativos que permitissem a qualquer pessoa ter uma ‘boa morte’”.

Os medicamentos que já existem “são capazes de retirar a dor ao doente sem que isso signifique diminuir-lhe a vida”, argumentou.

O antigo bastonário relativiza a questão da autodeterminação da pessoa, de ser ela a escolher, conscientemente, a opção por morrer.

Todos os projetos “falam em doença que causa um sofrimento extremo, mas não fala em doença terminal”, o que o leva a rejeitar o efeito de “rampa deslizante”, de a lei vir a ser mudada, abrangendo outras situações no futuro.

“O que dá uma amplitude grande, que permite que doenças quer não são de morte imediata ou de morte próxima sejam consideradas”, acrescentou.

Germano de Sousa pergunta-se ainda sobre como se define o “termo sofrimento” e se “pode ser psíquico, físico, existencial”.

“E como se gradua o sofrimento”, questionou.

Recordou, aliás, o caso de uma mulher na Bélgica, retratado num documentário televisivo, em que foi concedido a eutanásia a uma mulher saudável que ficou em depressão depois de morrer uma das suas duas filhas.

“Qual o dever desse médico? Dar-lhe o veneno ou convencer a senhora de que tinha de tratar-se da depressão e que, em três semanas, ou até seis meses, com a medicação adequada, [a depressão] desaparece?”, interroga-se.

Os quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal vão ser debatidos e votados, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

NS // JPS

Lusa/fim

47

Eutanásia: Religiões unidas pelo “não”, católicos distribuem 1,5 milhões de panfletos

Lisboa, 28 mai (Lusa) – As religiões uniram-se, de forma inédita em Portugal, para tomar uma posição contra a despenalização da morte medicamente assistida, em que pressionam os partidos a não legalizar nem a eutanásia nem o suicídio assistido.



A tomada de posição aconteceu a duas semanas da votação, no parlamento, de quatro projetos, do PAN, BE, PS e PEV, para a despenalização e regulação da morte assistida, numa altura em que a Igreja Católica começou a distribuir cerca de 1,5 de panfletos contra as leis.

O “não” à despenalização uniu as comunidades Islâmica, Israelita, Budista, Hindu e Bahá’í, as Igrejas Adventista, Ortodoxa e Católica, a Aliança Evangélica e o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC) numa cerimónia, em 16 de maio, em Lisboa.

Manuel Clemente, o cardeal patriarca, felicitou a união das religiões contra a eutanásia, considerando que este é um sinal que deve dar que pensar aos legisladores. “Acho importante que neste debate da sociedade portuguesa sobre a temática da vida, que as religiões se pronunciem”, disse o bispo católico, adiantando que esta união dá que pensar aos legisladores.

“Nós, comunidades religiosas presentes em Portugal, acreditamos que a vida humana é inviolável até à morte natural e perfilhamos um modelo compassivo de sociedade e, por estas razões, em nome da humanidade e do futuro da comunidade humana, causa da religião, nos sentimos chamados a intervir no presente debate sobre a morte assistida, manifestando a nossa oposição à sua legalização em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido, seja a eutanásia”, refere, no texto conjunto, o Grupo Inter-Religioso de Trabalho para as questões da Saúde (GTIR/Saúde), que reúne representantes de mais de uma dezena de comunidades religiosas.

Nas últimas semanas, foram sendo distribuídos panfletos nas paróquias espalhadas pelo país, 1,5 milhões no total, destinados a promover uma discussão “serena” e não uma luta ou campanha.

“Porque esta questão não é confessional nem religiosa, é uma questão de humanidade, de defesa da vida”, frisou Manuel Barbosa, porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), em conferência de imprensa realizada em Fátima, no final da reunião do conselho permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, em 08 de maio.

O desdobrável, que começou a ser distribuído no início do mês, resume “em quatro ou cinco questões mais incisivas” selecionadas para nele constarem, um outro documento com perguntas e respostas sobre a eutanásia, anteriormente preparado pela CEP.

NS (GC/JLS) // JPS

Lusa/Fim

48

Eutanásia: Rio quer que deputados do PSD votem “em função da sua consciência”

Porto, 28 mai (Lusa) – O líder social-democrata, Rui Rio, desejou hoje que cada um dos 89 deputados do PSD “aja em função da sua consciência” na votação sobre a morte medicamente assistida prevista para terça-feira.

“Não quero falar mais do que aquilo que já falei [sobre a eutanásia]. O PSD, ao dar uma completa liberdade de voto aos deputados, isso pressupõe justamente que não haja pressões e que as pessoas sejam completamente livres na sua decisão. O que eu gostaria é que cada um dos deputados, cada dos 89, aja em função da sua consciência”, afirmou Rui Rio aos jornalistas, no Porto, à margem de uma reunião com a direção do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Advogados.

Admitindo que uma votação secreta “seria melhor”, quando está programado na terça-feira o debate sobre a morte medicamente assistida, o líder social-democrata frisou que, “em cima da votação”, é “obrigação” de todos “deixar que as consciências de cada um funcionem na sua plenitude”.



“Isto é que é a democracia”, concluiu.

A Assembleia da República produziu, para o debate de terça-feira sobre a morte medicamente assistida, um ‘dossier’ sobre os quatro projetos, incluindo os pareceres emitidos até ao momento, e um vídeo explicativo da ARTV.

O ‘dossier’ pode ser consultado na página do parlamento na Internet (<http://www.parlamento.pt/Paginas/2018/maio/MorteAssistida.aspx>), tem um mapa comparativo dos quatro projetos (PAN, BE, PS e PEV) e uma explicação, em formato perguntas e respostas, sobre o que cada partido propõe.

Quatro projetos de lei para despenalizar e regular a morte medicamente assistida em Portugal apresentados por PS, BE, PEV e PAN vão a debate e deverão ir a votação, na generalidade, na terça-feira, na Assembleia da República.

Nas bancadas do PSD e do PS, que no total somam 175 dos 230 deputados, haverá liberdade de voto, tornando imprevisível o resultado, que dependerá muito dos “sim” na bancada social-democrata e dos desalinhaados do “não” no grupo parlamentar socialista.

Outros fatores a ter em conta são deputados indecisos, as abstenções e os parlamentares que faltarem na terça-feira.

JAP (NS) // JPS

Lusa/fim

49

Eutanásia: PS recusa voto secreto e ataca atuação política do líder do PSD

Lisboa, 28 mai (Lusa) - O presidente do PS recusou hoje a proposta do líder do PSD para que os deputados decidam por voto secreto os projetos sobre eutanásia e acusou Rui Rio de se limitar a comentários sem fazer propostas concretas.

Carlos César falava no final de uma audiência de cerca de uma hora com o Presidente da República, depois de confrontado com a ideia lançada pelo presidente do PSD para que os deputados recorram ao voto secreto no processo de decisão dos quatro projetos sobre eutanásia (PS, BE, PEV e PAN), na terça-feira, na Assembleia da República.

Perante os jornalistas, o presidente do PS começou por salientar que o tema da morte medicamente assistida não foi abordado na audiência com o chefe de Estado, defendendo, depois, o método de votação nominal dos deputados para a decisão face aos diplomas sobre eutanásia.

"Acho que não há votação mais consciente do que aquela a que se vai proceder. Cada deputado levanta-se na sua vez e dirá o que pensa sobre cada um dos projetos", sustentou.

Depois, Carlos César criticou a atuação política do presidente do PSD.

"Dia sim dia não há sempre uma observação do dr Rui Rio sobre algo que se está a passar. Mas, infelizmente, o que nos custa ver é que ainda não houve um dia em que ele apresentasse uma única proposta sobre uma única coisa que interessasse aos portugueses", disse.

Perante os jornalistas, o presidente do PS procurou também defender a tese segundo a qual o diploma dos socialistas sobre eutanásia é discutido e votado na terça-feira em plenário após um período longo de debate, com salvaguardas dos pontos de vista jurídico e constitucional.

Carlos César advogou que o debate de terça-feira vai ocorrer "na sequência de mais de um ano de audições e de consultas, de um esforço muito rigoroso no sentido de que a produção em termos jurídicos, legislativos e na sua conformação constitucional fossem o melhor possível".

"Apresentamos uma boa lei que salvaguarda tudo o que é necessário salvaguardar nesse domínio", acrescentou.



PMF // JPS

Lusa/fim

50

Eutanásia: Decisão deve ficar para próxima legislatura - deputados PSD Viseu

Viseu, 29 mai (Lusa) – Os deputados do PSD eleitos por Viseu defenderam hoje que a conclusão do processo legislativo sobre a eutanásia deve ser deixado para a próxima legislatura, para permitir “um debate mais alargado e mais esclarecedor”.

“Por que não alargar o calendário da discussão? Qual é a urgência do PS, BE, PEV e PAN?”, questionam os deputados, em comunicado, aludindo às iniciativas legislativas destes partidos sobre a eutanásia que vão ser hoje debatidas e votadas, na generalidade.

Os social-democratas lembram que falta pouco mais de um ano para as eleições legislativas e consideram que “os portugueses ficariam gratos com a oportunidade de ser melhor informados e mais esclarecidos”.

“Ou há quem receie eleitores informados e esclarecidos?”, perguntam.

Os deputados do PSP referem que, embora desejassem outro calendário, estão conscientes do seu dever parlamentar e que votarão “em total liberdade e consciência contra a legalização da eutanásia”.

“Fazemo-lo em consonância com os valores diversos que cada um de nós perfilha e porque consideramos que o mandato que recebemos requer que ponderemos as nossas posições para além de uma visão individual”, justificam.

Os deputados eleitos por Viseu lembram que o PSD promoveu neste distrito “várias iniciativas para ouvir diferentes entidades e personalidades com reconhecido mérito e competência na abordagem da temática”.

“Da ciência à religião, do direito aos valores e princípios, várias foram as perspetivas, muitas as incertezas e fortes as convicções que se partilharam e nos permitiram retirar algumas úteis ilações”, contam.

Admitindo a “importância e complexidade do assunto”, os deputados lamentam que as manifestações públicas a favor e contra a eutanásia dos últimos tempos, “por vezes, ao invés de esclarecer, acabam por gerar uma enorme confusão de conceitos e terminologias na sociedade portuguesa, mesmo naquelas pessoas cujas convicções, em princípio, dissipariam qualquer dúvida”.

A Assembleia da República discute e vota hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida, numa pouco habitual votação deputado a deputado e de resultado imprevisível.

Para junto às escadarias do Palácio de São Bento está prevista uma manifestação pelo “não” - “Não mates, cuida!” - convocada pelo movimento Toda a Vida Tem Dignidade.

Os dois principais partidos, PS e PSD, que somam 175 dos 230 parlamentares, deram liberdade de voto aos seus deputados. Bloco e PAN votam a favor, sendo também previsível o voto favorável da maioria dos deputados do PS. CDS-PP e PCP são os únicos que anunciaram o voto contra, prevendo-se também votos contra de grande número de deputados do PSD.

Assim, o resultado dependerá dos votos desalinados: os “sim” no PSD e os “não” do PS. A estas variáveis é preciso ainda juntar os deputados indecisos, as abstenções e os que possam estar ausentes em missão parlamentar ou por qualquer outro motivo.

Na bancada do PSD sete deputados confirmaram à Lusa que votarão a favor, enquanto no PS o deputado Ascenso Simões já anunciou que vai votar contra.

Nos últimos dias, surgiram posições públicas a favor do “sim” de várias personalidades, incluindo António Costa, que, na qualidade de secretário-geral do PS,

no congresso da Batalha (Leiria), manifestou o seu apoio à despenalização da eutanásia.

Outro socialista, Jorge Sampaio, ex-Presidente da República, também fez uma declaração a defender a despenalização da morte medicamente assistida. Do lado do “não”, surgiu o antigo chefe de Estado Cavaco Silva que se manifestou contra e defendeu que, nas legislativas de 2019, não se vote nos partidos a favor da despenalização da lei.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, tem evitado falar sobre a questão, afirmando que não tomará qualquer decisão sobre a lei com base nas suas convicções pessoais.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

AMF // ZO

Lusa/fim

51

Eutanásia: PAN defende descriminalização como "ato de pura bondade"

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O deputado do partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), André Silva, apresentou hoje o seu projeto da eutanásia, defendendo se trata de descriminalizar “um ato de pura bondade”, ajudando alguém a antecipar a sua morte.

“Despenalizar a morte medicamente assistida é defender um direito humano fundamental que está por cumprir, é reconhecer a última liberdade individual e poder ser ajudado no momento mais difícil da sua vida”, afirmou André Silva na abertura do debate dos projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida.

O deputado do PAN, primeiro partido a apresentar o seu projeto, ainda em 2017, defendeu que “num Estado de Direito” ao cidadão deve ser permitido poder decidir a vida às “próprias convicções”, tanto nos aspetos “mais banais” como “as mais íntimas da existência humana”.

“Uma vida que se vive por inteiro, inclui por inteiro o seu fim. Impedir ter uma palavra sobre como não se quer que a vida termine é uma restrição do direito pleno à vida”, afirmou.

Para o deputado único do PAN, não há inconstitucionalidade nos projetos, dado que, além do artigo 24.º, da inviolabilidade da vida, há também a ter em conta o “livre desenvolvimento da personalidade enquanto direito a fazer-se o plano de vida que se deseja”.

“O que ao final da tarde iremos decidir é se queremos que um ato de pura bondade continue, ou não, a ser um crime punível com pena de prisão”, afirmou.

André Silva foi questionado pela deputada e vice-presidente da bancada do PSD Rubina Berardo sobre o motivo de ter colocado no seu manifesto eleitoral das legislativas de 2015 não a ideia de que ia propor legislação, mas sim “criar fóruns de discussão, abrir o debate sobre a eutanásia em Portugal”.

“Ponha a mão no seu coração e responda: a sociedade está verdadeiramente esclarecida sobre o que vamos votar?”, questionou, o retomando o argumento de que o parlamento não tem legitimidade dado que o tema não foi sufragado nas legislativas.

Já Pedro Bacelar Vasconcelos, deputado do PS, partido que também tem um projeto hoje em discussão, fez a defesa dos diplomas, afirmando que ninguém quer impor soluções.



"Não queremos que o Estado se substitua à consciência de ninguém", afirmou o deputado socialista.

NS // JPS

Lusa/fim

52

Eutanásia: Bloco defende despenalização como “escolha sobre a liberdade”

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O Bloco de Esquerda (BE) definiu hoje como “uma escolha sobre a liberdade” o voto a favor dos projetos de lei de despenalização da eutanásia e contra a “prepotência de impor” um “modelo de fim de vida”.

“O que faremos hoje é uma escolha sobre a liberdade”, resumiu o deputado do BE José Manuel Pureza no debate de hoje, na Assembleia da República, em Lisboa, sobre os quatro projetos acerca da morte medicamente assistida do partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), BE, PS e PEV.

Para o José Manuel Pureza, o que cada deputado vai decidir é “se se deixa tolher pelo medo” ou se “assume a responsabilidade” de votar uma lei “equilibrada, razoável e prudente” que respeite a decisão de cada pessoa.

Trata-se de escolher, afirmou, entre a “prepotência de impor a todos um modelo de fim de vida que é uma violência insuportável para muitos” ou se vota pela tolerância de não obrigar seja quem for a permitir ajudar a antecipar a morte àqueles para quem a continuação da vida e agonia se torna uma tortura”.

E é também, segundo Pureza, uma “escolha pela igualdade” para dar as mesmas oportunidades de cumprir a sua vontade de antecipar a morte e não dar esse privilégio apenas aos ricos, que podem ir à Suíça.

José Manuel Pureza respondeu ainda às críticas dos que se opõem à eutanásia, “arautos do medo”, garantindo que as leis hoje em discussão têm mecanismos de controlo para impedir que seja adotada a morte assistida para situação não previstas na legislação.

Pureza sublinhou que nos últimos meses houve um debate “particularmente intenso”, em resposta aos críticos dos diplomas, citando o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, quando disse que foi um “debate muito participado por todos os quadrantes político-partidários, religiosos e sociais”.

O deputado bloquista lembrou, logo no início do discurso, “a luta” e a memória da filósofa e professora universitária Laura Ferreira dos Santos e do médico João Ribeiro Santos, entretanto falecidos, dinamizadores da petição a favor da descriminalização da eutanásia de 2016 que deu origem, depois, a este debate.

NS // ZO

Lusa/Fim

53

Eutanásia: BE deixa “palavra de confiança” a deputados do PSD e lembra matriz liberal do partido

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O deputado do BE José Manuel Pureza transmitiu hoje uma “palavra de confiança” aos deputados do PSD que pretendem votar a favor da despenalização da eutanásia, lembrando a matriz liberal e humanista dos sociais-democratas.

Depois da sua intervenção sobre o projeto de lei do Bloco de Esquerda, José Manuel Pureza respondeu a questões de dois deputados, sobretudo a dúvidas manifestadas pela deputada do PSD Rubina Berardo.

“Quero deixar uma palavra de muita confiança àqueles que na bancada do PSD saberão interpretar a matriz liberal e humanista que ajudou a fundar o seu partido”,



afirmou o deputado do Bloco, que tem sido no partido a principal voz pela despenalização da morte medicamente assistida.

A deputada do PSD Rubina Berardo lembrou que “o humanismo não é monopólio de ninguém” e que “minorar o sofrimento é um objetivo” de todos.

A social-democrata perguntou a José Manuel Pureza como é que seria determinado o sofrimento nos processos de eutanásia: “como pretendem os legisladores medir o sofrimento de outrem”.

José Manuel Pureza respondeu que há que “confiar na capacidade de médicos e profissionais de saúde” para avaliarem a verificação dos requisitos previstos nos projetos de lei, sublinhando que a decisão não é transferida para terceiros.

“A decisão é sempre e só da pessoa que está em situação de doença incurável e de sofrimento”, disse.

Pelo PS, Alexandre Quintanilha considerou insultuosa a ideia que tem sido propagada por alguns de que a morte medicamente assistida “seria uma forma grosseira de poupar dinheiro ao Estado”.

O deputado do PS também lembrou os argumentos da “rampa deslizante”, indicando que já na despenalização do consumo de drogas e na despenalização da interrupção da gravidez estes argumentos eram invocados sem que tivessem tido verificação na realidade.

Alexandre Quintanilha lembra ainda que os próprios profissionais de saúde estão divididos quanto à despenalização da eutanásia, considerando que isso mostra que “a ética não é monolítica”.

“Ninguém se arroga o direito de definir o que é a verdadeira compaixão”, concluiu Alexandre Quintanilha.

A Assembleia da República está hoje a discutir os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida, sendo que a votação será feita deputado a deputado e tem ainda resultado imprevisível.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

ARP // JPS

Lusa/fim

54

Eutanásia: PS garante respeito pela vontade do doente que pede para morrer

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A deputada socialista Maria Antónia Almeida Santos defendeu hoje o projeto de lei do PS sobre a eutanásia, garantindo que responde às “reservas legítimas” quanto ao respeito da vontade do doente.

“A proposta do PS é inequívoca. Responde às reservas legítimas do respeito da vontade do doente. Garantimos que é apenas, repito apenas, atendível uma vontade atual e reiterada” de quem pede para antecipar a morte, disse a deputada na sessão de hoje, no parlamento, dedicado ao debate de quatro projetos de lei sobre a eutanásia do PAN, BE, PS e PEV.

Numa intervenção mais explicativa, a parlamentar socialista afirmou que o projeto socialista não permite que o processo de morte antecipada continue caso o doente fique inconsciente, ao contrário do que admite o diploma do BE, por exemplo.

Maria Antónia Almeida Santos insistiu que a morte medicamente assistida só é permitida em circunstâncias excecionais e que a decisão última é, sempre, do doente.

“O que está em causa é dar autonomia, a decisão é sempre do doente”, afirmou, garantindo ainda que o PS “não faz a apologia da morte, nem do sofrimento”.



Rubina Berardo, deputada do PSD, questionou Maria Antónia Almeida Santos se “a doença retira dignidade ao ser humano”, recebendo como resposta que os projetos de lei visam, isso sim, que “a dignidade [da pessoa] seja valorizada”.

NS // VAM

Lusa/Fim

55

Eutanásia: Debate decorre com plenário cheio e corredores do parlamento quase desertos

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O debate dos quatro projetos de lei sobre a despenalização da eutanásia está a concentrar a atenção da grande maioria dos deputados, com as bancadas do plenário mais cheias e os corredores mais vazios do que habitualmente. A discussão dos quatro projetos – do partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), BE, PS e Partido Ecologista “Os Verdes – vai mais ou menos a meio, já decorrendo há mais de uma hora.

Todas as bancadas parlamentares se apresentam bastante preenchidas, à semelhança do que acontece com as galerias, e até a zona reservada à comunicação social está mais cheia que o habitual, com jornalistas sentados de lado ou em cadeiras extra.

Pelo contrário, os corredores da Assembleia da República estão estranhamente desertos, com apenas alguns assessores e funcionários a circularem.

À hora em que a Lusa percorreu os corredores, cerca das 16:00, apenas perto da entrada do grupo parlamentar do CDS – que é também o mais perto do bar – alguns deputados do PSD conversavam, talvez a trocaram as últimas impressões sobre as votações.

Uma vez que serão as bancadas do PSD e do PS – as que reúnem 175 dos 230 deputados e as duas onde há liberdade de voto – que decidirão o resultado da votação, é à porta destes dois partidos que já estão colocadas várias câmaras de televisão, a antecipar as reações no final do plenário.

No final da discussão dos quatro projetos, segue-se uma pouco habitual votação nominal, deputado a deputado, que foi pedida pelo CDS-PP e que tem resultado imprevisível.

Bloco e PAN votam a favor, sendo previsível o voto favorável da maioria dos deputados do PS.

CDS-PP e PCP são os únicos que anunciaram o voto contra, prevendo-se também votos contra de grande número de deputados do PSD.

Assim, o resultado dependerá dos votos desalinhados: os “sim” no PSD e os “não” do PS. A estas variáveis é preciso ainda juntar os deputados indecisos, as abstenções e os que possam estar ausentes em missão parlamentar ou por qualquer outro motivo.

SMA (NS) // ZO

Lusa/Fim

56

Eutanásia: PEV diz que despenalização não retira um cêntimo ao investimento em paliativos

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O PEV afirmou hoje que o seu projeto de lei sobre a eutanásia em nada contribui para desresponsabilizar o Estado relativamente à garantia de cuidados paliativos.

“Não é a despenalização da morte medicamente assistida, a pedido do doente e em casos extremos, que vai retirar um cêntimo que seja ao investimento nos cuidados paliativos”, afirmou a deputada Heloísa Apolónia, no plenário da Assembleia da República.



A deputada do Partido Ecologista Os Verdes admitiu que o debate sobre a despenalização da eutanásia não é fácil, nem objetivo e que mexe com valores enraizados na sociedade, mas disse que o partido não “baixa os braços em processos legislativos difíceis”.

“Há sempre quem argumente que o que se pretende é trocar os cuidados paliativos pela morte medicamente assistida e que se vai começar a pôr termo à vida das pessoas que estão em fase terminal de vida. Nada mais intolerável e fora do contexto da proposta”, afirmou.

A deputada sublinhou que pretende deixar claro que, “em nada, em absolutamente nada”, o projeto do PEV contribui “para reduzir, aligeirar ou desresponsabilizar o Estado relativamente ao seu dever de garantir o acesso dos doentes aos cuidados paliativos”.

Do que se trata no projeto do PEV, defendeu, é de permitir que uma pessoa “decida o que fazer do fim da sua vida”.

“Não é o Estado que deve decidir por ela, é a própria pessoa que deve decidir, desde que garantidos determinados pressupostos, levando a que seja respeitada a sua vontade capaz, expressa e instante”, continuou Heloísa Apolónia.

O PCP, que costuma concorrer às eleições coligado com o PEV, já anunciou que irá votar contra a despenalização da eutanásia.

A Assembleia da República está hoje a discutir os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida, sendo que a votação será feita deputado a deputado e tem ainda resultado imprevisível.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

ARP // VAM

Lusa/fim

57

Eutanásia: CDS diz que despenalizar dá "poder a terceiros sobre a vida de outrem"

→ Notícia que foi atualizada

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O CDS-PP considerou hoje que a despenalização da eutanásia não dá autonomia às pessoas, mas antes confere poder a terceiros sobre a vida de outrem e lembrou que estas são leis com consequências sem retorno.

“Não é a autonomia das pessoas doentes que se reforça, é o poder de terceiros sobre a vida de outrem que aumenta, facto inegavelmente perigoso”, afirmou a deputada do CDS-PP Isabel Galriça Neto, numa intervenção hoje no plenário da Assembleia da República, onde se discutem quatro projetos de lei sobre a despenalização da morte medicamente assistida.

Para o CDS-PP, que sempre se manifestou contra a eutanásia, “estas são leis com consequências que não têm retorno”.

Isabel Galriça Neto disse não compreender o “porquê de precipitar decisões perigosas”.

“Porquê ignorar a realidade dos poucos países em que a eutanásia está legalizada (...), onde são eutanasiadas pessoas com doença mental, pessoas em luto? (...)

Porquê viabilizar leis que permitem milhares de eutanásias por ano? Porquê repetir o erro?”, questionou a deputada centrista.



Sublinhando que “em matéria de homicídio a pedido”, o CDS-PP é contra, Galriça Neto repetiu os argumentos de necessidade de uma maior aposta nos cuidados paliativos.

“Não há vidas que valem a pena ser vividas e outras não”, considerou.

Além disso, acrescentou, o que está em causa não é o direito a morrer, mas antes o “direito a ser morto por outrem”.

“Estarão envolvidos terceiros que são verdadeiramente quem vai decidir sobre um qualquer pedido e quem executa a morte”, disse.

O debate animou com as perguntas feitas a Isabel Galriça Neto por Moisés Ferreira, do BE, e por António Sales, do PS.

Moisés Ferreira pediu à deputada do CDS-PP para corrigir que os partidos não colocaram o tema da eutanásia nos seus programas eleitorais, lembrando que desde 2009 os bloquistas têm o tema nos seus manifestos.

O deputado do BE acusou o CDS-PP de construir “uma fábula que nada tem a ver com a realidade” e com o que está previsto nos projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV, tentando impor uma visão sobre o tema.

O socialista António Sales, que é médico, tal como Isabel Galriça Neto, citou o juramento de Hipócrates, para lembrar que o médico se compromete a respeitar “a autonomia e a dignidade” do doente.

Isabel Galriça Neto respondeu a Moisés Ferreira que são os partidos proponentes dos projetos de lei que querem impor que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) sirva para a eutanásia, uma frase aplaudida pelos deputados do CDS-PP e também alguns do PSD. A Assembleia da República está hoje a discutir os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida, sendo que a votação será feita deputado a deputado e tem resultado imprevisível.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

ARP/NS // VAM

Lusa/fim

58

Eutanásia: PCP recusa que debate seja sobre dignidade e insiste em retrocesso civilizacional

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O PCP recusa a ideia de que o debate em torno da eutanásia seja uma discussão sobre a dignidade da vida ou da morte, mas insiste que a despenalização seria um passo no sentido do retrocesso civilizacional.

“A dignidade da vida não se assegura com a consagração legal do direito à antecipação da morte”, afirmou o deputado comunista António Filipe, numa intervenção hoje no parlamento.

Por isso, recusa a ideia de que este seja um debate sobre a dignidade da vida ou da morte.

Caso a despenalização seja hoje aprovada, o PCP considera que o “mesmo Estado que não garante aos seus cidadãos as condições para um fim de vida digno” iria garantir “condições para pôr termo à vida em nome da dignidade”.

“A oposição do PCP à eutanásia radica na ideia de que o dever indeclinável do Estado é mobilizar os avanços técnicos e científicos para assegurar o aumento da esperança de vida e não para a encurtar”, afirmou António Filipe.

O deputado comunista considera que hoje a ciência já tem recursos que permitem diminuir ou eliminar o sofrimento físico e psicológico.



Além disso, o PCP entende que “a eutanásia não é um sinal de progresso, mas um passo no sentido do retrocesso civilizacional, com profundas implicações sociais, comportamentais e éticas”.

Fazendo um paralelismo com a luta pela despenalização do aborto, António Filipe considerou que no caso da eutanásia não se iria “resolver nenhum dos graves problemas sociais que afetam a sociedade portuguesa”.

Lembrou que no caso do aborto, havia mulheres condenadas por abortar, julgamentos em curso e humilhações públicas.

“Havia um flagelo social que era preciso resolver”, disse o deputado, entendendo que “nada parecido com isso está agora em causa”.

Sobre os critérios de rigor que tentaram ser inscritos nos projetos de lei hoje em discussão, para evitar uma “rampa deslizante”, o deputado disse: “Tudo parece muito rigoroso, mas a natureza do capitalismo encarrega-se de tornar tudo muito mais fácil”.

A Assembleia da República está hoje a discutir os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida, sendo que a votação será feita deputado a deputado e tem ainda resultado imprevisível.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

ARP // JPS

Lusa/fim

59

Eutanásia: O miniduelo parlamentar em que BE tentou "colar" PCP a Cavaco e Igreja

Lisboa, 29 mai (Lusa) – Bloco de Esquerda e PCP protagonizaram hoje um miniduelo parlamentar, com a deputada bloquista Mariana Mortágua a “colar” os comunistas a posições de personalidades da direita como Cavaco Silva, por concordarem no “não” à despenalização da eutanásia.

António Filipe, o deputado do PCP destacado para o debate, tinha esgotado o seu tempo de intervenção no debate dos quatro projetos de lei sobre a despenalização da morte assistida, hoje no parlamento, quando Mariana Mortágua fez uma pergunta e notou que o PCP não tinha tempo disponível.

Mortágua recordou as posições, coincidentes, entre o PCP e personalidades como o ex-Presidente e antigo líder do PSD Cavaco Silva ou a ex-deputada Isilda Pegado para quem as pessoas, mesmo doentes, têm que viver “até que Deus quiser ou der o último suspiro”.

E lamentou também que o PCP não tenha dado ouvidos ao Nobel da Literatura e militante comunista José Saramago sobre a luta do espanhol Ramon Sampedro, tetraplégico que pedia para morrer, mas estava condenado a ficar “ligado a tubos”.

“Que pena não terem ouvido as palavras de Saramago”, atirou.

António Filipe usou 30 segundos cedidos pelo próprio Bloco para dizer: “Nós pensamos pela nossa própria cabeça e não por oposição a seja quem for”.

NS // JPS

Lusa/fim

60



Eutanásia: Líder parlamentar do PSD defende que não se deve “apanhar portugueses de surpresa”

→ notícia que foi atualizada

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O líder parlamentar do PSD, Fernando Negrão, defendeu hoje que a decisão sobre a despenalização da eutanásia deveria ser remetida para depois das próximas eleições legislativas, afirmando que não se devem “apanhar os portugueses de surpresa”.

Numa intervenção no debate dos quatro projetos de lei sobre a despenalização da eutanásia, Fernando Negrão – que é pessoalmente contra – salientou que não renega a natureza da democracia representativa, não se tratando, portanto, “de uma objeção por falta de legitimidade”.

“Mas, da mesma forma que não abduco do poder representativo de que estou imbuído como deputado da Nação, também me recuso a extravasar esse direito”, afirmou, salientando que apenas o PAN tinha esta matéria no seu programa eleitoral.

Por essa razão, o líder da bancada do PSD – na qual haverá liberdade de voto – defende que “a menos de ano e meio das próximas eleições legislativas” os portugueses gostariam de “ter esse tempo para maturar e formar com mais certeza e consciência” as suas posições sobre este tema.

“Em matérias da dimensão como, por exemplo, da eutanásia, não podemos, nem devemos, apanhar os portugueses de surpresa”, afirmou.

Negrão admitiu que pode existir a perceção de que “o eleitorado do PSD é maioritariamente contra a despenalização da eutanásia”, ou os do BE “claramente a favor”.

“Mas a verdade é que ninguém sabe (...) É, no mínimo, presunçoso querer arrogar-se de quaisquer certezas sobre qual é o desejo da maioria dos seus eleitores”, disse.

O líder parlamentar do PSD classificou o sentimento maioritário da sua bancada “contra a despenalização da eutanásia nessas circunstâncias”, “sem suficiente debate e ponderação” e sem “reflexão exigente”.

“Sejamos sérios, responsáveis e consequentes: esta é uma matéria de consciência de todos e de cada um dos portugueses”, afirmou, sem, contudo, nunca mencionar a defesa de um referendo sobre esta matéria.

Apelando a uma maior aposta nos cuidados paliativos, Negrão considerou que os pareceres conhecidos “pedem um maior amadurecimento do assunto” e “alertam para as deficiências intrínsecas dos projetos de lei”.

“Seja qual for o sentido individual de voto de cada deputado e de cada deputado social-democrata, estou certo que todos o farão em liberdade e em respeito pela sua consciência, pois que mesmo que não seja já, a médio prazo a tolerância ganha sempre”, defendeu.

A intervenção do líder parlamentar do PSD mereceu apenas um pedido de esclarecimento, do deputado socialista Fernando Anastácio, que saudou a liberdade de voto na bancada social-democrata e salientou que este “não é um debate ideológico, esquerda/direita”.

O PSD usou o restante tempo que tinha disponível para intervir neste debate com uma intervenção da vice-presidente da bancada Margarida Mano, que também vota contra.

“Trata-se, se não da mais importante, de uma das mais importantes votações da atual legislatura. O que estará em causa é a aceitação ou não de um novo princípio da lei portuguesa, de que há condições objetivas para o Estado pôr fim a uma vida humana”, disse.

A deputada justificou a não apresentação de uma proposta por parte da sua bancada por não ter abordado a matéria da morte medicamente assistida no seu programa eleitoral.



A Assembleia da República irá votar dentro em breve os quatro projetos de lei sobre a despenalização da morte medicamente assistida – de PAN, BE, PS e Partido Ecologista “Os Verdes” - numa pouco habitual votação nominal, deputado a deputado.

Os dois principais partidos, PS e PSD, que somam 175 dos 230 parlamentares, deram liberdade de voto aos seus deputados.

Bloco, PEV e PAN votam a favor, sendo previsível o voto favorável da maioria dos deputados do PS.

CDS-PP e PCP são os únicos que anunciaram o voto contra, prevendo-se também votos contra de grande número de deputados do PSD.

SMA // JPS

Lusa/fim

61

Eutanásia: PS rejeita argumento de falta de legitimidade do parlamento para decidir

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A deputada socialista Isabel Moreira recusou hoje o argumento de que o parlamento não tem legitimidade para decidir sobre a eutanásia pelo facto de o tema não estar incluído na maioria dos programas eleitorais.

Isabel Moreira considera que é da competência exclusiva do parlamento “a todo o tempo”, e em matéria de direitos humanos, tomar uma decisão.

“Dizer sim ou dizer não, mas dizer”, afirmou.

A deputada socialista lembrou, além disso, que a discussão parlamentar teve origem numa petição de um movimento de cidadãos sobre o direito a morrer com dignidade que foi entregue na Assembleia da República.

“Esta casa fez uma discussão nobre, serena. É do âmago da democracia representativa dar seguimento ou não a uma petição como a referida”, afirmou.

Isabel Moreira criticou ainda a “falta à verdade jurídica” de muitos argumentos de deputados que se manifestam contra a despenalização da morte medicamente assistida.

Isabel Moreira considera que permitir a eutanásia pode ser uma “atitude de elevado valor moral, humanista e tolerante”.

A deputada socialista frisou que o que hoje está em causa no parlamento é deixar de punir com pena de prisão quem acode a um “pedido de ajuda para morrer”.

A Assembleia da República está hoje a discutir os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV sobre a despenalização da morte medicamente assistida, sendo que a votação será feita deputado a deputado e tem ainda resultado imprevisível.

Todos os diplomas preveem que só podem pedir, através de um médico, a morte medicamente assistida pessoas maiores de 18 anos, sem problemas ou doenças mentais, em situação de sofrimento e com doença incurável, sendo necessário confirmar várias vezes essa vontade.

ARP // ZO

Lusa/fim

62

Eutanásia: Só um deputado falta à votação, Rui Silva do PSD

Lisboa, 29 mai (Lusa) - Os projetos de lei sobre a despenalização da eutanásia vão ser votados por 229 dos 230 deputados, faltando apenas um deputado na bancada social-democrata, o parlamentar Rui Silva.

Este deputado tinha solicitado escusa à direção da sua bancada por se encontra ausente numa deslocação partidária à China.



A Assembleia da República está a votar os quatro projetos de lei sobre a despenalização da morte medicamente assistida – de PAN, BE, PS e Partido Ecologista “Os Verdes” - numa pouco habitual votação nominal, deputado a deputado.

Os dois principais partidos, PS e PSD, que somam 175 dos 230 parlamentares, deram liberdade de voto aos seus deputados.

Bloco, PEV e PAN votam a favor, sendo previsível o voto favorável da maioria dos deputados do PS.

CDS-PP e PCP são os únicos que anunciaram o voto contra, prevendo-se também votos contra de grande número de deputados do PSD.

SMA/ACL // JPS

Lusa/fim

63

Eutanásia: Parlamento chumba despenalização

→ Notícia atualizada duas vezes

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram hoje a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares – Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz – o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Dos restantes, dois deputados sociais-democratas votaram apenas a favor do projeto do PS - Adão Silva e Margarida Balseiro Lopes -, um outro votou favoravelmente apenas o diploma do PAN, Cristóvão Norte, e outro ainda os projetos de BE e Verdes, Duarte Marques.

Pedro Pinto e Berta Cabral abstiveram-se em todos os projetos e Bruno Vitorino absteve-se no do PAN, votando contra os restantes.

Entre os deputados do PS, somente os deputados Ascenso Simões e Miranda Calha votaram contra todos os projetos.

O deputado Fernando Jesus absteve-se no projeto do PAN, João Paulo Correia absteve-se nos projetos do PAN e do PEV, Joaquim Barreto votou favoravelmente a iniciativa do PS e absteve-se nas restantes, tal como a deputada Lara Martinho e o deputado Pedro Carmo.

Miguel Coelho votou favoravelmente o projeto de lei do PS e votou contra os restantes, enquanto o deputado Renato Sampaio votou a favor do projeto do PS e do PEV e absteve-se nos restantes.

Mal o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, anunciou a votação, os deputados do CDS e grande parte da bancada do PSD aplaudiram o resultado.

Ferro Rodrigues afirmou que o parlamento "está de parabéns pela forma elevada como este debate foi feito", por mais de duas horas e meia, na Assembleia da República, em Lisboa.

A votação nominal prolongou-se por cerca de 30 minutos.

NS/SMA/ACL // JPS

Lusa/Fim

64

Eutanásia: BE diz que Portugal está "um passo mais perto" da despenalização



Lisboa, 29 mai (Lusa) – A líder do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, considerou hoje que Portugal está “um passo mais perto” de despenalizar a morte assistida, saudando o “extraordinário caminho” já feito sobre o tema.

“Estou absolutamente convicta de que Portugal está um passo mais perto de ter a despenalização da morte assistida e portanto de sermos um país que respeite mais a dignidade e a escolha de cada um e de cada uma”, declarou.

A deputada falava aos jornalistas no parlamento, no final da sessão plenária que chumbou os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

Catarina Martins saudou o “extraordinário caminho que foi feito por um movimento amplo de cidadãos” no sentido da descriminalização da morte assistida, considerando que hoje “há tanta gente que compreende a absoluta necessidade de se regular na lei o que existe na intimidade”.

Questionada sobre se o BE voltará, e quando, a apresentar uma iniciativa legislativa para despenalizar a eutanásia, Catarina Martins respondeu que o Bloco de Esquerda “voltará certamente” ao tema, mas não esclareceu, para já, em que momento o pretende fazer.

“Estamos certos de que este caminho vai continuar porque as perguntas que são postas não podem ficar sem resposta”, disse.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

SF (NS) // JPS
Lusa/Fim

65

Eutanásia: Paula Teixeira da Cruz (PSD) lamenta chumbo e admite ainda espaço para debate

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A deputada do PSD Paula Teixeira da Cruz, que votou a favor da despenalização da eutanásia, lamentou a rejeição dos quatro projetos de lei e admitiu que ainda haja espaço para discutir o tema.

A social-democrata disse que “muitas vezes há caminhos a percorrer”, lembrando o caso da interrupção voluntária da gravidez, em que só ao segundo referendo foi aprovada a despenalização do aborto por decisão da mulher até às 10 semanas de gravidez.

Paula Teixeira da Cruz admitiu que “ainda haja espaço para discutir” a despenalização da eutanásia, mas lamentou que hoje “não se tenha discutido de forma definitiva”, indicando que os projetos de lei poderiam ter baixado à especialidade, sendo aí melhorados.

“A Constituição não diz que a vida é irrenunciável, diz que ela é inviolável por terceiros”, afirmou a deputada aos jornalistas no final do debate e votação parlamentar, rejeitando um dos argumentos de quem se manifesta contra a despenalização da morte medicamente assistida.

Questionada sobre o facto de a maioria dos deputados do PSD ter votado contra os projetos quando o líder do partido é favorável à despenalização, Paula Teixeira da Cruz disse que este não é um caso em que se vincam as diferenças dentro do partido. “Neste caso não, não é de todo”, respondeu.



A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram hoje a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares – Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz – o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Dos restantes, dois deputados sociais-democratas votaram apenas a favor do projeto do PS - Adão Silva e Margarida Balseiro Lopes -, um outro votou favoravelmente apenas o diploma do PAN, Cristóvão Norte, e outro ainda os projetos de BE e Verdes, Duarte Marques.

Pedro Pinto e Berta Cabral abstiveram-se em todos os projetos e Bruno Vitorino absteve-se no do PAN, votando contra os restantes.

Entre os deputados do PS, somente os deputados Ascenso Simões e Miranda Calha votaram contra todos os projetos.

ARP (NS) // JPS

Lusa/fim

66

Eutanásia: Negrão destaca “lição de democracia e tolerância” dada pelo presidente do PSD

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O líder parlamentar do PSD, Fernando Negrão, salientou hoje “a lição de tolerância e democracia” dada pelo presidente do partido, Rui Rio, que deu liberdade de votos aos deputados quanto à despenalização da eutanásia. “O presidente do partido deu liberdade de voto porque considerou que esta era uma questão de consciência e isso é que é verdadeiramente importante, cada deputado se ter exprimido livremente”, afirmou Fernando Negrão, no final do debate em que foram rejeitados os quatro projetos-lei que propunham a despenalização da eutanásia. Questionado se existiu alguma concertação de votos na bancada do PSD – já que alguns deputados votaram a favor do projeto do PS, outros em relação ao do PAN e outro ainda aos do BE e PEV -, Negrão respondeu que “não houve nenhuma estratégia, nenhuma pressão”.

“Não houve pedagoga absolutamente nenhuma, não falei individualmente com ninguém, todos os deputados votaram livremente e em consciência”, salientou. Sobre se esta posição maioritária da bancada contra a eutanásia, quando Rui Rio é a favor, agrava a clivagem entre deputados e direção, Negrão rejeitou esta interpretação.

“O líder do partido sabia que a que opinião maioritária era no sentido que aconteceu hoje, mesmo assim afirmou a sua posição porque esta é uma matéria de convicções”, referiu.

Fernando Negrão salientou que “a matéria de fundo” a discutir deveria ser, não a eutanásia, mas os cuidados paliativos.

“O PSD trouxe isso hoje ao debate e é essa a proposta que tenho a certeza que estamos todos de acordo”, referiu.

Questionado se, ao defender que esta é uma matéria que pertence à consciência dos portugueses, está a propor que a despenalização da eutanásia seja decidida por referendo, o líder parlamentar do PSD foi cauteloso.

“Não fui tão longe, o que eu disse é que, no mínimo, devia estar inscrito nas propostas dos partidos e ser discutido nas campanhas eleitorais para os portugueses

saberem que serão confrontados com matérias desta natureza e desta complexidade”, afirmou, admitindo que o parlamento volte a discutir, no futuro, este assunto. A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares – Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz – o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Dos restantes, dois deputados sociais-democratas votaram apenas a favor do projeto do PS - Adão Silva e Margarida Balseiro Lopes -, um outro votou favoravelmente apenas o diploma do PAN, Cristóvão Norte, e outro ainda os projetos de BE e Verdes, Duarte Marques.

Pedro Pinto e Berta Cabral abstiveram-se em todos os projetos e Bruno Vitorino absteve-se no do PAN, votando contra os restantes.

SMA (NS) // JPS

Lusa/fim

67

Eutanásia: Assunção Cristas fala em “grande maturidade democrática” do parlamento

→Notícia atualizada

Lisboa, 29 mai (Lusa) - A presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, manifestou hoje alegria pelo chumbo da despenalização da eutanásia e considerou que a Assembleia da República deu "um sinal de grande maturidade democrática".

"O CDS alegra-se com a votação esta tarde no parlamento que levou à reprovação da eutanásia em Portugal. Entendemos que este foi um sinal de grande maturidade democrática do parlamento", defendeu Assunção Cristas, em declarações aos jornalistas.

Falando após a votação, na Assembleia da República, a líder centrista insistiu que, além da oposição "de fundo" do seu partido aos projetos do PAN, PS, BE e PEV, entende que na atual legislatura não existe mandato dos deputados para discutir a matéria, pela ausência generalizada de referências à questão nos programas eleitorais. "Continuaremos, certamente, a trabalhar para explicar, para promover aquilo que é o cuidar de todos e de cada um, em todos os momentos das nossas vidas, nos momentos finais das nossas vidas, trabalhar para que o Estado português se empenhe nos cuidados paliativos para todas as pessoas, em todo o país", sustentou.

Assim, para Assunção Cristas, este "é um tema que não fica fechado aqui", embora fique "fechado hoje, neste capítulo e nesta legislatura".

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram hoje a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares - Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz - o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Dos restantes, dois deputados sociais-democratas votaram apenas a favor do projeto do PS - Adão Silva e Margarida Balseiro Lopes -, um outro votou favoravelmente



apenas o diploma do PAN, Cristóvão Norte, e outro ainda os projetos de BE e Verdes, Duarte Marques.
Pedro Pinto e Berta Cabral abstiveram-se em todos os projetos e Bruno Vitorino absteve-se no do PAN, votando contra os restantes.
Entre os deputados do PS, somente os deputados Ascenso Simões e Miranda Calha votaram contra todos os projetos.
O deputado Fernando Jesus absteve-se no projeto do PAN, João Paulo Correia absteve-se nos projetos do PAN e do PEV, Joaquim Barreto votou favoravelmente a iniciativa do PS e absteve-se nas restantes, tal como a deputada Lara Martinho e o deputado Pedro Carmo.
Miguel Coelho votou favoravelmente o projeto de lei do PS e votou contra os restantes, enquanto o deputado Renato Sampaio votou a favor do projeto do PS e do PEV e absteve-se nos restantes.
Mal o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, anunciou a votação, os deputados do CDS e grande parte da bancada do PSD aplaudiram o resultado.

ACL/(NS/SMA) // JPS

Lusa/Fim

68

Eutanásia: PS sauda debate esclarecedor sobre tema "incontornável e inadiável"

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A deputada do PS Maria Antónia Almeida Santos considerou hoje que a despenalização da morte assistida é um tema “incontornável e inadiável” na sociedade portuguesa, admitindo que volte ao parlamento na próxima legislatura. A deputada socialista manifestou-se satisfeita com o debate “esclarecedor e sereno” realizado na Assembleia da República sobre os diplomas para a despenalização da eutanásia, hoje chumbados.

“É um tema incontornável e inadiável, mais tarde ou mais cedo o parlamento irá contribuir para mais esclarecimento e mais maturidade, e penso que este foi o início de um caminho que já não terá retrocesso”, defendeu, em declarações aos jornalistas no final da sessão.

Questionada sobre se o tema poderá voltar ao parlamento na próxima legislatura, a deputada, autora do projeto do PS, admitiu essa possibilidade, sublinhando que “é um tema incontornável”.

“Demos grandes passos no esclarecimento de um tema tão sensível. Hoje a sociedade está mais esclarecida e o parlamento também mostrou que está mais preparado para debater o tema”, disse.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

SF (NS) // JPS

Lusa/fim

69

Eutanásia: Verdes prometem voltar ao tema na próxima legislatura

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) admite voltar ao tema da despenalização da eutanásia, hoje chumbada no parlamento, mas só depois das próximas eleições legislativas, previstas para 2019.



Nesta legislatura, que termina no próximo ano, “já não haverá condições” para o fazer, mas o PEV vai ponderar quando reapresentar esta iniciativa, disse a deputada Heloísa Apolónia, minutos depois de serem chumbados, na Assembleia da República, em Lisboa, os quatro projetos da eutanásia, do PAN, BE, PS, PEV.

Os próximos tempos devem ser utilizados, aconselhou a deputada, para intensificar o debate pelo país, havendo agora “mais condições para um maior esclarecimento” sobre o tema da morte medicamente assistida.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

NS // JPS

Lusa/fim

70

Eutanásia: Não digo nada sobre a substância, o processo ou a forma – Marcelo

→Notícia que foi atualizada

Lisboa, 30 mai (Lusa) – O Presidente da República recusou hoje partilhar a sua posição sobre a eutanásia, na sequência da rejeição pelo parlamento dos diplomas sobre esta matéria, afirmando que nada dirá sobre a substância, o processo ou a forma.

"Não digo nada nem sobre a substância, nem o processo, nem a forma", declarou Marcelo Rebelo de Sousa aos jornalistas, no final de uma iniciativa na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa.

Questionado se nunca vai dar a conhecer a sua posição sobre este tema, o chefe de Estado respondeu: "Sobre qualquer tema, só me pronunciarei quando, havendo iniciativas no parlamento, elas culminarem num diploma que me for enviado para promulgação".

Na terça-feira, todos os projetos de lei para a despenalização da eutanásia, da autoria de PAN, BE, PS e PEV, foram rejeitados na Assembleia da República. O diploma do PS foi o que obteve maior votação: 110 votos a favor, 115 votos contra e quatro abstenções.

Hoje, interrogado se está aliviado com o resultado da votação destes diplomas, o Presidente da República argumentou não haver nenhum motivo para falar: "Não me chegou nada para me pronunciar, portanto, não tenho que me pronunciar".

"Eu disse que, se me surgisse alguma coisa sobre a qual me tivesse de pronunciar, naturalmente me pronunciaria. Não aconteceu isso, portanto, não me pronuncio", reforçou, frisando que, neste caso, nenhuma iniciativa legislativa lhe chegará às mãos. Marcelo Rebelo de Sousa não quis revelar se considera ou não se houve o debate necessário sobre este tema nem se acompanhou o debate de terça-feira à tarde na Assembleia da República.

"Não me vou pronunciar", retorquiu, perante as perguntas dos jornalistas.

IEL // ZO

Lusa/Fim

Tabela 7: Levantamento de peças da cobertura feita ao debate da despenalização da eutanásia pela Editoria Política

Recolha de peças publicadas em *Observador*, *Público* e *Jornal i* sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação, ou não, da agência Lusa.

Peças publicadas entre *20/04/2018 e 31/05/2018*

OBSERVADOR

Total 93 peças

| Número | Título | Data | Género da peça | Cita Lusa | Peça da autoria da Lusa |
|--------|---|------------|----------------|-----------|-------------------------|
| 1 | Eufemismos mortais | 20/4/2018 | Opinião | Não | Não |
| 2 | Eutanásia, um dever para mim, e para si | 21/4/2018 | Opinião | Não | Não |
| 3 | Morte a pedido | 23/4/2018 | Opinião | Não | Não |
| 4 | Eutanásia: ouvir os avisos da Holanda | 25/4/2018 | Opinião | Não | Não |
| 5 | BE, PS e PAN defendem votação de projetos sobre a eutanásia até julho | 27/4/2018, | Notícia | Sim | Sim |
| 6 | BE, PS e PAN propõem debate sobre eutanásia para 30 de maio | 27/4/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 7 | PSD dá liberdade de voto aos deputados na eutanásia | 27/4/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 8 | O triunfo das gaivotas | 29/04/2018 | Opinião | Não | Não |
| 9 | A entrevista a Margarida Balseiro Lopes em “tweets” | 02/05/2018 | Entrevista | Não | Não |
| 10 | Margarida Balseiro Lopes. “BE está a tentar branquear caso Pinho com comissão de inquérito” | 02/05/2018 | Entrevista | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|------------|---------|-----|-----|
| 11 | Eutanásia debatida no Parlamento a 29 de maio | 02/05/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 12 | Seguir os Zhou | 5/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 13 | Igreja lançou 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia em defesa da vida | 08/05/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 14 | “O homicídio não deixa de ser homicídio por ser consentido pela vítima”. O que diz o folheto da Igreja sobre a eutanásia | 8/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 15 | “Os doentes têm medo de se queixar, temem represálias das instituições”, diz presidente da Liga Contra o Cancro | 9/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 16 | Eutanásia: debate interrompido, precipitam-se decisões, antecipam-se consequências | 9/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 17 | Deixem-me morrer com dignidade | 10/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 18 | Várias religiões vão tomar posição conjunta sobre a Eutanásia | 10/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 19 | Cientista de 104 anos viajou para a Suíça para se submeter a eutanásia. “Obrigam alguém a permanecer vivo é cruel” | 10/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 20 | “Vamos esperar serenamente”, diz Marcelo Rebelo de Sousa sobre a Eutanásia | 13/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |



| | | | | | |
|----|--|-----------|---------|-----|-----|
| 21 | União de várias religiões contra a Eutanásia deve dar que pensar aos legisladores – D. Manuel Clemente | 16/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 22 | Eutanásia. Votação vai ser nominal, todos os deputados contam | 16/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 23 | Entre a vida e a dúvida | 18/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 24 | Bastonário dos médicos rejeita referendo interno por causa da eutanásia | 18/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 25 | Cristas não quer Serviço Nacional de Saúde a servir para “executar a morte” | 22/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 26 | Qual é a pressa, senhores deputados? | 22/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 27 | Carta-aberta aos deputados do PSD a propósito do seu voto sobre a eutanásia | 22/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 28 | Bastonários dos médicos rejeitam despenalização da eutanásia em declaração ao Presidente da República | 22/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 29 | Eutanásia. Marcelo ouviu bastonários dos médicos e diz que receberá todos os que peçam | 23/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 30 | PCP vai votar contra proposta de legalização da eutanásia e deixa aprovação nas mãos do PSD | 23/5/2018 | Notícia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|---|-----------|---------|-----|-----|
| 31 | “Morte doce”? E que tal falar a sério, e com tempo, de eutanásia? | 24/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 32 | Centenas manifestam-se contra despenalização da eutanásia junto ao parlamento | 24/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 33 | PCP confirma que vai votar contra a eutanásia | 24/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 34 | Louçã critica política do Facebook por bloquear página pró-eutanásia: “Lamento que se deixe instrumentalizar pelo ódio” | 25/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 35 | Cavaco Silva apela ao voto contra a eutanásia. Votará CDS em 2019? | 25/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 36 | Eutanásia: algumas questões e o meu voto | 25/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 37 | Eutanásia: porque não | 25/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 38 | Entre a esquerda e a direita, o PS “está onde sempre esteve”. O discurso de Costa nas entrelinhas | 26/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 39 | A morte não vencerá | 26/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 40 | Não se metam onde não são chamados | 26/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 41 | Mais do que uma questão de consciência | 26/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 42 | Paulo Rangel “convictamente” contra eutanásia critica “pressa inusitada” do Parlamento | 26/5/2018 | Notícia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|---|-----------|----------|-----|-----|
| 43 | “A cabeça sem corpo” de Ramón Sampedro levou debate sobre eutanásia dos ecrãs para as ruas | 26/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 44 | Jerónimo diz que PCP tem “visão profundamente humanista” sobre a eutanásia | 26/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 45 | Eutanásia. Marcelo diz que “não tem posição tomada”, mas deve vetar, segundo o Expresso | 26/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 46 | Passos está contra legalização da eutanásia e defende que PSD deve tomar posição | 26/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 47 | O bioprogressismo | 27/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 48 | Morte assistida e morte provocada | 27/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 49 | 13 explicações sobre a eutanásia: os conceitos, os projetos de lei, a legislação lá fora e os casos mais conhecidos | 27/5/2018 | Especial | Não | Não |
| 50 | A factura da fractura | 27/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 51 | Movimento cívico escreve a Ferro Rodrigues e estranha omissão sobre petição anti-eutanásia | 27/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 52 | Eutâ...quê? Atanásia? O que é isso? | 27/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 53 | Porque vou votar contra a eutanásia | 27/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 54 | Morte assistida: está na hora! | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|-----------|------------|-----|-----|
| 55 | Liberdade, Dignidade e Autonomia na Vida e na Morte | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 56 | Por onde anda a petição com 14 mil assinaturas contra a eutanásia? | 28/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 57 | Eutanásia: a dupla escolha do Parlamento | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 58 | Eutanásia: tudo em aberto. Qualquer dos resultados será por uma unha negra | 28/5/2018 | Especial | Não | Não |
| 59 | Eutanásia. PS recusa voto secreto e ataca atuação política do líder do PSD | 28/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 60 | Maia Gonçalves: “A eutanásia é um ato contra-natura para um médico” | 28/5/2018 | Entrevista | Não | Não |
| 61 | Eutanásia: estamos de boa fé | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 62 | Um deputado socialista que não vota a Eutanásia | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 63 | Polos Opostos: Eutanásia | 28/5/2018 | Multimédia | Não | Não |
| 64 | Votarei convictamente NÃO à eutanásia | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 65 | Cardeal patriarca pede aos deputados para votarem “não” à eutanásia | 28/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 66 | Eutanásia: retrocesso ou imperativo civilizacional? | 28/5/2018 | Especial | Não | Não |
| 67 | Eutanásia: o tempo da decisão | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|-----------|---------|-----|-----|
| 68 | Vou votar contra a despenalização da eutanásia | 28/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 69 | Cuidar. Não Descartar | 29/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 70 | Senhor deputado, eu não votei na sua consciência | 29/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 71 | Uma questão de consciência | 29/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 72 | Os deputados pediram aos deputados. E os eleitores? | 29/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 73 | Viva a vida | 29/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 74 | Hoje é o dia | 29/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 75 | A política da morte | 29/5/2018 | Opinião | Não | Não |
| 76 | Votos dispersos, chumbos inesperados. A radiografia de uma derrota no Parlamento | 29/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 77 | Manifestações marcadas na escadaria da Assembleia em dia de votações sobre a eutanásia | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 78 | Eutanásia: Líder parlamentar do PSD defende que não se devem “apanhar portugueses de surpresa” | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 79 | Eutanásia: PEV diz que despenalização não retira um cêntimo ao investimento em paliativos | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 80 | Seguradoras queixam-se de não terem sido | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |



| | | | | | |
|----|---|-----------|------------|-----|-----|
| | ouvidas sobre a eutanásia | | | | |
| 81 | Eutanásia regressa ao Parlamento. Mas não para já | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Não |
| 82 | Eutanásia: PS garante respeito pela vontade do doente que pede para morrer | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 83 | Os vencedores e os vencidos do “não” à eutanásia | 29/5/2018 | Especial | Não | Não |
| 84 | PAN defende descriminalização de eutanásia como “ato de pura bondade” | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 85 | Eutanásia: CDS diz que despenalizar dá “poder a terceiros sobre a vida de outrem” | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 86 | Siga aqui em direto a votação sobre a eutanásia | 29/5/2018 | Multimédia | Não | Não |
| 87 | Eutanásia: PCP recusa que debate seja sobre dignidade e insiste em retrocesso civilizacional | 29/5/2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 88 | Eutanásia chumbada por cinco votos. Veja as votações de todos os projectos-lei - como aconteceu | 29/5/2018 | Especial | Sim | Sim |
| 89 | Eutanásia. Veja como votaram, um a um, os 229 deputados | 29/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 90 | Montenegro acusa Rio de ter pressionado deputados do PSD | 30/5/2018 | Notícia | Não | Não |

| | | | | | |
|----|---|-----------|------------|-----|-----|
| 91 | As críticas do Bloco que irritaram o PCP | 30/5/2018 | Notícia | Não | Não |
| 92 | Miguel Guimarães: “Discutiu-se mais o Sporting do que a eutanásia. Está tudo dito” | 30/5/2018 | Entrevista | Não | Não |
| 93 | E se se perguntasse aos portugueses o que pensam sobre a eutanásia? | 30/5/2018 | Opinião | Não | Não |

Tabela 8: Recolha de peças publicadas no Observador sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação

PÚBLICO

Total 92 peças

| Número | Título | Data | Género da peça | Cita a Lusa | Peça da autoria da Lusa |
|--------|--|--------------------------|----------------|-------------|-------------------------|
| 1 | Deixem-me morrer, s.f.f. | 20 de Abril de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 2 | Aprovado projecto do CDS sobre direitos de pessoas em fim de vida | 4 de Maio de 2018, 14:58 | Notícia | Não | Não |
| 3 | A negação da morte é “um retrocesso civilizacional” | 5 de Maio de 2018 | Entrevista | Não | Não |
| 4 | Cientista australiano conseguiu morrer na Suíça | 10 de Maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 5 | Plataforma Wish to Die pede lei que avalie casos "de forma individual" | 11 de Maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |



| | | | | | |
|----|--|--------------------|------------|-----|-----|
| 6 | O comum nos mortais | 12 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 7 | Igreja Católica pede debate "sereno, sério, esclarecido e humanizador" | 12 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 8 | Pressa em legislar é "desajustada e imprudente" | 13 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 9 | Deixem-nos morrer em paz | 14 de maio de 2018 | Crónica | Não | Não |
| 10 | Votação dos vários projectos vai ser nominal . Deputados votam um a um | 16 de maio de | Notícia | Sim | Sim |
| 11 | D. Manuel Clemente quer licenças laborais para acompanhar doentes em fase terminal | 16 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 12 | Bastonário rejeita referendo interno e mudanças no código dos médicos | 18 de maio de 2018 | Entrevista | Sim | Sim |
| 13 | Licença para matar | 19 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 14 | As questões de consciência que dão dinâmica à "geringonça" | 20 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 15 | Médicos pedem mais tempo para discussão | 21 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |



| | | | | | |
|----|--|--------------------|------------|-----|-----|
| | | | | | |
| 16 | Assunção Cristas diz que SNS se prepara para “executar a morte” | 22 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 17 | Resposta ao sofrimento "não pode ser a morte provocada", defendem juristas católicos | 22 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 18 | “Não quero chegar a uma sombra do que fui, vegetar” | 23 de maio de 2018 | Entrevista | Não | Não |
| 19 | Movimento cívico lança "ABC sobre a morte assistida" | 23 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 20 | Mais uma conquista social | 27 de maio de 2018 | Editorial | Não | Não |
| 21 | Líderes de oito religiões manifestam-se contra em reunião com Presidente | 24 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 22 | Deputados do PSD criticam Rio e defendem referendo | 24 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 23 | Eu tenho medo | 29 de maio de 2018 | Crónica | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|--------------------|------------|-----|-----|
| 24 | Rio lamenta pressão dos que são contra e pede liberdade para os deputados | 25 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 25 | Só dois deputados se abstiveram nos quatro projectos | 29 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 26 | Atitudes passivas e gestos activos: a diferença importa? (a propósito da distanásia) | 26 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 27 | Uma agressão à vida, à sociedade e à medicina | 27 de maio de 2018 | Ensaio | Não | Não |
| 28 | Uma “morte digna” | 27 de maio de 2018 | Ensaio | Não | Não |
| 29 | Vida e morte: as fronteiras da liberdade | 27 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 30 | Palavras, expressões e algumas irritações: morrer | 27 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 31 | A luz que começa a morrer (uma reflexão sobre o final da vida) | 28 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 32 | “Que o Espírito Santo inspire os deputados na decisão” | 28 de maio de 2018 | Reportagem | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|---------------------|---------------------|-----|-----|
| 33 | Não ao retrocesso em nome da vida! | 28 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 34 | A bondade não pode ser um crime punível com pena de prisão | 29 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 35 | Tempo de viver | 29 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 36 | Glossário sobre a morte medicamente assistida | 29 de maio de 2018 | Glossário de termos | Não | Não |
| 37 | Posição de Rui Rio pode valer-lhe mais contestação no PSD | 29 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 38 | Por uma ética da transgressão | 29 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 39 | Seguradoras queixam-se de não terem sido ouvidas | 29 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 40 | Neste debate tocou uma sirene | 30 de maio de 2018 | Editorial | Não | Não |
| 41 | PEV quer que doente peça a eutanásia quatro vezes para a concretizar | 20 de abril de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 42 | A vida difícil da eutanásia | 22 abril de 2018 | Opinião | Não | Não |



| | | | | | |
|----|---|---------------------|------------|-----|-----|
| 43 | Bastonária favorável a eutanásia “com regras” | 26 de abril de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 44 | No princípio (do fim) é a eutanásia... E depois? | 27 de abril de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 45 | PS, BE e PAN querem discutir eutanásia a 30 de Maio e aprová-la antes das férias de Verão | 27 de abril de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 46 | Rui Rio dará liberdade de voto aos deputados na eutanásia | 27 de abril de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 47 | Projectos da eutanásia debatidos e votados a 29 de Maio | 02 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 48 | CDS defende que pressa em discutir eutanásia prejudica prestígio do Parlamento | 03 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 49 | Será um fardo para as pessoas de idade se a eutanásia for aprovada | 05 de maio de 2018 | Entrevista | Não | Não |
| 50 | Presidente não vetará eutanásia “por razões pessoais” | 07 de maio de 2018 | Entrevista | Não | Não |
| 51 | Bispo do Porto apela a decisão sobre eutanásia | 09 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Não |



| | | | | | |
|----|--|--------------------|---------|-----|-----|
| | não assente em "pretensa modernidade" | | | | |
| 52 | Figuras públicas gravam vídeo a favor da despenalização da eutanásia | 11 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 53 | Eutanásia: médicos católicos alertam para pressão sobre doentes pobres e frágeis | 15 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 54 | Eutanásia, golpe de misericórdia? | 17 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 55 | Marcelo chamado à discussão da eutanásia por actual e ex-bastonários dos Médicos | 18 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 56 | Bastonário recusa mudar código deontológico dos médicos caso eutanásia seja aprovada | 22 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 57 | Bastonários dos médicos opõem-se à despenalização da eutanásia e entregam declaração a Marcelo | 22 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 58 | Cuidados paliativos e eutanásia não são práticas contraditórias | 24 de maio | Notícia | Sim | Sim |



| | | | | | |
|----|--|--------------------|------------|-----|-----|
| 59 | PCP recusa eutanásia: inscrever na lei o direito a matar-se é um "retrocesso civilizacional" | 24 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 60 | PS com "consenso quase uniforme" para aprovar eutanásia | 24 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 61 | Manifestantes do Stop Eutanásia: "Não se deixem enganar com a morte digna" | 24 de maio de 2018 | Reportagem | Não | Não |
| 62 | Sete votos do PSD podem chegar para uma (curta) maioria aprovar a eutanásia | 25 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 63 | A eutanásia segundo Séneca, o sábio da morte | 25 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 64 | Conselho Nacional de Ética analisa parecer do BE sobre eutanásia dia 4 | 25 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 65 | Eutanásia: um modo totalitário travestido de liberdade | 25 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 66 | Eutanásia. O que une e o que separa os quatro projectos que o Parlamento vai debater | 25 de maio de 2018 | Multimédia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|---|--------------------|------------|-----|-----|
| | | | | | |
| 67 | Cavaco é contra a eutanásia e diz que os deputados não estão legitimados para a legalizar | 25 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 68 | Costa defende despenalização da eutanásia | 25 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 69 | Página de apoio à eutanásia apagada do Facebook | 25 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 70 | Sem Filtro: a eutanásia, o Maio de 68 e a cultura em Portugal | 25 de maio de 2018 | Entrevista | Não | Não |
| 71 | Cavaco diz que os deputados não têm mandato para aprovar a eutanásia | 26 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 72 | Eutanásia: carta aberta ao presidente do PSD | 26 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 73 | Se a eutanásia passar à tangente, Marcelo poderá vetar | 26 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 74 | Cristas desafia Costa a discutir eutanásia depois das legislativas | 26 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|---|--------------------|---------|-----|-----|
| 75 | Passos contra legalização da eutanásia: “Mudaria radicalmente a nossa visão de sociedade” | 26 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 76 | Despenalização da eutanásia: um testemunho de católicos | 28 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 77 | Cardeal patriarca pede aos deputados para votarem "não" à eutanásia | 28 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 78 | Eutanásia: eu voto não | 28 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 79 | A brecha aberta pela eutanásia | 28 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 80 | Eutanásia: a favor ou contra? | 29 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 81 | Eutanásia: um “não” sereno | 29 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 82 | Socialistas já pensam no depois da votação de hoje da eutanásia - e no veto | 29 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 83 | A eutanásia e o suicídio assistido no mundo | 29 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|--------------------|------------|-----|-----|
| | | | | | |
| 84 | Eutanásia: somos péssimos a debater coisas sérias | 29 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 85 | Eutanásia pode ser punida com pena até cinco anos de prisão | 29 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |
| 86 | Eutanásia, sim ou não? O Parlamento disse "não" | 29 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 87 | Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas chumba eutanásia | 29 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 88 | Quem é contra a eutanásia diz que Portugal "pode cuidar, não precisa de matar" | 29 de maio de 2018 | Reportagem | Não | Não |
| 89 | Chumbada a eutanásia, o PSD respira de alívio e a esquerda olha para 2019 | 29 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 90 | Sobre a eutanásia | 30 de maio de 2018 | Opinião | Não | Não |
| 91 | Vencedores e vencidos no debate da eutanásia | 30 de maio de 2018 | Notícia | Não | Não |
| 92 | | 30 de maio de 2018 | Notícia | Sim | Sim |

| | | | | | |
|--|--------------------------------------|--|--|--|--|
| | Marcelo não diz nada sobre eutanásia | | | | |
|--|--------------------------------------|--|--|--|--|

Tabela 9: Recolha de peças publicadas no Público sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação

Jornal i

Total 54 peças

| <i>Número</i> | <i>Título</i> | <i>Data</i> | <i>Género da Peça</i> | <i>Cita Lusa</i> | <i>Peça da autoria da Lusa</i> |
|---------------|--|-------------|-----------------------|------------------|--------------------------------|
| 1 | Parlamento vai discutir eutanásia a 30 de maio | 27/04/2018 | Notícia | Não | Não |
| 2 | 'Sou frontalmente contra a eutanásia' | 06/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 3 | Marcelo abre espaço para vetar eutanásia... ou promulgar a futura lei | 08/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 4 | Igreja Católica prenuncia-se contra a eutanásia através de panfletos | 09/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 5 | Um dos cientistas mais velhos do mundo vai morrer hoje | 10/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 6 | Morreu o cientista que mudou de continente só para ter direito à morte | 10/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 7 | Igreja pede debate "sereno, sério, esclarecido" sobre a eutanásia | 12/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 8 | Já viu o vídeo que apela à despenalização da morte assistida? | 13/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 9 | Ordem dos Advogados quer despenalização da | 22/05/2018 | Notícia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|---|------------|---------|-----|-----|
| | morte assistida no Tribunal Constitucional | | | | |
| 10 | Cristas preocupada com possibilidade de SNS "executar a morte" | 22/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 11 | Bastonários contra a eutanásia pedem mais debate a Marcelo | 23/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 12 | Cristas. "Não se vê nenhum clamor social a pedir" eutanásia | 23/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 13 | Assunção Cristas: "É ou não é a favor da eutanásia?" | 23/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 14 | Marcelo sobre a eutanásia: "Só me pronunciarei na altura devida" | 23/05/2018 | Notícia | Sim | Não |
| 15 | PCP vai votar contra projetos de lei sobre eutanásia | 23/05/2018 | Notícia | Sim | Não |
| 16 | Manifestação contra eutanásia junta várias pessoas no Parlamento | 24/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 17 | Eutanásia. PCP vota contra "inscrever na lei o direito a matar" | 25/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 18 | Contra a IVG e a favor da eutanásia | 25/05/2018 | Opinião | Não | Não |
| 19 | Sobre o debate da eutanásia | 25/05/2018 | Opinião | Não | Não |
| 20 | Eutanásia. Deputados devem "poder votar totalmente em consciência", diz Rio | 25/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 21 | Cavaco Silva apela ao voto contra a eutanásia | 25/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 22 | Página de apoio à eutanásia apagada do Facebook | 25/05/2018 | Notícia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|------------|----------|-----|-----|
| 23 | Eutanásia. Votação por um fio | 26/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 24 | Viver ou morrer, eis a questão | 26/05/2018 | Especial | Não | Não |
| 25 | Marcelo sem “posição tomada” quanto à eutanásia | 26/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 26 | Eutanásia: nem todos têm vocação para o martírio | 28/05/2018 | Opinião | Não | Não |
| 27 | A eutanásia e o valor jurídico-constitucional da vida | 28/05/2018 | Opinião | Não | Não |
| 28 | Cardeal patriarca apela aos deputados para votarem "não" à eutanásia | 28/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 29 | Parlamento explica debate sobre a eutanásia. Saiba o que defendem os partidos | 28/05/2018 | Especial | Não | Não |
| 30 | Eutanásia. Histórico do PSD entrega cartão de militante em protesto contra Rui Rio | 28/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 31 | Eutanásia. Votos "desalinhados" do PSD decidem hoje se lei passa | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 32 | Eutanásia: cederá o PSD às pressões da esquerda totalitária? | 29/05/2018 | Opinião | Não | Não |
| 33 | Viver com Dignidade | 29/05/2018 | Opinião | Não | Não |
| 34 | A vida, a morte e a dúvida (II) | 29/05/2018 | Opinião | Não | Não |
| 35 | Eutanásia. Viver ou morrer, eis a questão | 29/05/2018 | Especial | Sim | Não |
| 36 | Maria do Céu Guerra acusa a direita de hipocrisia no debate sobre a eutanásia | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 37 | Cinco filmes para refletir sobre o fim da vida e a eutanásia | 29/05/2018 | Especial | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|------------|---------|-----|-----|
| 38 | Morte assistida. Quando procurar ajuda no estrangeiro é a solução | 29/05/2018 | Notícia | Sim | Não |
| 39 | PAN: "É desumano não despenalizar a morte assistida" | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 40 | Pureza: "Não se trata de transferir a decisão para terceiros" | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 41 | PS: Eutanásia é "incontornável há vários anos" | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 42 | Heloísa Apolónia: Eutanásia não "vai retirar um cêntimo" dos cuidados paliativos | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 43 | CDS: "Não há vidas que valham a pena ser vividas e outras não" | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 44 | Eutanásia. Filomena Cautela deixa apelo nas redes sociais | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 45 | Eutanásia. Malato foi ao Parlamento e partilhou a sua opinião | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 46 | Com cuidados paliativos não haverá sofrimento extremo, diz o PCP | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 47 | Negrão: "Não podemos apanhar os portugueses de surpresa" | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 48 | Parlamento recusa despenalização da eutanásia | 29/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 49 | Eutanásia chumbada num debate morno | 30/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 50 | Telemóveis, Facebook e atrasos. O debate visto a partir das galerias | 30/05/2018 | Notícia | Não | Não |



| | | | | | |
|----|--|------------|-----------|-----|-----|
| 51 | Eutanásia. Marcelo não se pronuncia sobre rejeição dos projetos de lei | 30/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 52 | A eutanásia vai regressar nas próximas eleições | 31/05/2018 | Editorial | Não | Não |
| 53 | O day after. Amigos como dantes, a seguir ao chumbo da eutanásia | 31/05/2018 | Notícia | Não | Não |
| 54 | PSD. Eutanásia reabre guerra interna. Montenegro ataca Rio | 31/05/2018 | Notícia | Não | Não |

Tabela 10: Recolha de peças publicadas no Jornal i sobre o tema Eutanásia e respetiva análise por género e citação

Anexo 6

Análise comparativa de peças publicadas na agência Lusa e nos meios, por editoria (sociedade e política)

Editoria Sociedade

| | <i>Data</i> | <i>Título notícia / Agência Lusa</i> | <i>Observador</i> | <i>Público</i> | <i>Jornal i</i> | <i>Publicação</i> |
|---|---------------|--|-------------------|----------------|-----------------|-------------------|
| 1 | 26 abril 2018 | ENTREVISTA: Bastonária dos Enfermeiros favorável a eutanásia "com regras" | Não | Sim | Não | 1/3 |
| 2 | 08 maio 2018 | Igreja católica portuguesa lançou 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia em defesa da vida | Não | Não | Sim | 1/3 |
| 3 | 10 maio 2018 | Várias religiões vão tomar posição conjunta sobre a Eutanásia | Sim | Não | Não | 1/3 |
| 4 | 12 maio 2018 | Eutanásia: Igreja Católica pede debate "sereno, sério, esclarecido e humanizador" | Não | Sim | Não | 1/3 |
| 5 | 13 maio 2018 | Eutanásia: "Vamos esperar serenamente" – Marcelo Rebelo de Sousa | Sim | Não | Não | 1/3 |
| 6 | 15 maio 2018 | Eutanásia: Médicos católicos alertam para pressão sobre doentes pobres e frágeis | Não | Sim | Não | 1/3 |



| | | | | | | |
|----|--------------|---|-----|-----|-----|-----|
| 7 | 16 maio 2018 | Várias comunidades religiosas em Portugal unidas contra a Eutanásia | Não | Não | Não | 0 |
| 8 | 16 maio 2018 | União de várias religiões contra Eutanásia deve dar que pensar aos legisladores - Cardeal Patriarca de Lisboa | Sim | Não | Não | 1/3 |
| 9 | 18 maio 2018 | Eutanásia: Bastonário rejeita referendo interno e mudanças no código dos médicos | Não | Sim | Não | 1/3 |
| 10 | 22 maio 2018 | Eutanásia: Bastonários dos médicos rejeitam despenalização em declaração ao PR | Não | Sim | Não | 1/3 |
| 11 | 23 maio 2018 | Eutanásia: Sociedade civil não está preparada para se pronunciar - bastonários dos médicos | Não | Sim | Não | 1/3 |
| 12 | 24 maio 2018 | Eutanásia: Líderes de oito religiões manifestam-se contra em reunião com PR | Não | Sim | Não | 1/3 |
| 13 | 24 maio 2018 | Eutanásia: Centenas manifestam-se contra despenalização | Sim | Não | Não | 1/3 |



| | | | | | | |
|----|--------------|---|-----|-----|-----|-----|
| | | junto ao parlamento | | | | |
| 14 | 24 maio 2018 | Eutanásia: Deputado do PSD convicto de que diplomas serão reprovados | Não | Não | Não | 0 |
| 15 | 24 maio 2018 | Eutanásia: Algumas centenas de pessoas pedem a deputados que rejeitem despenalização | Não | Não | Não | 0 |
| 16 | 24 maio 2018 | Eutanásia: Grão-mestre de loja maçónica defende debate aprofundado de "tema fraturante" | Não | Não | Não | 0 |
| 17 | 25 maio 2018 | Eutanásia: Página do movimento 'Direito a morrer com dignidade' desativada no Facebook | Não | Não | Não | 0 |
| 18 | 26 maio 2018 | Eutanásia: "A cabeça sem corpo" de Ramón Sampedro levou o debate dos ecrãs para as ruas | Sim | Não | Não | 1/3 |
| 19 | 29 maio 2018 | Eutanásia: CDS-PP defende que deputados não têm mandato para mudar lei | Não | Não | Não | 0 |



| | | | | | | |
|----|--------------|---|-----|-----|-----|---|
| 20 | 29 maio 2018 | Eutanásia: Centenas de pessoas juntaram-se hoje na AR contra a despenalização | Não | Não | Não | 0 |
| 21 | 29 maio 2018 | Eutanásia: Aprovação "é uma questão de tempo" - João Semedo | Não | Não | Não | 0 |
| 22 | 29 maio 2018 | Eutanásia: "A decisão era apenas política, continua tudo na mesma" – bastonária dos enfermeiros | Não | Não | Não | 0 |
| 23 | 29 maio 2018 | Eutanásia: Movimento Stop Eutanásia saúda ponderação do parlamento | Não | Não | Não | 0 |
| 24 | 29 maio 2018 | Eutanásia: Médicos católicos saúdam chumbo | Não | Não | Não | 0 |
| 25 | 29 maio 2018 | Eutanásia: Associação de Bioética "satisfeita" com abertura para debate "profundo e esclarecedor" | Não | Não | Não | 0 |
| 26 | 29 maio 2018 | Eutanásia: A saúde foi a "grande vencedora" da votação - Bastonário dos Médicos | Não | Não | Não | 0 |
| 27 | 29 maio 2018 | Eutanásia: Votação mostra que se deve avançar no | Não | Não | Não | 0 |

| | | | | | | |
|--|--|---------------------------------------|--|--|--|--|
| | | "sentido da vida" - Cardeal patriarca | | | | |
|--|--|---------------------------------------|--|--|--|--|

Tabela 11: Análise comparativa de peças publicadas em Sociedade, na agência Lusa, e nos meios

Editoria Política

| | <i>Data</i> | <i>Título notícia / Agência Lusa</i> | <i>Observador</i> | <i>Público</i> | <i>Jornal i</i> | <i>Publicação</i> |
|---|---------------|---|-------------------|----------------|-----------------|-------------------|
| 1 | 20 abril 2018 | Eutanásia: PEV apresenta projeto de lei mas não tem pressa para agendamento na AR | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 2 | 27 abril 2018 | Eutanásia: "Os Verdes" vão juntar o seu projeto ao debate mas discordam da "pressa" | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 3 | 27 abril | Eutanásia: BE, PS e PAN propõem debate para 30 de maio | <i>Sim</i> | <i>Sim</i> | <i>Sim</i> | <i>3/3</i> |
| 4 | 27 abril | Decisão do TC sobre lei de PMA tem de ser respeitada e cumprida - Marcelo | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 5 | 02 maio | Eutanásia: Marcelo Rebelo de Sousa não se pronuncia até final do processo | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>1/3</i> |
| 6 | 02 maio | Eutanásia: Parlamento debate projetos de lei em 29 de maio | <i>Sim</i> | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>2/3</i> |
| 7 | 03 maio | Eutanásia: CDS defende que pressa prejudica prestígio do parlamento | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 8 | 12 maio | Eutanásia: Movimento pela despenalização lança vídeo com | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |



| | | | | | | |
|----|---------|--|------------|------------|------------|-----|
| | | depoimentos no Facebook | | | | |
| 9 | 16 maio | Eutanásia: Votação dos vários projetos vai ser nominal a pedido do CDS-PP | <i>Sim</i> | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | 2/3 |
| 10 | 22 maio | Eutanásia: Cristas considera inaceitável que SNS possa servir para “executar a morte” | <i>Sim</i> | <i>Sim</i> | <i>Sim</i> | 3/3 |
| 11 | 23 maio | Eutanásia: Germano de Sousa espera que PR tenha em conta "o problema" de constitucionalidade | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | 0 |
| 12 | 23 maio | Eutanásia: Cristas desafia primeiro-ministro a dizer o que pensa, Costa não diz | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | 0 |
| 13 | 23 maio | Eutanásia: Ex-ministra Ana Jorge defende que lei deve ser bem regulada e acompanhada | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | 0 |
| 14 | 23 maio | Eutanásia: Eduardo Martins defende despenalização pelo “valor mais precioso, a liberdade” | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | 0 |
| 15 | 24 maio | Eutanásia: PCP vota contra projetos de lei sobre morte assistida | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | 1/3 |
| 16 | 24 maio | Eutanásia: Legalização seria “retrocesso civilizacional” e não é prioridade – PCP | <i>Sim</i> | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | 2/3 |
| 17 | 24 maio | Eutanásia: Negrão descreve reunião “viva” e maioria de deputados do PSD contra | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | 0 |



| | | | | | | |
|----|---------|--|------------|------------|------------|------------|
| 18 | 24 maio | Eutanásia: PS recusa-se a antecipar chumbo dos diplomas em discussão | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 19 | 24 maio | Eutanásia: Cristas diz que Parlamento não tem mandato para decidir despenalização | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 20 | 24 maio | Eutanásia: Marcelo afirma que vai "ouvindo, ouvindo" e só falará no fim do processo | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 21 | 24 maio | Eutanásia: Pelo menos sete deputados do PSD votam a favor, incluindo um 'vice' da bancada | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 22 | 25 maio | Eutanásia: Rio lamenta pressão dos que são contra e pede liberdade para os deputados | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 23 | 25 maio | Eutanásia: Legalização é a decisão mais grave que o parlamento pode tomar – Cavaco | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 24 | 25 maio | Eutanásia: César (PS) desvaloriza posição de Cavaco Silva e salienta soberania do parlamento | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 25 | 25 maio | Marcelo recusa comentar eutanásia, PS e Justiça, mas elogia sistema partidário | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 26 | 25 maio | PS/Congresso: Costa defende legalização da eutanásia como forma de “alargar a liberdade” | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 27 | 25 maio | PS/Congresso: “Foi bom” Costa colocar-se ao lado | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |



| | | | | | | |
|----|---------|--|------------|------------|------------|------------|
| | | de propostas como a eutanásia – ministra da Presidência | | | | |
| 28 | 25 maio | PS/Congresso: Secretário-geral fez bem em clarificar posição sobre eutanásia – Fernando Medina | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 29 | 26 maio | Eutanásia: Presidente da República afirma que "não tem posição tomada" sobre diplomas | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 30 | 26 maio | Eutanásia: Posição de Cavaco "em linha" com o que país já conhece dele – Santos Silva | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 31 | 26 maio | CDS-PP desafia PS a discutir eutanásia depois das eleições legislativas | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 32 | 26 maio | PS/Congresso: Secretária de Estado Alexandra Leitão defende legalização da eutanásia | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 33 | 26 maio | Eutanásia: Pedro Nuno Santos sugere a Cavaco que vote no PCP | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 34 | 26 maio | Eutanásia: Francisco Assis a favor do projeto do PS | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 35 | 26 maio | Eutanásia: PCP com "visão profundamente humanista" em matéria "complexa - Jerónimo" | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 36 | 26 maio | Eutanásia: Pedro Passos Coelho contra legalização e referendo | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 37 | 26 maio | Eutanásia: Partido dos Reformados e | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |



| | | | | | | |
|----|-----------------|--|------------|------------|------------|------------|
| | | Pensionistas defende referendo | | | | |
| 38 | 27 e 29 de maio | PERGUNTAS E RESPOSTAS Eutanásia: Nove questões sobre a morte medicamente assistida | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 39 | 27 e 29 de maio | PONTOS ESSENCIAIS Eutanásia: Países onde a morte assistida é possível | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 40 | 27 de maio | Eutanásia: Da memória do “Abafador” de Torga ao debate da despenalização | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 21 | 27 de maio | Eutanásia: Quando se vai morrer ao estrangeiro ou a morte chega pela Internet | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>1/3</i> |
| 42 | 27 de maio | Eutanásia: Morais Sarmento critica "anúncio histriónico" de Costa e alega que não há mandato | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 43 | 28 maio | Eutanásia: Despenalização é resposta a “novas realidades” | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 44 | 28 maio | Eutanásia: CDS-PP e PCP, lado a lado, no voto contra | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 45 | 28 maio | Eutanásia: CDS não propõe referendo, PS, PCP, BE, PEV e PAN são contra | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 46 | 28 maio | Eutanásia: Germano de Sousa pede aos deputados que “pensem bem” antes de votar | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 47 | 28 maio | Eutanásia: Religiões unidas pelo “não”, católicos distribuem 1,5 | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>1/3</i> |



| | | | | | | |
|----|---------|--|------------|------------|------------|------------|
| | | milhões de panfletos | | | | |
| 48 | 28 maio | Eutanásia: Rio quer que deputados do PSD votem "em função da sua consciência" | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>1/3</i> |
| 49 | 28 maio | Eutanásia: PS recusa voto secreto e ataca atuação política do líder do PSD | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 50 | 29 maio | Eutanásia: Decisão deve ficar para próxima legislatura - deputados PSD Viseu | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 51 | 29 maio | Eutanásia: PAN defende descriminalização como "ato de pura bondade" | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 52 | 29 maio | Eutanásia: Bloco defende despenalização como "escolha sobre a liberdade" | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 53 | 29 maio | Eutanásia: BE deixa "palavra de confiança" a deputados do PSD e lembra matriz liberal do partido | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 54 | 29 maio | Eutanásia: PS garante respeito pela vontade do doente que pede para morrer | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 55 | 29 maio | Eutanásia: Debate decorre com plenário cheio e corredores do parlamento quase desertos | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 56 | 29 maio | Eutanásia: PEV diz que despenalização não retira um cêntimo ao investimento em paliativos | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Sim</i> | <i>2/3</i> |



| | | | | | | |
|----|---------|---|------------|------------|------------|------------|
| 57 | 29 maio | Eutanásia: CDS diz que despenalizar dá "poder a terceiros sobre a vida de outrem" | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 58 | 29 maio | Eutanásia: PCP recusa que debate seja sobre dignidade e insiste em retrocesso civilizacional | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 59 | 29 maio | Eutanásia: O miniduelo parlamentar em que BE tentou "colar" PCP a Cavaco e Igreja | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 60 | 29 maio | Eutanásia: Líder parlamentar do PSD defende que não se deve "apanhar portugueses de surpresa" | <i>Sim</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>1/3</i> |
| 61 | 29 maio | Eutanásia: PS rejeita argumento de falta de legitimidade do parlamento para decidir | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 62 | 29 maio | Eutanásia: Só um deputado falta à votação, Rui Silva do PSD | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 63 | 29 maio | Eutanásia: Parlamento chumba despenalização | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 64 | 29 maio | Eutanásia: BE diz que Portugal está "um passo mais perto" da despenalização | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 65 | 29 maio | Eutanásia: Paula Teixeira da Cruz (PSD) lamenta chumbo e admite ainda espaço para debate | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 66 | 29 maio | Eutanásia: Negrão destaca "lição de democracia e tolerância" dada | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |



| | | | | | | |
|----|---------|---|------------|------------|------------|----------|
| | | pelo presidente do PSD | | | | |
| 67 | 29 maio | Eutanásia: Assunção Cristas fala em “grande maturidade democrática” do parlamento | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 68 | 29 maio | Eutanásia: PS sauda debate esclarecedor sobre tema "incontornável e inadiável" | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 69 | 29 maio | Eutanásia: Verdes prometem voltar ao tema na próxima legislatura | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |
| 70 | 30 maio | Eutanásia: Não digo nada sobre a substância, o processo ou a forma – Marcelo | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>Não</i> | <i>0</i> |

Tabela 12: Análise comparativa de peças publicadas em Política, na agência Lusa, e nos meios

Anexo 7

Levantamento das peças da agência Lusa publicadas pelos três meios analisados
(*Observador, Público e jornal i*)

Observador

25 peças citam ou têm por base a agência Lusa em 93 publicadas

| | |
|----|--|
| 1 | BE, PS e PAN defendem votação de projetos sobre a eutanásia até julho |
| 2 | BE, PS e PAN propõem debate sobre eutanásia para 30 de maio |
| 3 | PSD dá liberdade de voto aos deputados na eutanásia |
| 4 | Eutanásia debatida no Parlamento a 29 de maio |
| 5 | Igreja lançou 1,5 milhões de folhetos contra a eutanásia em defesa da vida |
| 6 | Várias religiões vão tomar posição conjunta sobre a Eutanásia |
| 7 | “Vamos esperar serenamente”, diz Marcelo Rebelo de Sousa sobre a Eutanásia |
| 8 | União de várias religiões contra a Eutanásia deve dar que pensar aos legisladores – D. Manuel Clemente |
| 9 | Bastonário dos médicos rejeita referendo interno por causa da eutanásia |
| 10 | Bastonários dos médicos rejeitam despenalização da eutanásia em declaração ao Presidente da República |
| 11 | Eutanásia. Marcelo ouviu bastonários dos médicos e diz que receberá todos os que peçam |
| 12 | Centenas manifestam-se contra despenalização da eutanásia junto ao parlamento |
| 13 | “A cabeça sem corpo” de Ramón Sampedro levou debate sobre eutanásia dos ecrãs para as ruas |
| 14 | Jerónimo diz que PCP tem “visão profundamente humanista” sobre a eutanásia |
| 15 | Eutanásia. Marcelo diz que “não tem posição tomada”, mas deve vetar, segundo o Expresso |
| 16 | Eutanásia. PS recusa voto secreto e ataca atuação política do líder do PSD |
| 17 | Cardeal patriarca pede aos deputados para votarem “não” à eutanásia |
| 18 | Manifestações marcadas na escadaria da Assembleia em dia de votações sobre a eutanásia |
| 19 | Eutanásia: Líder parlamentar do PSD defende que não se devem “apanhar portugueses de surpresa” |
| 20 | Eutanásia: PEV diz que despenalização não retira um cêntimo ao investimento em paliativos |
| 21 | Seguradoras queixam-se de não terem sido ouvidas sobre a eutanásia |
| 22 | Eutanásia: PS garante respeito pela vontade do doente que pede para morrer |
| 23 | PAN defende descriminalização de eutanásia como “ato de pura bondade” |
| 24 | Eutanásia: CDS diz que despenalizar dá “poder a terceiros sobre a vida de outrem” |
| 25 | Eutanásia: PCP recusa que debate seja sobre dignidade e insiste em retrocesso civilizacional |

Tabela 13: Peças da agência Lusa publicadas pelo Observador

Público

20 peças citam ou têm por base a agência Lusa em 51 publicadas

| | |
|----|--|
| 1 | Plataforma Wish to Die pede lei que avalie casos "de forma individual" |
| 2 | Votação dos vários projectos vai ser nominal |
| 3 | Médicos pedem mais tempo para discussão |
| 4 | Líderes de oito religiões manifestam-se contra em reunião com Presidente |
| 5 | Rio lamenta pressão dos que são contra e pede liberdade para os deputados |
| 6 | Seguradoras queixam-se de não terem sido ouvidas |
| 7 | Bastonária favorável a eutanásia "com regras" |
| 8 | Rui Rio dará liberdade de voto aos deputados na eutanásia |
| 9 | CDS defende que pressão em discutir eutanásia prejudica prestígio do Parlamento |
| 10 | Bispo do Porto apela a decisão sobre eutanásia não assente em "pretensa modernidade" |
| 11 | Eutanásia: médicos católicos alertam para pressão sobre doentes pobres e frágeis |
| 12 | Marcelo chamado à discussão da eutanásia por actual e ex-bastonários dos Médicos |
| 13 | Bastonário recusa mudar código deontológico dos médicos caso eutanásia seja aprovada |
| 15 | Bastonários dos médicos opõem-se à despenalização da eutanásia e entregam declaração a Marcelo |
| 15 | Cuidados paliativos e eutanásia não são práticas contraditórias |
| 16 | Página de apoio à eutanásia apagada do Facebook |
| 17 | Passos contra legalização da eutanásia: "Mudaria radicalmente a nossa visão de sociedade" |
| 18 | Cardeal patriarca pede aos deputados para votarem "não" à eutanásia |
| 19 | Eutanásia pode ser punida com pena até cinco anos de prisão |
| 20 | Marcelo não diz nada sobre eutanásia |

Tabela 14: Peças da agência Lusa publicadas pelo Público

Jornal i

2 peças citam ou têm por base a agência Lusa em 54 publicadas

| | |
|---|--|
| 1 | Marcelo sobre a eutanásia: "Só me pronunciarei na altura devida" |
| 2 | PCP vai votar contra projetos de lei sobre eutanásia |

Tabela 15: Peças da agência Lusa publicadas pelo Jornal i

Anexo 8

Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Sociedade

| Número da peça | Género | Tema | Tipo de título | Agente da peça/Fonte | Background | Terminologia específica | Língua gem descodificada/explicada pelo agente |
|----------------|------------|----------------------|----------------|-----------------------|------------|---|--|
| 1 | Entrevista | Votação da Lei | Paráfrase | Profissional de Saúde | Não | Objetora de consciência | Não |
| 2 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Religião | Não | Não | N/A |
| 3 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Religião | Não | Não | N/A |
| 4 | Notícia | Discussão ideológica | Citação Direta | Religião | Não | Não | N/A |
| 5 | Notícia | Discussão política | Citação Direta | Política | Sim | Não | N/A |
| 6 | Notícia | Discussão ideológica | Paráfrase | Profissional de saúde | Não | Não | N/A |
| 7 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Religião | Não | Suicídio assistido/ Paliativos | Não/ Sim |
| 8 | Notícia | Discussão ideológica | Paráfrase | Religião | Sim | Não | N/A |
| 9 | Entrevista | Votação da Lei | Paráfrase | Profissional de saúde | Sim | Paliativos /Distanásia/Testamento Vital | Não/ Sim/ Não |
| 10 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Profissional de saúde | Sim | Distanásia | Não |
| 11 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Profissional de Saúde | Sim | Distanásia/Suicídio Assistido | Não/ Não |
| 12 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Religião | Não | Paliativos | Não |



| | | | | | | | |
|----|------------|----------------------|----------------|---------------------------|-----|-------------------------------|----------|
| 13 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Sociedade civil | Sim | Paliativos | Não |
| 14 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Paliativos /Cuidador informal | Não/ Não |
| 15 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Sociedade Civil | Sim | Cuidados Paliativos | Não |
| 16 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Religião | Sim | Não | N/A |
| 17 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Sociedade civil | Sim | Não | N/A |
| 18 | Reportagem | Votação da Lei | Sem citação | Não identificada/indireta | Não | Suicídio assistido | Não/ |
| 19 | Notícia | Discussão política | Sem citação | Política | Não | Cuidados paliativos | Não |
| 20 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Sociedade Civil | Sim | Cuidados paliativos | Não |
| 21 | Notícia | Votação da Lei | Citação direta | Política | Sim | Não | N/A |
| 22 | Notícia | Votação da Lei | Citação direta | Profissionais de saúde | Sim | Cuidados paliativos | Não |
| 23 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Sociedade Civil | Sim | Não | N/A |
| 24 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Profissionais de saúde | Sim | Não | N/A |
| 25 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Sociedade Civil | Sim | Não | N/A |
| 26 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Profissionais de saúde | Sim | Distanásia | Não |
| 27 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Religião | Sim | Não | N/A |

Tabela 16: Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Sociedade

Anexo 9

Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Política

| Número da peça | Género | Tema | Tipo de título | Agente da peça | Background | Terminologia específica | Língua decodificada/explicada pelo agente |
|----------------|---------|----------------------|----------------|-----------------|------------|-------------------------|---|
| 1 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Não | Objeção de consciência | Não |
| 2 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 3 | Notícia | Votação da Lei | Sem Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 4 | Notícia | Discussão ideológica | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 5 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Sim | Não | N/A |
| 6 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 7 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Sim | Obstinação terapêutica | Sim |
| 8 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Sociedade Civil | Sim | Não | N/A |
| 9 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 10 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Não | Cuidados Paliativos | Não |
| 11 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Sim | Não | N/A |
| 12 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 13 | Notícia | Discussão ideológica | Paráfrase | Política | Sim | Cuidados Paliativos | Não |
| 14 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Sim | Não | N/A |



| | | | | | | | |
|----|-------------|--------------------|-------------|-----------------|-----|---------------------|-----|
| 15 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Suicido assistido | Não |
| 16 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Não | Cuidados Paliativos | Não |
| 17 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 18 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 19 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 20 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 21 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 22 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Sim | Não | N/A |
| 23 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 24 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 25 | Notícia | Discussão política | Sem citação | Política | Não | Não | N/A |
| 26 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 27 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 28 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 29 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 30 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 31 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 32 | Notícia | Discussão política | Sem citação | Política | Não | Não | N/A |
| 33 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 34 | Notícia | Discussão política | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 35 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 36 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Política | Sim | Não | N/A |
| 37 | Notícia | Discussão política | Paráfrase | Sociedade Civil | Sim | Não | N/A |
| 38 | Perguntas e | N/A | Sem citação | N/A | Sim | Distanásia | Sim |



| | | | | | | | |
|----|-------------------|----------------------|-------------|-----------------|-----|------------|-----|
| | respostas | | | | | | |
| 39 | Pontos essenciais | N/A | Sem citação | N/A | Sim | Distanásia | Sim |
| 40 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Sociedade Civil | Sim | Não | N/A |
| 41 | Notícia | Discussão ideológica | Sem citação | Sociedade Civil | Sim | Paliativos | Não |
| 42 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 43 | Notícia | Discussão política | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 44 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Paliativos | Não |
| 45 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 46 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Paliativos | Não |
| 47 | Notícia | Discussão ideológica | Paráfrase | Religião | Não | Não | N/A |
| 48 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 49 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Não | Não | N/A |
| 50 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 51 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 52 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Não | Não | N/A |
| 53 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 54 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Não | Não | N/A |
| 55 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 56 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Sim | Paliativos | Não |
| 57 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 58 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Sim | Não | N/A |
| 59 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Não | Não | N/A |



| | | | | | | | |
|----|---------|----------------|-------------|----------|-----|------------|-----|
| 60 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Paliativos | Não |
| 61 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 62 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 63 | Notícia | Votação da Lei | Sem citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 64 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 65 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Sim | Não | N/A |
| 66 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 67 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Paliativos | Não |
| 68 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |
| 69 | Notícia | Votação da Lei | Paráfrase | Política | Sim | Não | N/A |
| 70 | Notícia | Votação da Lei | Citação | Política | Sim | Não | N/A |

Tabela 17: Análise de conteúdo realizada às peças da editoria de Política

Anexo 10

Levantamento de exemplos de notícias redigidas durante o estágio editoria País

| |
|---|
| <p>1</p> <p>Sobreiro português nomeado para Árvore Europeia do Ano (C/ÁUDIO)</p> <p>*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***</p> <p>Palmela, Setúbal, 14 fev (Lusa) – O maior sobreiro do mundo, registado no livro de recordes mundiais Guinness, protagoniza a estreia de Portugal no concurso da Árvore Europeia do Ano, que será divulgada em março.</p> <p>O sobreiro assobiador, classificado como “árvore de interesse público”, soma já 234 anos e está plantado em Águas de Moura, na freguesia de Marateca, no concelho de Palmela (distrito de Setúbal).</p> <p>Com mais de 14 metros de altura e um perímetro de tronco superior a 4,15 metros, só em 1991 produziu mais cortiça do que a maior parte dos sobreiros produzem em toda a vida, dando origem a mais de 100 mil rolhas. O canto das aves (canoras) que vivem nos ramos, e se assemelha a um assobio, explica o nome que recebeu.</p> <p>Além de fazer parte do livro do Guinness, encontra-se a concurso para “Árvore Europeia do Ano” (“Tree of the Year”), uma nomeação feita pela União da Floresta Mediterrânica (UNAC), depois de ter sido convidada a integrar, pela primeira vez, a organização do concurso europeu.</p> <p>“A árvore nacional é o sobreiro, daí a escolha do icónico sobreiro assobiador para representar Portugal, reunia as características ideais”, afirmou o secretário-geral da UNAC, Nuno Calado, à agência Lusa.</p> <p>O concurso, realizado desde 2011, pretende encontrar a árvore “com a história mais interessante”, pode ler-se na página de internet da iniciativa (https://www.treeoftheyear.org), organizada pela Environmental Partnership Association (EPA), associação que reúne fundações da Bulgária, Eslováquia, Hungria, República Checa, Polónia e Roménia.</p> <p>“O sobreiro é uma árvore muito importante para Portugal, não só pela cortiça que produz e o volume de exportações que representa, mas porque é um garante de suporte ecológico e económico para populações rurais”, destacou Nuno Calado.</p> <p>O papel do sobreiro enquanto espécie mais resistente aos incêndios florestais e às alterações climáticas também não ficou esquecido nesta iniciativa.</p> <p>“O sobreiro pode ter um papel muito importante em Portugal ao coexistir com outras espécies, criando uma mistura agroflorestal. Pode gerar uma floresta mais resiliente e resistente não só aos incêndios florestais como ao impacto das alterações climáticas, tudo depende da gestão humana e da gestão florestal que todos praticarmos”, lembrou o secretário-geral da UNAC.</p> <p>A votação decorre até ao dia 28 de fevereiro, através da página do concurso, e os resultados serão conhecidos numa cerimónia no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no dia 21 de março, data em que se assinala o Dia Internacional das Florestas.</p> <p>“Todos os portugueses devem associar-se a esta iniciativa, a votação é obrigatória em duas árvores e é muito simples”, apelou Nuno Calado.</p> <p>O sobreiro assobiador português concorre contra 12 árvores históricas como a tília belga, a sequoia búlgara ou o ulmeiro espanhol.</p> |
|---|



O concurso do próximo ano está já a ser preparado pela UNAC, para que “todos os portugueses” possam estar envolvidos na escolha da árvore que representará o país no concurso europeu.

RZP/ROC // ROC

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23704312?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

2

Amadora abre ao público "pulmão verde" com 4,5 hectares

edação, 16 fev (Lusa) - O novo Parque Fonte das Avencas, uma das principais manchas florestais do concelho da Amadora, com 4,5 hectares, será inaugurado no sábado, ganhando espaço para atividades de sensibilização ecológica e acampamentos.

A propriedade da Fonte das Avencas, em A-da-Beja, freguesia da Mina (distrito de Lisboa), foi comprada pela Câmara Municipal em 2014, por 170 mil euros, numa hasta pública. O espaço pertencia a uma empresa privada que entrou em insolvência. Segundo a autarquia, os espaços verdes foram mantidos praticamente intactos para que a população possa “respirar”.

Este parque “é uma zona que não existe na cidade, um bosque, um pulmão verde de que a população precisava”, afirmou hoje à agência Lusa fonte da autarquia.

Foi dada prioridade à natureza em detrimento dos equipamentos desportivos: “Foram abertos caminhos, cortadas árvores, terá um circuito de manutenção básico. É um parque para caminhar, para correr, para andar de bicicleta”, ressaltou a mesma fonte. O prédio urbano onde se fazia o engarrafamento de água proveniente das minas foi alvo de obras de requalificação, no último ano, e convertido em dois edifícios.

Num dos edifícios funcionará um espaço polivalente, ao serviço do município e da população, e no outro irá ficar alojado o Eco-espaço, que atualmente está no parque central da Amadora, junto ao edifício da Câmara Municipal.

A mesma fonte disse que este Eco-espaço se destina a atividades de formação e sensibilização ecológica dirigidas às escolas: “Faz mais sentido que o bosque receba o Eco-espaço, dadas as suas valências, para que se possa trabalhar com as crianças tendo em vista a sensibilização com as preocupações ambientais”.

Também o agrupamento 1264 do Corpo Nacional de Escutas, da Falagueira, terá no bosque um espaço “onde poderá desenvolver todas as suas atividades, um espaço onde podem acampar”.

No que diz respeito à tradição de engarrafar água proveniente da mina em copos semelhantes aos de um iogurte, cobertos por uma película de plástico, está nos planos da autarquia recuperá-la, mas para já o consumo de água continua interdito.

“Mantém-se a preocupação em relação ao consumo da água. Queremos recuperar a tradição, mas não será nesta fase”, alertou ainda a fonte.

A abertura ao público será no sábado, pelas 11:00, destacando a autarquia que “o objetivo do município é que as pessoas usufruam do parque da melhor maneira possível, porque com aquelas características não há mais nenhum.”

RZP/ROC (LYFS) // ROC

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23712136?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

3



Circulação restabelecida na Avenida da Liberdade após corte de árvore

Lisboa, 20 fev (Lusa) – A circulação rodoviária na Avenida da Liberdade, em Lisboa, foi restabelecida hoje cerca das 12:15, depois de ter estado interrompida para o corte de uma árvore, após um acidente com um autocarro de turismo, segundo a PSP.

Fonte da divisão de trânsito da PSP de Lisboa avançou à Lusa que o trânsito foi totalmente restabelecido pelas 12:15, estando a circular com normalidade nos dois sentidos.

A árvore onde um autocarro de turismo, que transportava 23 passageiros, embateu esta manhã na Avenida da Liberdade, junto aos Restauradores, foi abatida, tendo a operação tido início pelas 11:25 e terminado cerca das 11:50.

Segundo disse à agência Lusa Tiago Lopes, segundo comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros, a árvore foi abatida “por questões de segurança” e “por não apresentar a mesma estabilidade que teria antes do acidente”.

Segundo a mesma fonte, após o embate com a árvore, no sentido ascendente da avenida, dois passageiros (turistas belgas) ficaram encarcerados, mas foram retirados pouco depois e transportados para o hospital de São José.

No conjunto dos 23 passageiros do autocarro de turismo da Carristur havia cidadãos de nacionalidade norte-americana, belga, suíça e britânica.

No total, segundo Tiago Lopes, foram transportados para o hospital de S. José oito feridos e cinco outros foram assistidos no local.

O autocarro foi retirado do local pelas 11:25, com recurso a escolta policial, assistiu a Lusa no local, e transportado para o estaleiro da Carris.

No local do acidente estiveram 25 operacionais do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, INEM e Proteção Civil Municipal, além de 12 viaturas dos bombeiros e INEM.

Uma fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) tinha indicado um total de 12 feridos, quatro dos quais assistidos no local.

Entretanto, a Carris anunciou a abertura de um inquérito ao acidente e garantiu que assumirá todas as “responsabilidades legais que lhe sejam remetidas”.

RCP/RZP (SO) // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23744357?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

4

“Portugal à mesa” é o tema das “7 Maravilhas” com candidaturas até 7 de março

Lisboa, 21 fev (Lusa) – Os portugueses são este ano desafiados a encontrar a "mesa de Portugal", no âmbito da iniciativa "7 Maravilhas", que visa aliar gastronomia, vinhos, azeites e roteiros turísticos de cada região, decorrendo as candidaturas até 7 de março.

Depois de terem sido escolhidas as “7 Maravilhas - Praias de Portugal”, as “7 Maravilhas da Gastronomia”, as “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, as “7 Maravilhas de Origem Portuguesa do Mundo”, as “7 Maravilhas de Portugal” e as “7 Maravilhas Aldeias”, nos últimos seis anos, os portugueses são desafiados, agora, a eleger as "7 Maravilhas à Mesa".

Durante a apresentação da iniciativa, que decorreu hoje no Teatro Thalia, em Lisboa, Luís Segadães, presidente da “7 Maravilhas”, apontou o desafio deste ano como uma possibilidade para se criar um retrato fiel do país: “um tema que reúne gastronomia, vinhos, azeites e os roteiros turísticos de cada região, parece complexo, mas é aí que está espelhada a história e tradição do país”, disse à agência Lusa.

Este ano, qualquer entidade pública ou privada pode candidatar-se a ser uma das “7 Maravilhas”, desde que cumpra dois requisitos: ter no mínimo um elemento de cada área (gastronomia, vinhos e azeites e roteiros turísticos) e serem todos naturais da região.

“As nossas mesas têm de ser endógenas e nessa mesa cabe a gastronomia, os vinhos e azeites e os roteiros turísticos”, destacou.

A componente cultural também não foi esquecida nesta edição, tendo Luís Segadães garantido que “a cultura não pode esperar”.

“Somos sensíveis à projeção que o concurso tem, também, no espaço televisivo e vamos trabalhar aí também a cultura, a começar imediatamente. Seja através de literatura ou outro género, iremos fazer serviço público”, assegurou.

As propostas de mesas serão alvo de uma validação científica que está a cargo da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior com Cursos na área do Turismo (RIPTUR), uma rede que engloba 17 instituições politécnicas, para se garantir que “todos os produtos apresentados a concurso são uma fiel representação da região”, disse José Sancho Silva, coordenador da comissão executiva da RIPTUR.

A secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Maria Fernanda Rollo, destacou a importância do evento, também, por incluir as instituições do ensino superior, que colaboram na manutenção e aprofundamento do conhecimento sobre os costumes da sociedade “onde se inserem os hábitos à mesa, seja na função de servir, seja na confeção e apresentação dos produtos”.

As “7 Maravilhas” continuam a realizar-se em parceria com a RTP, com José Carlos Malato e Catarina Furtado como apresentadores, afirmando o presidente do conselho de administração da RTP, Gonçalo Reis, que a estação pretende novamente dar a conhecer o que de bom se faz no país, mostrando “a qualidade portuguesa, novas estrelas e inovação”.

A fase de candidaturas foi alargada até dia 7 de março e, após a seleção e validação das propostas, serão 49 as ‘mesas’ pré-finalistas, sete de cada região do país, que poderão ser votadas pelo público, para eleger as “7 Maravilhas à Mesa”, uma de cada região.

RZP/MLS // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23753183?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

5

Um ferido grave em atropelamento com elétrico na Avenida 24 de Julho, Lisboa

Lisboa, 21 fev (Lusa) – Um homem ficou hoje ferido com gravidade depois de ter sido colhido por um elétrico no cruzamento entre a Avenida 24 de Julho e a Avenida Infante Santo, em Lisboa, disse à agência Lusa fonte da PSP.

A mesma fonte adiantou que o ferido, que foi assistido no local por médicos do INEM e transportado para o Hospital de São José, aparentava ter “entre 70 e 80 anos de idade”.



A PSP referiu que a faixa de transportes públicos está cortada ao trânsito desde cerca das 16:30, não sabendo quando será restabelecida a circulação nessa via.

Para o local foram mobilizadas três viaturas do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, com 13 operacionais, uma ambulância do INEM, uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) e um motociclo de emergência médica.

RZP // MCL

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23753760?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

6

Mais de 250.000 euros em multas a oficinas de reparação automóvel em Sintra

Sintra, Lisboa, 23 fev (Lusa) – O Comando Metropolitano de Lisboa da PSP anunciou hoje terem sido aplicadas multas, num valor superior a 250.000 euros, a oficinas de reparação automóvel em Massamá, concelho de Sintra, por infrações ambientais.

A polícia esclarece, em comunicado, que a operação de fiscalização se realizou entre as 09:30 e as 14:00 de quinta-feira, em seis locais diferentes, e resultou no levantamento de 85 autos de notícia, por contraordenação ambiental, e na apreensão de quatro viaturas, por motivos fiscais.

Das infrações registadas, “todas de natureza ambiental”, destacam-se a ausência de separação e gestão de resíduos; a não realização de garantia financeira da responsabilidade ambiental obrigatória; a falta de registo de dados e de registo anual relativo aos resíduos e produtos colocados no mercado”; e a falta de fichas de dados de segurança de produtos perigosos, informou a PSP.

A operação de fiscalização contou com a colaboração da Brigada de Proteção Ambiental (BriPA), da Divisão Policial de Sintra, da Autoridade Tributária e Aduaneira (serviços tributários) e da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

RZP/ROC // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23765714?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

7

Área Metropolitana de Lisboa prevê aplicar plano sobre alterações climáticas em 2019

Lisboa, 27 fev (Lusa) – Os 18 municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresentaram hoje o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, que se prevê estar no terreno em 2019, com especial enfoque na eficiência energética e nos transportes.

“As alterações climáticas são um desafio do presente, não são futuro, nem são um risco. São uma realidade e, perante esta, temos duas escolhas possíveis: podemos sofrer, não fazendo nada, ou enfrentar o problema”, disse o presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, Fernando Medina, que é também presidente da Câmara Municipal de Lisboa, durante a apresentação do plano, no Pavilhão do Conhecimento.



Para o governante, “a vitória ou a derrota” contra os efeitos das alterações climáticas “joga-se nas áreas metropolitanas”, sendo os eixos da eficiência energética e dos transportes os que “mais contribuem” para as emissões poluentes.

“Dentro dos países desenvolvidos, apenas a Grécia é pior do que Portugal no que diz respeito à mobilidade nas áreas metropolitanas. As necessidades de mobilidade do cidadão são hoje predominantemente satisfeitas pelo transporte individual e não coletivo, o que aumenta os níveis de emissões”, apontou Fernando Medina.

O autarca assumiu a dificuldade em assegurar uma rede de transportes públicos em que a população confie, mas sublinhou que os municípios irão fazer “dos transportes públicos a espinha dorsal do sistema de mobilidade das áreas metropolitanas”.

“Temos de ter um sistema de transporte público que seja eficaz, credível e, acima de tudo, acessível economicamente, para que as pessoas possam fazer uma transferência do que é o seu meio de transporte, individual, e possam dizer que confiam no transporte público. [...] É uma tarefa de uma grande complexidade, mas é, sem dúvida, a tarefa mais importante em que os municípios, neste momento, estão empenhados”, assegurou.

A proposta para o plano metropolitano divide o trabalho em três fases, a primeira das quais teve início no dia 01 de fevereiro e terminará a 31 de julho deste ano, com um relatório inicial com contextualização, objetivos e metodologia.

Ainda durante este ano, na segunda fase do plano, entre 03 de maio e 22 de dezembro, deverão ser avaliados os impactos e vulnerabilidades atuais e futuras dentro da AML.

A terceira fase, que se desenvolverá já em 2019, entre 01 de janeiro e 31 de julho, será dedicada à definição de medidas de adaptação à escala metropolitana e concelhia, bem como ao planeamento municipal e intermunicipal e à definição dos instrumentos de monitorização deste plano.

“Apelo a que este estudo se traduza numa mobilização coletiva da sociedade e dos agentes, para a implementação das ações concretas que precisamos de levar a cabo. No combate às alterações climáticas não há soldados a mais, há soldados a menos”, disse Fernando Medina.

Recordando o aumento da temperatura média do globo e os esforços que têm vindo a ser feitos, através de acordos internacionais em matéria de ação climática, Fernando Medina assumiu a “urgência de agir”.

“Ainda não há evidência científica que nos mostre que estamos a conseguir conter o aumento da temperatura média do globo, na casa dos dois graus centígrados. Por isso, estamos no momento da escolha - uma escolha política dos cidadãos, dos partidos, dos dirigentes públicos. A verdade é que dentro desta opção política temos de ser claros: a humanidade não está a ganhar esta batalha”, acrescentou.

As entidades responsáveis pelo Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, entre elas o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, foram selecionadas em resultado de um concurso público lançado no final de 2017, contando com a participação de especialistas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Irão ser analisadas as áreas da agricultura e florestas, biodiversidade, economia, energia, recursos hídricos, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes e comunicações, e zonas costeiras.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23789251?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

8

Lisboa e Cascais vão ter formação para interpretar alertas de tsunami

Lisboa, 27 fev (Lusa) – Os municípios e populações de Lisboa e Cascais terão, até ao final do ano, formação para interpretar alertas sonoros de tsunami emitidos por um sistema de alarme, disse hoje à Lusa o primeiro-secretário da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa.

Segundo Carlos Humberto, o “local exato” onde serão colocados os equipamentos nos concelhos de Lisboa e Cascais está atualmente a ser estudado, em articulação com a Proteção Civil.

A instalação deverá estar concluída até ao final do ano e envolve várias ações de sensibilização à população.

“Os equipamentos ou conhecimentos científicos e técnicos têm de ser o mais disponíveis possível para as pessoas. Procuraremos acompanhar a localização física dos equipamentos com ações de sensibilização e disseminar conhecimentos, para explicar à população como vai funcionar e quais os tipos de aviso que emitirá”, disse o também ex-presidente da Câmara do Barreiro, à margem da apresentação do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa.

A instalação do sistema de alerta de tsunami é um dos eixos de atuação que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) está a seguir em consequência dos impactos das alterações climáticas.

“Face às consequências das alterações climáticas, agimos de forma articulada com os municípios, em várias direções - por um lado, o plano que visa dar resposta às alterações climáticas, que é um problema do presente e não do futuro; por outro, a instalação do sistema de alertas de tsunami”, afirmou.

Relativamente ao momento em que se optou pela instalação dos sistemas, o primeiro-secretário afirmou que os “processos são demorados” e que o processo “começou há mais de dois anos”.

“A candidatura para a instalação do sistema de alarme de tsunamis foi demorada, começou há mais de um ou dois anos, mas a consciência de que cada vez mais podemos estar sujeitos a fenómenos deste tipo obriga-nos a estar preparados”, acrescentou.

Segundo o contrato publicado no Portal Base, a AML já adquiriu o sistema de alerta a uma empresa espanhola, por ajuste direto, por cerca de 48.500 euros, aos quais acresce o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O contrato define “a integração e interoperabilidade com o sistema de aviso já instalado no município de Cascais”, bem como a “instalação de quatro sirenes de aviso, dois centros de controlo, com possibilidade de extensão/interface dos mesmos para a entidade adjudicante, de uma rede de comunicações entre os vários locais (sirenes de aviso e centros de controlo)”.

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, que se prevê estar no terreno em 2019, tem um especial enfoque na eficiência energética e nos transportes. A Área Metropolitana de Lisboa integra 18 municípios.

RZP/ROC // ROC

Lusa/fim



| |
|--|
| <p>Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23789660?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>9 Mau tempo: Energia elétrica já foi reposta no concelho de Sabrosa</p> |
| <p>Sabrosa, Vila Real, 28 fev (Lusa) - A avaria na linha de distribuição que deixou o concelho de Sabrosa, em Vila Real, sem abastecimento de eletricidade, durante as últimas horas, já foi resolvida, disse à agência Lusa fonte da EDP.</p> <p>Cerca das 10:50, a mesma fonte explicou ter-se tratado de uma “pequena avaria”, que condicionou o abastecimento de energia, mas indicou que o problema foi resolvido durante as primeiras horas da manhã de hoje.</p> <p>Na terça-feira, o distrito de Vila Real foi afetado por um grande nevão e as aulas em vários concelhos foram suspensas a meio da tarde para o regresso dos alunos mais cedo a casa.</p> <p>A queda de neve provocou também muitas dificuldades na circulação rodoviária. Hoje de manhã, o presidente do município, Domingos Carvas, disse que o corte de energia generalizado inviabilizou a abertura das escolas.</p> <p>RZP/ROC (PLI) // ROC</p> <p>Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23793145?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>10 Mau tempo: Vários concelhos da Guarda e Viseu com falhas de energia elétrica</p> |
| <p>Lisboa, 28 fev (Lusa) – Os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Aguiar da Beira, na Guarda, e Tarouca, Lamego, Tabuaço, São João da Pesqueira e Sernancelhe, em Viseu, estão hoje com falhas no abastecimento de energia elétrica, em consequência do mau tempo.</p> <p>Fonte da EDP disse hoje à agência Lusa que estão no terreno “170 operacionais”, em colaboração com a Proteção Civil e com a Guarda Nacional Republicana (GNR), para conseguirem “alcançar as zonas afetadas”.</p> <p>"Foram já reparadas as avarias nos concelhos de Sabrosa, Ribeira de Pena e Pinhel, através da instalação de geradores", esclareceu.</p> <p>Cerca das 12:00, a mesma fonte informou que tinham sido já “ligados à rede dez geradores”, estando outros “a caminho”, para que se possa restabelecer a energia elétrica nos concelhos atingidos.</p> <p>“Temos registo de sete concelhos afetados, mas isso não significa que estão completamente sem fornecimento de energia”, acrescentou.</p> <p>A queda de neve que se registou na região tem “dificultado o trabalho das equipas da EDP”, mas a empresa espera resolver as avarias durante o dia de hoje “se não houver um agravamento das condições climatéricas”.</p> <p>“Até ao final do dia, com a cooperação da Proteção Civil e da GNR, estimamos concluir todos os trabalhos e conseguir ligar os geradores necessários para abastecer a população afetada”, afirmou.</p> <p>A empresa deixa ainda um aviso, relativamente à colocação de geradores por particulares, para que sejam instalados em “locais ventilados”, uma vez que “o uso</p> |

não adequado de geradores pode provocar intoxicações”, deixando também um alerta à população para que “não toque nas linhas elétricas atingidas”.

RZP/MLS // MLS

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23793967?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

11

Associação de Turismo Militar organiza seminários para "construir narrativas"

Redação, 28 fev (Lusa) – A Associação do Turismo Militar Português (ATMPT) irá realizar, durante este ano, um ciclo de seminários temáticos sobre a construção de narrativas (‘storytelling’) associadas à história e património cultural e militar do país. O presidente da associação, Álvaro Covões, recordou, em declarações à Lusa, que o turismo militar “não se direciona para os militares”, mas sim para as infraestruturas que existem e estão diretamente ligadas à história militar do país.

“O turismo militar não é turismo para os militares, nem vamos transformar os militares em guias turísticos. O nosso objetivo é a preservação do património material e, agora, acreditamos que o turismo militar e o ‘storytelling’ podem ser muito positivos para criar fluxos turísticos e valorizar ainda mais o destino Portugal”, afirmou.

O presidente da associação destacou a “componente histórica” e a “hegemonia portuguesa entre os séculos XV e XVII”, época dos Descobrimentos Portugueses, como elementos essenciais para a criação de narrativas para promover o património. “É a história dos grandes vencedores que se conhece. Portugal teve um papel fundamental no mundo, entre os séculos XV e XVII, estivemos em todo o lado. É o conjunto de património material que temos que nos ajuda a criar um conjunto de boas narrativas”, disse.

Para a ATMPT, é importante também que o turismo militar ajude na descentralização dos turistas.

“É um contributo relevante para atrair turismo para as zonas mais recatadas, que hoje não são foco de turismo. Atualmente há três grandes destinos no continente - Porto, Lisboa e o Algarve -, que é, essencialmente, um turismo sazonal. O objetivo da ATMPT é levar desenvolvimento económico e criação de emprego a todo o país”, afirmou.

Através destes seminários a ATMPT pretende “ajudar o povo português a tirar rendimento da sua história”, porque “todos precisam de saber que Portugal criou a globalização”.

“O contributo que pretendemos dar é, no fundo, ser um incentivo para as autarquias, entidades que gerem o turismo e universidades, para que se criem as narrativas”, acrescentou.

Para Álvaro Covões, o património imaterial português pode “transformar” a dinâmica do turismo: “Precisamos de contar as histórias para que toda a gente queira vir a Portugal, ao palco dos acontecimentos. Se a narrativa criada mantiver o rigor histórico pode transformar-se em algo que nos torne ainda mais conhecidos”.

O primeiro seminário decorreu na quinta-feira passada em Tomar, que é agora a cidade sede da associação, e foi “um sucesso”.

Para os próximos ciclos está prevista uma passagem por Oeiras e, novamente, por Tomar para assinalar os 100 anos da batalha de La Lys.



Fonte da organização referiu que estão a ser agendados outros seminários, que incluem passagens pelas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

RZP/ROC // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23784149?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

12

Turismo do Centro quer apostar no mercado asiático e na qualificação

Lisboa, 01 mar (Lusa) – O presidente do Turismo Centro de Portugal, Pedro Machado, quer apostar no mercado asiático e na qualificação de trabalhadores para promover aquela região.

Para o responsável, a divulgação daquela região deve ser feita, cada vez mais, em mercados “onde o Centro de Portugal era desconhecido até há bem pouco tempo”.

“Temos de conseguir penetrar, ainda mais, nos mercados norte-americano, brasileiro e, essencialmente, no asiático, que são essenciais para a região”, disse.

Segundo o presidente do Turismo do Centro, o mercado de turistas asiáticos lidera o número de visitantes provenientes de viagens organizadas ao Centro do país.

Pedro Machado falava na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), onde esteve na apresentação da estratégia para promoção da região de turismo EUROACE, formada pelas regiões portuguesas do Alentejo e do Centro e a espanhola da Extremadura.

No evento, Pedro Machado destacou o trabalho que tem sido realizado pelas regiões.

“Hoje, o que nos motiva são os dois países que nos ajudam a construir um novo e grande destino turístico, que é este projeto do EUROACE”, afirmou.

No conjunto, as regiões portuguesas e espanhola receberam, em 2017, mais de nove milhões de dormidas, com um crescimento muito demarcado no turismo religioso.

“Registámos mais de cinco milhões de turistas, mais de nove milhões de dormidas e criámos mais de 91.000 empregos nestas regiões. Fátima recebeu mais de nove milhões de visitantes em 2017, o que só é comparável ao Vaticano”, acrescentou.

O diretor da Junta de Turismo da Extremadura, Francisco Simón Martín, apelidou a região EUROACE de “paraíso”, mostrando-se surpreendido por esta colaboração não ter começado há mais tempo.

“Este não é o tempo de olharmos só localmente, é o tempo de as regiões se juntarem, com o objetivo de atrair turistas a este paraíso e criar 20.000 empregos na EUROACE. Só estranho é porque não o fizemos mais cedo. Juntos somos invencíveis”, disse.

Reforçando o objetivo de crescimento do turismo nas regiões do Centro e Alentejo foi também, hoje, assinado um protocolo entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Turismo Centro de Portugal.

O protocolo de formação tem por objetivo qualificar trabalhadores que já exerçam funções no setor do turismo e dar formação aos que são oriundos de outras áreas profissionais, mas que desejam iniciar funções na área do turismo.

“É essencial termos mão-de-obra qualificada para receber os turistas, há muita gente apenas com o 12º ano de escolaridade que se enquadra nestas formações que iremos desenvolver”, disse Pedro Machado.

Alberto Costa, do IEFP, informou ainda que as primeiras iniciativas ao abrigo desta parceria decorrem já no mês de março em Coimbra e na Lousã.

RZP/MCL // MCL

| |
|--|
| <p>Lusa/Fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23801662?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>13 Turismo do Centro aposta em produtos diferenciadores para contornar impactos dos incêndios</p> |
| <p>Lisboa, 01 mar (Lusa) – A cultura, a gastronomia e o património do Centro foram hoje destacados pelo presidente do Turismo daquela região como os produtos que vão permitir diminuir os impactos da destruição causada pelos incêndios do último ano. “O desinteresse pelas zonas afetadas pelos incêndios foi, no imediato, notório, mas procurámos dar a volta ao jogo e apostar em produtos diferenciadores: cultura, gastronomia ou património. São produtos que estão intactos e não foram afetados pelos incêndios”, afirmou Pedro Machado.</p> <p>À margem da apresentação da estratégia de promoção da região de turismo EUROACE, formada pelas regiões portuguesas do Alentejo e do Centro e a espanhola da Extremadura, na Bolsa de Turismo de Lisboa, o responsável destacou que o turismo na região Centro cresceu no ano passado 14,7% em relação a 2016, e dobra a média nacional de 7,3% em “hóspedes e dormidas”.</p> <p>“O nosso objetivo é receber na região Centro eventos que prolonguem o tempo que os visitantes permanecem. Por exemplo: Coimbra vai acolher, em maio, a Cimeira Mundial da Saúde; Viseu vai receber, em julho, um evento da renovação e apresentação dos trunfos portugueses (gastronomia, cultura, património e folclore) e Fátima receberá, também em julho, o encontro mundial de famílias católicas com 9.000 pessoas durante uma semana”, disse o presidente do Turismo Centro de Portugal.</p> <p>Quanto às perspetivas de desenvolvimento das regiões afetadas pelos incêndios, Pedro Machado mostra-se otimista com as previsões para o ano de 2018, quer através da dinamização de novos modelos de negócio, quer através da formação profissional que as populações podem receber.</p> <p>“Queremos qualificar os quadros que estão em atividade, os que não tendo atividade podem ser chamados a participar através de formação específica e aqueles que, estando no ativo, podem, através de um processo de formação-conversão, eventualmente, deixar profissões, que estão neste momento com um desgaste maior, e aproveitar esta oportunidade. (...) Se formos capazes de ter medidas concretas, políticas públicas e metodologia dentro do que é a estratégia do Turismo Centro de Portugal que permita criar novos modelos de negócio, podemos ajudar jovens empresários a reerguer-se e a fixarem-se no território”, afirmou.</p> <p>O Turismo Centro de Portugal assinou, hoje, um protocolo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional que visa a qualificação de trabalhadores no setor do Turismo.</p> <p>RZP/MCL // MCL Lusa/fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23801811?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>14 Mau tempo: Circulação condicionada na Ribeira das Naus e na Calçada de Carriche, em Lisboa</p> |

Lisboa, 02 mar (Lusa) – A circulação está hoje à tarde condicionada na Ribeira das Naus, em Lisboa, devido à ondulação, e à saída da cidade, na Calçada de Carriche, devido à queda de uma árvore e a um acidente.

Segundo fonte da Câmara de Lisboa, a Ribeira das Naus, na zona ribeirinha, esteve fechada nos dois sentidos das 15:00 às 17:30 e, depois dessa hora, apenas ficou interditado o sentido Cais do Sodré – Santa Apolónia.

Previa-se que esta via fosse reaberta depois das 18:00.

Para o local foram mobilizados o Regimento de Sapadores Bombeiros e a Polícia Municipal.

Fonte da PSP informou à Lusa que às 17:00 o trânsito estava muito condicionado no sentido descendente da Calçada de Carriche (Lisboa - Odivelas), depois de uma árvore ter caído perto do posto de combustível da BP e de ter ocorrido um acidente que envolveu veículos ligeiros.

Também esta tarde, já no concelho de Cascais, na Grande Lisboa, o vento danificou hoje parte da cobertura de um pavilhão da Escola Básica e Secundária Matilde Rosa Araújo, em São Domingos de Rana, provocando ferimentos ligeiros em dois alunos, assistidos no local, informou à Lusa fonte da Proteção Civil de Cascais.

Segundo uma fonte do Serviço Municipal de Proteção Civil, o vento forte que se fez sentir cerca das 15:00 danificou "uma pequena parte da cobertura de um pavilhão" da escola.

Os materiais da cobertura caíram junto de dois alunos, provocando-lhes ferimentos ligeiros, e ambos foram assistidos no local pelos bombeiros da Parede.

De acordo com Fátima Fernandes, da Escola Básica e Secundária Matilde Rosa Araújo, devido ao vento "voaram uma ou duas placas da cobertura de um pavilhão, dos cinco existentes no estabelecimento de ensino.

Os dois alunos do 5.º e 6.º anos, com cerca de 10 anos, foram atingidos por detritos da cobertura, sofrendo ligeiros ferimentos num ombro e na cabeça, mas foram assistidos numa ambulância dos bombeiros e levados pelos pais para casa, explicou a mesma fonte.

Os alunos encontravam-se no exterior do pavilhão quando foram atingidos pelos destroços da cobertura do pavilhão, que segundo Fátima Fernandes deverá ser reparada no sábado.

Ainda na Grande Lisboa, no município de Sintra, uma árvore de grande porte caiu pelas 16:00 na urbanização da Quinta da Samaritana, em Belas, provocando danos em duas viaturas, informou fonte oficial da autarquia.

Uma fonte da Câmara de Sintra referiu que a acácia de grande porte caiu devido ao forte vento, danificando dois automóveis que se encontravam estacionados no local, mas não se registaram quaisquer danos pessoais.

No local estiveram elementos do Serviço Municipal de Proteção Civil de Sintra, dos Bombeiros Voluntários de Belas e da União de Freguesias de Queluz e Belas.

RZP/LYFS/ROC // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23808027?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

Lisboa, 02 mar (Lusa) - O presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), José Manuel Pavão, sublinhou hoje a importância do caráter fiscalizador, e necessariamente autónomo, daqueles órgãos no exercício do poder autárquico.

José Manuel Pavão defendeu, em declarações à agência Lusa, ser “essencial manter a dignidade [para as assembleias] que a associação tem patente nos seus estatutos. Quando o agente fiscalizador depende economicamente do fiscalizado não é possível manter a transparência e o rigor necessários para garantir uma correta ação de quem fiscaliza”.

A ANAM vai estar reunida no sábado, em Lisboa, em encontro que contará com a participação, na sessão de abertura, da deputada do PS e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, e do presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues.

“Vamos estar neste encontro para dizer ao país que existe um organismo que congrega as Assembleias e defende a sua autonomia”, disse José Manuel Pavão.

A ANAM pretende “exercer a sua atividade com independência de quaisquer entidades públicas ou privadas”, acrescentou, antecipando o encontro de sábado em Lisboa, que contará com uma sessão de trabalho dedicada às “Assembleias Municipais no quadro do Poder Local”, com participação de Jorge Lacão, deputado e vice-presidente do parlamento, Eduardo Cabrita, ministro da Administração Interna, e do ex-ministro Freitas do Amaral.

A ANAM foi oficializada em 2016, em Mirandela, onde, em 2012, tinham sido dados os primeiros passos para a criação desta estrutura, com a redação da “Declaração de Mirandela sobre as Assembleias Municipais”.

As assembleias municipais são parte da organização das autarquias locais, definidas na Constituição da República Portuguesa como o órgão deliberativo dos municípios, constituído por membros diretamente eleitos e por presidentes de junta de freguesia.

RZP (HFI)/JLG // JLG

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23808294?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

16

Acidente no Eixo Norte-Sul em Lisboa condiciona trânsito

Lisboa, 05 mar (Lusa) – Um acidente com duas viaturas ligeiras no Eixo Norte-Sul, sentido Lumiar-Ameixoeira, em Lisboa, provocou hoje o corte das duas vias mais à esquerda, estando a condicionar o trânsito esta manhã.

Fonte da PSP disse à agência Lusa que o acidente, que ocorreu junto à saída para a Ameixoeira cerca das 10:00, está a condicionar o trânsito no sentido sul-norte, uma vez que as duas vias da esquerda se mantêm cortadas para efetuar a limpeza do pavimento.

De acordo com a mesma fonte, do acidente resultaram duas vítimas ligeiras, apesar de ter sido necessário desencarcerar uma delas, que foi transportada pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) ao Hospital de Santa Maria.

A polícia informou ainda, cerca das 11:00, que não havia previsão para a reabertura das vias.

| |
|--|
| <p>O Eixo Norte-Sul atravessa Lisboa de norte a sul, constituindo uma das principais vias da cidade. RZP/ROC // ROC Lusa/Fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23820893?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>17 Mau tempo: Fornecimento de energia repostado após tornado em Faro - Proteção Civil</p> |
| <p>Faro, 05 mar (Lusa) - O fornecimento de energia elétrica já foi repostado na totalidade na zona de Faro, depois de a passagem de um tornado no domingo ter condicionado o serviço, disse hoje à agência Lusa fonte da Proteção Civil. Na sequência do vento forte, algumas estruturas na Estrada Nacional (EN) 125, sobretudo em 'stands' de automóveis, foram derrubadas, o que condicionou o fornecimento de energia elétrica. Para as próximas horas está previsto um desagramento do estado do tempo, embora se mantenha o aviso amarelo do Instituto Português do Mar e da Atmosfera para o distrito de Faro, relativo a ondulação, vento e chuva, até às 03:00 de terça-feira. "Temos a informação de que durante a tarde a situação deverá acalmar, embora sejam apenas situações [de desagramento] pontuais, uma vez que a semana será toda instável", indicou a fonte do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Faro. RZP/ROC (MAD/EYP) // ROC Lusa/fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23821185?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>18 Circulação no Eixo Norte-Sul em Lisboa está normalizada</p> |
| <p>Lisboa, 05 mar (Lusa) – A circulação no sentido sul-norte do Eixo Norte-Sul, em Lisboa, está normalizada, depois de um acidente esta manhã ter provocado o corte de duas vias, disse à agência Lusa fonte do Comando Metropolitano. As duas vias da esquerda, junta à saída para a Ameixoeira, estiveram encerradas para limpeza do pavimento, após a remoção das duas viaturas ligeiras envolvidas no acidente, e foram reabertas ao início da tarde, informou a polícia. O acidente provocou dois feridos ligeiros e condicionou a circulação automóvel numa das principais vias da cidade. RZP/ROC // ROC Lusa/Fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23822548?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>19 BREVES: País Redação, 05 mar (Lusa) – Notícias breves do País: MADEIRA: Miguel Albuquerque diz que desafio da região é a "estabilidade política"</p> |



O presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, disse hoje que o grande desafio da Madeira é manter a "estabilidade política" e o "apoio às empresas", no âmbito das negociações para o novo Quadro Comunitário de Apoio.

"O novo Quadro Comunitário de Apoio vai exigir negociações muito difíceis porque vai sair da União Europeia um dos principais contribuintes líquidos, nomeadamente o Reino Unido", lembrou o governante, salientando ser necessário manter os apoios às Regiões Ultraperiféricas, designadamente o Fundo de Coesão.

Miguel Albuquerque fez esta menção na cerimónia de registo de pagamentos ao abrigo dos projetos dos vários Sistemas de Incentivos, tendo o Governo Regional já apoiado o setor económico em 95 milhões de euros. O evento decorreu no Salão Nobre do Governo Regional

FUNCHAL: CDS-PP quer voo extraordinário para estudantes a partir do Porto
O deputado do CDS-PP na Assembleia Legislativa da Madeira Rui Barreto defendeu hoje a realização de um voo extraordinário para os estudantes madeirenses que estudam no continente a partir do Porto.

"Sugerimos à vice-presidência do Governo Regional a realização de um voo extraordinário a partir do Porto, de modo a apoiar os estudantes madeirenses que estudam no Centro e Norte do país", defendeu.

O voo extraordinário para estudantes realiza-se a 23 de março, encontrando-se já esgotado, razão pela qual o Governo Regional pondera a realização de outro voo.

SINTRA: Homem detido por abuso sexual de criança

A Polícia Judiciária (PJ) deteve, no concelho de Sintra, um homem de 37 anos suspeito da prática de crime de abuso sexual de crianças, foi hoje anunciado.

Numa nota, a PJ esclarece que a vítima é uma menina que tem atualmente 15 anos e que "convivia na mesma habitação" com o suspeito. Segundo a polícia, o homem terá aproveitado a "confiança que a criança em si depositava" para a sujeitar aos abusos sexuais, que terão ocorrido "em ocasiões distintas e por várias vezes", desde os 12 aos 15 anos da menor.

Ao suspeito, depois de ter sido presente a tribunal para primeiro interrogatório judicial, foi aplicada a medida de prisão preventiva e proibição de contacto com a vítima e a mãe desta.

CHAMUSCA: PSD exige conclusão do IC3 e alternativa ao trânsito que atravessa a vila

Os deputados do PSD entregaram no parlamento um projeto de resolução que exige ao Governo a conclusão do IC3, desviando o trânsito da vila da Chamusca, particularmente afetada pelo tráfego em direção ao Eco Parque do Relvão.

Assinado pelos deputados do partido eleitos por Santarém e pelos que integram a Comissão de Economia e Obras Públicas, o documento, entregue na sexta-feira, refere que "esta é provavelmente uma das obras mais prioritárias e justas da região, já que a população local viu a sua qualidade de vida bastante afetada pela construção dos CIRVER (Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos perigosos) que afinal servem todo o país".

A par dos impactos para a qualidade do ar e para a saúde das populações, o texto refere ainda os constrangimentos na ponte José Joaquim Isidro dos Reis sobre o rio Tejo, que liga os concelhos da Golegã e da Chamusca, que "já se revelava insuficiente para o tráfego existente", lembrando que a criação de uma alternativa rodoviária nesta zona "faz parte das obras prioritárias previstas no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas para 2014-2020".

TOMAR: Verdes e CDS também questionam Governo sobre poluição no Nabão



Os Verdes e o CDS-PP questionaram o Governo sobre os problemas de poluição no rio Nabão, em Tomar, depois de o PS ter entregado igualmente um requerimento na sequência da queixa apresentada na sexta-feira pelo município.

No seu requerimento, Os Verdes recordam que os episódios de poluição neste rio “têm ocorrido de forma continuada” e esperam que a resposta do Ministério do Ambiente seja agora diferente da que foi dada à pergunta feita pelo partido a 31 de março de 2017 e que era “inconclusiva”, pois limitava-se a afirmar não ter sido possível “ainda detetar o ou os focos de poluição do rio Nabão”.

O CDS-PP questiona se “já foram identificados e responsabilizados os agentes poluidores e com que consequências”, e que “medidas (eficazes e definitivas) estão a ser tomadas de modo a garantir que situações como esta não voltam a acontecer”.

Pergunta-se também se está a ser ponderado o reforço das competências fiscalizadoras da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Agência Portuguesa do Ambiente, “de modo a que possam ser tomadas medidas coercivas mais eficazes e dissuasoras deste tipo de ações”.

CHAMUSCA: CDS questiona Governo sobre falta de médico no Chouto

O CDS-PP questionou o Governo sobre as razões por que a extensão de saúde do Chouto, na Chamusca, continua desde janeiro sem médico de família e se já foi reparado o sistema informático desta instalação.

Num requerimento entregue no parlamento, as deputadas Patrícia Fonseca (eleita pelo círculo de Santarém), Isabel Galriça Neto e Ana Rita Bessa perguntam quais as alternativas dadas aos utentes do Chouto, “população maioritariamente idosa, com fracos recursos económicos e rede de transportes públicos bastante deficitária”, e se se confirma um pedido de transferência destes utentes para outro médico da Unidade de Saúde Familiar da Chamusca que continua a aguardar resposta.

O texto refere que a ausência da médica se deverá a uma recusa desta em permanecer nesta unidade “devido a desacatos” ocorridos com os utentes, descontentes por não serem atendidos, situação atribuída a “uma falha no sistema informático da extensão de saúde”.

LISBOA: PSP detém dois imigrantes ilegais em Arroios

A PSP de Lisboa, através da 1.^a Divisão Policial, deteve na quinta-feira, em Arroios, dois homens de 23 e 29 anos suspeitos do crime de imigração ilegal, anunciou hoje aquela autoridade.

"Pelas 23:50, no âmbito da ação policial, os polícias da PSP abordaram os suspeitos de permanência irregular no país, sendo questionado o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e confirmando-se que ambos os suspeitos se encontravam em permanência ilegal em território nacional", lê-se na nota de imprensa.

A polícia refere ainda que um dos detidos estava sujeito a uma medida de restrição de permanência no espaço Schengen, que havia sido requerida pelas entidades italianas. Segundo o comunicado, os detidos foram presentes ao Tribunal da Comarca de Lisboa, sendo que um dos suspeitos tem de regularizar a sua situação junto do SEF no prazo de 15 dias e o outro está sujeito à medida de coação de recolha a um centro de instalação temporário.

MLL/TZS/EC/RZP/MLS // MLS/ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23820886?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

| |
|--|
| <p>20 Acidente na CRIL em Lisboa provoca um morto, trânsito cortado nos dois sentidos</p> |
| <p>Lisboa, 06 mar (Lusa) – Um acidente que envolveu quatro viaturas ligeiras provocou hoje um morto e dois feridos no Itinerário Complementar 17 - CRIL, junto ao Parque de Campismo de Monsanto, em Lisboa, e obrigou ao corte da circulação nos dois sentidos.</p> <p>Fonte do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Lisboa disse à agência Lusa que o acidente, que ocorreu no sentido sul-norte, cerca das 14:40, está a obrigar ao corte do trânsito nos dois sentidos da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL). Segundo disse à agência Lusa fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), uma das vítimas, “um homem com cerca de 50 anos, veio a falecer no local”.</p> <p>Do acidente resultou ainda um ferido grave, um homem de 60 anos que foi transportado pelo INEM ao Hospital de Santa Maria, e um ferido ligeiro que foi encaminhado para o Hospital S. Francisco Xavier.</p> <p>O trânsito encontrava-se cortado em ambos os sentidos cerca das 15:45, sem previsão para a reabertura da circulação, segundo o CDOS.</p> <p>RZP/MLS // MLS Lusa/Fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23827760?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>21 Acidente na CRIL em Lisboa provoca um morto, trânsito cortado nos dois sentidos (ATUALIZADA)</p> |
| <p>Lisboa, 06 mar (Lusa) – Um acidente que envolveu quatro viaturas ligeiras provocou hoje um morto e dois feridos no Itinerário Complementar 17 - CRIL, junto ao Parque de Campismo de Monsanto, em Lisboa, e obrigou ao corte da circulação nos dois sentidos.</p> <p>Fonte do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Lisboa disse à agência Lusa que o acidente, que ocorreu no sentido sul-norte, cerca das 14:40, está a obrigar ao corte do trânsito nos dois sentidos da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL). Segundo disse à agência Lusa fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), uma das vítimas, “um homem com cerca de 50 anos, veio a falecer no local”.</p> <p>Do acidente resultou ainda um ferido grave, um homem de 60 anos que foi transportado pelo INEM para o Hospital de Santa Maria, e um ferido ligeiro que foi encaminhado para o Hospital S. Francisco Xavier.</p> <p>O trânsito encontrava-se cortado em ambos os sentidos cerca das 15:45, sem previsão para a reabertura da circulação, segundo o CDOS.</p> <p>De acordo com a PSP, o trânsito no IC17 no sentido Sacavém - Algés está a ser desviado para a A5 e no sentido contrário, Algés - Sacavém, está a ser desviado para a N117.</p> <p>Fonte da PSP confirmou à Lusa que uma das viaturas envolvidas no sinistro ia ser abordada pela polícia em Monsanto e fugiu em direção à CRIL.</p> <p>No entanto, a mesma fonte sublinhou que as autoridades não perseguiram a viatura.</p> |



Às 16:35 estavam 30 operacionais e 13 meios terrestres no local do acidente, segundo a página da internet da Proteção Civil.

RZP/TZS/MLS // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23827975?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

22

Acidente na CRIL em Lisboa provoca um morto, trânsito cortado nos dois sentidos (ATUALIZADA 2)

Lisboa, 06 mar (Lusa) – Um acidente que envolveu quatro viaturas ligeiras provocou hoje um morto e dois feridos no Itinerário Complementar 17 - CRIL, junto ao Parque de Campismo de Monsanto, em Lisboa, e obrigou ao corte da circulação nos dois sentidos.

Fonte do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Lisboa disse à agência Lusa que o acidente, que ocorreu no sentido sul-norte, cerca das 14:40, está a obrigar ao corte do trânsito nos dois sentidos da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL). Segundo disse à agência Lusa fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), uma das vítimas, “um homem com cerca de 50 anos, veio a falecer no local”.

Do acidente resultou ainda um ferido grave, um homem de 60 anos que foi transportado pelo INEM para o Hospital de Santa Maria, e um ferido ligeiro que foi encaminhado para o Hospital S. Francisco Xavier.

O trânsito encontrava-se cortado em ambos os sentidos cerca das 15:45, sem previsão para a reabertura da circulação, segundo o CDOS.

De acordo com a PSP, o trânsito no IC17 no sentido Sacavém - Algés está a ser desviado para a A5 e no sentido contrário, Algés - Sacavém, está a ser desviado para a N117.

Fonte da PSP confirmou à Lusa que uma das viaturas envolvidas no sinistro ia ser abordada pela polícia em Monsanto e fugiu em direção à CRIL.

No entanto, a mesma fonte sublinhou que as autoridades não perseguiram a viatura.

Às 16:35 estavam 30 operacionais e 13 meios terrestres no local do acidente, segundo a página da internet da Proteção Civil.

O Comando Metropolitano de Lisboa da PSP informa que o trânsito no IC17 Sentido Sacavém - Algés se encontra a ser desviado para a A5 e no sentido contrário, Algés - Sacavém, se encontra a ser desviado para a N117, devido a acidente rodoviário.

Em declarações à SIC, cerca das 16:40, o comandante da esquadra de sinistralidade rodoviária do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, Hélder Machado, referiu que a viatura que fugiu à polícia entrou em contramão na CRIL, numa localização ainda não apurada, e chocou de frente com duas outras viaturas. Estes três carros transportavam, cada um, uma pessoa.

A vítima mortal, acrescentou, é o condutor de um desses dois carros.

RZP/TZS/MLS/ROC // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23828157?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

23

Investimento de 34ME permite melhorar transporte ferroviário na Linha de Cascais (C/ ÁUDIO)

Lisboa, 06 mar (Lusa) – O presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes (ADFERSIT), Tomás Leiria Pinto, defendeu hoje que não se pode adiar mais o investimento na Linha de Cascais.

Tomás Leiria Pinto afirmou, em declarações à agência Lusa, que “um investimento de cerca de 34 milhões de euros” permite modernizar a Linha de Cascais e “melhorar o serviço”.

“Este problema dura há quase 30 anos e vamos constantemente adiando uma tomada de decisão. Entendemos que nesta altura é possível encontrar uma solução, porque a recente reprogramação dos fundos comunitários permitiu disponibilizar cerca de 50 milhões de euros para esta Linha”, disse.

A ADFERSIT vai promover, na quarta-feira em Lisboa, um debate sobre o tema “O adiamento da Linha de Cascais”, onde apresentará a viabilidade da Linha de Cascais enquanto componente do sistema de mobilidade urbana da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que contará com a presença de Martins de Brito, ex-presidente da CP. “Com esta verba [34 milhões de euros] é possível melhorar o serviço, ter maior número de comboios, menos supressões, melhores acessibilidades, melhor cumprimento de horários”, afirmou o presidente da associação.

Tomás Leiria Pinto explicou, ainda, que a solução de integrar a Linha de Cascais na linha de cintura de Lisboa exige um esforço superior a 600 milhões de euros e alterações “nomeadamente no nó de Alcântara muito demoradas”, que não acrescentariam valor ao transporte efetivo de passageiros nesta linha.

RZP/MLS // MLS

Lusa /Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23828669?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

24

Hospitais de Coimbra vão ter mais três camas pediátricas para queimados

Lisboa, 07 mar (Lusa) – A presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), Rosa Reis Marques, avançou hoje que o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra vai ficar dotado com um bloco operatório dotado de três camas pediátricas para queimados.

Rosa Reis Marques respondia desta forma a um requerimento do PSD, na audição de Saúde, onde prestou esclarecimentos sobre “um conjunto de disposições para a implementação de resposta a situações de emergência nas áreas de queimados até 2020”.

“Queremos equipar a sexta sala do hospital pediátrico, esperando nunca ter de a utilizar. O hospital está, desde 2011, dotado com três camas para queimados, mas estas não estão formalmente constituídas. Há uma sexta sala de reserva onde poderá ser aberto um bloco operatório dedicado aos queimados pediátricos”, começou por explicar a responsável.

De acordo com Rosa Reis Marques, trata-se de um investimento de “85 mil euros, mais IVA”, para equipamento como ventiladores, equipamento de bloco operatório, além de pequenas obras de adaptação. O orçamento, avançou, já se encontra na tutela



e a obra poderá ser realizada “mais agilmente se houver algum redirecionamento de verbas do quadro comunitário”, frisou.

Segundo respondeu aos deputados a presidente da ARSC, a sexta sala existe desde que o hospital foi construído, mas não foi colocada em funcionamento pois o número de camas existentes “era considerado adequado às necessidades”.

Rosa Reis Marques avançou que no hospital pediátrico de Coimbra foram atendidas entre 2012 e 2017 119 crianças na unidade de queimados, sendo que em 2017 foram assistidas 15, duas das quais originárias dos fogos florestais.

“A dotação de camas é adequada, mesmo em situações de catástrofe, no entender da ARSC”, sublinhou.

Quanto à resposta a situações de emergência em idade adulta, Rosa Reis Marques explicou que “não irá ser feito nenhum desinvestimento, nem diminuição do número de camas”.

“Já estava proposta a requalificação dos cuidados intensivos, para além das 30 camas foram pedidas mais 30 para cuidados intermédios de nível II. E que nesta unidade seja instalada uma unidade de queimados com 10 camas, o que exige uma modernização dos equipamentos que está a ser analisada pela ARSC”, explicou a responsável.

Também o presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, Fernando Regateiro, foi ouvido na Comissão de Saúde, pelo mesmo assunto.

Fernando Regateiro explicou que o CHUC dispõe de 29 camas dispersas por três unidades, que não estão contíguas e que a dos queimados adultos é uma quarta unidade que está, igualmente, num espaço distante das outras,

“Está prevista a concentração dos serviços numa unidade com ligação à urgência.

Nesta versão atual, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra quer integrar a unidade dos queimados. Além de que temos a intenção de criar condições nas camas de nível II para que num caso de contingência possam transformar-se em nível III e nunca o contrário”, disse Fernando Regateiro.

O responsável considerou ainda que “a concentração das unidades tem ganhos no desenho funcional, no que diz respeito às necessidades atuais”, sendo que a unidade integrada de cuidados intensivos prevista irá custar cerca de 25 milhões.

O secretário de Estado Adjunto e da Saúde assinou um despacho, após os incêndios de outubro de 2017, onde prevê um conjunto de disposições para a implementação de resposta a situações de emergência na área dos doentes queimados até 2020.

RCP/RZP // SSS

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23833165?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

25

Prémio "Portugal Cinco Estrelas" distingue património e produtos regionais (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 08 mar (Lusa) – Marcas e ícones de todas as regiões portuguesas serão galardoados na primeira edição do “Portugal Cinco Estrelas”, que destaca o património e os produtos regionais, anunciou hoje a organização.

Depois de quatro anos consecutivos a premiar produtos, serviços, marcas, personalidades e órgãos de comunicação social, o “Prémio Cinco Estrelas” lançou o concurso “Portugal Cinco Estrelas”, numa “evolução natural e que se impunha, dada a riqueza de produtos portugueses”.

Débora Silva, fundadora do “Prémio Cinco Estrelas”, explicou à agência Lusa que o novo prémio fará a “distinção dos produtos de excelência” - marcas e ícones de referência que têm “muitas vezes uma grande importância na economia local”.

“Há marcas regionais que têm níveis de satisfação superiores aos que as grandes marcas obtêm [nos mesmos testes], mas como são regionais acabam por ter uma projeção menor, apesar a proximidade aos consumidores ser superior”, referiu.

A concurso estiveram 387 candidaturas, organizadas em 52 categorias diferentes de áreas tão distintas como “aldeias e vilas”, “serviços óticos”, “imobiliárias”, “limpeza de lareiras” ou “transporte ferroviário de passageiros”.

“Este concurso pretende ajudar os consumidores a identificar o que de melhor existe no mercado”, esclareceu Débora Silva.

Na primeira edição do concurso há 179 vencedores, sendo 100 “ícones de referência” e 79 “marcas regionais”.

“Doces regionais”, “praias” e “reservas, paisagens, barragens” são as categorias com mais vencedores nesta primeira edição do prémio. Por cada uma destas categorias há 10 vencedores, representando um total de 15 regiões, de entre os 18 distritos do continente e as duas regiões autónomas.

O distrito de Lisboa foi a área geográfica que mais prémios conquistou, com 39 distinções, seguindo-se o Porto, com 25, e Setúbal, com 18 produtos dignos de classificação “cinco estrelas”. Coimbra, Faro e Leiria conquistaram 14 prémios cada uma, seguidas de Évora, Aveiro e Viana do Castelo, com 13, 11 e nove, respetivamente.

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira receberam, cada uma, oito distinções, tal como Santarém e Vila Real. Castelo Branco vai receber sete prémios “cinco estrelas”, Beja e Viseu seis, Guarda e Portalegre cinco e Bragança dois.

Os prémios serão atribuídos numa cerimónia em Lisboa, em 12 de abril, no Teatro Thalia, que será apresentada pela fadista e apresentadora de televisão Diamantina Rodrigues e onde estarão presentes os responsáveis de cada região do país.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23837776?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

26

Mau tempo: Aluimento de terras faz um desalojado e deixa habitações em risco em Lisboa

Lisboa, 08 mar (Lusa) – Um aluimento de terras que ocorreu perto do Bairro Serra da Luz, na fronteira entre os municípios de Lisboa e Odivelas, fez um desalojado e está a colocar habitações em risco, disse hoje o presidente da Junta de Carnide.

Segundo Fábio Sousa (PCP), o alerta para o aluimento de terras foi dado ao início da manhã por “vizinhos que se mostraram preocupados com as casas”.

“Por se tratar de uma zona limite entre os concelhos de Lisboa e Odivelas, estão neste momento a ser avaliadas as condições de segurança por várias entidades”, afirmou.



De acordo com o responsável da junta de freguesia lisboeta, será “necessário intervir no talude” para que as habitações que aí se situam não fiquem numa situação de maior risco e eventual derrocada.

“Há habitações em risco e, por isso, estamos a monitorizar. Há ainda uma zona de barracas que será demolida”, acrescentou.

O autarca disse ainda à Lusa que uma dessas barracas era habitada por um homem, que ficou desalojado.

Os serviços municipais estão já a acompanhar o morador, que terá de ser realojado no imediato, estando previstas para os próximos dias avaliações especializadas.

RZP/MCL // MCL

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23839990?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

27

Cabify encara com “pesar” novo adiamento da votação da lei das plataformas de transporte

Lisboa, 08 mar (Lusa) - A aplicação Cabify, empresa de serviços digitais de reserva de transporte, lamentou hoje o segundo adiamento no parlamento da votação das propostas relativas à regulamentação da atividade das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros.

O PCP adiou hoje potestativamente para quarta-feira a votação na especialidade na Comissão de Economia do parlamento das propostas relativas a esta matéria, depois de PS e PSD terem entreguado no início da reunião, em separado, propostas de alteração.

O deputado comunista Bruno Dias disse não estarem reunidas as condições para fazer uma votação de “uma matéria tão sensível como esta”, apenas “com uns minutos de leitura para saber o que foi concertado entre os dois partidos”, registando, no entanto, “a convergência” entre PS e PSD. O adiamento teve o apoio do PAN e do Bloco de Esquerda.

A 22 de fevereiro, o PS já tinha adiado potestativamente por 15 dias a discussão e votação na especialidade da proposta de lei do Governo, dos projetos de lei do PSD e do Bloco de Esquerda, bem como as propostas de alteração apresentadas por PS, CDS-PP e PCP, com o intuito de alcançar um “texto de substituição” e o “acordo” do maior número possível de grupos parlamentares.

Numa nota divulgada hoje ao final da tarde, a Cabify reforça que desde o início da operação em Portugal tem apoiado a “criação de um enquadramento legal para a sua atividade”.

Para a Cabify, o novo adiamento da votação prejudica todos os envolvidos na atividade das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros.

“O prolongar desta situação prejudica as plataformas, mas também os utilizadores, parceiros, motoristas (...) e, de uma forma geral, a imagem do ecossistema empreendedor e inovador português”, pode ler-se no comunicado da empresa.

A votação na especialidade da regulamentação das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros será realizada na quarta-feira, na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, após a sessão plenária.

RZP (MLS/RCP) // ARA

Lusa/Fim



Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23841619?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

28

PSD quer plataformas eletrónicas de transporte a pagar taxa até 2%, PS vai viabilizar

Lisboa, 08 mar (Lusa) - O PSD propôs hoje que os operadores de plataformas eletrónicas de transporte de passageiros paguem uma contribuição entre 0,1 e 2% dos seus ganhos, ao contrário dos 5% inicialmente propostos, o que será viabilizado pelo PS.

Segundo a proposta de alteração dos sociais-democratas ao seu diploma, esta "contribuição" visa "compensar os custos administrativos de regulação e acompanhamento das respetivas atividades", sendo o valor exato definido por portaria do Governo.

O projeto de lei do PSD previa uma "taxa" até 5 por cento dos ganhos totais dos operadores, ganhos esses que não podem ultrapassar 25 por cento do valor de cada viagem, sendo que os restantes 75 por cento serão repartidos entre as empresas intermediárias e os motoristas.

Em declarações aos jornalistas no final da reunião da Comissão parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas, onde a votação na especialidade das propostas para regulamentar as plataformas eletrónicas de transporte de passageiros foi adiada pela segunda vez em 15 dias, o deputado do PS João Paulo Correia adiantou que o partido irá "viabilizar" a taxa proposta pelo PSD.

João Paulo Correia sublinhou que houve um interesse em “encontrar pontos comuns para ajudar a construir uma solução que regule com rigor uma atividade que funciona de forma irregular”.

Por outro lado, o deputado socialista lembrou que a contingentação, defendida por PCP e Bloco de Esquerda, e uma bandeira dos taxistas, nunca esteve em cima da



mesa nas negociações, pois não figura nem na proposta do Governo, nem na proposta do PS.

“No entanto, há interesse e esforço para incorporar a defesa da relação laboral entre motorista e empresa que será licenciada para operar”, explicou.

Para os socialistas, entre os operadores das plataformas eletrónicas e motoristas “terá de existir um operador de transporte responsável por registar os motoristas e viaturas no IMT”.

“Se houvesse essa relação direta entre motorista e Uber, chamemos assim, poderia acontecer a precariedade laboral, a evasão fiscal, a falta de transparência no mercado e seria difícil ao regulador intervir em matéria de fiscalização e monitorização”, disse, concluindo na necessidade de criar uma figura intermediária, o operador de transporte.

De acordo com a proposta do PSD hoje apresentada, a atividade dos operadores de plataformas eletrónicas, como a Uber ou a Cabify, dos operadores (futuras empresas intermediárias detentoras dos contratos com os motoristas e veículos), assim como dos motoristas será objeto de supervisão e regulação pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e pelo Instituto Mobilidade e Transportes.

Em declarações aos jornalistas, o social-democrata Emídio Guerreiro explicou que o partido não abdicou, nas negociações com o PS, da intenção das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros em veículos descaracterizados serem consideradas operadores de serviços de transporte na nova lei que irá regular o setor. Emídio Guerreiro avançou que os sociais democratas não abdicam daquela que é também “a doutrina do Tribunal Europeu, que vai no sentido de haver uma corresponsabilização das plataformas para equipará-las a operadoras de transporte”.

Segundo Emídio Guerreiro, na proposta do Governo as plataformas eletrónicas “estavam de fora” e “não eram consideradas operadoras de transportes”.

“Quem gere a plataforma será responsável por isso, será nivelando-a e equiparando-a a operadora de transporte. Houve aqui um salto qualitativo”, disse Emídio Guerreiro.

A votação na especialidade da proposta de lei do Governo, dos projetos de lei de PSD e do Bloco de Esquerda, bem como as propostas de alteração apresentadas por PS, CDS-PP e PCP são votadas na próxima quarta-feira, dia 14.

RCP/MLS/RZP // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23841803?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

29

Mau tempo: Estabilização de talude na Serra da Luz permitiu regresso de moradores

Lisboa, 09 (mar) – A intervenção para estabilizar o talude que estava a colocar várias habitações em risco perto do Bairro Serra da Luz, nos limites dos municípios de Lisboa e Odivelas, está terminada, disse hoje o presidente da Junta de Carnide (Lisboa).

Na quinta-feira, um aluimento de terras na zona deixou habitações em risco.

Segundo Fábio Sousa (PCP), o local reúne, neste momento, todas as condições de segurança necessárias e os habitantes regressaram na quinta-feira ao final do dia para as suas casas, enquanto um homem que morava numa barraca teve de ser realojado.

“Neste momento apenas é necessário fazer alguns trabalhos de limpeza, decorrentes da intervenção realizada no talude”, explicou.

De acordo com o responsável, o homem com cerca de 50 anos que ficou desalojado, e que tinha anteriormente sido acompanhado pelos serviços sociais camarários de Lisboa e Odivelas, será agora seguido pelos serviços sociais da freguesia de Carnide. A intervenção no talude foi realizada por funcionários da Câmara Municipal de Lisboa, que trabalharam durante na quinta-feira, sob a monitorização e a avaliação das autoridades competentes.

A “demolição das barracas” existentes na zona afetada continua a ser necessária, segundo o autarca, mas ainda não se sabe quando será feita.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23845099?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

30

Mau tempo: Abatimento de piso de "dimensões consideráveis" na rua Garrett, Lisboa

Lisboa, 09 mar (Lusa) – Um abatimento do piso na rua Garrett, na baixa lisboeta, na sequência das fortes chuvas registadas, obrigou hoje ao corte temporário da circulação, informou a Proteção Civil.

De acordo com fonte da Proteção Civil Municipal, o buraco – na parte pedonal da rua, em frente ao número 104 (pastelaria Benard) – “tem dimensões consideráveis” e terá sido “causado pelas fortes chuvas”.

O trânsito teve de ser cortado, mas pelas 14:20 foi reaberto.

Segundo a mesma fonte, o local mostra "alguns sinais" de poder continuar a abater.

As autoridades deram já início aos trabalhos de reparação, que tiveram entretanto de ser suspensos devido à existência de tubos de gás.

“O pavimento da estrada começou a fissurar e aluiu, causando um buraco já com tamanho suficiente para caber um carro. Tendo em conta as previsões meteorológicas para os próximos dias estamos atentos e a avaliar a situação”, afirmou.

Cerca das 14:00 estavam no local meios do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, da Polícia Municipal e da Proteção Civil Municipal a avaliar os estragos causados e a cortar o trânsito.

A rua Garrett é uma das mais movimentadas artérias do Chiado.

RZP/ROC // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23845255?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

31

Mau tempo: Abatimentos de piso registados nos Anjos e em Campo de Ourique, Lisboa

Lisboa, 09 mar (Lusa) – A Proteção Civil Municipal de Lisboa registou hoje abatimentos de piso na faixa de rodagem da rua de Angola, na freguesia dos Anjos, e na rua do Arco do Carvalhão, em Campo de Ourique, segundo fonte do serviço. Na rua de Angola, a circulação foi totalmente cortada. Segundo a fonte, trata-se de um “abatimento contínuo” e é necessário retirar todas as viaturas que ali se encontram estacionadas.



“Este tipo de abatimento significa que o piso pode continuar a abater. Por razões de segurança as viaturas que estão estacionadas no local vão ser removidas”, afirmou. A rua de Angola é uma das vias perpendiculares à avenida Almirante Reis, no centro da cidade.

O trânsito está cortado desde a manhã, sem haver ainda uma previsão para a reabertura.

Cerca das 14:30 estavam no local meios do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, da Polícia Municipal e da Proteção Civil Municipal a avaliar os estragos causados e a cortar o trânsito.

Para Campo de Ourique, onde as chuvas também motivaram um abatimento de piso, estava a ser enviada maquinaria pesada cerca das 14:50.

Na rua do Arco do Carvalhão, indicou a fonte da Proteção Civil Municipal, o buraco provocado será maior do que o que foi registado hoje na rua Garrett, no Chiado.

O buraco que se abriu nesta artéria comercial e turística – na parte pedonal da rua, em frente ao número 104 (pastelaria Benard) – “tem dimensões consideráveis”.

Segundo a mesma fonte, o local mostrava perto das 14:00 “alguns sinais” de poder continuar a abater. As autoridades deram já início aos trabalhos de reparação, que tiveram entretanto de ser suspensos devido à existência de tubos de gás.

RZP/ROC // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23845414?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

32

Mau tempo: Aluimentos em Lisboa sem danos materiais ou feridos - Proteção Civil (C/FOTO)

Lisboa, 09 mar (Lusa) – Os abatimentos e a derrocada que ocorreram hoje de manhã na cidade de Lisboa não provocaram danos materiais nem fizeram feridos, informou a Proteção Civil municipal, referindo que as equipas se mantêm nas zonas afetadas a monitorizar a situação.

Na rua de Angola, freguesia dos Anjos, foi criado um “perímetro de segurança” em torno das fissuras que apareceram esta manhã. A Polícia Municipal continua no terreno, “não existindo ainda uma data” para a intervenção técnica necessária no piso.

Na rua Garrett (Chiado), freguesia de Santa Maria Maior, foi igualmente estabelecido um perímetro de segurança em torno do buraco, mantendo-se ainda, cerca das 16:30, indicou a fonte da Proteção Civil municipal.

“De momento não há condições para reparar o buraco, devido ao mau tempo, mas logo que estiverem reunidas todas as condições serão feitas as intervenções necessárias”, disse à agência Lusa fonte da Câmara Municipal de Lisboa, pelas 16:50.

De acordo com a fonte da Proteção Civil, na rua do Arco do Carvalhão, em Campo de Ourique, uma derrocada, inicialmente identificada pelo serviço municipal como um “abatimento”, obrigou à mobilização para o local uma equipa da autarquia com o objetivo de “limpar a via para assegurar a normal circulação de trânsito e pessoas”.

Cerca das 15:00, a Proteção Civil indicou ter registo de três abatimentos de piso na cidade – nas ruas Garrett, de Angola e Arco do Carvalhão – que geravam preocupação, tendo em conta a possibilidade de os buracos aumentarem.

Nos dois primeiros casos, o trânsito ficou condicionado.



Segundo as informações dadas então, na rua de Angola registava-se um “abatimento contínuo” que exigia a retirada das viaturas estacionadas. A Lusa confirmou no local existir um pequeno abatimento do piso e fissuras, na faixa de rodagem, ao longo de vários metros.

A Lusa constatou também que o buraco que se abriu na rua Garrett – na parte pedonal, em frente ao número 104 (pastelaria Benard) – aparenta ter cerca de um metro de comprimento.

A fonte da Proteção Civil municipal explicou também que, devido às previsões meteorológicas, nos próximos dias estarão no terreno, 24 sobre 24 horas, equipas de técnicos da Proteção Civil, com especial incidência nas zonas junto à faixa costeira. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), colocou hoje o distrito de Lisboa em aviso laranja (o segundo mais grave) para agitação marítima, até às 15:00 de domingo.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23846177?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

33

Emprego aumentou mas precariedade impede saída da pobreza - Estudo

Lisboa, 12 mar (Lusa) – A entrada no mercado de trabalho aumentou, mas os empregos precários impedem a população de sair da pobreza, revela um estudo do Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, hoje divulgado.

O terceiro Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, publicado no livro "Trânsito condicionado", mostra que a inserção no mercado de trabalho se “faz em condições tão precárias que nenhum [entrevistado] consegue sair da situação de pobreza”.

O documento refere que “a desigualdade social e a precarização do trabalho têm estado em acelerada evolução e atingem grandes grupos populacionais a partir de baixos salários, trabalho sem contrato, penosas condições laborais, nomeadamente em termos de horários”, o que condiciona a evolução social.

Em 2011 (data do início do estudo), a taxa de risco de pobreza em Portugal era de 17,9%, em 2016 estava ainda mais alta, nos 18,3%. Das 47 pessoas acompanhadas pelos investigadores, desde 2011, apenas duas conseguiram sair da “condição de pobreza”.

O estudo alerta, também, para a falta de articulação entre os dispositivos de assistência e as políticas de emprego, o que prejudica a integração social de quem está em situação de pobreza.

“A ação dos dispositivos de assistência parece estar insuficientemente articulada com as políticas de emprego, e consequentemente para uma intervenção mais generativa, capaz de promover um processo de reintegração social e autonomização, que vá para além da emergência social”, refere.

Em relação ao tipo de trabalho que os portugueses conseguem, Portugal tem a maior taxa, da União Europeia, de empregados a tempo parcial com o ensino básico, são 55,4%, mais do dobro da média da União Europeia (27,3%). São também os portugueses com o ensino básico que têm a taxa mais alta de “desencorajados”,

apesar de estarem disponíveis para trabalhar”: 66,7%, contra os 45,2% de média da União Europeia.

Para quem está em situação de pobreza e vive nos bairros históricos de Lisboa, o aumento do turismo não ajuda. “Arrendar uma habitação no mercado privado tornou-se praticamente impossível, dada a crescente procura de habitações para o arrendamento turístico”, aponta o estudo.

O recurso a cuidadores informais e a redes de apoio informal é, muitas vezes, o principal apoio para quem está nestas situações de pobreza, mas, alerta a investigação, trata-se de uma situação prejudicial para os envolvidos.

“O importante papel social que assumem [os cuidadores informais] no seio das famílias no cuidado a pessoas dependentes repercute-se no seu empobrecimento, no curto e longo prazo, e na redução dos custos para o Estado, nomeadamente relativos à sua institucionalização ou à prestação de cuidados formais no domicílio, mas também no valor futuro das pensões de velhice, dada a curta carreira contributiva”.

O livro “Trânsito condicionado”, que será apresentado na terça-feira, foi elaborado em parceria com o DINÂMIA’CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (ISCTE-IUL), e faz, a partir de um trabalho de campo realizado desde 2011, um retrato qualitativo da pobreza na capital. O estudo terá final em 2020 e vai continuar a acompanhar o mesmo grupo de pessoas, nos próximos anos.

RZP/MCL // MCL

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23860542?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

34

Utentes das ligações fluviais do Tejo em protesto contra deterioração do serviço

Lisboa, 13 março (Lusa) – As comissões de utentes de transportes do Seixal, Montijo e Barreiro realizam, na quarta-feira, uma marcha simbólica entre o Cais do Sodré e o Ministério das Finanças, em Lisboa, em protesto contra a deterioração das ligações fluviais.

De acordo com Miguel Dias, representante da Comissão de Utentes do Cais do Seixalinho (Montijo), a concentração dos utentes será no Cais do Sodré pelas 17:00, simbolicamente, por se tratar do local onde convergem todos os barcos que fazem a travessia, “com exceção da travessia do Barreiro”.

“Depois da concentração no Cais do Sodré, seguiremos para o Terreiro do Paço, onde os utentes da travessia do Barreiro se vão juntar à marcha, antes de seguirmos para o Ministério das Finanças”, afirmou em declarações à agência Lusa.

O objetivo desta marcha é entregar ao ministro das Finanças, Mário Centeno, uma “carta aberta onde é sublinhada a situação caótica que se vive no transporte fluvial no rio Tejo e exigir a orçamentação urgente das empresas públicas Transtejo e Soflusa”. O representante da comissão de utentes do Cais do Seixalinho afirma que é urgente “orçamentar e munir a empresa de verbas suficientes”.

“Com esta carta aberta queremos pedir ao Ministério das Finanças que atente no desinvestimento e na falta de fundos que, aparentemente, existe nas empresas que fazem as ligações fluviais. É necessário regular o funcionamento das empresas para que haja uma operação sem falhas”, reforçou.



A Soflusa faz a ligação entre o Barreiro e Lisboa, enquanto a Transtejo é a empresa responsável pelas ligações do Seixal, Montijo, Cacilhas e Trafaria/Porto Brandão à capital.

A manifestação acontece no mesmo dia em que o conselho de administração da Transtejo/Soflusa é ouvido na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas do parlamento.

Também a autarquia do Seixal exigiu já ao Governo que “cumpra o prometido” para resolver os problemas nas ligações fluviais no Tejo, por considerar inaceitável que as populações continuem a ser prejudicadas.

No início do mês, o presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Santos (PCP), questionou sobre a verba de 10 milhões de euros que devia ser aplicada na frota de navios que fazem a travessia no Tejo.

“Apesar das várias reuniões e reivindicações da autarquia, até ao momento nada foi feito, apesar de em junho de 2017 o Ministério do Ambiente ter anunciado um investimento de 10 milhões de euros para o plano de manutenção da frota de navios da Transtejo e Soflusa”, disse o autarca, na altura.

Devido às "limitações da frota", a Transtejo reforçou na quinta, sexta e segunda-feira as ligações fluviais entre o Montijo e o Cais do Sodré com transportes rodoviários.

RZP (RCP/AJO) // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23865400?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

35

Cozinha chinesa pela primeira vez no festival Peixe em Lisboa



Lisboa, 14 mar (Lusa) – O festival gastronómico Peixe em Lisboa realiza-se de 05 a 15 de abril no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, com a estreia da cozinha chinesa, naquela que é a 11ª edição do evento.

Durante a apresentação do festival, que decorreu hoje na Associação de Turismo de Lisboa, no Terreiro do Paço, na Baixa da capital, foram revelados os nomes dos chefes internacionais que estarão presentes durante os 10 dias do festival.

Anthony Genovese estará presente no dia 09 de abril, Andrew Wond fará a estreia da cozinha chinesa no festival no dia 11 e Iván Dominguez, no dia 13, fará uma apresentação da ‘cozinha atlântica’ que valoriza uma forte componente de peixes e mariscos.

Duarte Calvão, diretor do Peixe em Lisboa, destacou a continuidade de cinco conceituados restaurantes portugueses com chefes distinguidos com estrelas Michelin.

“Além das alterações na decoração do espaço do Pavilhão Carlos Lopes e das novas três esplanadas ao ar livre, vamos continuar a ter a presença de reconhecidos chefes portugueses entre os quais José Avillez, do restaurante Belcanto, e João Rodrigues, do restaurante Feitoria”, disse.

Das presenças internacionais que estarão na 11ª edição do festival, a organização destacou a eslovena Ana Ros, eleita a melhor chefe feminina do mundo em 2017. No dia 10 de abril, pelas 19:00, a chefe fará uma apresentação do seu restaurante “Hisa Franko”, que se localiza na zona rural da Eslovénia, a todos os visitantes do festival.

Também presente, o vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Cordeiro, realçou a importância do evento para o turismo na capital, afirmando que “este é o maior e melhor evento de gastronomia do mar e a afirmação internacional do projeto é, para Lisboa, fundamental do ponto de vista estratégico”.

“A gastronomia e o turismo gastronómico em si permitem criar empregos e valorizar a economia da sociedade”, afirmou.

O autarca aproveitou ainda a ocasião para recordar Açucena Veloso, comerciante do Mercado 31 de Janeiro e fornecedora do festival, que faleceu a 11 de fevereiro num acidente automóvel, por ser uma importante presença desde a primeira edição do festival.

“Esta será a primeira edição do Peixe em Lisboa sem a presença de Açucena Veloso, lembraremos a sua memória e tudo faremos para a honrar, ela que sempre primou por fornecer a este festival peixe da melhor qualidade”, disse.

A pesca sustentável e o consumo de espécies que não estão em risco de extinção são preocupações da organização que, em conjunto com a Ciência Viva e a Docapesca, vão organizar sessões dedicadas ao consumo de espécies não ameaçadas, com grande destaque para o carapau.

À semelhança dos anos anteriores, nesta edição vai repetir-se o “concurso de pataniscas”, a 09 de abril, e “O melhor pastel de nata”, a 11 de abril.

O festival encerra às 00:00, exceto às sextas-feiras e aos sábados, que se prolonga até à 01:00.

A entrada é gratuita para crianças até aos 12 anos, uma entrada de um dia custa 15 euros e uma entrada de grupos de cinco pessoas custa 60 euros por dia.

RZP // MCL

Lusa/Fim



Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23871731?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

36

Mau tempo: Proteção Civil registou 445 ocorrências até às 14:00

Lisboa, 14 mar (Lusa) – A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) registou 445 ocorrências, entre as 00:00 e as 14:00 de hoje, como quedas de árvores e inundações, sendo os distritos do Porto, Coimbra e Leiria os mais afetados.

Fonte da ANPC disse à agência Lusa que foram registadas “445 ocorrências”, desde “a meia noite, altura em que entrou em vigor o alerta amarelo, e até às 14:00”.

As ocorrências “tiveram especial desenvolvimento nas últimas três horas”, sendo que “durante a noite não existiram praticamente ocorrências”, acrescentou a mesma fonte. O Porto é o distrito mais afetado, seguindo-se Coimbra e Leiria, e as “maiores incidências são quedas de árvores (190), inundações (109) e quedas de estruturas (105)”.

Questionada sobre feridos, a ANPC referiu que só há feridos a registar na sequência do desabamento de parte da estrutura do telhado da Porto Editora, na Maia (distrito do Porto), que “afetou três colaboradores”.

No concelho de Lisboa foram registadas 67 ocorrências desde as 08:00 até às 15:00, em consequência do mau tempo, sem registo de qualquer dano humano, avançou fonte do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) à agência Lusa.

Das 67 ocorrências, 12 são quedas de árvores, 25 são quedas de estruturas (como vidros, placas, estores ou antenas) e nove são inundações - sete em espaço privado e



duas na via pública, que, segundo a fonte do RSB, não causaram constrangimentos de maior.

O RSB apontou ainda que há apenas a registar alguns danos materiais, na sequência da queda de árvores em cima de algumas viaturas.

FYM/RZP // MCL

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23872110?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

37

AR aprova na especialidade lei das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros

Lisboa, 14 mar (Lusa) – A Comissão de Economia aprovou hoje, na especialidade, a versão final da lei que vai regular as plataformas eletrónicas de transporte de passageiros, mais de um ano depois da entrada no parlamento da proposta de lei do Governo.

Os deputados da Comissão de Economia, Inovação e Obras públicas votaram hoje, ao final da tarde, artigo a artigo, e por vezes alínea a alínea, a proposta de lei do Governo, os projetos de lei de Bloco de Esquerda e PSD, bem como as propostas de alteração apresentadas por PCP, PS, PSD e CDS-PP.

PAN e “Os Verdes” não estiveram presentes na votação, à qual assistiram representantes da Federação Portuguesa do Táxi (FPT), da Associação Nacional de Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), da Uber e da mytaxi.

O texto final da lei ainda terá de ser submetido ao plenário da Assembleia da República para votação final global. O Bloco anunciou no final dos trabalhos que vai submeter também ao plenário o seu projeto de lei, apesar de o diploma ter sido “prejudicado” várias vezes por causa do sentido das votações.

A proposta do Governo para regulamentar a atividade de plataformas como a Uber, Cabify, Taxify e Chofer deu entrada em janeiro de 2017 no parlamento e foi discutida a 17 de março desse ano em plenário, tendo baixado à comissão para debate na especialidade sem votação.

A votação na especialidade foi adiada duas vezes potestativamente nas últimas três semanas, primeiro pelo PS, a 22 de fevereiro, para alcançar “consensos”, e depois pelo PCP, com o apoio de BE e PAN, a 08 de março, por forma a permitir analisar com mais tempo as propostas que PSD e PS entregaram no início dessa reunião, após “48 horas” de “diálogo”.

MLS/RCP/RZP // ARA

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23874539?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

38

Plataformas eletrónicas de transporte vão pagar "contribuição" até 2% dos ganhos



Lisboa, 14 mar (Lusa) – Os operadores de plataformas eletrónicas de transporte de passageiros vão pagar uma “contribuição” entre 0,1% e 2% dos seus ganhos, segundo uma proposta do PSD aprovada hoje na especialidade pela Comissão de Economia do parlamento.

Segundo a proposta, esta "contribuição" visa "compensar os custos administrativos de regulação e acompanhamento das respetivas atividades", sendo o valor exato definido por portaria do Governo.

A proposta do PSD foi aprovada com os votos favoráveis dos sociais-democratas e do PS, a abstenção do CDS-PP e os votos contra de PCP e Bloco de Esquerda, no âmbito da votação na especialidade da regulamentação da atividade das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros, que decorreu ao final da tarde, na Assembleia da República.

Os ganhos das plataformas não podem ultrapassar 25% do valor de cada viagem, sendo os restantes 75% repartidos entre as empresas intermediárias e os motoristas.

A nova lei, cujo texto final terá ainda de ser submetido ao plenário da Assembleia da República para votação final global, prevê que as infrações à regulamentação sejam sancionadas com coimas entre 2.000 e 4.500 euros, no caso de pessoas singulares, ou de 5.000 a 15.000 euros, no caso de pessoas coletivas.

A implementação da lei será objeto de avaliação pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, em articulação com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, três anos após a sua entrada em vigor, devendo ser apresentado um relatório com “recomendações e propostas de ajustamento das regras”, aprovaram também os deputados.

As propostas do Governo e do Bloco de Esquerda previam que a lei entrasse em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, mas acabou por ser aprovada a proposta do PS, que determina que a regulamentação só entre em vigor três meses após a sua publicação em Diário da República.

A Comissão de Economia, Obras Públicas e Inovação votou hoje na especialidade a proposta de lei do Governo, os projetos de lei de BE e PSD, bem como as propostas de alteração apresentadas por PCP, PS, PSD e CDS-PP.

MLS/RCP/RZP // PNG

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23874588?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

39

Motoristas plataformas eletrónicas com formação definida por portaria do Governo

Lisboa, 14 mar (Lusa) – A formação que os motoristas das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros vão ser obrigados a possuir para estarem ao volante dos automóveis descaracterizados vai ter uma carga horária definida por portaria do Governo.

O executivo, na sua proposta de lei, defendia que a formação destes fosse de 50 horas, o mesmo que pretendido pelo PSD, enquanto o CDS sugeria uma formação de 80 horas. Por seu turno, o PCP exigia que os motoristas tivessem “certificado de motorista de táxi” e que a carga horária da formação fosse igual à dos taxistas, que é atualmente de 125 horas.



Naquela que será a versão final da lei que vai regular as plataformas eletrónicas de transporte de passageiros ficou então definido, como defendia o Partido Socialista, que o número de horas seja estabelecido por portaria do membro competente. Quanto à duração da atividade, os motoristas não vão poder conduzir por mais de 10 horas dentro de um período de 24 horas, independentemente do número de plataformas nas quais preste serviço, sem prejuízo da aplicação das normas imperativas, nomeadamente do Código de Trabalho, se estabelecerem por um período inferior.

Os motoristas das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros vão ter de ser titulares de carta de condução há mais de três anos e um curso de formação válido por um período de cinco anos.

O início da atividade está sujeita a licenciamento do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) a requerer por via eletrónica, tendo este um prazo de 30 dias uteis para analisar o pedido e decidir.

Considera-se aprovado o pedido se no prazo previsto não for proferida decisão, constituindo causa de indeferimento o não preenchimento de algum dos requisitos legalmente exigidos para o seu exercício.

O certificado de motorista de Transporte em Veículo Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica (TVDE) é valido pelo período de cinco anos renovável por iguais períodos.

Aprovado por unanimidade, à exceção do PAN Pessoas- Animais- Natureza e de 'Os Verdes', que não estiveram presentes na votação, foi o ponto que refere que o motorista terá contrato de trabalho que será sujeito ao disposto no Código do Trabalho.

Já em relação aos veículos, apenas podem ser utilizados veículos inscritos junto da plataforma eletrónica de reserva. O operador não pode ser proprietário de veículos TVDE, nem financiar ou ser parte interessada em negócio relativo à aquisição, aluguer ou leasing e só podem ser utilizados automóveis ligeiros de matrícula nacional, com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do motorista.

Os automóveis devem possuir, igualmente, uma idade inferior a sete anos a contar da data da primeira matrícula e, sem prejuízo dos demais seguros exigidos por lei, devem ter também seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais, que inclua os passageiros transportados e respetivos prejuízos.

RCP/RZP/MCL // ARA

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23874610?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

40

AR rejeita propostas de PCP e BE para definição de veículos por contingentes municipais

Lisboa, 14 mar (Lusa) – O parlamento rejeitou hoje propostas de PCP e Bloco de Esquerda para a definição, pelas autarquias, do número de veículos ao serviço das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros por concelho, como pretendiam as associações de taxistas.

A definição de contingentes foi rejeitada por PSD, PS e CDS-PP durante a votação na especialidade, na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia



da República, da proposta de lei do Governo, dos projetos de lei de PSD e BE, bem como das propostas de alteração apresentadas por PCP, PS, CDS-PP e PSD.

O texto final da lei ainda terá de ser submetido ao plenário da Assembleia da República para votação final global.

MLS/RCP/RZP // ARA

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23874802?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

41

Plataformas eletrónicas de transporte vão pagar "contribuição" até 2% dos ganhos (ATUALIZADA)

Lisboa, 15 mar (Lusa) – Os operadores de plataformas eletrónicas de transporte de passageiros vão pagar uma “contribuição” entre 0,1% e 2% dos seus ganhos, segundo uma proposta do PSD aprovada na quarta-feira na especialidade pela Comissão de Economia do parlamento.

Segundo a proposta, esta "contribuição" visa "compensar os custos administrativos de regulação e acompanhamento das respetivas atividades", sendo o valor exato definido por portaria do Governo.

A proposta do PSD foi aprovada com os votos favoráveis dos sociais-democratas e do PS, a abstenção do CDS-PP e os votos contra de PCP e Bloco de Esquerda, no âmbito da votação na especialidade da regulamentação da atividade das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros, que decorreu ao final da tarde, na Assembleia da República.

Os ganhos das plataformas não podem ultrapassar 25% do valor de cada viagem, sendo os restantes 75% repartidos entre as empresas intermediárias e os motoristas. A nova lei, cujo texto final terá ainda de ser submetido ao plenário da Assembleia da República para votação final global, prevê que as infrações à regulamentação sejam sancionadas com coimas entre 2.000 e 4.500 euros, no caso de pessoas singulares, ou de 5.000 a 15.000 euros, no caso de pessoas coletivas.

A implementação da lei será objeto de avaliação pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, em articulação com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, três anos após a sua entrada em vigor, devendo ser apresentado um relatório com “recomendações e propostas de ajustamento das regras”, aprovaram também os deputados.

As propostas do Governo e do Bloco de Esquerda previam que a lei entrasse em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, mas acabou por ser aprovada a proposta do PS, que determina que a regulamentação só entre em vigor três meses após a sua publicação em Diário da República.

Depois da entrada em vigor da lei, os operadores de plataformas eletrónicas e as empresas intermediárias (e respetivos motoristas), têm 60 e 120 dias, respetivamente, para "conformar a sua atividade".

A Comissão de Economia, Obras Públicas e Inovação votou hoje na especialidade a proposta de lei do Governo, os projetos de lei de BE e PSD, bem como as propostas de alteração apresentadas por PCP, PS, PSD e CDS-PP.

MLS/RCP/RZP // ARA

Lusa/Fim



Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23874623?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

42

AR rejeita propostas de PCP e BE para definição de veículos por contingentes municipais (ATUALIZADA)

Lisboa, 15 mar (Lusa) – O parlamento rejeitou na quarta-feira propostas de PCP e Bloco de Esquerda para a definição, pelas autarquias, do número de veículos ao serviço das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros por concelho, como pretendiam as associações de taxistas.

A definição de contingentes foi rejeitada por PSD, PS e CDS-PP durante a votação na especialidade, na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da República, da proposta de lei do Governo, dos projetos de lei de PSD e BE, bem como das propostas de alteração apresentadas por PCP, PS, CDS-PP e PSD, que ocorreu ao final da tarde de quarta-feira.

A prestação do serviço pode ser remunerada pela aplicação de uma ou mais tarifas à distância percorrida e/ou ao tempo despendido no transporte ou pela aplicação de um preço fixo determinado antes da contratação do serviço, aprovaram ainda os deputados.

"Os valores das tarifas são fixados livremente entre as partes (...)", lê-se noutro artigo aprovado hoje, sendo que "os prestadores de serviços podem aplicar uma tarifa dinâmica".

O pagamento do transporte tem de ser processado e registado através da plataforma eletrónica de reserva, não sendo assim possível pagar em numerário ou através de cartão na viatura, tal como já acontece atualmente.

Uma das propostas aprovada por unanimidade, da autoria do CDS-PP, diz respeito aos passageiros com mobilidade reduzida: as plataformas são obrigadas a ter na sua frota veículos com capacidade para o transporte deste tipo de passageiros, bem como dos seus meios de locomoção.

A lei determina ainda que o tempo de espera para estes passageiros tem de ser inferior a 15 minutos, podendo em situações "exceciconais e justificáveis" chegar a 30 minutos.

A fiscalização do cumprimento da lei ficará a cargo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, Autoridade para as Condições do Trabalho, Instituto da Segurança Social, GNR, PSP, Autoridade Tributária e Comissão Nacional de Proteção de Dados.

O texto final da lei ainda terá de ser submetido ao plenário da Assembleia da República para votação final global.

A proposta do Governo para regulamentar a atividade de plataformas como a Uber, Cabify, Taxify e Chofer deu entrada em janeiro de 2017 no parlamento e foi discutida a 17 de março desse ano em plenário, tendo baixado à comissão para debate na especialidade sem votação.

A votação na especialidade foi adiada duas vezes potestativamente nas últimas três semanas, primeiro pelo PS, a 22 de fevereiro, para alcançar "consensos", e depois pelo PCP, com o apoio de BE e PAN, a 08 de março, por forma a permitir analisar com mais tempo as propostas que PSD e PS entregaram no início dessa reunião, após "48 horas" de "diálogo".

MLS/RCP/RZP // ARA

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23874840?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

43

PS e PSD satisfeitos com lei para regular plataformas mas PCP alerta para desigualdades

Lisboa, 15 mar (Lusa) – PS e PSD congratularam-se na quarta-feira com a redação de um texto final para regulamentar a atividade das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros, mas o PCP alerta para a desigualdade que vai gerar no setor.

A aprovação, na especialidade, da versão final da lei que vai regular as plataformas eletrónicas de transporte de passageiros deixou os sociais-democratas “satisfeitos” com o “exercício responsável” feito pelos partidos.

Em declarações aos jornalistas no final da reunião da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, o deputado do PSD Emídio Guerreiro mostrou-se agradado com a aproximação do texto final à proposta de lei do PSD.

“Demos um salto muito qualitativo na regulação da atividade, estamos satisfeitos com a aproximação do texto final às propostas feitas pelos sociais-democratas”, destacou o deputado.

O deputado socialista João Paulo Guerreiro enalteceu a regulamentação criada para o setor, por ser “rigorosa e exigente”, destacando a proteção que vai passar a existir quer para os motoristas, quer para os clientes.

“Conseguimos hoje legislar um setor. Saímos [da Comissão] com uma regulamentação exigente que deverá estar a funcionar daqui a três meses”, afirmou o deputado.

Já o PCP deixa um alerta para aquilo que considera ser uma “má notícia do ponto de vista da concorrência desleal”, em consequência da “convergência criada entre o PS o PSD” que deixa espaço para que as plataformas funcionem de “forma livre”.

“Desde o início que manifestámos discordância do PCP a um regime que significaria a legalização da concorrência desleal. Acabámos de votar um regime de liberalização da oferta de transporte e não um regime sobre plataformas ou tecnologias”, afirmou Bruno Dias, deputado do PCP.

“Há uma desigualdade profunda entre meios de atividade e estivemos nesta votação para alertar para essas preocupações. Não estamos de acordo que a descentralização do poder do Governo não se aplique a todas as matérias, propúnhamos o envolvimento das autarquias”, esclareceu, referindo-se à contingentação, proposta que foi rejeitada.

O texto final da lei ainda terá de ser submetido ao plenário da Assembleia da República para votação final global.

RZP/RCP/MLS // ARA

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23874625?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

44

Ameaça de bomba obrigou a evacuação de dependências do BPI em Lisboa

| |
|---|
| <p>Lisboa, 16 mar (Lusa) – Todas as dependências do Banco Português de Investimento (BPI) da cidade de Lisboa foram hoje evacuadas devido a uma ameaça de bomba, mas os funcionários já voltaram às instalações, segundo fontes da PSP e do banco. Fonte da PSP avançou, pelas 10:50, que a ameaça de bomba foi feita por telefone, cerca das 09:00, para a dependência das Laranjeiras, na Rua Tomás da Fonseca, com a indicação de que “uma bomba iria explodir durante a manhã”.</p> <p>No entanto, pouco depois das 11:00, fonte do BPI referiu que os funcionários estavam a regressar ao trabalho.</p> <p>RZP/ROC // ROC Lusa/fim</p> <p>Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23882434?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>45 Ameaça de bomba obrigou a evacuação de dependências do BPI em Lisboa (ATUALIZADA)</p> |
| <p>Lisboa, 16 mar (Lusa) – Todas as dependências do Banco Português de Investimento (BPI) da cidade de Lisboa foram hoje evacuadas devido a uma ameaça de bomba, mas os funcionários já voltaram às instalações, segundo fontes da PSP e do banco. Fonte da PSP avançou, pelas 10:50, que a ameaça de bomba foi feita por telefone, cerca das 09:00, para a dependência das Laranjeiras, na Rua Tomás da Fonseca, com a indicação de que “uma bomba iria explodir durante a manhã”.</p> <p>No entanto, pouco depois das 11:00, fonte do BPI referiu que os funcionários estavam a regressar ao trabalho.</p> <p>A assessoria do BPI esclareceu que depois de recebido uma ameaça de bomba "anónima" se procedeu à evacuação das instalações na capital.</p> <p>“O banco informou de imediato as autoridades policiais e pôs em execução o procedimento de segurança estabelecido para estas situações, fazendo evacuar todas as suas instalações em Lisboa”, pode ler-se numa resposta enviada à agência Lusa. Na mesma resposta o BPI informa que o funcionamento normal do Banco foi reposto por “se tratar de um falso alarme”.</p> <p>RZP/ROC // ROC Lusa/fim</p> <p>Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/23882960?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>46 "Objeto suspeito" na via pública fecha Avenida Casal Ribeiro, em Lisboa</p> |
| <p>Lisboa, 16 mar (Lusa) – Parte da Avenida Casal Ribeiro, em Lisboa, encontra-se hoje à tarde fechada ao trânsito automóvel e de peões devido a um “objeto suspeito” encontrado junto a um edifício, disse à Lusa fonte policial.</p> <p>“Trata-se supostamente de um saco suspeito que está abandonado na via pública junto a um edifício na Avenida Casal Ribeiro. Foram tomadas as medidas preventivas de</p> |



isolamento do local e vamos proceder à verificação do objeto”, disse Hugo Palma, das Relações Públicas da Direção Nacional da PSP.

De acordo com Hugo Palma, o alerta foi dado “pouco depois das 12:15” e o isolamento do local, no Saldanha, foi feito por elementos do Comando Metropolitano de Lisboa, enquanto a verificação do objeto será realizada pela Unidade Especial de Polícia.

Hoje de manhã, todas as dependências do Banco Português de Investimento (BPI) da cidade de Lisboa foram evacuadas devido a uma ameaça de bomba, mas os funcionários voltaram entretanto às instalações, segundo fontes da PSP e do banco. Fonte do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP (Cometlis) adiantou ainda à Lusa que “quando os funcionários da dependência do BPI [na Avenida Casal Ribeiro] estavam a regressar ao local de trabalho repararam num objeto estranho junto ao exterior”.

“A administração pediu ajuda policial, que mandou para o local uma equipa do Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo”, precisou a fonte do Cometlis, adiantando ainda que no perímetro de segurança foram fechadas ao trânsito a Rua Actor Tabora até à Avenida Defensores de Chaves e a Rua Fernão Lopes. RCP/RZP (ROC) // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23883192?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

47

Navio que encalhou em Lisboa alvo de inspeção de segurança

Lisboa, 16 mar (Lusa) – O navio “Betanzos”, que encalhou há dez dias no Bugio, na foz do rio Tejo, à saída da barra de Lisboa, e foi hoje rebocado, vai ser inspecionado ainda durante esta tarde, disse fonte da Autoridade Marítima Nacional.

“Depois da manobra de reboque da embarcação, é necessário avaliar as condições de segurança, procedimento que será levado a cabo pela Autoridade Marítima Nacional”, afirmou o porta-voz da Autoridade Marítima Nacional (AMN), Comandante Fernando Pereira da Fonseca.

A manobra para rebocar o navio “Betanzos” teve o apoio de um rebocador de grande capacidade e três rebocadores do Porto de Lisboa e demorou mais de 11 horas.

Segundo disse à agência Lusa o Comandante Fernando Pereira da Fonseca, “a operação começou às 02:30 e teve de ser interrompida até ao virar da maré”.

“A operação de reboque do navio começou com um rebocador de grande capacidade, após as 02:30, e foi depois interrompida até às 08:00 quando a maré começou a encher. Depois da entrada na barra, pelas 08:00, o navio foi puxado por dois rebocadores, e apoiado por outro, até ao cais do Beato”, explicou.

De acordo com a mesma fonte, o navio está atracado no cais do Beato desde cerca das 13:30 e deverá, ainda hoje, ser sujeito a uma inspeção de segurança feita pela Autoridade Marítima Nacional.

Contactado pela agência Lusa, o agente de navegação Portmar, representante do armador responsável pelo navio, disse que estão a ser “avaliadas as condições em que a embarcação se encontra”.

“Até ao final do dia será decidido qual o procedimento a seguir, depois de terminada a avaliação ao navio”, acrescentou.



O "Betanzos" encalhou na madrugada de dia 06 de março, cerca das 01:00, à saída da barra de Lisboa, após uma falha total de energia e da tentativa de fundear.

O navio, que estava encalhado perto do farol do Bugio, no forte de São Lourenço do Bugio, concelho de Oeiras, na foz do Rio Tejo, transporta oito mil toneladas de areia com sílica, usada na indústria de porcelana e cerâmica.

No dia 08, como medida de precaução devido ao mau tempo, os dez tripulantes e quatro elementos técnicos que seguiam a bordo foram resgatados do navio por um helicóptero da Força Aérea Portuguesa.

RZP (SO/SR) // MCL

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23884559?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

48

Pais de Telheiras (Lisboa) organizam cordão humano contra nova igreja

Lisboa, 16 mar (Lusa) – Os contestatários à construção de uma nova igreja e casa mortuária junto a uma escola no bairro de Telheiras, em Lisboa, vão organizar um cordão humano de protesto, disse hoje à Lusa uma das organizadoras.

“Na quarta-feira, dia 21, entre as 08:30 e as 09:00 iremos fazer um cordão humano envolvendo o jardim e as escolas”, disse à Lusa Virgínia Conde, presidente da Associação de Pais da Escola Básica de Telheiras e nº1 e Jardim de Infância de Telheiras.

O projeto para a construção de um centro paroquial, casa mortuária e igreja prevê a sua implementação num terreno com mais de 2.000 metros quadrados, situado entre a rua Hermano Neves e a rua José Escada, um espaço atualmente ajardinado junto à EB1 e ao Jardim de Infância de Telheiras.

A Associação de Pais das escolas de Telheiras contesta a localização da obra e o fim daquele espaço ajardinado, pelo que está a agendar para as próximas semanas algumas ações para sensibilizar a população da importância do espaço verde que existe no local, entre as quais o cordão humano. A Associação de Pais apoia a petição online que foi lançada há algumas semanas por pais e encarregados de educação de alunos das escolas de Telheiras, que se opõem à localização da nova igreja e do centro paroquial.

Entretanto, a Junta de Freguesia do Lumiar promoveu na quinta-feira à noite uma sessão de esclarecimento sobre a construção da nova igreja.

A presidente da Associação de Pais considerou essa iniciativa importante porque mostrou que “todos os envolvidos estão disponíveis para negociar”.

“Esta sessão correu muito bem, ficou aberta uma porta para a negociação, não temos nada contra a construção de uma igreja com todas as valências necessárias, mas aquele sítio não é o ideal. Está tudo nas mãos da Câmara Municipal de Lisboa e do Patriarcado”, afirmou Virgínia Conde.

O presidente da junta de freguesia do Lumiar, Pedro Delgado Alves (PS), explicou à Lusa que a sessão de esclarecimentos tinha por objetivos “apresentar o projeto da paróquia e ponderar algumas alternativas” para a sua aplicação.

“A Câmara Municipal de Lisboa está disposta a fazer a permuta de um terreno que permita a instalação da igreja e centro paroquial. Do lado da paróquia há também



abertura para discutir as alternativas e, neste momento, estão a ser estudadas as melhores hipóteses”, disse.

Relativamente ao tempo que demorará até ser encontrada uma solução, o autarca disse à Lusa que espera “ter tempo para que se encontre uma solução, com a maior brevidade possível”.

A petição contra a construção da igreja e centro paroquial no jardim contíguo às escolas reunia hoje, cerca das 18:00, quase 2.800 assinaturas e vai manter-se ‘online’. Segundo um comunicado divulgado na página da paróquia pela equipa coordenadora do projeto, este compreende a construção de uma igreja, um centro para idosos, um armazém para recolha e distribuição de alimentos, um espaço solidário para recolha e distribuição de roupa, um centro de aconselhamento e apoio familiar, um espaço para eventos, salas de reuniões para encontros de várias valências e capelas mortuárias.

RZP // MCL/MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23885569?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

49

ANTRAL vai apresentar queixa contra secretário de Estado e ministro do Ambiente

Lisboa, 20 mar (Lusa) - A associação ANTRAL anunciou hoje que vai apresentar “uma queixa” judicial contra o secretário de Estado e o ministro do Ambiente por “promoverem o risco dos cidadãos” ao permitirem o funcionamento das plataformas eletrónicas de transporte sem regulamentação apropriada.

A Associação Nacional de Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), que representa taxistas, não especificou qual o tipo de queixa que vai apresentar contra o ministro João Matos Fernandes e o secretário de Estado José Mendes, nem quando será entregue.

"Estamos fartos de ser denegridos por este senhor secretário de Estado. O ministro tem de tomar uma posição", disse, em conferência de imprensa, em Lisboa, o dirigente da ANTRAL, Florêncio Almeida.

A associação considera que os dois governantes "estão a pôr em causa a segurança das pessoas".

A ANTRAL assume que tem novos protestos programados, mas não indicou quais. A comissão parlamentar de economia aprovou na passada quarta-feira em especialidade um texto sobre as plataformas eletrónicas que reúne operadores de transportes em veículos descaracterizado.

A proposta do Governo para regulamentar a atividade de plataformas como a Uber, Cabify, Taxify e Chofer deu entrada em janeiro de 2017 no parlamento e foi discutida em 17 de março desse ano em plenário, tendo baixado à comissão para debate na especialidade sem votação.

A votação na especialidade foi adiada duas vezes potestativamente nas últimas três semanas, primeiro pelo PS, a 22 de fevereiro, para alcançar “consensos”, e depois pelo PCP, com o apoio de BE e PAN, em 08 de março, por forma a permitir analisar com mais tempo as propostas que PSD e PS entregaram no início dessa reunião, após “48 horas” de “diálogo”.

O setor do táxi defendeu desde sempre que a lei que viesse regulamentar a atividade de transporte de passageiros em veículos descaracterizados abordasse a



contingentação, num modelo perto daquele que é seguido pelos táxis, mas este ponto que não foi aceite pela maioria dos partidos.

Só o PCP e o BE defendiam a fixação de contingentes pelos municípios para estas viaturas e com uma periodicidade não inferior a cinco anos, indo de encontro às reivindicações da Federação Portuguesa do Táxi e da ANTRAL, que não abdicam da contingentação.

RZP/RCS (RCP) // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23901645?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

50

ANTRAL vai apresentar queixa contra secretário de Estado e ministro do Ambiente (C/ ÁUDIO) (ATUALIZADA)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 20 mar (Lusa) - A associação ANTRAL anunciou hoje que vai apresentar “uma queixa” judicial contra o secretário de Estado e o ministro do Ambiente por “promoverem o risco dos cidadãos” ao permitirem o funcionamento das plataformas eletrónicas de transporte sem regulamentação apropriada.

A Associação Nacional de Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), que representa taxistas, não especificou qual o tipo de queixa que vai apresentar contra o ministro João Matos Fernandes e o secretário de Estado José Mendes, nem quando será entregue.

"Estamos fartos de ser denegridos por este senhor secretário de Estado. O ministro tem de tomar uma posição", disse, em conferência de imprensa, em Lisboa, o dirigente da ANTRAL, Florêncio Almeida.

A associação considera que os dois governantes "estão a pôr em causa a segurança das pessoas".

“O que nós vamos fazer é mover um processo contra o senhor secretário de Estado e o senhor ministro do Ambiente por estarem a lesar constantemente os interesses públicos e permitirem que se mantenha o risco para a segurança rodoviária”, explicou Florêncio Almeida.

O dirigente da ANTRAL destacou ainda a diferença que existe atualmente entre a formação que é exigida aos taxistas e aos motoristas de transporte de passageiros em veículos descaracterizados.

“Nós somos profissionais e estamos documentados para exercer essa atividade enquanto os das plataformas não estão. Os [motoristas] ilegais crescem todos os dias com a proteção do Estado”, apontou.

Já em dezembro do ano passado a Federação do Táxi exigiu a demissão do secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, depois de, em declarações ao jornal Expresso, ter defendido o perdão de quatro milhões de euros em multas às plataformas eletrónicas de serviço de transporte Uber e Cabify.

A ANTRAL assumiu ainda, hoje, que tem novos protestos programados, mas não indicou quais.

A comissão parlamentar de economia aprovou na passada quarta-feira, na especialidade, um texto sobre as plataformas eletrónicas que reúne operadores de transportes em veículos descaracterizado.



A proposta do Governo para regulamentar a atividade de plataformas como a Uber, Cabify, Taxify e Chofer deu entrada em janeiro de 2017 no parlamento e foi discutida em 17 de março desse ano em plenário, tendo baixado à comissão para debate na especialidade sem votação.

A votação na especialidade foi adiada duas vezes potestativamente nas últimas três semanas, primeiro pelo PS, a 22 de fevereiro, para alcançar “consensos”, e depois pelo PCP, com o apoio de BE e PAN, em 08 de março, por forma a permitir analisar com mais tempo as propostas que PSD e PS entregaram no início dessa reunião, após “48 horas” de “diálogo”.

O setor do táxi defendeu desde sempre que a lei que viesse regulamentar a atividade de transporte de passageiros em veículos descaracterizados abordasse a contingentação, num modelo perto daquele que é seguido pelos táxis, mas este ponto que não foi aceite pela maioria dos partidos.

Só o PCP e o BE defendiam a fixação de contingentes pelos municípios para estas viaturas e com uma periodicidade não inferior a cinco anos, indo de encontro às reivindicações da Federação Portuguesa do Táxi e da ANTRAL, que não abdicam da contingentação.

RZP/RCS (RCP/ SYSM) // MCL

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23902495?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

51

Diabetes e depressão entre as doenças que mais afetam a população de Lisboa

Lisboa, 21 mar (Lusa) - A diabetes, as doenças do cérebro e cardiovasculares, a depressão, as demências e as doenças musculoesqueléticas são as patologias que mais afetam a população da cidade de Lisboa, segundo um relatório divulgado hoje pelas entidades de saúde.

Os dados foram divulgados esta manhã durante a apresentação do Plano Local de Saúde do agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Norte, que decorreu no auditório do Centro de Saúde Sete Rios, em Lisboa.

A construção do Plano Local de Saúde do agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Norte baseou-se na identificação dos principais problemas de saúde que afetam a população.

De acordo com a informação disponibilizada no Plano, a percentagem de doentes hipertensos e com alterações dos lípidos aumentou relativamente aos últimos dados, de outubro de 2014, pelo que se “reforça a necessidade de intervir sobre estes problemas”.

“É importante contarmos com o apoio de parceiros nestas questões da saúde. Dos 12 problemas identificados na área dos Centros de Saúde Lisboa Norte priorizámos cinco e é sobre esses que trabalharemos”, disse Guilherme Quinaz Romana, um dos responsáveis pela realização do Plano.

Os cinco problemas de saúde priorizados são as doenças do cérebro e cardiovasculares, a diabetes, a saúde mental, as doenças musculoesqueléticas e as doenças infecciosas sobre as quais se constituirão cinco grupos de trabalho prioritários para definir estratégias para combater a incidência destes problemas na população.



"Nas doenças provocadas por infeções sexualmente transmissíveis não podemos negligenciar o VIH/SIDA que ainda tem uma grande prevalência na sociedade", afirmou Rui Portugal, coordenador do internato médico de Saúde Pública de Lisboa e Vale do Tejo.

Os parceiros ouvidos pelos autores do Plano deixaram ainda um alerta para a saúde mental, afirmando que "as estruturas de saúde mental não estão a acompanhar as necessidades da comunidade".

"As perturbações psiquiátricas e os problemas de saúde mental constituem atualmente uma das principais causas de incapacidade (...) O facto de o rácio de doentes por médico de família ser muito elevado leva ao espaçamento das consultas e a diminuição da comparticipação dos medicamentos", pode ler-se no Plano, relativamente às "necessidades de saúde sentidas e respetiva justificação".

Este Plano Local de Saúde será aplicado nas freguesias de Alvalade, Avenidas Novas, Benfica, Campolide, Carnide, Lumiar, Santa Clara e São Domingos de Benfica, e terá impacto em mais de 220.000 habitantes da cidade de Lisboa.

Em Portugal foram criados 54 Planos Locais de Saúde, pela Direção-Geral da Saúde, através do Plano Nacional de Saúde, em conjunto com as Administrações Regionais de Saúde e os Agrupamentos de Centros de Saúde.

RZP // MCL

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23907166?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

52

Associação de Operadores do Porto de Lisboa quer renovação da zona portuária (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 21 mar (Lusa) – A Associação de Operadores do Porto de Lisboa pretende reforçar a ligação entre o porto e a cidade de Lisboa, através da renovação de toda a zona portuária, disse hoje à agência Lusa a presidente da associação.

A Associação de Operadores do Porto de Lisboa (AOPL) tem como objetivo aproximar o mais possível a zona portuária da cidade, criando um interface "à semelhança do que já acontece em cidades como Barcelona ou Hamburgo".

"A preocupação com os terminais portuários tem de ser constante. A melhoria da ligação entre a cidade e o porto, a preocupação com os acessos, o cuidado redobrado na ligação, uma valorização estética. É importante dar a conhecer esta atividade, aumentar o conhecimento do que se passa num terminal portuário", explicou à agência Lusa a presidente da associação, Andreia Ventura, eleita a 13 de março.

A presidente da direção da AOPL destacou também a importância do porto de Lisboa para a economia da cidade e da região, uma vez que "os terminais servem a indústria" e criam uma rede logística que é importante para "a região e a nível nacional".

A AOPL reúne todos os operadores do porto de Lisboa, o que inclui o terminal multiusos do Poço do Bispo, o terminal de Santa Apolónia, os terminais de contentores de Alcântara e Santa Apolónia e o terminal multiusos do Beato, ao longo de mais de dez quilómetros de frente ribeirinha.

Desde 2005 que a AOPL não conseguia reunir a totalidade os operadores do porto de Lisboa, estando agora todos congregados sob os mesmos eixos estratégicos de atuação.

A aposta no desenvolvimento do porto, o reforço da ligação com a cidade e o fomento da construção de parcerias e entendimentos entre os diversos responsáveis do porto levaram os responsáveis de todos os operadores a reunir-se na associação. “Estamos todos juntos, os operadores portuários, numa mesma associação em defesa dos mesmos interesses e deste valor estratégico do porto de Lisboa”, sublinhou Andreia Ventura.

Relativamente ao objetivo de intervir na zona ribeirinha, a presidente da AOPL disse ter o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e referiu que as alterações serão realizadas recorrendo aos contratos de concessões que já existem.

“Ponderamos fazer alterações, nomeadamente no âmbito da renegociação dos prazos das concessões. Os contratos de concessão preveem a possibilidade de serem prorrogados, mediante a realização de investimento. É necessário que parte desse investimento seja não apenas um investimento em equipamentos ou na área portuária, do ponto de vista da operação, mas também do ponto de vista desta ligação com a cidade, atendendo à preocupação que nomeadamente o município de Lisboa tem tido com esta preocupação na ligação da zona ribeirinha”, esclareceu Andreia Ventura. A presidente da AOPL informou ainda que a associação dará nota desta intenção à comunidade portuária, à administração do porto e ao Governo.

“Estamos juntos, mas precisamos de trabalhar em conjunto com aqueles que são os demais responsáveis. Tem havido um crescimento sustentado dos portos e da movimentação da carga. Queremos dar consciência desta importância e trabalhar em conjunto com os demais interlocutores para que o porto se desenvolva e possa fazê-lo de uma forma sustentável”, disse Andreia Ventura.

A associação congrega os grupos ETE, YILPORT e TMB.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23908691?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

53

Mulher ferida com gravidade após ser atropelada por motociclista em Lisboa

Lisboa, 21 mar (Lusa) – Uma mulher com cerca de 40 anos ficou hoje ferida com gravidade após ter sido atropelada por um motociclo junto ao Mercado da Ribeira, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, disse à agência Lusa fonte do INEM.

Segundo fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), o atropelamento ocorreu cerca das 14:00 e envolveu “um motociclo e um peão”.

De acordo com a mesma fonte, a vítima foi transportada ao Hospital São Francisco Xavier, em Lisboa, com acompanhamento de uma viatura médica de emergência e reanimação (VMER).

Segundo fonte da PSP, o condutor do motociclo, um homem com cerca de 35 anos, ficou ferido sem gravidade e foi encaminhado para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Fonte dos Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB) confirmou à agência Lusa que o atropelamento ocorreu nas imediações do Mercado da Ribeira, uma zona de grande movimento turístico na cidade.

No local estiveram seis operacionais do RSB, uma ambulância do INEM, uma VMER e uma ambulância do RSB.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23909122?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

54

Ambientalistas exigem Avaliação Ambiental Estratégica do novo aeroporto do Montijo

Lisboa, 28 mar (Lusa) - A associação ambientalista Zero defendeu hoje uma Avaliação Ambiental Estratégica ao novo aeroporto do Montijo e afirmou que, se tal não acontecer, avançará com queixas à justiça portuguesa e à Comissão Europeia. “A Zero considera absolutamente necessário que se proceda a uma Avaliação Ambiental Estratégica que considere as diferentes possibilidades de implantação e evolução de uma infraestrutura destas no território”, avança a Associação Sistema Terrestre Sustentável - Zero, em comunicado.

A nota da associação de defesa do ambiente surge na “sequência das notícias mais recentes que dão conta da realização de um Estudo de Impacte Ambiental, o que não corresponde à necessidade legal e a uma boa prática de avaliação, transparência e participação”, pode ler-se.

Segundo a legislação que regula a Avaliação Ambiental Estratégica, encontram-se sujeitos a esta avaliação os “planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos”.

A associação ambientalista acrescenta que “os projetos de construção de aeroportos cuja pista de descolagem e de aterragem tenham um comprimento de pelo menos 2.100 metros são obrigatoriamente sujeitos” a este instrumento.

A Zero especifica alguns aspetos fundamentais que devem ser esclarecidos. Uma das questões prende-se com uma eventual substituição do aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, pelo aeroporto a instalar no Campo de Tiro de Alcochete e a outra com o papel que o aeroporto do Montijo terá relativamente a estas duas estruturas.

A saúde pública é também um dos eixos de preocupação dos ambientalistas, que questionam as medidas que serão tomadas em relação à “redução do ruído através da existência de períodos noturnos de total interrupção do tráfego aéreo”.

A Avaliação Ambiental Estratégica defendida pela Zero deve “avaliar rigorosamente” a compatibilização do aumento do transporte aéreo e o impacto nas alterações climáticas com o objetivo de descarbonização do país até 2050; a avaliação de incidências territoriais; a conservação da natureza; o ruído e qualidade do ar e as acessibilidades ao novo aeroporto.

De acordo com a associação, se além de um Estudo de Impacte Ambiental não se realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica, conforme obriga a legislação, a Zero fará uma queixa à Comissão Europeia e à justiça portuguesa.

Segundo o ‘site’ da Agência Portuguesa do Ambiente, a Avaliação Ambiental Estratégica requer a preparação de um relatório ambiental com os efeitos significativos sobre o ambiente e as alternativas identificadas e a realização de consultas a autoridades ambientais, público e eventualmente outros Estados-membro. Requer também que o RA e os resultados das consultas sejam tidos em consideração antes da aprovação de um programa, que depois da aprovação desse plano a



informação relevante seja disponibilizada aos interessados e que “os eventuais efeitos significativos da execução do plano sejam controlados e corrigidos”.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23940411?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

55

Soluções de emergência para travar erosão costeira são insuficientes - especialistas (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Lisboa, 08 abr (Lusa) – As medidas de urgência tomadas para salvaguardar o litoral português após períodos de maior erosão são insuficientes para impedir danos materiais e pessoais no futuro, havendo necessidade de continuidade na gestão e de um grande investimento, alertam especialistas.

“Nos últimos 20 anos sempre que há uma tempestade há investimento de urgência, mas depois não há continuidade nesse tipo de soluções e investimentos. Precisamos que a política seja contínua”, disse à agência Lusa José Carlos Ferreira, docente e investigador da Universidade Nova de Lisboa.

Para o especialista, doutorado em Ambiente e Sustentabilidade, o plano da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para o litoral “é um plano adequado”, mas é preciso que a ação do Governo “seja levada a sério”.

“Precisamos que a política seja contínua, de renaturalização e restauro dos ecossistemas da zona costeira e também de retirada a pouco e pouco das áreas de risco. Que exista uma política contínua e que as questões de ordenamento sejam levadas a sério”, afirmou.

O processo de adaptação às alterações climáticas e ao défice de sedimentos na costa “vai durar muitas décadas”, de acordo com Filipe Duarte Santos, investigador e professor da Universidade de Lisboa, presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

“Há várias estratégias que podem ser adaptadas para reagir às alterações climáticas, mas exigem um grande esforço e financiamento. A nossa costa não permite que se retire facilmente areia para a proteção da costa como acontece, por exemplo, na Holanda”, afirmou Filipe Duarte Santos, que foi também responsável pelo Grupo de Trabalho para o Litoral (GTL), criado em maio de 2014.

Este grupo foi constituído pelo Governo com o objetivo de “desenvolver uma reflexão aprofundada sobre as zonas costeiras” para “definição de um conjunto de medidas que permitam, no médio prazo, alterar a exposição ao risco, incluindo nessa reflexão o desenvolvimento sustentável em cenários de alterações climáticas”.

Em dezembro de 2014, o GTL apresentou um relatório sobre a gestão costeira que está na base da atual gestão do litoral português e que, de entre as recomendações, sugere à APA a “promoção de ações de sensibilização, esclarecimento e divulgação” para a população.

A mesma preocupação manifesta José Carlos Ferreira, que defende a inclusão da comunidade no processo de tomada de decisão.

“Não podemos continuar a fazer a gestão das zonas costeiras sem envolver a comunidade e as pessoas, temos de trabalhar com elas. Se as comunidades costeiras

forem chamadas a participar neste processo de tomada de decisão, elas serão as primeiras a defender determinado tipo de soluções que podem ser difíceis”, afirmou o investigador.

O GTL diz também ser necessário "avaliar e modelar novas opções de adaptação" em várias praias do país, que podem incluir a realocização para que não evoluam para situações semelhantes às das praias que desaparecem na maior parte do ano, entre elas Paramos Sul (Espinho), Furadouro Norte (Ovar), Barra e Costa Nova Norte (Ílhavo), Praia de Mira (Mira), Costa de Lavos e Leirosa (Figueira da Foz), Pedrógão (Leiria) e Praia da Vieira (Marinha Grande).

"É muito provável que seja cada vez mais difícil e oneroso repor as praias nas frentes urbanas com maior risco defendidas por obras aderentes de proteção ou paredes (diques), como são os casos dos aglomerados já defendidos por defesas aderentes", reafirmam os investigadores do GTL.

Numa resposta enviada à Lusa a APA informa que “não estão previstos novos esporões”, tendo sido “claramente assumida a adoção de estratégias de adaptação aos riscos (instalados e os que crescem em cenário de alterações climáticas), numa atitude de antecipação que comporta as estratégias de prevenção, proteção, acomodação e retirada, a qual é desenvolvida de forma coerente e articulada aos diversos níveis”.

RZP/ROC (JLS) // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23979549?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

56

Estudo sobre manchas de empréstimo para reposição de areia no litoral concluído este ano

Lisboa, 08 abr (Lusa) – Os estudos de caracterização das manchas de empréstimo na plataforma continental que vão servir para a reposição de areia no litoral do país deverão estar concluídos até ao final do ano, informou hoje a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Contactada pela agência Lusa, a APA indicou que o Grupo de Trabalho para o Litoral e o Grupo de Trabalho de Sedimentos identificaram quatro áreas como “prioritárias para a realização de intervenções de alimentação artificial de elevada magnitude”, para que os efeitos da erosão costeira sejam minimizados.

“Para a concretização de intervenções, contudo, é necessário conhecer com detalhe os recursos sedimentares na plataforma continental em termos de localização, acessibilidade, morfologia, estratigrafia, volumes, composição e características dos sedimentos”, explicou a agência.

Segundo a APA, o estudo de caracterização das manchas de empréstimo (áreas de reserva de areia) da plataforma continental “já teve início em quatro áreas selecionadas”, estando prevista para o “final do ano” a sua conclusão.

“Só após a conclusão deste estudo será possível iniciar os projetos tendentes a definir as condições técnicas da execução da obra, os estudos de impacte ambiental e posteriormente a empreitada. Todas estas ações serão realizadas com recurso a contratação pública”, referiu.



A reposição de sedimentos e a alimentação artificial de praias são algumas das ações inscritas no Plano de Ação Litoral XXI, apresentado em outubro passado e que durante 10 anos vai distribuir 900 milhões de euros em intervenções ao longo da costa portuguesa.

Ainda de acordo com a resposta enviada à Lusa, o financiamento das ações a realizar está dependente “da elaboração de um Plano Anual de Ação para o Litoral”.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23986423?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

57

REPORTAGEM: Tempestades expõem necessidade de mais planeamento e proteção na Caparica (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Almada, Setúbal, 08 abr (Lusa) – As recentes tempestades que assolaram a costa portuguesa destruíram cordões dunares e deixaram praias sem areia na Costa de Caparica, expondo uma falta de planeamento a longo prazo e motivando apelos para uma maior proteção do litoral.

“A Costa de Caparica é uma das áreas identificadas pela Agência Portuguesa do Ambiente [APA] como uma área baixa e arenosa, ou seja, uma área que está em risco. Se nada for feito e não se tomarem medidas, o mar pode galgar e fazer destruição de património do homem e natural”, afirmou o especialista em erosão costeira José Carlos Ferreira, investigador da Universidade Nova de Lisboa.

Reconhecendo que a Costa de Caparica (no concelho de Almada, distrito de Setúbal) é uma zona onde as pessoas gostam de viver, o especialista apontou a necessidade de se preparar um cenário de “retirar a cidade” caso se chegue a uma situação de insustentabilidade gerada pela erosão e pela subida do nível do mar.

“Se os planos forem cumpridos, a pouco e pouco nós vamos renaturalizando as áreas e saindo das áreas de risco. Este é o caminho. O outro caminho é sempre atuar de emergência e um dia podemos ter uma tempestade muito grave e aí os bens materiais e vidas humanas podem perder-se”, sublinhou.

O chefe da Divisão de Estudos, Gestão Ambiental e Energia da Câmara Municipal de Almada, Nuno Lopes, disse à agência Lusa que uma das medidas pode ser a retirada da população, tendo os planos para realocização de ser equacionados “num período sempre a 100 anos”: “Não estamos a pensar que um assentamento humano se retire rapidamente, não é essa a intenção. A intenção é que possa haver compatibilização entre o uso e o risco”.

Já o presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, José Ricardo Martins (PS), diz que a solução para a zona de risco é “a proteção do litoral e não o recuo”.

“De acordo com os estudos, na pior das hipóteses em 2050 iremos ter galgamentos que poderão chegar à primeira linha do jardim urbano [ultrapassando toda a linha de apoios de praia, estacionamento e paredão], poderá ser ou não grave. Tudo dependerá do que está delineado para os próximos tempos para a proteção da linha do litoral”, disse.

Um dos efeitos mais visíveis da passagem das tempestades no inverno é a destruição dunar de parte do projeto “ReDuna – Recuperação e Restauração Ecológica do



Sistema Dunar de S. João da Caparica”, desenvolvido em 2015 e que tem como objetivo “proteger o litoral e limitar o recuo da linha de costa”, na zona norte da Caparica.

Nuno Lopes explicou que projetos semelhantes ao “ReDuna” permitem “não são só promover a biodiversidade, mas também constituir organismos de proteção costeira”. “Se não tivéssemos uma duna bem estruturada, talvez com uma diferença de quatro metros, entre a base da praia e o topo da duna, alguns dos apoios de praia da Caparica teriam desaparecido e sido destruídos pelas tempestades recentes”, afirmou o responsável.

Para o investigador José Carlos Ferreira, além do abandono de obras pesadas (construção de esporões e paredões), o caminho que é necessário percorrer para ajudar à recuperação das zonas costeiras é um “caminho de renaturalização e recuperação ecológica”, mantendo sempre um “plano a muito longo prazo” que prepare a comunidade para a “insustentabilidade”.

Nas imediações da zona dunar reabilitada estão instalados os dois parques de campismo.

A Costapolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S. A, afirma que a área ocupada pelos parques é sua propriedade e que a desocupação “está a ser dirimida judicialmente, em processos judiciais que correm os seus termos nos tribunais”.

O plano de pormenor publicado em Diário da República em 2010 previa a desocupação dos terrenos dada a “necessidade de manter a segurança de pessoas e bens” e, segundo a resposta enviada à Lusa, a Costapolis “recorreu a todos os mecanismos que se encontravam ao seu alcance para concluir o plano de pormenor para a zona”, mas a ocupação dos terrenos não permitiu cumprir o previsto.

Terminado o processo de liquidação da Costapolis, acrescenta a sociedade, “os terrenos em questão reverterem para o Estado, que mantém a incumbência de executar o plano de pormenor, enquanto instrumento de gestão territorial que se encontra em vigor”.

Contactada pela agência Lusa a direção do Clube de Campismo de Lisboa, que gere um dos espaços, afirmou que está a proceder a uma “reestruturação do parque”, uma intervenção que durará dois a três anos e que prevê a “diminuição do número de unidades, ficando o parque com mais áreas livres”.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23979640?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

58

REPORTAGEM: Falta de areia nas praias pode acabar com ensino de surf na Costa de Caparica (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Almada, Setúbal, 08 abr (Lusa) – A prática e a aprendizagem de surf nas praias da zona norte da Costa de Caparica, em Almada, estão em causa devido à falta de areia, segundo a Associação de Surf da Costa de Caparica (ASCC).

“A Costa de Caparica é conhecida como um dos paraísos da aprendizagem do surf devido às condições que as praias apresentam, mas se a reposição de areia não for



feita vai ser muito difícil que continue a ser um local de referência”, disse à agência Lusa o presidente da associação, Miguel Gomes.

Por não haver areia suficiente, referiu, cada vez há menos surfistas na zona.

“Ao não haver areia, as ondas ficam com ‘backwash’ [fluem na direção oposta ao normal, dirigindo-se a alto-mar] e isso impede que se faça surf”, explicou.

Miguel Gomes destacou a “preocupação constante” da Junta de Freguesia de Costa de Caparica e da Câmara Municipal de Almada (distrito de Setúbal) em relação à prática de surf no concelho, mas notou que os fundos para reverter a situação dependem do Governo.

“Aqui quem manda é o Governo, o Governo é que tem o dinheiro que permite realizar uma intervenção mais séria e esperamos que essa intervenção seja urgente”, destacou.

O presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, José Ricardo Martins (PS), lembrou que para reequilibrar o sistema na freguesia serão necessários, “até 2050, cinco milhões de metros cúbicos de areia”, um investimento de mais de 25 milhões de euros.

Para o autarca, no Orçamento do Estado do próximo ano terá “obrigatoriamente” de constar, no mínimo, verba suficiente para um milhão de metros cúbicos de areia.

“Desde 2015 que não temos enchimento de areia. Este ano, com o aproximar da época balnear, já não é possível, mas é preciso que o Ministério das Finanças e o Ministério do Ambiente inscrevam no Orçamento do Estado para 2019 no mínimo cinco milhões de euros de verba, o custo de um milhão de metros cúbicos de areia, para a Costa de Caparica”, defendeu.

O autarca indicou que o preenchimento cíclico de areia até 2050 terá um custo de 20 cêntimos por cada português, “uma coisa irrisória.

“Somos um país virado para o turismo, temos de perceber que este tipo de enchimentos de areia têm de estar presentes naquilo que é o desenvolvimento do país”, afirmou.

No que diz respeito à existência de um plano a longo prazo para a gestão de todo o litoral do país, o autarca alerta para que também a vertente económica e turística nacional seja considerada.

“O Governo terá de olhar para esta linha do litoral, em todo o litoral português, de outra maneira. Terá de perceber que a primeira linha do turismo português é o sol e o mar e, para isso, também a proteção da linha do litoral. Esta proteção da linha do litoral não serve só para proteger as pessoas e bens, mas também para fazer praia e dinamizar a economia local”, disse.

O presidente da associação de surf alertou ainda para a segurança dos surfistas que ainda arriscam entrar no mar daquelas praias, que está posta em causa, com os movimentos das ondas em direção ao paredão.

“Quando a maré está cheia é praticamente impossível fazer surf, uma vez que as ondas batem nas pedras [do paredão] e é impossível alguém aprender a surfar assim. Além de que coloca os praticantes em perigo, porque podem magoar-se ao embater na zona empedrada”, afirmou.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/23979606?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

59

Segunda Circular reaberta no sentido Benfica-Aeroporto após acidentes

Lisboa, 10 abr (Lusa) – A circulação da Segunda Circular em Benfica, Lisboa, foi reaberta pouco antes das 15:00 de hoje no sentido Benfica – Aeroporto, depois de horas cortada devido a acidentes, disse à Lusa fonte da PSP.

Segundo a fonte do Comando Metropolitano de Lisboa, que falava cerca das 15:00, no sentido Aeroporto-Benfica ainda há limpezas de via, que estão, no entanto, a terminar.

De acordo com a PSP, no local dos acidentes, junto à Escola Superior de Comunicação Social, estava cerca das 14:00 “uma grua a efetuar os trabalhos de remoção do veículo pesado” e uma equipa a fazer a limpeza da via, devido ao derrame de combustível.

O alerta para o primeiro acidente (despiste) foi dado cerca das 06:20 e o trânsito foi depois cortado nos dois sentidos naquela zona da Segunda Circular, estrada que atravessa a cidade de Lisboa, a norte, fazendo ligações a vários acessos à capital.

Nos acidentes desta manhã, que envolveram várias viaturas pesadas e ligeiras, houve apenas, além de danos materiais, um ferido ligeiro.

RCP/RZP (DD) // ROC
Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24004922?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

60

Assembleia Municipal de Lisboa quer resolver consumo de álcool no Jardim dos Cavaleiros

Lisboa, 10 abr (Lusa) – A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou hoje por unanimidade uma recomendação à Câmara Municipal para que desenvolva medidas para reduzir os problemas causados na zona do Jardim dos Cavaleiros por pessoas que se juntam na zona para consumir álcool.

As recomendações surgem na sequência de uma petição que um grupo de moradores daquela zona, que abrange as freguesias do Areeiro e das Avenidas Novas, entregou na Assembleia Municipal, levando a comissão competente a enviar questões ao executivo e a outras entidades. No entanto, as perguntas ficaram sem resposta.

Entre as medidas hoje recomendadas constam a possibilidade de a autarquia introduzir limitações horárias nos estabelecimentos comerciais da zona e de interceder junto da Caixa Geral de Depósitos (CGD) – uma vez que o jardim se situa no anfiteatro exterior da sua sede em Lisboa -, de forma a garantir a limpeza adequada.

Os deputados municipais recomendam ainda à Câmara de Lisboa (liderada pelo PS) que, em conjunto com a CGD, “estude e implemente medidas de mitigação da insularidade entre o anfiteatro e o piso superior, onde se verificam urina e outros dejetos”, afirmou o eleito relator João Valente Pires, do PS.

A autarquia deve ainda promover uma adequada fiscalização e controlo de horário dos estabelecimentos comerciais, é referido.

Frisando que “são vários os problemas de insularidade e ruído na apropriação do espaço público causado por pessoas a consumir álcool no Arco do Cego e no Jardim dos Cavaleiros”, os deputados lamentaram a ausência de respostas por parte da Câmara de Lisboa, da PSP, da CGD e dos estabelecimentos em causa (uma loja de



conveniência de um posto de combustível e um restaurante) quando interpelados pela Assembleia Municipal.

“É uma falta de respeito para com a Assembleia Municipal”, sublinhou João Valente Pires.

Ao tomar a palavra, o deputado do CDS-PP Diogo Moura lamentou que este não seja um “caso único” em Lisboa, porque estas situações “não são de fácil resolução”.

Pelo PSD, António Prôa afirmou que este é um “problema de civismo, de respeito na convivência em sociedade, mas é também um problema de fiscalização e vigilância”.

“Neste caso é claro que, além das questões de cumprimentos de horário, da necessidade de particular atenção para a limpeza ser garantida, há um problema de vigilância que tem de ser reforçada”, disse o deputado, acrescentando que censura o “comportamento da Câmara de Lisboa, que ignorou o apelo que a Assembleia Municipal fez” anteriormente.

Cláudia Madeira, do PEV, considerou que este problema foi “agravado porque os estabelecimentos do Arco do Cego começaram a fechar mais cedo e a situação foi deslocizada para o Jardim dos Cavaleiros”.

“Quero ainda lamentar o facto de a comissão ter endereçado pedidos de esclarecimento e ninguém ter respondido”, afirmou.

Isabel Pires, do BE, também lamentou a ausência de respostas, afirmando que poderiam ajudar a “chegar a equilíbrios saudáveis de vivência entre lazer e descanso”.

Pelo PAN, Miguel Santos considerou que é possível compatibilizar lazer com descanso e criticou também a “falta de comparência das entidades que não permitiram um trabalho mais afinado” ao não responderem à Assembleia Municipal.

Por seu lado, a presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, Ana Gaspar (independente), disse que está a ser desenvolvido trabalho para reduzir os impactos causados naquele espaço público, nomeadamente na questão da limpeza.

“Temos de compatibilizar o direito de se beber um copo ao final do dia e de as pessoas descansarem. É difícil, mas acho que vamos conseguir”, afirmou.

Pela Câmara de Lisboa, o vereador das Finanças, João Paulo Saraiva – o único da vereador da lista do PS presente na sessão –, pediu desculpas à Assembleia Municipal pela falta de resposta da autarquia, explicando que se tratou de um “erro administrativo”.

“Não houve nenhuma intenção de não responder, foi apenas um erro administrativo. Num conjunto de respostas houve uma que não foi enviada. A qualquer momento será enviada. Temos pena que não vá a tempo”, afirmou.

MCL/RZP // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24006547?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

61

Acidente no IC19 junto ao Palácio de Queluz congestionou trânsito no sentido Lisboa-Sintra

Lisboa, 13 abr (Lusa) – Um acidente no Itinerário Complementar 19 (IC19), na curva do Palácio de Queluz, sentido Lisboa-Sintra, envolveu um pesado e quatro viaturas ligeiras e está hoje a provocar congestionamentos no trânsito, disse à Lusa fonte da PSP.

A mesma fonte esclareceu que o acidente envolve uma viatura pesada e quatro ligeiras, o que está a obrigar ao corte de duas das três vias de circulação.

De acordo com a PSP, cerca das 14:45, ainda não era possível prever quando seria restabelecida a normal circulação da via.

“Estamos de momento à espera que os reboques cheguem ao local do acidente, pelo que o trânsito circula apenas por uma das vias”, afirmou.

Segundo fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), o acidente provocou apenas dois feridos ligeiros, um homem de 55 anos, que foi transportado ao Hospital Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra), e uma mulher de cerca de 50 anos que recusou o transporte até uma unidade de saúde.

O INEM informou ainda que o alerta para o acidente foi dado às 13:47 e que para o local foram mobilizadas três ambulâncias e um motociclo de emergência dos Bombeiros Voluntários de Queluz.

RZP/MLS // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24022994?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

62

Trânsito já circula sem restrições no IC19 no sentido Lisboa-Sintra

Lisboa, 13 abr (Lusa) – O trânsito já circula nas três vias do IC19, junto à curva do Palácio de Queluz, no sentido Lisboa-Sintra, depois de um acidente ter obrigado hoje ao corte de duas vias, disse à Lusa fonte da PSP.

De acordo com a PSP, cerca das 15:50 as três vias de circulação já tinham sido reabertas ao trânsito, apesar de ainda existirem alguns congestionamentos no trânsito. “O normal é que durante algum tempo ainda haja filas, mas os veículos já estão a circular nas três vias e espera-se que o trânsito volte a fluir”, afirmou.

A PSP informou ainda que o acidente envolveu uma viatura pesada e quatro ligeiras, tendo a circulação sido cortada em duas das três vias para “trabalhos de remoção das viaturas” envolvidas no acidente.

Segundo fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), o acidente provocou dois feridos ligeiros, um homem de 55 anos, que foi transportado ao Hospital Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra), e uma mulher de cerca de 50 anos que recusou o transporte até uma unidade de saúde.

O INEM informou ainda que o alerta para o acidente foi dado às 13:47 e para o local foram mobilizadas três ambulâncias dos Bombeiros Voluntários de Queluz e um motociclo de emergência.

RZP/MLS // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24023210?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

63

Novo centro de saúde de Barcarena em Oeiras vai servir 18 mil utentes

Lisboa, 17 abr (Lusa) - O novo centro de saúde de Barcarena, um investimento de mais de um milhão de euros que vai servir 18 mil utentes, vai ser inaugurado a 25 de abril, anunciou hoje a Câmara Municipal de Oeiras.

Este é o segundo ano consecutivo em que o município de Oeiras, no distrito de Lisboa, escolhe o feriado do 25 de Abril para inaugurar centros de saúde.

No ano passado, inaugurou o centro de saúde de Algés.

De acordo com a autarquia, presidida pelo independente Isaltino Morais, o centro de saúde terá as valências de medicina geral e familiar, vacinação, tratamentos, sala de inaloterapia e ainda uma sala com várias funcionalidades de documentação e formação.

Para a construção do equipamento foi preservada a casa da antiga Quinta das Lindas, em Barcarena, “dada a sua qualidade arquitetónica”, e foi acrescentado um novo edifício.

O investimento de 1.038.800 euros foi dividido igualmente pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e pela Câmara de Oeiras.

Segundo a autarquia, está prevista a presença do ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, na cerimónia de inauguração.

RZP/MLS // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24040465?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

64

Incêndios: Mais de 50% das primeiras habitações afetadas em obras ou concluídas

Lisboa, 18 abr (Lusa) – Das 1.452 primeiras habitações afetadas pelos incêndios em 2017 e reconstruídas com apoios públicos, 811 já estão com obras em execução ou concluídas, estando ainda mais de 300 casas em fase de projeto, revelou hoje o ministro do Planeamento.

No âmbito de uma audição na Comissão de Agricultura e Mar, requerida pelo PCP, sobre as medidas relacionadas com os incêndios florestais de 2017, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, reiterou as perspetivas de ter “a generalidade das obras concluídas até ao final do ano”, referindo-se às intervenções a cargo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), que deverão ter “entre maio e junho as empreitadas adjudicadas”.

“Neste momento, são 1.452 habitações a apoiar” devido aos fogos de junho e de outubro de 2017, avançou o governante, indicando que 611 necessitam de reconstrução total.

Relativamente à existência de “mais de 300 casas em fase de projeto”, Pedro Marques precisou que a maioria das obras necessárias à reconstrução destas primeiras habitações está a ser realizada por “iniciativa própria dos particulares”.

A estimativa orçamental para a recuperação das casas afetadas pelos incêndios de junho e de outubro de 2017 é de “89,4 milhões de euros, dos quais cerca de 10 milhões são do Fundo Revita e o resto é dinheiro do Orçamento do Estado”, afirmou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

Além deste montante, o Governo admite canalizar 10 milhões de euros do Fundo de Apoio Municipal (FAM) para “empréstimos às autarquias para poderem apoiar a reconstrução de segundas habitações”, adiantou o titular da pasta do Planeamento, referindo que o regulamento está em discussão e “é possível que seja aprovado” na quinta-feira em Conselho de Ministros.

Os incêndios que deflagraram na zona de Pedrógão Grande, distrito de Leiria, em junho do ano passado, provocaram 66 mortos: a contabilização oficial assinalou 64 vítimas mortais, mas houve ainda registo de uma mulher que morreu atropelada ao fugir das chamas e uma outra que estava internada desde então, em Coimbra, e acabou também por morrer. Houve ainda mais de 250 feridos.

Já as centenas de incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro, o pior dia de fogos de 2017 segundo as autoridades, provocaram 49 mortos e dezenas de feridos. Esta foi a segunda situação mais grave de incêndios com mortos em Portugal, depois de Pedrógão Grande.

Tendo em conta outros incêndios durante 2017, registaram-se pelo menos 120 vítimas mortais em fogos de origem florestal.

SYSM/RZP // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24047271?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

65

Incêndios: Governo desconhece situações de famílias a viver em ‘roulottes’ e tendas

Lisboa, 18 abr (Lusa) – O ministro do Planeamento e das Infraestruturas disse hoje desconhecer a existência de situações precárias de alojamento devido aos incêndios de 2017, após ter sido confrontado pelo PCP e pelo PSD sobre famílias a viver em ‘roulottes’ e tendas.

Reconhecendo que a destruição de primeiras habitações deixou as famílias em situações precárias de alojamento, Pedro Marques garantiu, no parlamento, que “todos os casos reportados estão em casa de familiares”, assegurando que não há informação de pessoas a viver em instalações móveis.

“Se houver casos de pessoas a viver em tendas, não conheço nenhum. Se quiser fazer chegá-los diretamente, vamos à procura de uma solução para essas famílias”, declarou o ministro, reforçando que é necessário ter “informação concreta dessas situações para poder tentar resolvê-las”.

“Garanto que não encontrei nenhuma família a viver em tendas”, frisou Pedro Marques, referindo que visitou vários concelhos afetados pelos incêndios florestais de junho e de outubro de 2017 e falou com várias dezenas de famílias.

No âmbito de uma audição na Comissão de Agricultura e Mar, requerida pelo PCP, sobre as medidas relacionadas com os incêndios florestais de 2017, o deputado comunista João Dias criticou o Governo por “anunciar apoios de milhões” quando



“no terreno há centenas de pessoas a viver com dificuldades, em carros, tendas, ‘roulottes’ e casas de amigos”.

Na perspetiva do deputado do PCP, no pacote de medidas anunciadas pelo Executivo para apoiar as famílias e as empresas afetadas pelos incêndios “há muitos projetos duvidosos”, pelo que é necessário “simplificar” os processos para que as ajudas cheguem efetivamente às áreas afetadas.

Já a deputada do PSD Emília Cerqueira disse ter recebido “denúncias de pessoas a viver em ‘roulottes’, tendas e em casas de familiares”.

A social-democrata manifestou ainda preocupação relativamente aos concursos de empreitadas para reconstrução das primeiras habitações afetadas pelos fogos, uma vez que se tratam de “empreitadas de milhões a que as pequenas e médias empresas locais não têm capacidade para participar”.

Em resposta aos deputados, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas afirmou que “os apoios estão mesmo a chegar ao terreno” e “passaram de anúncios a apoios concretos no terreno”.

“Para que as casas possam estar prontas até ao final do ano de 2018, não realizamos uma empreitada, neste momento já realizamos seis empreitadas e teremos outras no terreno. Se tivéssemos feito uma espécie de contratação casa a casa, de certeza absoluta, hoje nem a contratação estaria concluída no fim do ano quanto mais as obras feitas”, advogou Pedro Marques, frisando que “a prioridade é ter casas prontas”.

Apesar de estar autorizado para realizar a contratação direta para estas empreitadas, o Governo optou por realizar uma consulta a três empresas para cada empreitada “e foram consultadas muitas empresas da região” afetada pelos fogos, garantindo a “transparência na contratação”.

Os incêndios que deflagraram na zona de Pedrógão Grande, distrito de Leiria, em junho do ano passado, provocaram 66 mortos: a contabilização oficial assinalou 64 vítimas mortais, mas houve ainda registo de uma mulher que morreu atropelada ao fugir das chamas e uma outra que estava internada desde então, em Coimbra, e acabou também por morrer. Houve ainda mais de 250 feridos.

Já as centenas de incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro, o pior dia de fogos de 2017 segundo as autoridades, provocaram 49 mortos e dezenas de feridos. Esta foi a segunda situação mais grave de incêndios com mortos em Portugal, depois de Pedrógão Grande.

Tendo em conta outros incêndios durante 2017, registaram-se pelo menos 120 vítimas mortais em fogos de origem florestal.

SYSM/RZP // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24047828?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

66

Incêndios: Governo já aprovou cerca de 105ME para reposição da atividade das empresas

Lisboa, 18 abr (Lusa) – O Governo revelou hoje que foram já aprovadas mais de 200 candidaturas de empresas no âmbito da reposição de atividades económicas, devido aos incêndios de 2017, num investimento elegível total de “cerca de 105 milhões de euros”.



Relativamente aos fogos de junho, existem “46 projetos aprovados”, com um investimento elegível total de 25,7 milhões de euros. Já nos incêndios de outubro são 167 os projetos aprovados, “com 78 milhões de euros de investimento elegível”, declarou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques.

Numa audição na Comissão de Agricultura e Mar, requerida pelo PCP, sobre as medidas relacionadas com os incêndios florestais de 2017, o governante destacou o espírito de iniciativa dos empresários dos concelhos afetados.

“Há dezenas de empresas que já recuperaram mesmo sem esperar pelos fundos de apoio”, afirmou Pedro Marques.

De acordo com o ministro, a linha de crédito de apoio às empresas afetadas pelos incêndios “disponibiliza 100 milhões de euros”, existindo ainda “outros 100 milhões de euros a fundo perdido, a 85% de participação”.

Neste âmbito, “também está disponível uma linha de crédito de tesouraria em complemento aos 100 milhões de euros a fundo perdido”, lembrou o titular da pasta do Planeamento e das Infraestruturas.

“O esforço no Orçamento do Estado é muito significativo e está a fazer diferença na reposição da atividade das empresas”, considerou Pedro Marques, reforçando que existem já “cerca de 105 milhões de euros de investimento em projetos aprovados”.

Os incêndios que deflagraram na zona de Pedrógão Grande, distrito de Leiria, em junho do ano passado, provocaram 66 mortos: a contabilização oficial assinalou 64 vítimas mortais, mas houve ainda registo de uma mulher que morreu atropelada ao fugir das chamas e uma outra que estava internada desde então, em Coimbra, e acabou também por morrer. Houve ainda mais de 250 feridos.

Já as centenas de incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro, o pior dia de fogos de 2017 segundo as autoridades, provocaram 45 mortos e dezenas de feridos. Esta foi a segunda situação mais grave de incêndios com mortos em Portugal, depois de Pedrógão Grande.

Tendo em conta outros incêndios durante 2017, registaram-se pelo menos 116 vítimas mortais em fogos de origem florestal.

SYSM/RZP // MLM

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24048551?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

67

Incêndios: CCDR Centro sem doações até ao momento - Governo

Lisboa, 18 abr (Lusa) – A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro, entidade responsável por gerir os donativos para reconstrução de habitações afetadas pelos incêndios de outubro de 2017, não recebeu nenhuma doação até ao momento, disse hoje o ministro do Planeamento.

“Até agora não temos notícia de ter sido entregue nenhum donativo à CCDR do Centro”, revelou Pedro Marques, no âmbito de uma audição na Comissão de Agricultura e Mar, requerida pelo PCP, sobre as medidas relacionadas com os incêndios florestais de 2017.

Questionado pela deputada do CDS-PP Patrícia Fonseca sobre qual a entidade que está a coordenar os donativos destinados a apoiar as áreas afetadas pelos incêndios de outubro de 2017, já que “nos incêndios de junho houve o Fundo Revita”, o ministro esclareceu que “está previsto no decreto-lei a possibilidade de esses donativos serem



canalizados para a CCDR do Centro e apoiar o esforço de reconstrução das habitações”.

Neste âmbito, a deputada centrista disse ter conhecimento de que a comunidade da diáspora portuguesa em Vitória, em Melbourne (Austrália), queria entregar um donativo destinado às áreas afetadas pelos incêndios de outubro de 2017, mas teve dificuldades em fazê-lo.

“Se essa comunidade concreta entender articular com a CCDR do Centro - como foi sugerido -, certamente passaremos a ter pelo menos um donativo”, afirmou o responsável pela pasta do Planeamento e das Infraestruturas.

Apesar de não existirem até ao momento donativos recolhidos pela CCDR do Centro, o ministro perspetivou que “haverá muitos donativos entregues às comunidades locais, às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e às autarquias”.

“Do lado do Estado, da Administração Central, efetivamente é na CCDR do Centro que está concentrada essa situação”, frisou.

No caso dos incêndios de junho de 2017, o Fundo Revita já disponibilizou mais de 4,3 milhões de euros para reconstrução de habitações e apoios a agricultores das áreas afetadas, sobrando apenas cerca de 90 mil euros dos donativos angariados.

Os donativos angariados por este fundo até 31 de março ascenderam a 4.396.900,05 euros, dos quais, “até à data, entre reconstrução de habitações e apoios a agricultores, o Fundo Revita já procedeu a pagamentos no montante total de 4.305.256,34 euros”, de acordo com o terceiro relatório trimestral.

O Fundo Revita permitiu já a conclusão da reconstrução de 149 das 265 casas de primeira habitação afetadas pelos incêndios de junho de 2017, com o concelho de Pedrógão Grande a envolver o maior volume de intervenções.

“As 265 casas de primeira habitação estão todas em andamento. Deste conjunto, à data do presente relatório, destacam-se 249 casas em fase mais avançada, nomeadamente 100 habitações com obras em execução e 149 já concluídas”, apurou o terceiro relatório trimestral, publicado na página da internet do Fundo Revita, instrumento criado pelo Governo para apoiar as populações e a revitalização das áreas afetadas pelos incêndios ocorridos em junho de 2017 nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

Os incêndios que deflagraram na zona de Pedrógão Grande, distrito de Leiria, provocaram 66 mortos: a contabilização oficial assinalou 64 vítimas mortais, mas houve ainda registo de uma mulher que morreu atropelada ao fugir das chamas e uma outra que estava internada desde então, em Coimbra, e acabou também por morrer. Houve ainda mais de 250 feridos.

Já as centenas de incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro, o pior dia de fogos de 2017 segundo as autoridades, provocaram 49 mortos e dezenas de feridos. Esta foi a segunda situação mais grave de incêndios com mortos em Portugal, depois de Pedrógão Grande.

SYSM/RZP // SSS

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24049053?srv_id=101&list_id=8205620000658809852



Lisboa, 18 abr (Lusa) – O Governo negou hoje as acusações do PSD sobre a existência de “discriminação partidária” nos apoios aos concelhos afetados pelos incêndios de 2017, contrapondo que o primeiro município com obras adjudicadas e concluídas foi Tondela, que é social-democrata.

“Não há nenhuma discriminação partidária. Por acaso, efetivamente, a primeira empreitada lançada, a primeira empreitada adjudicada e até o primeiro sítio onde a primeira casa ficou concluída de recuperação dos incêndios de outubro foi também num município do PSD”, afirmou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, referindo-se ao concelho de Tondela.

O governante respondeu assim às acusações do deputado do PSD Maurício Marques de que “há concelhos de primeira e há concelhos de segunda”, no âmbito de uma audição na Comissão de Agricultura e Mar, requerida pelo PCP, sobre as medidas relacionadas com os incêndios florestais de 2017.

Para o deputado social-democrata, é necessário “corrigir o concurso lançado para apoiar os municípios” afetados pelos fogos florestais.

Dirigindo-se ao ministro, Maurício Marques criticou a recusa de apoios ao concelho de Cantanhede, “por ser um município do PSD”, indicando que esta comunidade foi afetada pelos fogos em “mais de oito mil hectares e há 150 postos de trabalho em causa”.

“Ninguém andou a seccionar apoios, é uma coisa completamente absurda”, respondeu o titular da pasta do Planeamento e das Infraestruturas, explicando que “Cantanhede não é um município de baixa densidade e o SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego é dirigido a municípios de baixa densidade”.

Dos municípios que não são de baixa densidade, “apenas foram incluídos Mira nos apoios à atração de novo investimento, que não é do PS, e Vagos, outro que não é do PS”, avançou Pedro Marques, explicando que “o critério foi mesmo a devastação da atividade económica”.

“Na reposição de atividade económica foram todos abrangidos e Cantanhede tem candidaturas aprovadas na reposição da atividade económica”, adiantou o governante, referindo-se ao programa ATRAIR, que visa potenciar “novo investimento empresarial e emprego para os territórios afetados pelos incêndios”.

Em resposta às acusações do PSD, o deputado do PS José Rui Cruz reforçou que “Tondela é PSD e foi o primeiro município a colocar empreitadas no terreno”

“Quando não há problemas, o PSD tem que os inventar”, acusou o socialista.

Além do PSD, o deputado do BE Carlos Matias lembrou as “queixas de alguns municípios, nomeadamente o caso de Mação, de terem sido sujeitos a tratamento discriminatório negativo na atribuição dos fundos”, procurando saber qual a resposta do Governo a esta crítica.

Na troca de acusações, o deputado do PSD Duarte Marques voltou à questão dos apoios ao restabelecimento das infraestruturas municipais devido aos incêndios de 2017, reivindicando “ajuda igual para todos os concelhos”, já que agora “uns são financiados a 70% e outros a 100%”, através do Fundo de Emergência Municipal (FEM).

“O que aconteceu em junho e em outubro é absolutamente extraordinário, foi apoiado de uma forma diferente, porque o que aconteceu foi diferente, mas não há nenhuma discriminação de nenhuma outra comunidade afetada pelos incêndios de verão em relação aos apoios estabelecidos em anos anteriores, por exemplo, no ano de 2013, quando houve grandes incêndios neste país, os apoios no âmbito do FME são exatamente da natureza dos que ocorreram no verão de 2017”, advogou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas.



Neste sentido, o governante considerou “absolutamente consensual no país que as implicações para aquelas comunidades do que aconteceu em junho e em outubro, desde logo pela perda de vidas humanas e pelos feridos, é completamente diferente”, pelo que, na atribuição de apoios, nomeadamente às infraestruturas municipais, nesses dois incêndios foram definidos mecanismos de majoração.

SYSM/RZP // MCL

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24049678?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

69

Ocupação de terrenos na Caparica inviabiliza execução de planos do Polis - Costapolis

Almada, Setúbal, 19 abr (Lusa) – O plano de pormenor para a zona norte da Caparica continua por executar, onze anos depois do início do programa Polis, em consequência da “indevida ocupação dos terrenos” pelos concessionários dos parques de campismo, apontou hoje a Costapolis.

O Plano de Pormenor das Praias Urbanas da Costa da Caparica (PP1) foi publicado em Diário da República a 29 de março de 2010 e, de acordo com a Costapolis, não foi possível cumpri-lo na totalidade porque os “parques de campismo do Clube de Campismo de Lisboa e da Fundação Inatel ocupam, já sem título, um terreno que é propriedade da Costapolis”.

Em resposta a questões colocadas pela agência Lusa, a Costapolis - Sociedade Desenvolvimento Programa Polis Costa de Caparica, S.A., em processo de liquidação, esclareceu ainda que “a questão está a ser dirimida judicialmente”. De acordo com a Costapolis, o plano para desocupação dos terrenos está “relacionado com a necessidade de manter a segurança de pessoas e bens”, tendo em consideração a erosão da faixa costeira e a influência das alterações climáticas, que naquela zona se traduzem no risco de galgamentos.

Contactado pela Lusa, o Clube de Campismo de Lisboa (CCL) afirma que “os dois parques de campismo do Clube localizados na Costa de Caparica estão implantados em terrenos do Estado, mediante contrato de arrendamento, há mais de 65 anos”, acrescentado que estão “devidamente licenciados e em conformidade com a Lei em todos os aspetos, possuindo, nomeadamente, licença de utilização turística”.

Segundo o CCL, depois dos terrenos “terem sido transferidos para a Costapolis” os contratos de arrendamento mantiveram-se “sem qualquer alteração”, apesar de ter estado programada a deslocalização dos parques para o Pinhal do Inglês, uma área protegida na Fonte da Telha (Almada).

Para a direção do CCL, a ordem para desocupação dos parques surge numa altura em que a Costapolis “já não tem capacidade legal ou estatutária para realizar qualquer obra na Costa de Caparica”, depois de o processo de liquidação ter tido início.

“O Clube impugnou essa decisão [de desocupação dos terrenos] nos Tribunais Administrativos, o que determinou a suspensão dessa pretensão da sociedade Costapolis, desde há vários anos”, informou na resposta enviada.

Também a Fundação Inatel, proprietária de um dos parques de campismo, disse à agência Lusa que a “expropriação dos terrenos pelo motivo Polis” se extinguiu com a não realização do programa Polis da Costa de Caparica.



Relativamente à “ocupação indevida” dos terrenos que a Costapolis garante ser o motivo da não execução da totalidade do plano de pormenor (PP1), a Fundação Inatel diz ocupar “terrenos que pertencem ao Ministério das Finanças, cedidos ao Inatel”. Na sequência dos vários alertas de especialistas para a erosão nas praias da Costa de Caparica, a Fundação Inatel afirma que “o parque de campismo não está instalado numa zona de perigosidade” e que “a Fundação é responsável”.

“O parque de campismo não está na zona de galgamento”, esclarece a Fundação.

Por sua vez, a direção do CCL considera a manutenção dos parques de campismo “a melhor defesa” e mostra-se disponível para “fazer parte da solução”.

“A manutenção dos parques de campismo na Costa de Caparica constitui a melhor defesa da Mata Nacional e contra o avanço do mar, tal como foi reconhecido pelo Estado aquando da celebração dos respetivos contratos de arrendamento”, afirma.

Ainda de acordo com a resposta enviada à Lusa, a Costapolis esclarece que “com a conclusão do processo de liquidação, os terrenos em questão reverterem para o Estado, que mantém a incumbência de executar o Plano de Pormenor, enquanto instrumento de gestão territorial que se encontra em vigor”.

RZP // MLS

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24049318?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

70

Acidente com embarcação de turismo em Cascais faz 10 feridos

Lisboa, 19 abr (Lusa) – Dez pessoas ficaram hoje feridas num acidente com uma embarcação semirrígida de turismo na Parede, Cascais, depois de esta ter chocado com uma zona de pedras, disse à Lusa o porta-voz da Autoridade Marítima Nacional. De acordo com o Comandante Pereira da Fonseca, do acidente que ocorreu em frente ao Hospital Sant’Ana resultaram 10 feridos, que apresentam “escoriações e sinais de hipotermia” e que estão a ser assistidos no local.

Os 10 feridos são todos os ocupantes que a embarcação transportava no momento do acidente, não sendo ainda possível apurar a nacionalidade dos envolvidos.

Segundo as informações da Autoridade Marítima Nacional, cerca das 14:00 todos os ocupantes da embarcação já tinham sido resgatados e estavam “em terra a ser socorridos”, mas não é possível explicar, ainda, o que terá causado o acidente.

Para o local foram empenhadas uma equipa da Polícia Marítima de Cascais, com um semirrígido, uma mota de água da Estação Salva-Vidas de Cascais, duas viaturas dos Bombeiros Voluntários da Parede, duas ambulâncias do Instituto Nacional de Emergência Médica, e meios da PSP e da Polícia Municipal.

RZP/MCL // MCL

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24053455?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

71

Ondulação terá causado acidente com turistas em Cascais - Capitania (C/ FOTOS)



Lisboa, 19 abr (Lusa) – O acidente com uma embarcação semirrígida de turismo que ocorreu hoje na Parede, Cascais, terá sido causado pela ondulação, disse à Lusa o comandante da Capitania do Porto de Cascais, Pereira da Terra.

Segundo o comandante, a “embarcação aproximou-se da zona de rebentação, apanhou uma primeira vaga, apanhou uma segunda e à terceira vaga a embarcação encheu de água e virou”.

Dez pessoas ficaram feridas no acidente, tendo a embarcação acabado por chocar com uma zona de pedras.

Os feridos apresentam “escoriações e sinais de hipotermia” e foram inicialmente assistidos no local.

À Lusa, Pereira da Terra disse que oito dos 10 feridos são turistas finlandeses, todos da mesma família, os restantes são dois tripulantes portugueses e todos usavam colete de segurança.

Todos os feridos são ligeiros e foram transportados para o Hospital de Cascais, indicou.

As vítimas foram todas assistidas no local do acidente, em frente ao Hospital de Sant’Ana, com exceção de uma que foi resgatada por um surfista e encaminhada pela Polícia Marítima para a Marina de Cascais e, posteriormente, para o hospital.

De acordo com o comandante, o semirrígido pertence a uma empresa de turismo “com muita experiência neste tipo de atividade” e cumpre todos os requisitos legais.

Pelas 15:20, iniciaram-se os trabalhos para remover a embarcação da água para não haver danos ambientais, afirmou.

Para o local foram empenhadas uma equipa da Polícia Marítima de Cascais, com um semirrígido, uma mota de água da Estação Salva-Vidas de Cascais, oito ambulâncias dos Bombeiros Voluntários da Parede, duas ambulâncias do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), e meios da PSP, da Polícia Municipal e da Proteção Civil de Cascais, num total de 25 homens.

Estiveram ainda duas ambulâncias na Marina de Cascais.

RZP/MCL // MLS
Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24054140?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

72

Marginal cortada na sequência do acidente com uma embarcação na Parede (C/ FOTOS)

Lisboa, 19 abr (Lusa) – A estrada Marginal está cortada nos dois sentidos na sequência do acidente com uma embarcação semirrígida de turismo na Parede, Cascais, disse hoje o comandante da Capitania do Porto de Cascais, Pereira da Terra.

Segundo o comandante, a Marginal foi cortada naquela zona da Parede e “não há previsão de quando vai reabrir”.

Uma embarcação semirrígida de turismo chocou hoje com uma zona de pedras, em frente ao Hospital de Sant’Ana, quando transportava 10 pessoas a bordo, que ficaram com ferimentos ligeiros.

Oito dos 10 feridos são turistas finlandeses, todos da mesma família, os restantes são dois tripulantes portugueses e todos usavam colete de segurança, indicou o comandante.



Segundo Pereira da Terra, a embarcação pertence a uma empresa de turismo “com muita experiência neste tipo de atividade”, tem 10 metros de comprimento, capacidade para transportar 12 pessoas e cumpre todos os requisitos legais. O barco tinha saído com os turistas da Doca de Belém, em Lisboa, em direção a Cascais e já estava a regressar quando se deu o acidente. A embarcação ficou destruída e as autoridades estavam a removê-la do mar, faltando pelas 16:45 retirar o motor que ficou preso nas rochas. Quanto ao derrame de combustível, o comandante do Porto de Cascais calcula que, como a embarcação já tinha feito a maior parte do percurso, não ultrapasse os 10 litros. “É residual. O tempo de evaporação será de aproximadamente duas horas”, disse à Lusa. Pereira da Terra admite que o acidente possa ter sido causado pela ondulação porque a “embarcação aproximou-se da zona de rebentação, apanhou uma primeira vaga, apanhou uma segunda e, à terceira vaga, encheu de água e virou”.
RZP/MCL // MLS
Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24054632?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

73

Doentes com dependências sem resposta no Norte

Lisboa, 24 abr (Lusa) - Os hospitais e as estruturas de cuidados de saúde primários não querem tratar doentes toxicodependentes e com adições, denunciou hoje o coordenador regional demissionário da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) do Norte. “Com a extinção do Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT), as unidades deviam ser integradas nos cuidados de saúde primários, mas tal não se veio a verificar por incapacidade quer hospitalar quer de cuidados de saúde primários, que nos dizem informalmente que não querer tratar os nossos [do DICAD] doentes, mas formalmente não o assumem”, afirmou no parlamento Adelino Vale Ferreira, coordenador regional demissionário da DICAD. Adelino Vale Ferreira era o diretor do IDT do Norte em 2012, quando a estrutura foi extinta, e manteve-se como coordenador regional da DICAD até novembro de 2017, altura em que apresentou a sua demissão numa carta à Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, que tutela a DICAD. No âmbito de uma audição pública a um conjunto de entidades na Comissão de Saúde, requerida pelo BE e PCP, sobre a estratégia de redução de riscos e minimização de danos e sobre os problemas inerentes à atual estrutura orgânica de prevenção, tratamento e redução de riscos associados a dependências, Adelino Vale Ferreira disse que, apesar de extinto o IDT, “continuam a utilizar a estrutura que existia”. “Continuamos a funcionar com a nossa boa vontade, utilizando a estrutura informal que existia no IDT. As pessoas estão esgotadas, num sofrimento muito grande. Eu diria que a primeira medida que é preciso tomar é tirar os profissionais deste sofrimento”, alertou. A deputada do PCP Carla Dias questionou as entidades presentes na comissão parlamentar sobre a “falta de profissionais” e a “dificuldade de operacionalização”

que existe atualmente na resposta pública na área da toxicodependência, comportamentos aditivos e dependências.

De acordo com o, ainda, responsável pelo DICAD do Norte está a ser “estudo o fecho de unidades” devido à “falta de profissionais”.

Também o coordenador do Centro de Respostas Integradas (CRI) do Porto Oriental, Jorge Barbosa, falou de “incapacidade” e “falta de motivação”.

“O nosso coordenador regional já falou na hipótese de encerrarmos serviços. No meu CRI estou a pensar encerrar um serviço por falta de recursos, porque não temos capacidade de resposta”, afirmou.

O deputado do PSD Cristóvão Simão Ribeiro destacou a “total abertura” do partido para “reavaliar e repensar a estratégia”.

“Não descartando a responsabilidade política que todos nos temos naquilo que é a estratégia de combate à toxicodependência, vão esperar quantos anos mais para decidir? Da nossa parte tem a total abertura e compromisso”, afirmou o social-democrata.

O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) manteve as competências de planeamento e estratégia de prevenção, mas o tratamento e prestação de cuidados a toxicodependentes e alcoólicos passaram para a alçada das cinco Administrações Regionais de Saúde (ARS), onde se inserem as DICAD e os CRI.

RZP / (HN) // MSP

Lusa /Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24078833?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

74

Situação atual de toxicodependência é “catastrófica” no Bairro do Aleixo, no Porto

Lisboa, 24 abr – O coordenador do Centro de Respostas Integradas (CRI) do Porto Ocidental, Júlio Roque, alertou hoje no parlamento para a existência de uma “realidade catastrófica” de toxicodependência no Bairro do Aleixo, semelhante à vivida nos anos 90.

O coordenador do CRI falava no âmbito de uma audição pública a um conjunto de entidades na Comissão de Saúde, requerida pelo BE e PCP, sobre a estratégia de redução de riscos e minimização de danos e sobre os problemas inerentes à atual estrutura orgânica de prevenção, tratamento e redução de riscos associados a dependências.

“Na década de 90 tínhamos uma realidade catastrófica na cidade do Porto, com consumidores endovenosos sem qualquer cuidado, onde a questão do HIV e da tuberculose era uma realidade, hoje essa realidade é similar. Há um mês fui ao bairro do Aleixo e deparei-me com a encosta em frente à torre do Bairro do Aleixo cheia de tendas onde estavam consumidores, idêntico à década de 90. Já houve duas mortes de doentes com tuberculose no bairro do Aleixo”, denunciou Júlio Roque.

O coordenador do CRI do Porto Ocidental apontou a dificuldade de “interligação com os cuidados primários” na região norte do país como uma das principais causas para a situação que se vive, nomeadamente, no Bairro do Aleixo.

“No passado tínhamos maior facilidade de interligação com os cuidados primários no norte. Tínhamos uma rede nos centros de saúde de administração de programas de



substituição com metadona em toda a região norte, tínhamos um protocolo com a ARS Norte. Hoje se quisermos colocar um doente numa Unidades de Saúde Familiar (USF) pode não ser possível porque a USF não tem contratualizada uma resposta dessa natureza”, explicou.

O coordenador acusou ainda o Governo de estar a “enganar” os profissionais enquanto “assistem ao desaparecimento da qualidade” no serviço.

“Dizer agora que vão aprofundar a integração nos cuidados de saúde primários é uma falácia, estão a enganar-nos. É fundamental que o atual Governo tome uma decisão, que tem vindo a adiar”, apontou.

RZP // JNM

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24079244?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

75

Elementos das estruturas do Norte que tutelam o tratamento das dependências exigem sair

Lisboa, 24 abr (Lusa) – Os coordenadores da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) da região Norte disseram hoje no parlamento ser “impossível qualificar” a situação em que estão, exigindo “ir embora”.

O coordenador regional demissionário da DICAD, Adelino Vale Ferreira, falava no âmbito de uma audição pública a um conjunto de entidades na Comissão de Saúde, requerida pelo BE e PCP, sobre a estratégia de redução de riscos e minimização de danos e sobre os problemas inerentes à atual estrutura orgânica de prevenção, tratamento e redução de riscos associados a dependências.

“Por favor tirem-nos daqui e deixem-nos ir embora. Eu estou demissionário desde outubro e ainda não fui substituído. Por compromisso para com os doentes e com o Estado tenho-me mantido e estou disponível para colaborar e trabalhar, mas sinto-me como os lixeiros dos anos 80 e 90, como tratamos o lixo social. O ser humano pode viver sem muita coisa, mas sem dignidade ninguém vive. Estamos a falar na dignidade dos utentes e dos profissionais”, denunciou.

O coordenador disse ser “extremamente importante que este ciclo termine”, que haja uma decisão rápida e não se criem situações em que “os serviços se percam irremediavelmente ou aconteça um problema”.

O coordenador do Centro de Respostas Integradas (CRI) do Porto Oriental, Jorge Barbosa, falou da necessidade de “um novo plano estratégico”.

“Não conseguimos caminhar mais, necessitamos de um novo plano estratégico na intervenção dos comportamentos aditivos e dependências que seja capaz de responder às atuais necessidades, que são muitas”, afirmou.

RZP // JNM

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24079281?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

76

Algarve lidera praias costeiras com Bandeira Azul, Centro é "recordista" nas fluviais

Lisboa, 27 abr (Lusa) – A Bandeira Azul vai ser hasteada este ano em 19 praias fluviais do Centro e em 89 costeiras no Algarve, a somar às 224 no restante país, anunciou hoje o presidente da Associação Bandeira Azul da Europa.

O galardão vai ser entregue a um total de 332 praias e também a 18 marinas, mais quatro do que no ano passado, e a sete embarcações ecoturísticas.

As mais de 300 praias estão distribuídas por 86 concelhos, sendo 299 praias costeiras e 33 praias fluviais.

A região Centro é a “recordista” das praias fluviais, com 16 bandeiras, seguindo-se a região Tejo com oito, o Norte com cinco e o Alentejo com quatro.

O Algarve não tem nenhuma praia fluvial distinguida com Bandeira, mas lidera o número de galardões nas praias costeiras, com 89.

No Norte recebem o galardão 73 praias (mais três do que em 2017), no Centro 39 (mais três do que no ano passado), a região do Tejo mantém 48 bandeiras, o Alentejo e o Algarve recebem mais uma bandeira cada região ficando com 32 e 89, respetivamente.

A Região Autónoma dos Açores foi a única a perder uma bandeira (Poço dos Frades), ficando com 37, e a Madeira recebe mais uma e conta, este ano, com 14 bandeiras azuis.

No ano em que se comemora uma década desde o início da parceria entre o Oceanário de Lisboa e a Associação Bandeira Azul da Europa, o tema deste ano - “O mar que respiramos” - pretende alertar as pessoas para a necessidade de alteração de comportamentos.

“Opte por energias renováveis, ande mais de transportes públicos e recuse o uso do plástico descartável”, são algumas das propostas da campanha deste ano.

Em comparação com a atribuição a nível internacional, Portugal é o terceiro país com mais galardões conferidos, quando no ano passado era o sexto.

“Desde 2011 que Portugal tem mais de 50% de praias galardoadas com Bandeira Azul”, destacou José Archer.

Em relação a 2017, há 12 novas praias, um novo concelho (Mourão) a receber a Bandeira Azul, quatro praias fluviais novas (Azenhas/Vilar de Mouros, no Norte, Côja e Senhora da Piedade no Centro e a Praia Fluvial de Mourão no Alentejo), nove reentradas para a lista e a saída apenas de Poço dos Frades nos Açores, que tinha recebido o galardão pela primeira vez no ano passado.

Louçainha (Centro), Pintadinho (Algarve), Silveira (Açores) e Santo António (Açores) recuperam a bandeira azul que tinham perdido no ano passado.

Quanto às marinas, são 18 com Bandeira Azul este ano, mais quatro do que no ano passado.

“É a primeira vez que há uma marina a norte do Tejo, o que nos deixa muito felizes”, afirmou José Archer, referindo-se à Marina de Vila Nova de Gaia que entra pela primeira vez para a lista.

Também terão bandeira azul sete embarcações ecoturísticas, mais duas do que no ano passado, duas na região do Tejo, uma no Alentejo, três na Madeira e, pela primeira vez, uma nos Açores.

Pelo segundo ano consecutivo o navegador solitário Ricardo Diniz é o embaixador escolhido.

Para este ano estão previstas sete atividades de educação ambiental em embarcações, 784 em praias e 73 em marinas, num total de 864.



A atribuição da Bandeira Azul tem em conta critérios como a “informação e educação ambiental”, “qualidade da água”, “gestão ambiental e equipamentos” e “segurança e serviços”.

As cerimónias oficiais de hastear das primeiras Bandeiras Azuis de 2018 estão agendadas para 01 de junho na praia da Torreira, no concelho da Murtosa (Centro), para o dia 4 na praia fluvial de Monsaraz, em Reguengos de Monsaraz, e para o dia 19 na Marina de Gaia, em Vila Nova de Gaia.

RZP/MCL // MCL

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24094319?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

77

É preciso desmistificar rótulo verde atribuído à hidroeletricidade – especialistas (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 27 abr (Lusa) – Especialistas em erosão e hidrobiologia apontam danos ecológicos provocados pelas barragens que vão além da poluição, destacando a diminuição dos sedimentos acumulados na costa portuguesa e o conseqüente aumento da erosão nas praias, não compatíveis com uma “etiqueta verde”.

“É preciso desmitificar quando nos afirmam que a hidroeletricidade é uma eletricidade verde. O impacto que as barragens têm sobre o ambiente - e não é só reterem as areias que não chegam ao mar, mas contribuirão ativamente para a libertação de metano CH₄, um poderoso gás de efeito de estufa - de forma alguma é compatível com uma etiqueta verde”, afirmou à Lusa o professor Bordalo e Sá, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS), na Universidade do Porto. José André, geógrafo e especialista que estuda o movimento de areias na faixa litoral, apelida a energia gerada pelas barragens de “energia vermelha” e destaca a redução de caudal sólido (quantidade de sedimentos transportada) no rio Douro.

“A energia hídrica é uma energia vermelha, porque traz problemas ambientais, não deixa passar as areias. O rio Douro, por exemplo, sem barragens depositava quase dois milhões de metros cúbicos de areia na foz, era o rio que maior alimentação dava à costa. Com barragens o rio deposita apenas 200 mil metros cúbicos, uma redução de cerca de 80%”, destacou o especialista.

Bordalo e Sá afirmou que Portugal ainda está a “anos-luz” das opções tomadas em países como os Estados Unidos ou a Suécia, que fizeram a remoção de várias barragens, mas apelou à “tomada de decisão política”.

“Nos Estados Unidos da América e na Suécia chegou-se à conclusão que remover uma barragem era mais barato do que tentar recuperar o ambiente a jusante. Partindo do princípio de que em Portugal ainda estamos muito longe desta situação, é preciso tomar medidas sérias”, referiu.

Contactado pela agência Lusa sobre a solução de remover barragens do plano hídrico, de forma a aumentar o caudal sólido e resolver o problema da falta de sedimentos na costa portuguesa num horizonte temporal mais alargado, o Ministério do Ambiente afirmou que “a avaliação se encontra a ser apurada”.

Na resposta enviada à Lusa o Ministério do Ambiente confirma que a construção da Barragem de Fridão, no quadro do Plano de Barragens de Elevado Potencial

Hidroelétrico, prevista para o rio Tâmega, afluente da margem direita do rio Douro, “está pendente”.

Em relação ao grupo de trabalho que iniciou o estudo do plano hídrico nacional em 2016 e entregou em março de 2017 um relatório preliminar com a identificação do ponto de situação, a tutela confirma a demolição total da Barragem da Sardinha e da Barragem do Peneireiro (ou dos Patos).

Segundo a mesma resposta, os trabalhos de demolição da Barragem da Misericórdia, em Beja, foram iniciados, mas a suspensão da demolição só deverá acontecer depois da aprovação do projeto candidatado ao Programa de Desenvolvimento Rural 2020. O projeto de demolição da Barragem da Herdade da Cigana, também em Beja, ainda aguarda autorização.

Bordalo e Sá diz que é preciso “coragem política” para agir ao nível do plano hídrico. “Os sucessivos governos têm encomendado vários estudos à comunidade científica, os diagnósticos estão feitos, as propostas de ação estão dadas, agora as pressões para a tomada de decisão política correta acabam por ser muito grandes”, declarou.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24095864?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

78

REPORTAGEM: Famílias de Fernão Ferro correm “risco elevado” em casas ilegais (C/VÍDEO, ÁUDIO E FOTO)

*** Serviços vídeo e áudio disponíveis em www.lusa.pt ***

Seixal, Setúbal, 28 abr (Lusa) – Há dezenas de famílias a viver ilegalmente numa zona de “risco bastante elevado” na área de servidão militar em Fernão Ferro, no Seixal, junto ao Depósito de Munições NATO de Lisboa, segundo a Marinha e a associação de moradores.

O diretor do Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL), Antunes Pereira, disse à agência Lusa que o manuseamento frequente de explosivos deixa as pessoas numa situação de “risco bastante elevado”.

“Fazemos com frequência o manuseamento desses materiais energéticos, neste caso explosivos, e aí o risco é um pouco maior. A Marinha está preocupada com as pessoas. O objetivo é que, se houver um acidente, não haja baixas desnecessárias por estarem numa situação clandestina”, afirmou.

Sobre o motivo que permitiu a fixação de dezenas de famílias na área de servidão militar, através da construção de várias moradias, o comandante referiu tratar-se de um problema que se “arrastou muito no tempo” e considerou que terá começado com a autorização “para construir pequenas infraestruturas de apoio à agricultura”.

“Na altura em que foi estabelecida esta servidão salvaguardou-se a necessidade de ser aproveitado aquele espaço para agricultura. Desde o início houve essa preocupação, o que levou a que fossem autorizadas determinadas infraestruturas. Estamos a falar de uma pequena cerca e de uma pequena arrecadação para a guarda das alfaias agrícolas. Quanto a mim, isso levou a que mais tarde comessem a aparecer ilegalmente os aumentos dessas pequenas arrecadações”, esclareceu.

Antunes Pereira afirmou que a fiscalização da zona de servidão militar “foi sempre constante” e que depois da modificação do diploma de servidão militar do DMNL,



aprovada em 2017, a Marinha “está a fazer tudo o necessário para tentar reverter a situação”.

“Neste momento no processo que está instituído compete ao diretor do DMNL a fiscalização. Os autos de notícia das anomalias são reportados, através da Marinha, para a Câmara Municipal respetiva, ou Seixal ou Sesimbra. Se não houver resposta da Câmara Municipal nesses 10 dias, em princípio o processo é remetido para o Ministério da Defesa para decisão do ministro”, explicou.

O presidente da associação de moradores da zona que abarca a área de servidão militar aponta “falhas graves na fiscalização” e “vendas enganosas e baratas” como os principais motivos para a construção ilegal.

“Acho que realmente tem havido falhas graves na fiscalização. Embora tenha havido algumas demolições pontuais, foi insuficiente. As pessoas continuam a comprar e a construir porque os terrenos estão onerados e são vendidos muito mais baratos.

Compram e passadas umas semanas começam a construir muros e paredes, continuam a construir”, comentou Bernardino Milheiras, defendendo uma fiscalização militar mais eficaz.

Segundo o presidente da Associação de Proprietários de Pinhal de Freiras e Quinta da Lobateira, a infraestruturização que está a ser feita na zona fora da servidão militar, com a colocação de asfalto e serviços de saneamento básico, contribui para a “promoção imobiliária”, apesar de todo o trabalho que é feito para “alertar as pessoas para o risco que correm”.

“Ao fazermos a infraestruturização do espaço liberto da servidão militar os promotores imobiliários aproveitam para pôr na sua publicidade que a zona vai ser urbanizada e desta forma, por vezes, as pessoas são enganadas. A associação faz toda a informação possível para alertar as pessoas para que não construam porque estão a colocar em risco as suas próprias vidas”, alertou.

Irene Silva vive com mais quatro elementos da família numa casa ilegal que diz ter construída sem saber que estava numa “zona protegida pela NATO”, mas desvaloriza o perigo que corre porque gosta de ali morar.

“Não sabia que isto era uma zona protegida pela NATO, foi o meu ex-marido que comprou o terreno. O projeto inicial para esta vivenda foi o meu ex-marido que submeteu à Câmara, eu mais tarde fui ver e estava arquivado. Fiz um anexo, tem três quartos, uma cozinha, uma sala e uma casa de banho. Nunca ninguém me impediu”, contou.

Só quando fez uma garagem a Câmara do Seixal (distrito de Setúbal) passou no local, durante as obras, e “deixou um postal”.

“Fui falar com o responsável, perguntou-me pelo projeto da outra casa e eu disse que estava na Câmara Municipal arquivado. Ele disse que ia ver, mas até hoje nunca me disseram nada”, explicou.

Contactada pela Lusa sobre a construção de habitações nesta área, o município recusou-se a comentar “por se tratar de competências do Ministério da Defesa”.

Em Sesimbra, segundo a Marinha, não há casas em situação ilegal.

RZP/ROC // ROC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24088082?srv_id=101&list_id=8205620000658809852



REPORTAGEM: Moradores que vivem em zona de servidão militar em Fernão Ferro recusam sair (C/VÍDEO, ÁUDIO E FOTO)

*** Serviços vídeo e áudio disponíveis em www.lusa.pt ***

Seixal, Setúbal, 28 abr (Lusa) – As dezenas de famílias que vivem ilegalmente na área de servidão militar em Fernão Ferro, no Seixal (Setúbal), junto ao Depósito de Munições NATO de Lisboa, recusam ficar sem casa na sequência do processo de reconversão urbana em curso.

De acordo com a Associação de Proprietários de Pinhal de Freiras e Quinta da Lobateira, em Fernão Ferro, o Plano Diretor Municipal (PDM) prevê para metade daquela área a edificabilidade.

“Os termos de referência da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão obrigam a que para a urbanização do espaço libertado da servidão militar seja cedida área para alojar aquelas pessoas [as que vivem na área de servidão militar]. É a forma encontrada pela Câmara Municipal Seixal e que nós temos de seguir por ser legal, e a única que neste momento possuímos”, disse à agência Lusa o presidente da associação, Bernardino Milheiras.

Segundo o representante, a infraestruturização que está a ser feita na zona está a ser fiscalizada, mas sem investimento municipal.

“A associação de proprietários foi considerada pelo PDM, consta do próprio PDM, como um interlocutor privilegiado para resolver este problema. Temos contacto e acompanhamento com a Câmara, todo o projeto deu entrada na Câmara e está a ser acompanhado e fiscalizado. Estamos a infraestruturar a zona, mas é a única ajuda. Não temos qualquer ajuda económica da Câmara Municipal do Seixal”, afirmou. Apesar dos esforços realizados pela associação e pela Marinha ao longo das últimas décadas, os moradores da zona de servidão militar, que recorrem a “furos” e a “puxadas de eletricidade” para terem acesso a serviços básicos, não estão disponíveis para sair.

“Não tenho dinheiro para fazer outra casa, dão-me o terreno, mas não posso ir para lá e ficar numa tenda. Assim cá estamos, vou ficando”, disse Irene Silva, que vive há 22 anos na zona de servidão militar.

Segundo a associação de proprietários, a transferência dos moradores desta zona para a área que está a ser infraestruturada “apenas transfere direitos”.

“Não há forma de os indemnizar, não há forma de fazer a transferência das construções. Não sei por onde passará essa solução, penso que irá ser uma resolução complicada para as pessoas”, afirmou Bernardino Milheiras.

Questionado pela agência Lusa sobre a duração prevista para a infraestruturização de toda a área e transferência da população para uma zona onde não corra risco, o presidente da associação afirma que “é muito difícil prever um fim” de todo o processo.

“Existimos há cerca de 19 anos, os passos têm sido muito lentos. Iniciámos com um plano de pormenor tendo em vista a alteração do uso do solo que não foi concluído porque, no entanto, a Câmara Municipal do Seixal pretendeu alterar o uso do solo através da revisão do PDM e fê-lo. Neste momento estamos dependentes de outras entidades, nomeadamente o Ministério da Defesa, que faz a gestão da servidão militar”, explicou.

A associação ficou incumbida de definir o traçado de uma alternativa à Estrada Nacional 378, que faz a ligação Sesimbra-Fogueteiro e está a tentar que essa via cause os menores danos possíveis em termos urbanísticos e em termos de ocupação de espaço urbanizável.



“Todo o espaço urbanizável é necessário para que se consiga fazer a transferência destas pessoas”, disse o representante.

De acordo com a associação e a Marinha, há dezenas de famílias a viver ilegalmente nesta zona de “risco bastante elevado” na área de servidão militar.

“Fazemos com frequência o manuseamento desses materiais energéticos, neste caso explosivos, e aí o risco é um pouco maior. A Marinha está preocupada com as pessoas. O objetivo é que, se houver um acidente, não haja baixas desnecessárias por estarem numa situação clandestina”, afirmou o diretor do Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL), Antunes Pereira.

Sobre o motivo que permitiu a fixação de dezenas de famílias na área de servidão militar, através da construção de várias moradias, o comandante referiu tratar-se de um problema que se “arrastou muito no tempo” e considerou que terá começado com a autorização “para construir pequenas infraestruturas de apoio à agricultura”.

Segundo a associação de proprietários, a infraestruturização que está a ser feita na zona fora da servidão militar, com a colocação de asfalto e serviços de saneamento básico, contribui para a “promoção imobiliária”, apesar de todo o trabalho que é feito para “alertar as pessoas para o risco que correm”.

Contactada pela Lusa sobre a construção de habitações nesta área, o município recusou-se a comentar “por se tratar de competências do Ministério da Defesa”.

RZP/ROC // ROC

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24097971?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

Anexo 11

Levantamento de exemplos de notícias redigidas durante o estágio editoria Sociedade

| |
|---|
| 1 |
| Indústria Farmacêutica da Saúde Animal com “nova voz” em Portugal (C/ÁUDIO) |
| *** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt *** Lisboa, 04 maio (Lusa) – As empresas de medicamentos veterinários constituíram uma nova associação e deixam de estar representadas pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, a Apifarma, foi hoje anunciado. O presidente da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica de Medicamentos Veterinários, Apifvet, Jorge Moreira da Silva, disse à agência Lusa que a criação da nova associação “há muito tempo estava a ser pensada”. “O medicamento veterinário e o medicamento humano estão cada vez a ter legislações mais diferentes, que se tocam nalguns pontos, mas cada vez menos. Nós achámos que estava na altura de ter uma voz própria. Queríamos ter uma voz própria na saúde animal, na indústria de medicamentos veterinários”, afirmou. De acordo com o presidente da nova associação a saída de todas as empresas da Apifarma, no último dia de 2017, tem uma justificação “simples” que se prende com a “falta de independência”. “Tínhamos uma comissão especializada de saúde animal, mas não nos sentimos representados minimamente nas ações da Apifarma. Não éramos ouvidos, não tínhamos independência, não éramos reconhecidos enquanto grupo”, apontou. Para Jorge Moreira da Silva a criação desta nova associação vai permitir “falar com toda a gente”, defendendo “o setor do medicamento veterinário”. “A nova associação permite-nos ter uma voz própria e não estar dependente de uma direção que congrega medicamentos humanos, medicamentos veterinários e outra coisa. Neste momento podemos defender muito melhor o setor do medicamento veterinário. Podemos falar com toda a gente, antes só tínhamos acesso até ao diretor-geral [da Apifarma], agora somos nós Apifvet que vamos a todo o lado”, esclareceu. RZP/PMC // PMC Lusa/Fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/24127089?srv_id=101&list_id=8205620000658809852 |
| 2 |
| Fenprof admite ouvir professores sobre greves a avaliações ou exames este ano |
| Lisboa, 04 mai (Lusa) – O secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira, admitiu hoje que, caso o Governo não altere a sua posição, a luta dos professores poderá passar por “greves em tempos não letivos, de avaliações ou exames”. Em conferência de imprensa em Lisboa, depois da reunião do secretariado nacional da Fenprof e de uma reunião na quinta-feira com o Ministério da Educação, Mário Nogueira admitiu que, não havendo “nenhuma alteração na posição do Governo”, |



quer antes da manifestação agendada para dia 19 de maio, quer imediatamente depois da manifestação, os professores vão “decidir o que fazer ainda este ano letivo”.

“Vamos ouvir os professores em plenários, reuniões e trabalhando nas escolas. Se não houver respostas [do Governo], as greves podem ser feitas mesmo quando não há aulas. Há avaliações e exames, por exemplo. No caso dos exames o colégio arbitral é que decide quais os serviços mínimos e se os há”, afirmou o secretário-geral da Fenprof.

Mário Nogueira reafirmou a necessidade de “resolver problemas” durante este ano letivo, uma vez que termina em agosto.

“O nosso ano é diferente do ano civil. Assumimos o ano 2017/2018 como ano de resolver problemas. O que ficar adiado para ser decidido a partir de setembro já só será decidido na legislatura seguinte, com o próximo Governo”, disse.

O líder da Fenprof acusou também o ministro da Educação de ter “desaparecido”, depois de no início da legislatura ter assumido o compromisso de “reunir trimestralmente com os sindicatos” para debater os problemas do setor.

“Desde o início de setembro que o ministro da Educação não aparece. Diariamente daqui [sede da Fenprof] segue um lembrete ao ministro a recordar que um trimestre tem menos de oito meses”, ironizou Mário Nogueira.

Os sindicatos dos professores convocaram uma marcha nacional para dia 19 de maio em Lisboa que, segundo o líder da Fenprof, “vai ser uma grande manifestação”.

“Ainda faltam duas semanas e já há distritos com muitos autocarros preenchidos. Já não existem 150 mil professores, por isso não teremos 100 mil, mas em proporção vai ser uma grande manifestação”, disse.

A Fenprof apresentou, ainda, uma “calorosa saudação a todos os trabalhadores não docentes”, que hoje cumprem um dia de greve, considerando-a “uma importante ação de luta em defesa da escola pública e dos seus trabalhadores”.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24128495?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

3

Projeto de inclusão envolve quase 2.000 jovens na resolução de problemas sociais

Lisboa, 07 mai (Lusa) – A organização CDI Portugal envolve atualmente quase 2.000 jovens em todo o país em projetos que pretendem, através do uso das tecnologias, resolver problemas sociais, disse hoje à Lusa o responsável da organização que comemora cinco anos.

São quase 2.000 participantes nos projetos que integram o ‘Apps for Good’. Este “movimento tecnológico educativo” conta com jovens dos 10 aos 18 anos e professores para resolver problemas sociais com recurso às tecnologias.

“O ‘Apps for Good’ é o nosso maior projeto em Portugal. É um projeto internacional que cresceu no Reino Unido, onde tem cerca de 800 escolas, e a nível mundial são cerca de 1000 escolas. Em Portugal este ano há cerca de 160, é muito importante para nós em termos de alteração do modelo educativo e de alteração de algumas competências nas escolas”, disse o diretor executivo da organização, João Baracho, que falava à agência Lusa propósito da comemoração do quinto aniversário da organização em Portugal.

Além do projeto dinamizado nas escolas, a CDI Portugal criou também os centros de cidadania digital, onde “tentam seduzir a população mais desfavorecida ou com problemas de integração”.

“Pedimos às pessoas que nos digam o que está mal e não reclamem apenas, que proponham alternativas. Temos uma metodologia base que é o CDI comunidade, cujo objetivo é exatamente pegar num grupo de pessoas, analisar os problemas comuns ao grupo – seja na escola, na rua, na zona, na profissão, as pessoas escolhem um tema e através da tecnologia vão desenvolver esse tema para o combater ou para o atenuar”, esclareceu o responsável.

Dos centros de cidadania digital que já foram dinamizados pela organização, mantém-se em funcionamento o de Valongo enquanto o projeto ‘Apps for Good’ envolve mais de 150 escolas e 1.800 alunos, tendo a Madeira integrado a rede, este ano, pela primeira vez com um projeto piloto.

De acordo com o diretor executivo da organização há ainda quatro projetos que se encontram em espera, “uma vez que carecem de financiamento”.

“Os quatro projetos que aguardam financiamento são de várias áreas. Há um projeto implementado no Brasil e que queremos estender para Portugal, é o ‘Conecta Biblioteca’ que tenta aproximar as bibliotecas à comunidade. Desenvolvemos uma metodologia inovadora com uma equipa de ‘gaming’ [jogos virtuais] para tratar os jovens com este tipo de adição. Queremos construir uma oficina de reparação de computadores numa prisão, para criar novas competências nos reclusos e reduzir a reincidência e temos ainda o projeto ‘Muda’, para as bibliotecas das escolas, que pretende receber pessoas e certificá-las na área da literacia digital”, afirmou João Banacho.

RZP/ // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24139750?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

4

Trabalhadores da Lusíadas Saúde marcam greve e concentração para quarta-feira

Lisboa, 08 mai (Lusa) – Os trabalhadores do grupo Lusíadas Saúde anunciaram hoje que vão “intensificar a luta” através de uma greve e concentração no Hospital Lusíadas, em Lisboa, na quarta-feira.

Segundo uma nota enviada à agência Lusa, a greve vai decorrer na quarta-feira e os trabalhadores vão concentrar-se no Hospital dos Lusíadas, em Lisboa, às 11:00, no que consideram ser uma forma de “intensificar a luta”.

De acordo com a mesma nota, em causa está a recusa do grupo Lusíadas Saúde em negociar a tabela salarial apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP), o assédio e repressão nas unidades de saúde, os horários de trabalho “ilegais” praticados e a realização de turnos noturnos com “escalas absurdas de trabalho”.

Os trabalhadores reivindicam aumentos justos para todos os funcionários, a dignificação das carreiras e categorias profissionais, a reclassificação dos trabalhadores, o direito a 25 dias de férias e a subsídio de refeição igual para todos.

Entre os motivos de greve estão ainda o regresso do horário contínuo, a hora da refeição fixada no horário de trabalho, a elaboração de horários de trabalho de acordo



com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) e a Lei, a resolução de problemas de segurança e o fim da pressão, repressão e assédio dos trabalhadores.

Contactada pela agência Lusa a administração da Lusíadas Saúde afirma “respeitar o direito à greve”, mas recusa as acusações feitas pelos trabalhadores por “não corresponderem à realidade”.

Numa resposta escrita enviada à Lusa, a Lusíadas Saúde diz ser “uma empresa com um forte sentido de responsabilidade social”, que nos últimos anos tem “implementado várias ações de apoio aos colaboradores e suas famílias no âmbito da política social”.

“As condições remuneratórias e de trabalho globais são superiores ao estabelecido no contrato coletivo de trabalho. Temos instituída há vários anos avaliação para progressão na carreira e cumprimos a legislação em vigor em Portugal, nomeadamente no que diz respeito aos dias de férias, parentalidade e às horas de trabalho”, pode ler-se na nota.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24145397?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

5

Greves/Médicos: Clínicos em protesto cantam "Bella Ciao" ao ministro da Saúde (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Lisboa, 08 mai (Lusa) - Os médicos em protesto junto ao Ministério da Saúde adaptaram hoje a música popular italiana “Bella Ciao” ao ministro da Saúde, cantando que “Adalberto não conhece/Não conhece o SNS”.

“Berto chau, Berto chau, Berto chau, chau, chau” é uma das frases cantadas pelos médicos que participam na concentração promovida pela Federação Nacional de Médicos em frente do Ministério da Saúde e que coincide com o primeiro dos três dias de greve nacional de médicos.

A música “Bella Ciao”, uma canção popular da resistência italiana, foi recentemente recuperada pela série espanhola da Netflix “La Casa de Papel”.

Mais de uma centena de médicos estavam pelas 15:30 junto ao Ministério da Saúde, muitos deles com bata branca e cartazes onde se leem algumas das principais reivindicações dos profissionais.

Muitos médicos exibem ainda um crachá do movimento "SNS in Black", um movimento promovido por alguns médicos, que às sextas-feiras usam roupa negra em protesto pelo estado do Serviço Nacional de Saúde.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), João Proença sublinhou que esta concentração pretende mostrar o descontentamento dos profissionais pela "destruição por dentro dos cuidados de saúde".

Filipe Froes, do movimento SNS in Black, considera que o Ministério da Saúde vive "no planeta Excel e Power Point", que é bem distante da realidade vivida nas unidades de saúde.

Os médicos iniciaram hoje às 00:00 três dias de greve nacional, uma paralisação que os sindicatos consideram ser pela “defesa do Serviço Nacional de Saúde”.



A reivindicação essencial para esta greve de três dias é “a defesa do SNS” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação – o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e a Federação Nacional dos Médicos (FNAM).

Em termos concretos, os sindicatos querem uma redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, uma diminuição progressiva até 12 horas semanais de trabalho em urgência e uma diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1.500 utentes, quando atualmente são de cerca de 1.900 doentes.

Entre os motivos da greve estão ainda a revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, o descongelamento da progressão da carreira médica e a criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.

Para hoje à tarde, a FNAM agendou ainda uma concentração em frente do Ministério da Saúde, em Lisboa.

A paralisação nacional de três dias, que termina às 24:00 de quinta-feira, deve afetar sobretudo consultas e cirurgias programadas, estando contudo garantidos serviços mínimos, como as urgências, tratamentos de quimioterapia, radioterapia, transplante, diálise, imuno-hemoterapia, cuidados paliativos em internamento.

ARP/RZP // HB

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24146151?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

6

Greve/Médicos: Está na altura de substituir o ministro - Associação de Medicina Geral e Familiar (C/ Áudio e C/Vídeo)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Lisboa, 08 mai (Lusa) – O presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar considerou hoje que está na altura de substituir o ministro da Saúde e de encontrar um novo ministro que defenda o SNS.

“O passo seguinte agora (depois da greve que decorre entre hoje e quinta-feira) será substituir o ministro da saúde. Adalberto Campos Fernandes está esgotado”, afirmou à agência Lusa Rui Nogueira, que está a participar na concentração de médicos frente ao Ministério da Saúde, onde estão mais de 200 profissionais.

Para o presidente da Associação de Medicina Geral e Familiar, os profissionais estão cansados “destas políticas e deste ministro” e das suas “sucessivas promessas e adiamentos”.

Rui Nogueira criticou o que considera ser um contínuo “agachamento às obrigações impostas” pelo Ministério das Finanças.

“Precisamos de um ministro que defende de facto a saúde”, afirmou.

Os médicos iniciaram hoje às 00:00 três dias de greve nacional.

A reivindicação essencial é “a defesa do Serviço Nacional de Saúde” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação – o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e a Federação Nacional dos Médicos (FNAM).

ARP/RZP // JMR

Lusa/fim

Disponível em:
https://www.lusa.pt/subscriber/article/24146652?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

7

Greve/Médicos: FNAM denuncia tentativa de coagir internos a não fazer greve (C/ ÁUDIO e VÍDEO)

*** Serviço áudio e vídeo disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 08 mai (Lusa) – A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) denunciou hoje pelo menos dois casos de tentativa de coagir médicos internos a não aderirem à greve de três dias que hoje começou.

Durante a concentração de protesto frente ao Ministério da Saúde, em Lisboa, o presidente da FNAM disse aos jornalistas que dois agrupamentos de centros de saúde tentaram obrigar os médicos internos a uma ação de formação de três dias.

Segundo João Proença, a indicação dada a esses médicos em formação de especialidade era de que se não comparecessem à formação teriam falta e não a poderiam repetir no próximo ano.

A situação terá ocorrido no agrupamento de centros de Saúde de Almada/Setúbal e num outro na região do Algarve.

“Há uma lei que determina que quando estamos em greve não temos de aceitar a decisão do patrão, seja privado ou público”, lembrou o presidente da FNAM.

Os médicos iniciaram hoje às 00:00 três dias de greve nacional.

A reivindicação essencial é “a defesa do Serviço Nacional de Saúde” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação – o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e a Federação Nacional dos Médicos (FNAM).

Em termos concretos, os sindicatos querem uma redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, uma diminuição progressiva até 12 horas semanais de trabalho em urgência e uma diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1.500 utentes, quando atualmente são de cerca de 1.900 doentes.

Entre os motivos da greve estão ainda a revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, o descongelamento da progressão da carreira médica e a criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.

ARP/RZP // JMR

Lusa/fim

Disponível em:
https://www.lusa.pt/subscriber/article/24147138?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

8

Greve/Médicos: Ministro pode ficar na história como "médico que matou o SNS" - profissionais (C/ ÁUDIO e VÍDEO)

*** Serviço áudio e vídeo em www.lusa.pt ***

Lisboa, 08 mai (Lusa) - Os médicos que hoje se concentraram em protesto junto ao Ministério da Saúde lembraram que "unidos jamais serão vencidos", mas temem que o atual ministro fique na história "como o médico que matou o SNS".



"Médicos unidos jamais serão vencidos" ou "Adalberto desaparece, o SNS agradece" foram das frases mais gritadas pelos médicos na concentração de hoje à tarde, que coincidiu com o primeiro de três dias de greve nacional.

Na carrinha que servia de púlpito aos manifestantes que quisessem discursar durante a concentração, Afonso Moreira, do Movimento "Médicos Indiferenciados, Não", disse que se o ministro Adalberto Campos Fernandes "continuar o atual caminho, ficará na história como o médico que matou o SNS".

A frase arrancou aplausos aos médicos em protesto, muitos deles vestidos com batas brancas ou com camisolas pretas e crachás do movimento "SNS in Black".

Além de pedirem "Adalberto, desaparece", os médicos também cantaram "Berto Chau", numa adaptação da música popular italiana "Bella Ciao", uma canção da resistência italiana que foi recentemente recuperada pela série espanhola La Casa de Papel.

"Oh Adalberto, só conversa / Berto chau, Berto chau, Berto chau, chau, chau / Oh Adalberto, não conhece / Não conhece o SNS" foi a adaptação cantada pelos médicos à porta do Ministério da Saúde, em Lisboa.

Ainda mais claro sobre "os passos seguintes" a dar no SNS, o presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, Rui Nogueira, defendeu que está na altura de se pensar na substituição do ministro da Saúde.

"O passo seguinte agora (depois da greve que decorre entre hoje e quinta-feira) será substituir o ministro da Saúde. Adalberto Campos Fernandes está esgotado", afirmou à agência Lusa Rui Nogueira, que participou na concentração promovida pela Federação Nacional de Médicos (FNAM) e onde estiveram mais de 200 profissionais. Os médicos iniciaram hoje às 00:00 três dias de greve nacional.

A reivindicação essencial é "a defesa do Serviço Nacional de Saúde" e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação – o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e a Federação Nacional dos Médicos (FNAM).

Em termos concretos, os sindicatos querem uma redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, uma diminuição progressiva até 12 horas semanais de trabalho em urgência e uma diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1.500 utentes, quando atualmente são de cerca de 1.900 doentes.

Entre os motivos da greve estão ainda a revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, o descongelamento da progressão da carreira médica e a criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.

ARP/RZP // JMR

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24147558?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

9

Greve/Médicos: BE e PCP solidários com médicos em protesto (C/ Áudio e C/Vídeo)

Lisboa, 08 mai (Lusa) – O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português solidarizaram-se com a luta dos médicos na "defesa do Serviço Nacional de Saúde", marcando presença na concentração de hoje junto ao Ministério da Saúde, em Lisboa.



O deputado do Bloco de Esquerda, Moisés Ferreira, apontou a incapacidade de atuação do ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que acusou de “não querer fazer nada”.

“Não basta ter o ministro da Saúde a dizer que os profissionais têm razão e depois não faz nada para ir ao encontro das reivindicações dos profissionais. A decisão política depende dele próprio e do Governo do qual faz parte. Se realmente acha que os profissionais têm razão, tem que a dar na prática, o problema é que não está a querer fazê-lo”, afirmou Moisés Ferreira.

A deputada do Partido Comunista Português, Paula Santos, lembrou que os problemas no Serviço Nacional de Saúde (SNS) “vêm de há vários Governos” e que é necessário “investir nos meios e materiais técnicos e na valorização dos profissionais”.

“Tem havido um ataque sistematizado ao SNS pelas políticas que têm sido adotadas e vão no sentido do desinvestimento e desvalorização. É necessário investir no reforço das condições ao nível dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares, investir nos meios e materiais técnicos para que a resposta do SNS seja de qualidade e qualificada”, disse.

O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, discursou durante a concentração dos médicos e apelou para o “bom senso” da tutela da saúde.

“É necessário o Ministério da Saúde ter o bom senso, juntamente com o Governo, para encontrar resposta para os problemas que já foram apresentados há dois anos e continuam sem qualquer solução”, defendeu.

Os médicos iniciaram hoje às 00:00 três dias de greve nacional.

A reivindicação essencial é “a defesa do Serviço Nacional de Saúde” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação – o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e a Federação Nacional dos Médicos (FNAM).

Em termos mais concretos, os sindicatos querem uma redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, uma redução progressiva até 12 horas semanais de trabalho em urgência e uma diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1.500 utentes, quando atualmente são de cerca de 1.900 doentes.

Entre os motivos da greve estão ainda a revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, o descongelamento da progressão da carreira médica e a criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.

RZP/ARP // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24147334?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

10

Trabalhadores da Lusíadas Saúde acusam chefias de coagir funcionários a não fazer greve (C/ÁUDIO e VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Lisboa, 09 mai (Lusa) – Trabalhadores concentrados hoje na frente do Hospital Lusíadas, em Lisboa, denunciaram que “vários colegas” foram coagidos a não fazer greve, com “ameaças de processo disciplinar”.



“Hoje houve tentativa de colegas não fazerem a greve. As chefias ameaçaram com processo disciplinar quem fizesse greve hoje, quem não garantisse os serviços mínimos”, disse à agência Lusa Cátia Duarte, técnica administrativa do grupo Lusíadas.

Os trabalhadores da Lusíadas Saúde estão hoje em greve e concentrados desde as 11:00, num dia de “intensificação da luta”.

“Estamos aqui em luta por todos os trabalhadores, porque a empresa não aceita as nossas reivindicações. Acha que aquilo que paga é suficiente quando nós recebemos, na maioria, 600 euros e já estamos nessa situação há muitos anos. Lutámos, desde início, esperámos com a venda do hospital em 2014, mas neste momento basta, não pode continuar”, afirmou Cátia Duarte.

Orlando Gonçalves, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CESP), acusou a empresa de “não respeitar os direitos dos trabalhadores” e de não querer negociar quando “tem milhões de euros de lucro”.

“Existem várias queixas na CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) sobre a questão da parentalidade, vários pedidos de horários flexíveis, de não garantir os direitos aos trabalhadores nas questões da amamentação, da flexibilidade por terem crianças pequenas. É inacreditável como é que a empresa pode falar sobre estas questões que têm o aspeto social”, afirmou o delegado sindical. O secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), Arménio Carlos, discursou durante a concentração dos trabalhadores e considerou “inadmissível” que o grupo Lusíadas não dê resposta.

“O grupo Lusíadas pode ter a força do poder do dinheiro, mas estas mulheres e homens trabalhadores têm a força do poder da razão e aquilo que estão aqui a reclamar é aquilo a que têm direito. À dignidade da profissão, de serem reconhecidas profissionalmente e melhorar as suas condições de vida e de trabalho”, afirmou. Relativamente ao aumento salarial que os trabalhadores exigem, o líder sindical esclareceu tratar-se de um valor que “rondará os 40 euros, nominalmente, a cada trabalhador” e garantiu que se o grupo Lusíadas continuar “de costas voltadas à solução” outras lutas se seguirão.

Contactada pela agência Lusa a administração da Lusíadas Saúde afirma “respeitar o direito à greve”, mas recusa as acusações feitas pelos trabalhadores por “não corresponderem à realidade”.

Numa resposta escrita enviada à Lusa, a Lusíadas Saúde diz ser “uma empresa com um forte sentido de responsabilidade social”, que nos últimos anos tem “implementado várias ações de apoio aos colaboradores e suas famílias no âmbito da política social”.

“As condições remuneratórias e de trabalho globais são superiores ao estabelecido no contrato coletivo de trabalho. Temos instituída há vários anos avaliação para progressão na carreira e cumprimos a legislação em vigor em Portugal, nomeadamente no que diz respeito aos dias de férias, parentalidade e às horas de trabalho”, pode ler-se na nota.

Ainda de acordo com a administração da empresa, cerca das 12:00, a greve era pouco expressiva e “não afetava os serviços”.

“Estivemos apurar os números oficiais e, neste momento, do universo de 4.000 funcionários do grupo apenas 1,8% aderiram à greve”, afirmou a responsável.

Entre os motivos de greve estão a reivindicação de aumentos justos para todos os funcionários, a dignificação das carreiras e categorias profissionais, a reclassificação dos trabalhadores, o direito a 25 dias de férias e a subsídio de refeição igual para todos.



RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24152739?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

11

Greve/Médicos: Segundo dia com “expressiva participação” - Sindicatos (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 09 mai (Lusa) – O segundo dos três dias de greve dos médicos registava, ao início da tarde, uma adesão superior à do primeiro dia, que esteve próxima dos 85% e 95%, de acordo com os sindicatos que a convocaram.

Segundo o secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), no segundo dia de greve “mantém-se uma expressiva participação dos médicos”, que supera a do primeiro dia.

“A participação dos médicos dos blocos operatórios na greve está hoje muito próxima dos 95%. Os blocos centrais de Leiria e do Algarve, por exemplo, estão todos encerrados e no Hospital S. João apenas um dos blocos está a funcionar”, disse à agência Lusa Roque da Cunha.

De acordo com o secretário-geral, nas consultas externas dos hospitais a adesão à greve está “entre os 72% e os 75%”, enquanto nos centros de saúde os números “rondam os 80%”.

Roque da Cunha explicou que no Hospital Garcia de Orta, em Almada, apenas “um bloco está a funcionar”, devido a uma “cirurgia não programada a um doente oncológico”.

O responsável acusou o ministro da Saúde de “ficar contente e tranquilo” com os atuais tempos de espera pelas consultas e cirurgias, mas diz que o responsável pela tutela “não se pode esconder”.

“A verdade é que o ministro da Saúde não se pode esconder na circunstância de dizer que a greve é legal ou que os médicos têm reivindicações com que ele concorda a 90%. O fundamental seria que se dispusesse a negociar. Nós não nos conformamos e exigimos que passe a haver negociações sérias”, afirmou.

Roque da Cunha referiu ainda que os “doentes sabem que os médicos não gostam de fazer greve” e que sentem a “compreensão dos doentes”.

A greve nacional de médicos teve início às 00:01 de terça-feira e termina às 23:59 de quinta-feira, uma paralisação que os sindicatos consideram ser pela “defesa do Serviço Nacional de Saúde”.

A reivindicação essencial para esta greve de três dias é “a defesa do SNS” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação.

Em termos concretos, os sindicatos querem uma redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, uma diminuição progressiva até 12 horas semanais de trabalho em urgência e uma diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1.500 utentes, quando atualmente são de cerca de 1.900 doentes.

Entre os motivos da greve estão ainda a revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, o descongelamento da progressão da carreira médica e a criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.



A paralisação nacional deve afetar sobretudo consultas e cirurgias programadas, estando contudo garantidos serviços mínimos, como as urgências, tratamentos de quimioterapia, radioterapia, transplante, diálise, imuno-hemoterapia, ou cuidados paliativos em internamento.

RZP (ARP)/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24153091?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

12

Greve/médicos: Adesão "extraordinariamente melhor" que na quarta-feira - sindicatos (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 10 mai (Lusa) – O último dos três dias de greve dos médicos regista uma adesão global superior a 85%, num “balanço extraordinariamente melhor que ontem”, revelam os dois sindicatos que a convocaram.

Em conferência de imprensa ao início da tarde, a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), disseram estar “admirados” com o aumento do número de médicos que aderiram ao último dia de greve, “nomeadamente no norte”.

“Os blocos continuam com adesão quase a 100%, aumentou imenso a participação na greve dos médicos nas consultas externas dos hospitais, tanto dos grandes como dos pequenos centros. Aumentou também a participação dos médicos de família em todas as unidades de norte a sul do país”, afirmou João Proença, presidente da FNAM.

O responsável saudou os médicos que “participaram na jornada” e recordou os “120 milhões de euros” gastos nas empresas de trabalho temporário que, considera, deviam ser aplicados em hospitais ou centros de saúde.

A greve nacional de médicos teve início às 00:01 de terça-feira e termina às 23:59 de quinta-feira, uma paralisação que os sindicatos consideram ser pela “defesa do Serviço Nacional de Saúde”.

A reivindicação essencial para esta greve de três dias é “a defesa do SNS” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação.

Em termos concretos, os sindicatos querem uma redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, uma diminuição progressiva até 12 horas semanais de trabalho em urgência e uma diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1.500 utentes, quando atualmente são de cerca de 1.900 doentes.

Entre os motivos da greve estão ainda a revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, o descongelamento da progressão da carreira médica e a criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.

A paralisação nacional deve afetar sobretudo consultas e cirurgias programadas, estando contudo garantidos serviços mínimos, como as urgências, tratamentos de quimioterapia, radioterapia, transplante, diálise, imuno-hemoterapia, ou cuidados paliativos em internamento.

RZP (ARP) // JMR

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24159031?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

13

Greve/médicos: Adesão "extraordinariamente melhor" que na quarta-feira - sindicatos (C/ÁUDIO) (ATUALIZADA)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 10 mai (Lusa) – O último dos três dias de greve dos médicos regista uma adesão global superior a 85%, num “balanço extraordinariamente melhor que ontem”, revelam os dois sindicatos que a convocaram.

Em conferência de imprensa ao início da tarde, a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), disseram estar “admirados” com o aumento do número de médicos que aderiram ao último dia de greve, “nomeadamente no norte”.

“Os blocos continuam com adesão quase a 100%, aumentou imenso a participação na greve dos médicos nas consultas externas dos hospitais, tanto dos grandes como dos pequenos centros. Aumentou também a participação dos médicos de família em todas as unidades de norte a sul do país”, afirmou João Proença, presidente da FNAM.

O responsável saudou os médicos que “participaram na jornada” e recordou os “120 milhões de euros” gastos nas empresas de trabalho temporário que, considera, deviam ser aplicados em hospitais ou centros de saúde.

O secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), Roque da Cunha, acusou o Governo de até ao momento ter feito “um simulacro de negociação”, que derivou nesta greve “incómoda para os utentes”.

“Estando num país democrático não me passa pela cabeça que um governo do Partido Socialista, apoiado pelos partidos que o apoiam no parlamento, não negocie com os sindicatos. Esta insensibilidade em relação aos problemas das pessoas mais frágeis é confrangedora. De facto é lamentável este tipo de atitude, mas vamos acreditar que a partir do primeiro minuto do dia de amanhã [sexta-feira] haja matéria para negociar”, disse.

Para o responsável o apoio dos médicos e a opinião dos utentes em relação à greve “ultrapassaram as expectativas” e reforçaram a “capacidade negocial”.

A greve nacional de médicos teve início às 00:01 de terça-feira e termina às 23:59 de hoje, uma paralisação que os sindicatos consideram ser pela “defesa do Serviço Nacional de Saúde”.

A reivindicação essencial para esta greve de três dias é “a defesa do SNS” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação.

Em termos concretos, os sindicatos querem uma redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, uma diminuição progressiva até 12 horas semanais de trabalho em urgência e uma diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1.500 utentes, quando atualmente são de cerca de 1.900 doentes.

Entre os motivos da greve estão ainda a revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, o descongelamento da progressão da carreira médica e a criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.

A paralisação nacional afeta sobretudo consultas e cirurgias programadas, estando contudo garantidos serviços mínimos, como as urgências, tratamentos de



quimioterapia, radioterapia, transplante, diálise, imuno-hemoterapia, ou cuidados paliativos em internamento.

RZP (ARP) // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24159346?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

14

Estado contratou dois médicos oncologistas dos 14 recém-formados – sindicatos (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 10 mai (Lusa) – O secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), Roque da Cunha, alertou hoje para a contratação privada de “12 dos 14 recém-especialistas” em oncologia, mas garantiu que “nenhuma cirurgia oncológica urgente foi adiada”.

“No ano passado, dos oncologistas que se formaram, recém-especialistas, o Serviço Nacional de Saúde contratou dois. Eram 14, 12 foram para a privada. Nós temos a certeza que nenhuma cirurgia oncológica urgente foi adiada, aliás, os médicos são das poucas profissões que têm os serviços mínimos perfeitamente organizados”, afirmou o secretário-geral do SIM.

Roque da Cunha apelou também para que “não se confundam recém-licenciados com médicos especialistas”, referindo-se às declarações do primeiro-ministro, António Costa, no parlamento.

“O que nos preocupa são os dois anos de espera por consultas e cirurgias e o senhor primeiro-ministro dizer ontem [quarta-feira], no parlamento, que nunca houve tantos médicos como agora”, disse.

O presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), João Proença, acusou o Ministério da Saúde de ser responsável pela falta de médicos devido a uma “gestão desastrosa em relação à colocação de médicos” e à falta de “motivação para colocar as pessoas em zonas carenciadas”.

“Não abrem concursos, não utilizam bem o orçamento público em benefício do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente dos doentes e dos médicos. Se no Hospital de Santa Maria o serviço de oncologia tem poucos médicos, imagine o que acontece nos hospitais gerais, de Portalegre, de Beja, Setúbal, Guarda ou Viseu”, afirmou.

Roque da Cunha e João Proença falavam durante a conferência de imprensa convocada pela FNAM e pelo SIM no último dia, de três, da greve nacional dos médicos.

A greve nacional de médicos teve início às 00:01 de terça-feira e termina às 23:59 de hoje, uma paralisação que os sindicatos consideram ser pela “defesa do Serviço Nacional de Saúde”.

A reivindicação essencial para esta greve de três dias é “a defesa do SNS” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação.

A paralisação nacional afeta sobretudo consultas e cirurgias programadas, estando contudo garantidos serviços mínimos, como as urgências, tratamentos de quimioterapia, radioterapia, transplante, diálise, imuno-hemoterapia, ou cuidados paliativos em internamento.

| |
|---|
| <p>RZP (ARP)/HB // HB Lusa/Fim Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/24159721?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>15 Greve/Médicos: Sindicato protesta por proibição de falar aos jornalistas no Amadora/Sintra</p> |
| <p>Lisboa, 10 mai (Lusa) - O Sindicato Independente dos Médicos vai apresentar um protesto à administração do hospital Fernando Fonseca e ao ministro da Saúde por ter sido proibido o acesso à zona exterior da unidade de saúde quando os sindicalistas falavam aos jornalistas.</p> <p>Em declarações à agência Lusa, o secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), Roque da Cunha, disse que vai “apresentar um protesto formal ao conselho de administração do hospital [Amadora/Sintra], com conhecimento ao ministro da Saúde”.</p> <p>“Foi o único hospital que não permitiu acesso à entrada exterior”, explicou Roque da Cunha, indicando que a unidade alegava que não podiam entrar câmaras de televisão nos “jardins exteriores do hospital”.</p> <p>O impedimento surgiu quando os dois sindicatos que convocaram a greve nacional de três dias tentavam realizar aos jornalistas um balanço da greve que termina hoje. As declarações aos jornalistas acabaram por ser feitas junto à portaria exterior do hospital, já fora da unidade de saúde, na via pública.</p> <p>Os dois sindicatos têm feito balanços da greve na zona exterior de várias unidades de saúde, como o hospital Santa Maria ou o hospital São José, em Lisboa.</p> <p>"O 25 de Abril foi feito por todos, não foi feito por alguém, nem sequer pelo responsável deste hospital da Amadora, que nem sequer nos deixa ir para o jardim filmar, lamentavelmente. É único hospital em que isso aconteceu, queria aqui manifestar o meu público protesto", disse Roque da Cunha aos jornalistas, logo nos momentos depois de um segurança o ter impedido de entrar com a imprensa para prestar declarações.</p> <p>A greve nacional de médicos teve início às 00:01 de terça-feira e termina às 23:59 de hoje, uma paralisação que os sindicatos consideram ser pela “defesa do Serviço Nacional de Saúde”.</p> <p>A reivindicação essencial para esta greve de três dias é “a defesa do SNS” e o respeito pela dignidade da profissão médica, segundo os dois sindicatos que convocaram a paralisação.</p> <p>A paralisação nacional afeta sobretudo consultas e cirurgias programadas, estando contudo garantidos serviços mínimos, como as urgências, tratamentos de quimioterapia, radioterapia, transplante, diálise, imuno-hemoterapia, ou cuidados paliativos em internamento.</p> <p>ARP/RZP // HB Lusa/fim</p> <p>Disponível em: https://www.lusa.pt/subscriber/article/24159884?srv_id=101&list_id=8205620000658809852</p> |
| <p>16 Cerca de 13% das intoxicações alimentares obrigam a hospitalização - estudo</p> |

Lisboa, 11 mai (Lusa) – Mais de 600 pessoas foram afetadas por surtos de intoxicação alimentar em cantinas e bares de escolas, cafés, restaurantes, hotéis e instituições com residência, obrigando à hospitalização de 13% destas, segundo dados do Instituto Ricardo Jorge relativos a 2016.

De acordo com uma investigação do departamento de Alimentação e Nutrição do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA), hoje divulgada, em 2016, ano a que se referem os dados mais recentes, foram analisados 24 surtos que afetaram 629 pessoas, das quais 80 necessitaram de internamento hospitalar.

Segundo a investigação realizada, o tratamento térmico inadequado, abusos de tempo/temperatura, contaminações cruzadas e utilização de matérias-primas não seguras são os fatores que mais contribuem para a ocorrência de surtos de toxinfecções alimentares.

Relativamente ao local onde os surtos tiveram origem, ou seja, o local onde os alimentos foram consumidos ou tiveram lugar as etapas finais de preparação, quase a totalidade (96%) ocorreram em sítios públicos, com elementos de “mais do que uma família”.

Os locais onde ocorreram mais surtos foram instituições com residência (36%), cantinas/bares de escolas, colégios, infantários ou creches (21%) e estabelecimentos do tipo restaurante/café/hotel (17%).

O INSA adianta ainda que um dos surtos identificados teve origem em “amêijoas colhidas em zonas onde era proibida a apanha de bivalves para venda e para consumo” e que o surto com o número mais elevado de casos de doença associados teve origem em “mariscos variados cozidos”.

De 2012 a 2016 foram investigados laboratorialmente 67 surtos que resultaram em 1.815 intoxicações e 236 hospitalizações.

Desde 2010 que não há registo de óbitos em consequência de surtos de toxinfecções alimentares.

O boletim destaca a necessidade de “alertar o mais cedo possível” a autoridade de saúde para que esta possa “liderar o processo de investigação epidemiológica e ambiental e tomar as medidas adequadas para se efetuar uma análise de causas”.

O documento admite que este estudo representa apenas uma fração do número real de intoxicações ocorridas em Portugal.

O Departamento de Alimentação e Nutrição, em parceria com outros Departamentos do Instituto Ricardo Jorge e em colaboração com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), notifica anualmente à European Food Safety Authority (EFSA) os dados dos surtos ocorridos em Portugal.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24166485?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

17

Campanha alerta portugueses para importância de um “coração capaz”

Lisboa, 12 mai (Lusa) – A Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC) assinala o mês do coração, em maio, através de uma campanha que desafia os portugueses a

saber se o seu coração “é e está capaz para a vida”, informou a entidade em comunicado.

Com o mote “O seu coração é capaz?”, a campanha tem como objetivo alertar os portugueses para a importância de ter um coração capaz “que arrisca pela vida, mas que não arrisca a vida”.

Em média, por dia, quase 100 pessoas perdem a vida em consequência das doenças cardiovasculares, a primeira causa de morte em Portugal, representando 29,7% da mortalidade em Portugal, num impacto superior a 330 milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

De acordo com a SPC, 55% da população portuguesa entre os 18 e os 79 anos têm dois ou mais fatores de risco, enquanto mais de metade tem excesso de peso ou obesidade e 40% sofrem de hipertensão arterial.

Colesterol elevado, hipertensão arterial, excesso de peso e obesidade, diabetes mellitus, alimentação, sedentarismo, tabagismo, consumo excessivo de álcool, consumo de drogas e stress são os fatores de risco que, de acordo com a sociedade, podem ser controlados.

Das mortes registadas anualmente, mais de 3.000 devem-se a Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC) e quase 850 a enfartes agudos do miocárdio (ataque cardíaco), sendo estas doenças responsáveis pelo internamento de quase 37 mil portugueses.

Nos casos de morte súbita registados, há 12.000 tentativas de ressuscitação, através da aplicação de manobras de reanimação cardiopulmonar, mas apenas 681 cidadãos chegaram vivos ao hospital e em 57% dos casos não é sequer realizada qualquer manobra de reanimação até à chegada de meios de socorro.

A insuficiência cardíaca atinge meio milhão de portugueses, mas a maior parte dos portugueses não sabe identificar os sintomas e 86% apenas “ouviu falar” da doença que irá afetar um quinto das pessoas em alguma altura das suas vidas.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24170275?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

18

OMS disponibiliza 4.000 doses de vacinas para luta contra o Ébola no Congo

Kinshasa, 14 mai (Lusa)- A Organização Mundial de Saúde (OMS) garantiu hoje que tem 4.000 doses de vacinas preparadas para disponibilizar à população da República Democrática do Congo para fazer frente a um novo surto de Ébola.

“Obtivemos 4.000 doses. Estamos a trabalhar no desdobramento de equipas, incluindo a cadeia de frio, que poderá desdobrar-se amanhã [terça-feira]. O começo da vacinação depende deste desdobramento, estamos a trabalhar nisso. Faz parte das nossas prioridades”, afirmou a diretora da OMS para África, Matshidiso Moeti, citada pela agência EFE.

Na sexta-feira o governo congolês aprovou o envio de uma vacina experimental contra o Ébola, declarado em Bikoro, onde, segundo a OMS, foram confirmados dois casos, 20 prováveis e 17 suspeitos até domingo.

A vacina está em fase experimental, sem licença e o risco de efeitos secundários é elevado, por isso precisa de autorização dos governos para poder ser usada.

Trata-se da vacina Vsv EBOV, validada pelo governo da República Democrática do Congo desde 2017, que foi testada durante o surto de Ébola que atingiu a África

ocidental, entre o final de 2013 e 2016, e que afetou sobretudo a Guiné-Conacri, a Serra Leoa e a Libéria.

Equipas da OMS, da UNICEF, da Federação Internacional da Cruz Vermelha (FICV) e dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) deslocaram-se para Bikoro, um lugar remoto e com infraestruturas rudimentares, explicou, na sexta-feira, em Genebra o diretor de emergências da OMS, Peter Salama.

RZP (AH)/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24179412?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

19

OMS lança plano para ajudar países a eliminar gorduras saturadas da alimentação

Londres, 14 mai (Lusa) - A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou um plano para ajudar os países a eliminar gorduras 'trans' da alimentação da população, segundo um comunicado hoje divulgado.

A OMS considera que a eliminação das gorduras 'trans' (processadas a nível industrial) é "fundamental para prevenir mortes em todo o mundo", uma vez que o consumo deste tipo de alimentos é responsável pela morte de mais de 500.000 de pessoas, anualmente, em consequência de doenças cardíacas.

Vários países, incluindo a Dinamarca, introduziram já limites legais para os óleos processados o que "permitiu praticamente eliminar" as gorduras 'trans' da alimentação de crianças e adultos.

Tom Frieden, ex-diretor do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças norte-americano (CDC, na sigla em inglês), apelidou as gorduras 'trans' de "um químico desnecessário que mata", evidenciando que Nova Iorque as erradicou "há uma década".

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24180151?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

20

Eutanásia: Médicos católicos alertam para pressão sobre doentes pobres e frágeis

Lisboa, 15 mai (Lusa) – A Associação dos Médicos Católicos Portugueses (AMCP) reiterou hoje a oposição à legalização da eutanásia, considerando que "criaria uma enorme pressão sobre os doentes mais frágeis".

Em comunicado divulgado após uma reunião com o bastonário da Ordem dos Médicos (OM), a AMCP diz ter transmitido a Miguel Guimarães "preocupação" por esta lei colocar "doentes com doenças graves e incuráveis numa situação de enorme coação para pedirem a eutanásia".

"Seguramente, muitos doentes, de modo particular os mais pobres e frágeis, sentir-se-iam socialmente pressionados a requerer a eutanásia, porque se sentem a mais ou um fardo para a família e para a sociedade. Há um enorme risco de se criar um efeito de desmoralização nestes doentes, levando-os a desistir de viver", lê-se no comunicado.

A associação afirma recluir também que, com a legalização da eutanásia, se “desincentive o investimento nos serviços de saúde para a assistência aos doentes graves e terminais” e se “assista ao fenómeno de rampa deslizante”.

“A experiência dos Estados que legalizaram a eutanásia revela que não é possível restringir essa legalização a situações raras e excepcionais; o seu campo de aplicação passa gradualmente da doença terminal à doença crónica e à deficiência, da doença física incurável à doença psíquica dificilmente curável, da eutanásia consentida pela própria vítima à eutanásia consentida por familiares de recém-nascidos, crianças e adultos com deficiência ou com alterações profundas do estado de consciência”, referiu o presidente da associação e médico psiquiatra, Pedro Afonso.

A AMCP reiterou que a “prática médica é inconciliável com a prática da eutanásia” e, no comunicado, afirma ainda esperar que “a legalização da eutanásia seja rejeitada no próximo dia 29 de maio na Assembleia da República”.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24187646?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

21

Sarampo: DGS atenta a “provável” importação da doença este verão

Lisboa, 15 mai (Lusa) – A movimentação de pessoas durante os meses de verão torna “provável que Portugal importe sarampo” durante esse período, afirmou hoje a diretora-geral da Saúde, garantindo que essa é uma das preocupações da Direção-geral da Saúde (DGS).

Numa sessão de apresentação do plano de contingência para o verão, Graça Freitas afirmou a preocupação da DGS com a hipótese de haver “importação de sarampo”. “Podemos voltar a ter sarampo pois muito mais gente se vai estar a mexer de um lado para o outro, é provável que importemos sarampo”, afirmou a diretora-geral. De acordo com a responsável, para além da população sazonal, as temperaturas e os comportamentos de risco são as três coisas mais importantes para o verão.

Segundo Graça Freitas estes três fatores são responsáveis por “doenças agudas, acidentes e doenças crónicas”, que influenciam os cuidados de saúde.

O plano de contingência saúde sazonal, módulo verão, entrou em vigor no dia 01 de maio e terminará a 30 de setembro, sendo possível a sua ativação em outros períodos “em função das condições meteorológicas”.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24189162?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

22

Maior cobertura vacinal de sempre contra a gripe em pessoas acima dos 65 anos – DGS

Lisboa, 15 mai (Lusa) – A vacinação no Serviço Nacional de Saúde (SNS) resultou na maior taxa de cobertura vacinal contra a gripe em pessoas com 65 ou mais anos, afirmou a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas.



A diretora-geral da Saúde fazia um balanço do módulo de inverno do plano de contingência, durante a apresentação do módulo de verão, indicando que foram administradas no Serviço Nacional de Saúde mais de 1,2 milhões de vacinas contra a gripe.

“Tivemos, de facto, o maior número de vacinas contra a gripe no SNS, mais de 1 milhão e 200 mil, mais 354 mil vacinas do que na época 2015/2016. Este número de vacinas resultou na maior cobertura vacinal de sempre contra a gripe em pessoas com 65 ou mais anos de idade”, afirmou a responsável.

De acordo com Graça Freitas o SNS “teve muitas vacinas” e a população aderiu à vacinação, explicando ainda que a atividade gripal foi “mais tardia do que na época anterior”, mas com uma maior duração, o que se refletiu nos números registados nas urgências.

“Nunca se tinham feito em Portugal tantas urgências como nesta última época gripal, mais de três milhões de episódios de urgência hospitalar. O número [de doentes] que a partir da urgência foi internado não foi muito diferente. Tivemos mais pessoas a procurar a urgência, mas isso não se repercutiu em gravidade destes casos”, disse.

A responsável fez o lançamento do módulo de verão, destacando a “estabilidade na mortalidade”, durante o módulo de inverno, com a época gripal a terminar

“praticamente com o mesmo número de mortos” do que a anterior.

“ Fizemos o que podíamos, adaptámos os nossos cuidados e a nossa oferta à procura e monitorizámos muito bem, entre todos, a situação. Nunca tivemos tão boa informação como no ano passado e é assim que entramos no verão. Estamos em módulo verão, temos três grandes eixos, o primeiro volta a ser a informação, depois as medidas de prevenção e controlo e a comunicação”, afirmou.

De acordo com Graça Freitas a aplicação dos planos de contingência é feita localmente, através do trabalho com vários parceiros, mantendo sempre o contacto com a população.

“O plano de contingência não é uma coisa de nível nacional, a não ser nas grandes ideias e grandes estratégias, é gerido localmente nos centros de saúde, nos hospitais, nas misericórdias, na segurança social, nos bombeiros, na Autoridade Nacional de Proteção Civil”, esclareceu.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24189225?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

23

Especialistas reunidos em Lisboa para aumentar o conhecimento do sono das mulheres (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 16 mai (Lusa) – Centenas de especialistas vão estar reunidos em Lisboa entre hoje e sábado numa conferência que pretende “diminuir o desconhecimento sobre o sono das mulheres em várias doenças”, disse à agência Lusa uma das organizadoras do evento, Teresa Paiva.

A organizadora do ‘Lisbon Sleep Summit’ afirma que o sono das mulheres “é muito mal conhecido” e as implicações terapêuticas entre mulheres e homens são diferentes. “Há muita coisa que não se sabe e muita coisa de que não se tem a certeza, no que diz respeito ao sono das mulheres em determinadas doenças e efetivamente há diferenças



na forma como as doenças funcionam nos homens e nas mulheres (...) e isso implica também terapêuticas diferentes”, afirmou a neurologista e especialista em sono. Segundo Teresa Paiva é “necessário alertar” para determinadas situações da vida da mulher de hoje que derivam num sono pior nas mulheres do que nos homens. “O ‘summit’ vai incluir pessoas de várias formações e com essas diferenças vamos tentar lançar para a sociedade as questões que ficam abertas e que é necessário fazer. Vamos tentar transferir do conhecimento científico e do conhecimento clínico problemas para resolução social”, esclareceu a especialista.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24190044?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

24

Mais de um terço dos portugueses têm hipertensão - estudo

Lisboa, 17 mai (Lusa) – Mais de um terço dos portugueses sofre de hipertensão, uma doença que afeta mais os homens do que as mulheres, segundo os resultados do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF).

Realizado pelo Departamento de Epidemiologia do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), este inquérito analisou a tensão arterial dos portugueses e concluiu que 2,4 milhões de portugueses têm hipertensão, cujo Dia Mundial é hoje assinalado.

No estudo, além da medição da tensão arterial, foi considerada a toma de medicamentos para a hipertensão nas duas semanas anteriores à entrevista.

O INSEF estudou 4.911 pessoas, na sua maioria em idade ativa (84,3% com idade entre os 25 e os 64 anos), cerca de três quintos (63,4%) dos quais “sem escolaridade ou com escolaridade inferior ao ensino secundário” e 11,2% desempregados.

A hipertensão é mais frequente nos homens, atingindo quase 40% da população masculina e 32% das mulheres portuguesas.

A prevalência da hipertensão é mais elevada (62,6%) na população com “nenhuma escolaridade ou com o primeiro ciclo”, enquanto na população com “ensino superior” 15,5% sofrem de hipertensão.

Relativamente à ocupação profissional cerca de 65% dos reformados, domésticos ou estudantes têm hipertensão, enquanto a taxa de hipertensos desempregados ronda os 30% e a dos empregados se fixa nos 24,7 por cento.

De acordo com os dados do INSEF mais de 70% da população acima dos 65 anos têm hipertensão e entre os 25 e os 34 anos cerca de 6% são hipertensos.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Hipertensão os doentes com hipertensão têm um maior risco de morte ou desenvolvimento de determinadas doenças como a insuficiência cardíaca, acidentes vasculares cerebrais (AVC), enfarte do miocárdio, insuficiência renal ou perda gradual da visão.

No âmbito da celebração do Dia Mundial da Hipertensão, a Sociedade Portuguesa de Hipertensão escolheu Almada para “capital nacional das comemorações” com a realização de vários rastreios e atividades para a população.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24195398?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

25

Porto terá banco de leite este ano e em Lisboa o banco fornecerá mais hospitais (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 18 mai (Lusa) – A região do Porto está a “trabalhar arduamente” para reunir condições para abrir um Banco de Leite Humano até ao final do ano e, em Lisboa, o serviço vai passar a cobrir mais quatro hospitais, segundo um especialista.

O pediatra Israel Macedo, responsável pelo Banco de Leite Humano do Centro Hospitalar de Lisboa Central – Maternidade Alfredo da Costa (CHLC – MAC), o único banco de leite no país, disse à agência Lusa que a necessidade de um banco de leite no Porto é “clara” e que já “estão na fase de arranjar meios financeiros”.

“No Porto é preciso um banco de leite. Temos [nos hospitais] unidades tipo 3, muitos bebés prematuros, claramente aí é necessário. Há muitos bebés imaturos. (...)

Portanto, claramente no norte é preciso”, disse.

O especialista, que falava à agência Lusa a propósito do Dia Mundial de Doação de Leite Humano, que se assinala no sábado, explicou que estão a decorrer reuniões na Direção-Geral da Saúde (DGS) no âmbito da alimentação de crianças onde “entra o problema do número de bancos de leite a nível nacional”.

Israel Macedo deixou também em aberto a hipótese da criação de um banco de leite que sirva a zona norte e centro, onde se inserem os hospitais de Coimbra que “registam um grande número de cirurgias a crianças” que podiam beneficiar também do “leite de dadora” na recuperação.

“Vamos ter de fazer contas também em relação à possibilidade de, do Porto, fornecerem a Coimbra, porque pode dar-se o caso uma vez que geograficamente são mais próximas (...) Um a dois bancos de leite mais no país acho que faz todo o sentido. Se só no Porto ou numa zona intermédia, se no Porto e Coimbra, ainda temos de ver”, disse.

Em relação à expansão do serviço já existente a mais hospitais na área de Lisboa, o especialista explicou que, desde a sua criação, o banco fornece leite materno ao Hospital Dona Estefânia e ao Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra) estando a dar-se “passos sólidos” para que o fornecimento seja alargado ao Hospital Santa Maria, ao Hospital Garcia de Orta e ao Hospital São Francisco Xavier.

O pediatra referiu ainda ter recebido recentemente um pedido do Hospital de Cascais, que “tem bebés com menos de 32 semanas”, a população alvo do banco de leite.

Desde a criação do Banco de Leite Humano CHLC – MAC em 2009 “mais de 200 mulheres foram dadoras”, estando atualmente ativas cerca de 15. O banco processa “em média 200 litros de leite” que permite alimentar “uma média de 150 bebés por ano”, adiantou Israel Macedo.

“As dadoras ficam ativas cerca de três a seis meses. Quando começam a trabalhar normalmente é um problema, o problema da amamentação é que a partir dos cinco ou seis meses a nossa legislação não permite que as pessoas consigam nos seus locais de trabalho recolher o leite e, portanto, normalmente perdemos as dadoras quando começam a trabalhar”, afirmou.

O leite materno permite “diminuir as infeções intestinais graves”, fornecer gorduras e proteínas mais adequadas que fazem com que “o cérebro se desenvolva melhor” e tem também um “papel anti-inflamatório”.



“Quando se faz ressonância magnética a estas crianças encontram-se cérebros mais desenvolvidos do que os das crianças que são alimentados com leite artificial”, exemplificou o especialista.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24201358?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

26

Leite materno disponibilizado na 'net' é “uma perfeita lotaria” – especialista (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 18 mai (Lusa) – O pediatra Israel Macedo, responsável pelo único Banco de Leite Humano no país, denunciou hoje que há leite materno a ser transacionado em Portugal através da internet, alertando para os perigos que as mães e bebés correm.

“Através das redes sociais e da internet, há pessoas que disponibilizam o seu leite para outras mães que procuram o leite. Há estudos da academia americana, recomendações da Associação Europeia de Bancos de Leite Humano (...) que demonstram que as pessoas correm um enorme risco ao entrarem por essa via. É o equivalente a responder a uma proposta de sexo não seguro pela internet”, alertou o especialista, que falava à agência Lusa a propósito do Dia Mundial de Doação de Leite Humano, que se assinala no sábado.

“As pessoas podem receber leite de uma mãe VIH positiva, de uma mãe toxicod dependente que vai vender leite que devia ser para o próprio bebé ou que até nem devia ser dado ao bebé”, afirmou.

Além do desconhecimento da existência doenças que podem ser transmitidas aos bebés através do leite, Israel Macedo alerta também para “condições nada controladas” na conservação do leite que fazem “crescer bactérias”.

“É um leite perigosíssimo e isso infelizmente estendeu-se à Europa e a Portugal. (...) É extremamente perigoso porque a pessoa está a receber um leite que não sabe de onde vem. É uma lotaria, pode vir contaminado com bactérias intestinais, com bactérias de todo o tipo de feítio, vírus. É uma lotaria, uma perfeita lotaria”, advertiu.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24199893?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

27

Participação ao MP na sequência da agressão a um médico “em fase de conclusão”

Lisboa, 18 mai (Lusa) – A participação da agressão a um médico, esta semana, no centro de Saúde na Chamusca, a apresentar ao Ministério Público, está “em fase de conclusão” disse à agência Lusa a Administração Regional de Saúde de Lisboa. Numa resposta enviada à Lusa, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT) “repudiou veementemente” a agressão de um médico recém-especialista de Medicina Geral e Familiar e informou que foram “imediatamente despoletadas as medidas adequadas à situação”.

De acordo com a ARS-LVT, o médico foi sujeito a uma perícia no Gabinete Médico-Legal e a participação a apresentar ao Ministério Público está agora “em fase de conclusão”.

A ARS-LVT esclareceu também que “nesta fase inicial” da participação os serviços estão a prestar “todo o apoio possível, na medida das respetivas competências”.

Segundo a resposta da ARSLVT, em 2017 foi constituído um grupo de trabalho, envolvendo as áreas jurídica, médica, de segurança e saúde no trabalho e ética, que tem em fase de conclusão um “documento para a abordagem local e prática das questões da violência contra profissionais de saúde”.

Em 2009 a ARS-LVT lançou orientações internas com instruções sobre a forma de atuação por parte dos dirigentes e profissionais relativamente às questões da violência contra os profissionais de saúde.

O médico foi agredido fisicamente, esta semana, pelo companheiro de uma utente que lhe tinha solicitado uma renovação de baixa médica, após ter recusado passá-la.

RZP/HB (ARP) // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24205255?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

28

Responsável alerta para falta de profissionais no transporte inter-hospitalar pediátrico (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Lisboa, 21 mai (Lusa) – O coordenador médico responsável pelo transporte inter-hospitalar pediátrico Sul alertou hoje para a necessidade de mais enfermeiros e médicos para assegurar a continuidade das equipas responsáveis pelo transporte de crianças e jovens até aos 18 anos.

“Faltam profissionais obviamente, faltam-nos enfermeiros, faltam-nos médicos para que as equipas continuem. É muito à custa do esforço dos profissionais que estão que conseguimos ter [transporte] 24 horas por dia, 365 dias por ano, portanto faltariam profissionais”, afirmou Francisco Abecasis,

O perito do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) para a área da pediatria explicou que “apesar de haver equipas com 15 médicos”, nem sempre estão disponíveis, uma vez que o transporte inter-hospitalar pediátrico “é mais um extra, a somar ao trabalho nas unidades e aos bancos”.

As equipas são constituídas por um técnico do INEM, um enfermeiro e um médico com competência de cuidados intensivos neonatais ou pediátricos.

Além da experiência anterior em cuidados neonatais ou pediátricos, os membros das equipas têm formação específica em transporte e “formação contínua e de discussão entre os vários profissionais”.

“Atualmente temos um curso grande anual, organizado com uma equipa de transporte de Barcelona que já tem mais de 20 anos de experiência nesta área e, juntamente connosco, fazemos todos os anos um curso de transporte”, explicou o responsável.

Segundo Francisco Abecasis, Portugal destaca-se por ser “um dos poucos países” na Europa em que todo o território continental está coberto por este serviço que, desde 2017, já transportou cerca de 15.000 crianças em situações “muito graves e críticas”.

O transporte inter-hospitalar pediátrico é um sistema de transporte que permite levar recém-nascidos e crianças, até aos 18 anos, que “estão em estado crítico e precisam



de cuidados intensivos de um hospital distrital para um hospital onde vão ter esses cuidados”.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24219789?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

29

Cerca de 15 mil crianças já usufruíram do transporte inter-hospitalar pediátrico (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Lisboa, 21 mai (Lusa) – O transporte inter-hospitalar pediátrico permitiu nos últimos 11 anos “levar os cuidados intensivos” a cerca de 15 mil crianças, um serviço que, segundo o INEM, se traduz numa redução de morbilidade e mortalidade em situações críticas.

“O objetivo deste transporte é levar os cuidados intensivos até à criança e não a criança até aos cuidados intensivos. Isso sem dúvida foi uma grande mais-valia e traduz-se em muito menos morbilidade e mortalidade neste tipo de situações críticas”, afirmou Francisco Abecasis, coordenador médico responsável pelo transporte inter-hospitalar (TIP) pediátrico Sul.

De acordo com o perito do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) para a área da pediatria, a criação deste serviço permitiu reduzir a taxa de “morbilidade e mortalidade neste tipo de situações críticas” que afetam desde recém-nascidos prematuros a jovens até 18 anos.

“Estamos a falar de crianças em estado muito crítico, mas a taxa de mortalidade quer antes, durante ou imediatamente a seguir ao transporte é abaixo de 0,5%, são números muito baixos, o que quer dizer que a esmagadora maioria das crianças que é transportada por nós chega com sucesso ao seu destino e consegue depois que as coisas corram bem”, disse.

Para o responsável e membro das equipas TIP a estabilização dos doentes é um dos maiores desafios.

“Em termos de recém-nascidos há o grande prematuro, a extrema prematuridade, podemos estar a falar de recém-nascidos que têm 500 gramas de peso e que nascem num hospital que não está preparado para isso e, portanto, uma série de cuidados têm que ser tidos e, depois, há a doença aguda em crianças mais velhas, quer o trauma, (...) quer infeções graves como meningites graves ou sépsis, que são situações em que os doentes estão muito instáveis e precisam de muitas manobras de estabilização”, explicou.

Atualmente há quatro ambulâncias de TIP no país: TIP Norte (no Porto), TIP Centro (em Coimbra), TIP Sul Lisboa e TIP Sul Algarve (em Faro), o que permite cobrir “a totalidade do território continental”, algo que “poucos países na União Europeia” conseguem.

De acordo com o responsável está a ser trabalhada uma “solução juntamente com o INEM, os Açores e a Madeira” para que o sistema de transporte possa ser alargado.

“Estamos também a trabalhar numa solução juntamente com o INEM e com as regiões autónomas de tentar que este sistema de transporte possa também ir buscar crianças às ilhas quando assim for necessário e, então aí, poderíamos dizer que todo o Portugal está coberto por este sistema de transporte”, disse.



O transporte inter-hospitalar pediátrico deu os primeiros passos “no final da década de 80”, com o transporte neonatal e pediátrico. Em 2005, Coimbra começou a efetuar o transporte de crianças e jovens até aos 18 anos e, em 2010, surgiu em Lisboa o SAV (Suporte Avançado de Vida) pediátrico.

Da fusão do SAV pediátrico com o transporte de recém-nascidos de alto risco, foi oficialmente constituído como “meio de emergência médica do INEM”, o TIP, em 2013.

Em média, desde 2007, são transportadas quatro crianças por dia em “situações críticas”, que precisam de “cuidados intensivos”, tendo o transporte uma taxa de mortalidade “abaixo dos 0,5%”.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24219850?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

30

Óbito/Arnaut: Francisco George recorda homem “interessado em servir portugueses”

Lisboa, 21 mai (Lusa) – O presidente da Cruz Vermelha e antigo diretor-geral da Saúde, Francisco George, lembrou hoje António Arnaut como um homem que, na perspetiva do interesse público e de todos os portugueses, “não recuava e não estava sujeito a pressões”.

“O país perde uma figura, mas ganhou o Serviço Nacional de Saúde (SNS) que ele fundou. Perde uma figura política de impressionável transparência, mas ganhou um SNS para sempre”, afirmou Francisco George à agência Lusa.

O especialista em saúde pública afirmou que António Arnaut foi responsável por colocar “Portugal no topo a nível internacional”, no que diz respeito à “saúde da população, em particular das mães e das crianças”.

Francisco George recordou ainda a capacidade de “tomada de decisão inabalável” do antigo ministro dos Assuntos Sociais.

“A decisão, uma vez tomada, era inabalável para ele. Ia para a frente, não recuava, não estava sujeito a pressões, a interesses. Isto na perspetiva do interesse público, do interesse de todos os portugueses, no interesse dos mais pobres, mais vulneráveis”, afirmou.

O antigo ministro dos Assuntos Sociais António Arnaut, fundador do Serviço Nacional de Saúde e cofundador do PS, morreu hoje em Coimbra, aos 82 anos, disse à agência Lusa fonte dos socialistas.

RZP (SSS) // PMC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24220338?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

31

Óbito/Arnaut: Constantino Sakellarides lembra “homem exemplar”

Lisboa, 21 mai (Lusa) – O especialista em Saúde Pública Constantino Sakellarides recordou hoje António Arnaut como “um homem exemplar sob o ponto de vista humano, cívico, moral e político”.

“Num momento em que perdemos uma pessoa exemplar não só sentimos essa perda, mas também temos esperança que a sua memória e a sua mensagem fiquem entre nós por muito tempo. É essa esperança que de alguma forma dá significado a essa perda também, porque deixamos uma mensagem, deixamos um legado”, disse Constantino Sakellarides à agência Lusa.

Constantino Sakellarides realçou a ação cívica, política e humana de António Arnaut que, considera, vão “além da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”.

O especialista considerou, ainda, que é “necessário modernizar o SNS” destacando a “confiança na mensagem e legado” deixados por António Arnaut.

“O SNS há 40 anos era uma visão. Havia uma grande parte do país que não acreditava que isso fosse possível (...), no entanto, ele acreditou que era possível e a experiência deu-lhe razão. Foi possível construir um SNS que atualmente é necessário modernizar e desenvolver. É necessário adaptá-lo aos tempos que correm, mas sem perder essas características fundamentais e aquilo que são os princípios que formam e fazem do SNS uma realidade única na nossa democracia”, disse.

O antigo ministro dos Assuntos Sociais António Arnaut, fundador do Serviço Nacional de Saúde e cofundador do PS, morreu hoje em Coimbra, aos 82 anos, disse à agência Lusa fonte dos socialistas.

António Arnaut, advogado, nasceu na Cumeieira, Penela, distrito de Coimbra, em 28 de janeiro de 1936, e estava internado nos hospitais da Universidade de Coimbra.

Presidente honorário do PS desde 2016, António Arnaut foi ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Constitucional, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano e foi agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade e com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Poeta e escritor, António Arnaut envolveu-se desde jovem na oposição ao Estado Novo e participou na comissão distrital de Coimbra da candidatura presidencial de Humberto Delgado.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24220603?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

32

Eutanásia: Bastonários dos médicos rejeitam despenalização em declaração ao PR

Lisboa, 22 mai (Lusa) – Seis bastonários da Ordem dos Médicos, incluindo o atual, entregam, na quarta-feira, ao Presidente da República uma declaração conjunta na qual se opõem à despenalização da eutanásia, disse hoje à agência Lusa Miguel Guimarães.

“Esta carta foi assinada pelos seis bastonários dos últimos anos da Ordem dos Médicos. Como bastonários temos obrigação de defender o código deontológico e, como tal, não somos a favor da despenalização da eutanásia”, afirmou o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães.

Além de Miguel Guimarães, assinam a declaração José Manuel Silva, Pedro Nunes, Germano de Sousa, Carlos Ribeiro e Gentil Martins.

De acordo com Miguel Guimarães “esta é uma altura” em que importa ao Presidente da República “conhecer a posição das pessoas que lideraram a Ordem dos Médicos nos últimos anos”.



A discussão da despenalização da eutanásia está agendada para dia 29 de maio, na Assembleia da República, e o bastonário considera que o “debate é curto”, uma vez que “pouco se falou do assunto nos últimos anos”.

“Os portugueses têm de ter consciência daquilo que a Assembleia da República está na iminência de aprovar. Embora o parlamento tenha legitimidade para decidir, a verdade é que, à exceção do PAN, nenhum partido discutiu este tema na altura das eleições”, disse.

Segundo o bastonário, esta declaração espelha uma “reflexão” dos médicos que, “melhor do que qualquer cidadão, conhecem as práticas”.

“A maior parte das pessoas não estão informadas, ainda não se sabe distinguir eutanásia de distanásia. É necessária mais informação, mais debate, melhor esclarecimento, para que as pessoas formem uma opinião e a transmitam aos partidos políticos”, concluiu o bastonário.

O parlamento vai discutir quatro projetos de lei sobre a morte medicamente assistida ou a despenalização da eutanásia, projetos do PAN, Bloco de Esquerda, PS e Partido Ecologista Os Verdes.

RZP/PMC // PMC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24225477?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

33

Centenas de técnicos de diagnóstico em marcha para o parlamento (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviços áudio e vídeo disponíveis em www.lusa.pt ***

Lisboa, 24 mai (Lusa) - Várias centenas de técnicos de diagnóstico e terapêutica concentraram-se hoje no Marquês de Pombal, em Lisboa, para exigir que o Governo reabra as negociações com os sindicatos, dirigindo-se agora para o parlamento.

Vestidos de negro, com batas brancas e segurando balões pretos, os técnicos exibem vários cartazes nos quais se pode ler, por exemplo, "nem menos nem mais, direitos iguais" ou "exigimos justiça e equidade", frase também gritada pelos manifestantes. No meio da concentração, sobressai uma cruz preta em que se pode ler "SNS Luto", enquanto um manifestante segura um boneco com a caricatura de Mário Centeno, o ministro das Finanças, e com a inscrição "Sem'tino, para os TSdT nada, mas à farta para a banca".

Na praça Marquês de Pombal, ouvem-se músicas como "o que faz falta é alegrar a malta" e "Grândola, Vila Morena", associadas à revolução de 25 de Abril e à luta pela liberdade.

Os técnicos também entoam a música italiana "Bella Ciao", uma canção popular relacionada com a luta antifascista, em Itália, já ouvida numa anterior manifestação de médicos.

Cerca das 15:00, os profissionais de saúde iniciaram uma marcha em direção à Assembleia da República, onde irão expor as suas reivindicações.

Os técnicos de diagnóstico e terapêutica iniciaram hoje às 00:00 dois dias de greve nacional por falta de acordo com o Governo sobre matérias relativas às tabelas salariais, transições para nova carreira e sistema de avaliação.



A greve é convocada pelas quatro estruturas sindicais que representam os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, sendo que a paralisação está a afetar análises clínicas, meios complementares de diagnóstico e alguns tratamentos.

Os sindicatos alegam que a tabela salarial imposta pelo Governo faz com que cerca de 90% dos técnicos permaneçam na base da carreira toda a sua vida profissional.

Além disso, dizem que o sistema de avaliação imposto prolonga a estagnação salarial por mais 10 anos.

Argumentam ainda que o Governo violou o acordo firmado com os sindicatos, reduzindo a quota dos que atingem o topo da carreira em 50%.

A greve, que se prolonga até às 24:00 de sexta-feira, prevê o cumprimento de serviços mínimos, abrangendo tratamentos de quimioterapia e radioterapia ou os serviços de urgência.

A polícia está a acompanhar o desfile e vai cortado o trânsito à passagem dos manifestantes.

HN/RZP // PMC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24236314?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

34

Sindicatos de técnicos de diagnóstico e terapêutica recebidos no parlamento

Lisboa, 24 mai (Lusa) – Representantes dos quatro sindicatos de técnicos de diagnóstico e terapêutica entregaram hoje no Parlamento um manifesto a denunciar a “brutal injustiça que se perpetua” com os profissionais, tendo ficado agendada para segunda-feira uma reunião no Ministério da Saúde.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, depois dos quatro sindicatos terem sido recebidos, esta tarde, pelo secretariado do presidente da Assembleia da República, receberam “uma comunicação do Ministério da Saúde para agendar uma reunião na segunda-feira”.

As quatro estruturas sindicais que representam os técnicos “esperam que se façam novas propostas” relativas às matérias que não ficaram acordadas e que não contemplam as reivindicações que levaram à greve nacional que hoje se iniciou.

O primeiro dia de greve nacional dos técnicos foi assinalado com uma concentração no Marquês de Pombal, em Lisboa, seguida de marcha até à Assembleia da República, que reuniu mais de 1.500 manifestantes.

Os sindicatos alegam que a tabela salarial imposta pelo Governo faz com que cerca de 90% dos técnicos permaneçam na base da carreira toda a sua vida profissional.

Além disso, dizem que o sistema de avaliação imposto prolonga a estagnação salarial por mais 10 anos.

Argumentam ainda que o Governo violou o acordo firmado com os sindicatos, reduzindo a quota dos que atingem o topo da carreira em 50%.

A greve, que se prolonga até às 24.00 de sexta-feira, prevê o cumprimento de serviços mínimos, abrangendo tratamentos de quimioterapia e radioterapia ou os serviços de urgência.

RZP/HN (ARP) // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24238076?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

35

PSD quer ouvir ministro da Saúde com urgência no parlamento

Lisboa, 25 mai (Lusa) – O PSD requereu hoje a audição urgente do ministro da Saúde em comissão parlamentar para obter esclarecimentos sobre a “acentuada deterioração” das condições de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

O requerimento do PSD assinado pelos deputados Adão Silva, Ricardo Baptista Leite e Luís Vales é dirigido ao presidente da Comissão Parlamentar de Saúde e deu entrada hoje no parlamento, dia em que foi denunciada uma falha no serviço de radiologia do Instituto Português de Oncologia de Lisboa.

O grupo parlamentar do PSD quer explicações de Adalberto Campos Fernandes “sobre o estado de degradação em que, presentemente, se encontra o Serviço Nacional de Saúde”, refere o documento.

Os sociais-democratas alertam para a “multiplicação dos casos de encerramentos de serviços hospitalares por falta de pessoal”, para a falta de solução dos problemas da ala pediátrica do Hospital de São João, no Porto, e para o encerramento de serviços na oncologia do Hospital Santa Maria, em Lisboa.

O pedido de suspensão de funções, apresentado na segunda-feira, de cerca de 30 diretores de serviços, unidades e coordenadores de valências do Centro Hospitalar Tondela-Viseu (CHTV), em protesto contra a “degradação progressiva de vários serviços” no estabelecimento, é também uma das razões que motivou os deputados do PSD a requerer a audição urgente do ministro da Saúde.

Os sociais-democratas citam, ainda, no documento, a Assembleia de Representantes da Ordem dos Médicos, que considerou que a “pressão excessiva e a interferência, por parte da tutela, nas boas práticas médicas e, conseqüentemente, na qualidade da medicina (...) ultrapassou o limite do aceitável”.

Os deputados consideram “perturbante” a realidade que se vive no Serviço Nacional de Saúde e, por isso, querem “obter explicações” do Governo.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24241183?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

36

OMS quer reduzir em 90% mortes por cólera e acabar com tuberculose e poliomielite

Genebra, 25 mai (Lusa) – A Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou hoje um plano para reduzir em 90% as mortes provocadas por cólera, adotou uma resolução para tentar acabar com a tuberculose e reviu a estratégia para erradicar a poliomielite.

A porta-voz da OMS, Fadela Chaib, afirmou hoje em conferência de imprensa em Genebra que a cólera é responsável por 95.000 mortes por ano, afetando 2,9 milhões de pessoas em países com poucas infraestruturas, sistemas de saúde deficitários e em situações de conflito social.

A resolução insta a OMS a aumentar a sua capacidade para ajudar os países que lutam contra a cólera, reforçando a sua liderança global e papel de coordenação nesta área.

Além disso, os delegados que participam na Assembleia Mundial da Saúde adotaram outra resolução que desafia o diretor-geral da organização, Tedros Adhanom



Ghebreyesus, e os Estados-membros a apoiar a reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, onde será discutido o "caminho para acabar com a tuberculose".

A resolução exige que os Estados-membros aumentem os esforços para eliminar a doença e, a OMS, apela para que se desenvolva uma nova estratégia global para a investigação e inovação médica no campo da tuberculose.

Segundo a OMS em 2016 morreram 1,7 milhões de pessoas, sendo a tuberculose uma das dez principais causas de morte no mundo.

Também a estratégia a cinco anos da organização para erradicar a poliomielite foi revista durante o encontro, reforçando os sistemas de vacinação e procedimentos de urgência nos países que têm as ferramentas necessárias para manter o "mundo livre" da doença.

A Assembleia Mundial de Saúde é o principal órgão de decisão da OMS, responsável por aprovar as diretrizes e recursos do trabalho a realizar pela organização.

RZP/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24243161?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

37

Um dos medicamentos para prevenção da malária está esgotado, mas há alternativa - Infarmed

Lisboa, 25 mai (Lusa) - Um dos medicamentos para prevenir a malária está esgotado em Portugal, confirmou hoje a Autoridade do Medicamento (Infarmed), que está a avaliar alternativas para o reabastecimento, mas avisa que existe outro fármaco disponível.

A informação foi confirmada à agência Lusa por fonte oficial do Infarmed, após uma notícia da Visão online que dá conta que as "últimas embalagens de mefloquina se venderam no início de maio".

A reposição de stock de mefloquina está prevista para 27 de julho, estando o Infarmed "neste momento a avaliar alternativas para o abastecimento do mercado com esta substância".

De acordo com a Autoridade do Medicamento os medicamentos com mefloquina têm alternativa terapêutica na sua indicação principal (Atovaquona + Proguanil), que pode ser utilizada e "não tem ruturas notificadas", ou seja, está disponível no mercado.

RZP/ARP // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24243345?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

38

Um dos medicamentos para prevenção da malária está esgotado, mas há alternativa - Infarmed (ATUALIZADA)



Lisboa, 25 mai (Lusa) - Um dos medicamentos para prevenir a malária está esgotado em Portugal, confirmou hoje a Autoridade do Medicamento (Infarmed), que está a avaliar alternativas para o reabastecimento, mas avisa que existe outro fármaco disponível.

A informação foi confirmada à agência Lusa por fonte oficial do Infarmed, após uma notícia da Visão online que dá conta que as “últimas embalagens de mefloquina se venderam no início de maio”.

A reposição de stock de mefloquina está prevista para 27 de julho, estando o Infarmed “neste momento a avaliar alternativas para o abastecimento do mercado com esta substância”.

De acordo com a Autoridade do Medicamento os medicamentos com mefloquina têm alternativa terapêutica na sua indicação principal (Atovaquona + Proguanilo), que pode ser utilizada e “não tem ruturas notificadas”, ou seja, está disponível no mercado.

O Infarmed está a fazer um levantamento, junto de várias empresas, dos mercados onde o medicamento esteja disponível para proceder a uma autorização de utilização especial que garanta o abastecimento nesta fase de rutura.

Segundo o Infarmed a empresa responsável pela autorização de introdução no mercado da mefloquina "também foi contactada no sentido de encontrar soluções em mercados alternativos".

RZP/ARP // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24243413?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

39

Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla vai “vestir” Portugal de laranja

Lisboa, 29 mai (Lusa) – Para assinalar o Dia Mundial da Esclerose Múltipla, que se comemora na quarta-feira, a associação vai iluminar fachadas de monumentos com a cor laranja e promover uma campanha nas redes sociais, foi hoje divulgado.

“O ‘alerta laranja’ é uma campanha que pretende, de uma forma positiva, criar um momento público para se falar de esclerose múltipla e a necessidade da sociedade contribuir para que as pessoas afetadas, maioritariamente jovens em idade ativa, possam fazer face à doença e continuar as suas vidas com as mesmas oportunidades”, explicou a vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM), Susana Protásio.

No comunicado enviado, a vice-presidente da associação explica que esta ação é também uma “mensagem de esperança” para as pessoas que são diagnosticadas com a doença.

“Dada a evolução dos tratamentos ao longo dos últimos 20 anos, o prognóstico destes doentes mudou substancialmente. A história natural da esclerose múltipla está a mudar. Esperança e qualidade de vida serão, de hoje em diante, palavras associadas ao tratamento e gestão do doente com esclerose múltipla”, afirmou.

Para além de iluminar as fachadas de edifícios e monumentos como o Cristo Rei, o Templo de Diana ou o Castelo dos Mouros, através das redes sociais vai ser criado um movimento de pessoas vestidas com roupa laranja, para angariar fundos de apoio



às associações de doentes com esclerose múltipla e, em Lisboa, serão realizadas várias iniciativas de sensibilização e animação.

Em Portugal, a esclerose múltipla afeta cerca de 8.000 pessoas, sendo duas vezes mais prevalente nas mulheres do que nos homens. Entre os sintomas mais comuns estão a fadiga, distúrbios de equilíbrio, dificuldades cognitivas e fraqueza muscular, sendo que 65% dos doentes refere algum nível de incapacitação.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24261652?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

40

Eutanásia: “A decisão era apenas política, continua tudo na mesma” – bastonária dos enfermeiros (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 29 mai (Lusa) – A Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, afirmou que os enfermeiros estavam “preparados para os dois cenários” sobre os projetos de despenalização da eutanásia, hoje chumbados no parlamento, o que deixa “tudo na mesma”.

“Era uma decisão política, sempre o dissemos. Tendo havido essa decisão política nós estaríamos sempre preparados para os dois cenários. Neste caso, do ponto de vista ético e deontológico, não é preciso acautelarmos nada. Continua tudo na mesma e, portanto, é a decisão da Assembleia a quem competia decidir sobre esta questão”, disse a bastonária à agência Lusa.

Segundo Ana Rita Cavaco o foco deverá ser aquilo que o país tem “para oferecer às pessoas” e que considera ser pouco.

“Para além deste debate e destas decisões, é preciso, também, não desfocarmos daquilo que temos de oferecer às pessoas, em termos de dignidade e conforto, no final da sua vida e que são os cuidados paliativos”, afirmou a bastonária, acrescentando que “infelizmente, ainda é muito pouco”.

Ana Rita Cavaco alertou, ainda, para a incapacidade de se encaminhar os doentes para os cuidados paliativos e para a atual falta de enfermeiros nas unidades que existem, que, referiu, “não dão dignidade a ninguém”.

“O que não pode acontecer é que neste momento 90% das pessoas não chegam aos cuidados paliativos. Da parte do regulador da Ordem fizemos o que nos competia que era, por exemplo, criar esta área de especialidade, que era uma área que não existia.

Havendo muito poucas unidades, ainda, de cuidados paliativos aquelas que existem também não podem ter os enfermeiros que têm. Deparamo-nos com situações de um enfermeiro para 40 pessoas e isso também não dá dignidade a ninguém”, afirmou.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos-lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 116 votos contra, 107 votos a favor e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 115 votos contra, 110 votos a favor e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV teve 117 votos contra, 104 votos favoráveis e oito abstenções.

RZP (NS)/HB //HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24262243?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

41

Eutanásia: Associação de Bioética “satisfeita” com abertura para debate “profundo e esclarecedor” (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 29 mai (Lusa) – O presidente da Associação Portuguesa de Bioética, Rui Nunes, disse hoje estar “satisfeito” com o debate de ideias sobre a despenalização da eutanásia feito até aqui, mas encara-o como “parte da trajetória de uma discussão pública mais ampla”.

“Era extemporâneo legislar precipitadamente nesta matéria. A questão da despenalização da eutanásia, e de outras formas de morte medicamente assistida, é um tema muito profundo, muito complexo, e a população portuguesa tem o direito a estar devidamente informada sobre aquilo que possa vir a estar em jogo e a pronunciar-se de forma direta ou indireta sobre esta evolução, que é uma das maiores evoluções civilizacionais da sociedade portuguesa do século XXI”, afirmou o presidente da associação a propósito do chumbo hoje no parlamento de quatro projetos-lei sobre a despenalização da eutanásia.

Para Rui Nunes o debate que teve lugar nos últimos meses deverá ser o “início do caminho” que deve prosseguir com “frontalidade” nas próximas eleições legislativas. “Esperava, e assim aconteceu, que isto fosse um momento de debate de ideias e que o caminho não terminasse agora, mas que prosseguisse nos próximos meses, um ano ou dois. Que fosse debatido nas próximas eleições legislativas com toda a frontalidade para que não haja nenhum défice democrático nesta matéria”, disse.

De acordo com o presidente da Associação Portuguesa de Bioética um maior debate sobre a matéria permitirá, a dois anos, “tomar uma decisão que seja mais em conformidade com os desejos do povo português”.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos-lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 116 votos contra, 107 votos a favor e 11 abstenções. O

diploma do PS recebeu 115 votos contra, 110 votos a favor e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV teve 117 votos contra, 104 votos favoráveis e oito abstenções.

RZP(NS)/JMR // JMR

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24262305?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

42

Eutanásia: Votação mostra que se deve avançar no "sentido da vida" - Cardeal patriarca

Lisboa, 29 mai (Lusa) - O cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, considerou hoje que a rejeição no parlamento da despenalização da eutanásia mostra que é necessário avançar “no sentido da vida”, para uma sociedade mais inclusiva e “realmente solidária”.



“Esse é que é o sentido do futuro, do progresso e da vida e é exatamente aí que nos devemos encontrar como sociedade portuguesa”, afirmou Manuel Clemente à agência Ecclesia.

Para o cardeal-patriarca, o resultado da votação no parlamento “é uma ocasião de congratulação” por um “momento forte, tão válido da democracia portuguesa”.

“A vida é um bem absoluto e por isso tem de ser absolutamente protegido e promovido”, defendeu Manuel Clemente.

Para o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, a aposta deverá ser no “alargamento dos cuidados paliativos”, construindo uma “sociedade paliativa, onde todos se sintam protegidos”.

A Assembleia da República chumbou hoje os projetos de lei do PAN, BE, PS e PEV para a despenalização da eutanásia.

O projeto do PAN teve 107 votos a favor, 116 contra e 11 abstenções. O diploma do PS recebeu 110 votos a favor, 115 contra e quatro abstenções.

O projeto do BE recebeu 117 votos contra, 104 a favor e oito abstenções. O diploma do PEV recolheu 104 votos favoráveis, 117 contra e oito abstenções.

Seis deputados do PSD votaram a favor da despenalização da eutanásia, mas apenas duas parlamentares – Teresa Leal Coelho e Paula Teixeira da Cruz – o fizeram em relação aos quatro projetos em discussão.

Entre os deputados do PS, somente os deputados Ascenso Simões e Miranda Calha votaram contra todos os projetos.

HN/RZP (NS) // HB

Lusa/fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24262329?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

43

Homens e jovens portugueses estão mais expostos ao fumo de tabaco

Lisboa, 30 mai (Lusa) - A exposição ao fumo ambiental de tabaco é mais frequente nos homens e nos mais jovens, segundo os resultados do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF).

Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), o inquérito analisou o estado de saúde da população residente em Portugal, em 2015, com idade entre os 25 e os 74 anos, tendo concluído que cerca de 13% dos portugueses está exposto ao fumo ambiental de tabaco em casa, nos transportes, em espaços públicos ou no trabalho, durante mais de uma hora por dia.

Divulgados a propósito do Dia Mundial Sem Tabaco, que se assinala na quinta-feira, os dados indicam que a exposição ao fumo ambiental de tabaco é mais frequente nos homens (14,9%) do que nas mulheres (10,8%) e nas pessoas com menos escolaridade (23,6%).

Os jovens, dos 25 aos 34 anos, representam a população mais exposta ao fumo ambiental do tabaco (19,8%) enquanto na população dos 65 aos 74 anos apenas 3,9% afirmou estar exposta.

A exposição ao fumo ambiental de tabaco é maior na região autónoma dos Açores, com 20% da população a afirmar estar exposta ao fumo.

Relativamente à ocupação profissional, são os inquiridos “sem atividade profissional” que estão mais expostos ao fumo (18,2%), seguidos dos “desempregados” (17,7%) e,



nos “empregados”, 13,6% disse estar exposto ao fumo ambiental do tabaco durante mais de uma hora por dia.

Segundo estimativas elaboradas pelo Institute of Health Metrics and Evaluation, em 2016, morreram em Portugal mais de 11.800 pessoas por doenças atribuíveis ao tabaco.

RZP/HN // PMC

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24265900?srv_id=101&list_id=8205620000658809852

44

Ministro da Saúde diz que dinheiro público não pode ser gerido de "forma intempestiva" (C/ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 30 mai (Lusa) – O ministro da Saúde afirmou hoje que a decisão política das obras da ala pediátrica do hospital de São João, no Porto, “está tomada”, mas lembra que “o dinheiro público é demasiado importante para ser gerido de forma intempestiva”.

Adalberto Campos Fernandes reagia às declarações do presidente do conselho de administração do hospital de São João, António Oliveira e Silva, que afirmou hoje no parlamento que as verbas para a construção da nova ala pediátrica do centro hospitalar, no Porto, ainda não foram desbloqueadas.

“O dinheiro público é demasiado importante para ser gerido de uma forma intempestiva e, naturalmente, quando se decide um investimento de 20, 24 ou 22 milhões de euros estas decisões têm de ser suportadas em avaliação efetiva dos projetos, das propostas e dos investimentos que estão envolvidos”, afirmou Adalberto Campos Fernandes à agência Lusa, à margem do relançamento da biografia do cardiologista Fernando de Pádua, em Lisboa.

O ministro da Saúde disse que o presidente do conselho de administração do hospital de São João “sabe” que está a ser feito “todo um trabalho técnico” que é necessário para “complementar a decisão política”.

“A decisão política está tomada. Foi tomada pelo primeiro-ministro, por mim, pelo ministro das Finanças e, naturalmente, há aspetos de natureza de avaliação de investimento e da definição das características do investimento que têm de ser acauteladas. Está a ser feita e o senhor presidente [do conselho de administração do hospital de São João] sabe disso”, disse.

Referindo-se à construção da nova ala pediátrica no hospital de São João, no Porto, o ministro da Saúde reforçou que “os portugueses podem ter a certeza que a decisão política está tomada”.

RZP/HB // HB

Lusa/Fim

Disponível em:

https://www.lusa.pt/subscriber/article/24268700?srv_id=101&list_id=8205620000658809852



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**